

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

GABRIEL CHAGAS TEODÓZIO PRUDÊNCIO COUTINHO

TURISMO COMUNITÁRIO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO: POSSIBILIDADES DE INTEGRAÇÃO ENTRE O PARQUE
ESTADUAL DE VILA VELHA-PR E A SUA REGIÃO DE ENTORNO

CURITIBA

2015

GABRIEL CHAGAS TEODÓZIO PRUDÊNCIO COUTINHO

TURISMO COMUNITÁRIO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO: POSSIBILIDADES DE INTEGRAÇÃO ENTRE O PARQUE
ESTADUAL DE VILA VELHA-PR E A SUA REGIÃO DE ENTORNO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo, curso de Mestrado, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Turismo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Letícia Bartoszeck Nitsche.

Co-orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio

CURITIBA

2015

Catálogo na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Coutinho, Gabriel Chagas Teodózio Prudêncio

Turismo comunitário e participação social em unidades de conservação:
possibilidades de integração entre o Parque Estadual de Vila Velha – PR e a
sua região de entorno / Gabriel Chagas Teodózio Prudêncio Coutinho –
Curitiba, 2015.

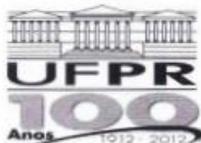
205 f.

Orientadora: Profa. Dra. Leticia Bartoszeck Nitsche
Co-orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio
Dissertação (Mestrado em Turismo) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

1. Áreas de conservação de recursos naturais - Paraná. 2. Turismo. 3.
Parque Estadual Vila Velha (PR). 4. Desenvolvimento sustentável -
Legislação. 5. Desenvolvimento regional - Paraná. I.Título.

CDD 333.783

TERMO DE APROVAÇÃO



MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

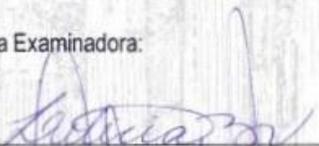
Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às quinze horas, na sala EP1, do Edifício Dom Pedro II, Campus Reitoria, foi avaliada pela Banca Examinadora, composta pelos professores abaixo relacionados, a Dissertação de Mestrado do aluno **GABRIEL CHAGAS TEODÓZIO PRUDÊNCIO COUTINHO** intitulada "Turismo Comunitário e participação social em unidades de conservação: possibilidades de integração entre o Parque Estadual de Vila Velha - PR e a sua região de entorno" que obteve como resultado final APROVADO.

(RES. 65/09 CEPE Art. 69. Os examinadores avaliarão a dissertação ou a tese considerando o conteúdo, a forma, a redação, a apresentação e a defesa do trabalho, decidindo pela aprovação, ou reprovação do trabalho de conclusão do aluno.

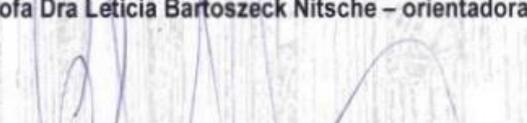
Parágrafo único. A ata da sessão pública da defesa de dissertação ou tese indicará apenas a condição de aprovado ou reprovado.

OBS: este documento tem a validade de 60 dias a contar desta data.

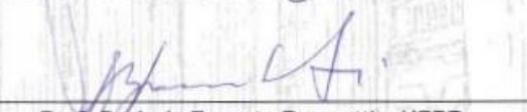
Nome e assinatura da Banca Examinadora:



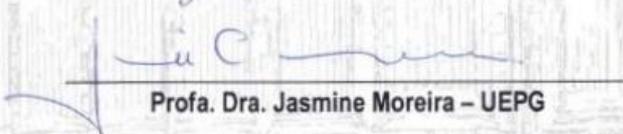
Profa Dra Leticia Bartoszeck Nitsche – orientadora



Prof. Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio – coorientador



Prof. Dr. Luiz Ernesto Bramatti – UFPR



Profa. Dra. Jasmine Moreira – UEPG

Dedico este estudo a todos os trabalhadores do Parque Estadual de Vila Velha, que desde 1945 ajudam na conservação desse importante patrimônio natural e na conscientização ambiental da sociedade.

AGRADECIMENTOS

Foram tantos os colaboradores e é tamanho o sentimento de gratidão, que considero esse trabalho como não só meu, mas de todos.

Dos que ajudaram diretamente na pesquisa, agradeço em especial ao Prof. Carlos Alberto Cioce Sampaio, pelas preciosas orientações e, acima de tudo, amizade; à Prof^a. Letícia Bartoszech Nitsche, pela confiança e motivação; aos Profs. Lucia Cortes da Costa e Luis Ernesto Brambatti, que me ajudaram a rever a sociedade moderna; ao Alan Ripoll Alves, pelas formatações e correções; à Prof^a. Jasmine Cardoso Moreira e Angela Dalcomune, por indicarem caminhos; e à Fernanda e toda a família Haura, por facilitarem minha aproximação com a comunidade Jardim Novo Vila Velha e pela amizade.

Mas são aos colaboradores indiretos a quem estimo os maiores agradecimentos. À minha família, em especial à Maria Francisca Chagas Teodózio, pelas bênçãos e enorme confiança nos caminhos que resolvi trilhar; à Janete, Cristiane e toda a família Tavares, por me considerarem como um membro da família; à Cindy Perez Pacheco, pelo companheirismo; e à todos os funcionários que atuam na gestão do turismo do PEVV, pelos sorrisos diários e por compartilharem responsabilidades sobre o importante trabalho que ofereceremos à sociedade.

RESUMO

Esse estudo protagoniza o fenômeno do turismo e seu potencial para estimular participação social no contexto das Unidades de Conservação (UCs) de proteção integral. A literatura que aborda o fenômeno aponta diversos exemplos de impactos socioculturais e ambientais provocados no lugar. Problematisa-se, porém, se o turismo também é capaz de estimular participação social nas UCs e promover outros benefícios, tanto para o desenvolvimento socioeconômico da região do entorno da unidade, quanto para a ampliação dos níveis de conservação do patrimônio natural protegido. Para tanto, utiliza-se a metodologia do estudo de caso, a qual aborda o Parque Estadual de Vila Velha (PEVV) e a relação com a sua região de entorno, localizados nos Campos Gerais, Estado do Paraná. Trata-se da primeira UC estadual, instituída devido ao interesse cênico e turístico dos sítios naturais, em especial dos famosos arenitos Vila Velha. A região de entorno possui um modelo de ocupação e uso da terra marcado por grandes proprietários rurais e atividades agrosilvícolas que transformaram a paisagem e promovem impactos no patrimônio natural protegido do PEVV; também se encontram comunidades com características de fragilidades socioeconômicas. Objetiva-se analisar a relação do Parque e região de seu entorno sob a perspectiva do fenômeno do turismo comunitário. Para tanto, são realizadas investigações, como: caracterização do patrimônio natural, tanto físico quanto biológico, e do atual modelo de turismo instalado na unidade; levantamento e caracterização dos atrativos e serviços turísticos do entorno; e percepção dos aspectos socioeconômicos da Vila Jardim Novo Vila Velha - comunidade que possui origem vinculada ao PEVV. A análise dos dados realizada aponta que a instituição de novas áreas protegidas e a participação social na unidade - principalmente a integração com a região de entorno - são estratégias fundamentais para a conservação do patrimônio protegido da unidade. O desenvolvimento do turismo na região pode estimular essa integração e gerar benefícios, como: substituição das atividades rurais atualmente promovidas; estímulo à criação de novas áreas protegidas; diminuição da pressão ambiental provocada pela visita no PEVV; dentre outros. É importante que o PEVV e seu entorno incorpore princípios do turismo comunitário, para estimular a construção de redes entre empreendedores e para fortalecer a autonomia das comunidades sobre o fenômeno, o que favorece a proteção ambiental e a participação social em UCs.

Palavras-chave: Turismo Comunitário; Unidades de Conservação; Atividade de Uso Público em Unidades de Conservação; Participação social; Parque Estadual de Vila Velha.

ABSTRACT

The present research reviews how the tourism phenomenon can stimulate social participation regarding to full protection of Conservation Units (CUs). The literature that addresses this phenomenon leads to social, cultural and environmental examples produced locally. However, the present research discusses if tourism is also capable of stimulating social participation on the CUs and fostering other benefits such as socioeconomic development of the region and unit's surroundings and even to the extension of the levels of conservation on the protected natural patrimony. For this purpose, a case study was developed from the Vila Velha State Park (PEVV) and the relationship between the area and its surroundings situated in the Campos Gerais region, in Paraná state. The PEVV is the first state CU, established due to the scenic and tourism concerns of the natural sites, particularly because of the famous sandstones of Vila Velha. This region has an occupation model and a usage of land set with big rural properties and agriculture/forestry system that has changed the landscape and has promoted big effects in the protected natural patrimony of PEVV. In the surrounding area there are also communities characterized by socioeconomic fragilities. In this sense, this research aims to analyze the relation between PEVV and its surrounding under the perspective of the community tourism. Thus, description of the natural patrimony, speaking of physical and biological and from the present tourism model installed on the UC; survey and description of the tourism attractions and services on the area; and the insight of the socioeconomic aspects of Villa Jardim Novo Villa Velha - a community that has a relation with the PEVV. The data analysis indicates that the organization of new protected areas and the social participation on the UC - especially inclusion to the surrounding areas - are fundamental strategies for the preservation of protected patrimony of the unit. The development of tourism in the region can stimulate inclusion and generate benefits such as the replacement of the rural activities promoted today; the stimuli to create new protected areas, to reduce the environmental pressure caused by the visits at the PEVV; to reduce the pressure in the area caused by hunters and fishermen, due to the supervision of the local residents integrated with the UC; among others. It is recommended that PEVV and his surrounding incorporate community tourism principles to stimulate the construction of networks between local entrepreneurs and strengthen community's autonomy upon phenomenon, improving the environmental protection and the social participation within the CUs.

Keywords: Community tourism; conservation units; community participation; public use of the conservation units; Vila Velha State Park.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 -	ÁREA DE CANDÓI, ANTES E DEPOIS DO DESMATAMENTO.....	44
FIGURA 2 -	OS CAMPOS GERAIS EM DESTAQUE.....	47
FIGURA 3 -	PAISAGEM NATURAL DOS CAMPOS GERAIS DO PARANÁ.....	48
FIGURA 4 -	PINTURAS RUPESTRES COM DEPREDações.....	51
FIGURA 5 -	TAIPAS ENCONTRADAS NO PEVV.....	52
FIGURA 6 -	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL PRÓXIMAS À PONTA GROSSA.....	55
FIGURA 7 -	PESQUISAS REALIZADAS E ALGUNS DOS JOVENS LOCAIS ENVOLVIDOS.....	60
FIGURA 8 -	O PEVV E A ÁREA DO SEU ENTORNO.....	62
FIGURA 9 -	O PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS FURNAS NO PEVV.....	67
FIGURA 10 -	FURNAS E LAGOA DOURADA.....	68
FIGURA 11 -	RELEVO RUINIFORME E AS FIGURAS DA GARRAFA E DA TAÇA.....	70
FIGURA 12 -	ESCULTURA DO LEÃO E O DETALHE DAS EROSÕES GERADAS PELA VISITAÇÃO.....	71
FIGURA 13 -	OS 16 SÍTIOS MAPEADOS PELO PLANO DE MANEJO	72
FIGURA 14 -	IGREJA NO INTERIOR DO PEVV.....	73
FIGURA 15 -	RESULTADOS DO INCÊNDIO OCORRIDO EM 2011 NO PEVV.....	74
FIGURA 16 -	PLACAS NA BR-376, INSUFICIENTES PARA INFORMAR SOBRE RISCOS DE ATROPELAMENTOS..	75
FIGURA 17 -	ARENITOS NA DÉCADA DE 30 E EM 1979.....	77
FIGURA 18 -	ARENITOS NA ATUALIDADE.....	77
FIGURA 19 -	ANTIGOS USOS NOS ARENITOS.....	78
FIGURA 20 -	LOBO-GUARÁ AVISTADO NA ESTRADA INTERNA DO PARQUE EM 2013.....	80

FIGURA 21 -	TRILHA DOS ARENITOS.....	87
FIGURA 22 -	TRAJETO DO PASSEIO DE FURNAS E LAGOA DOURADA.....	87
FIGURA 23 -	TRILHA DAS FURNAS E DA LAGOA DOURADA.....	88
FIGURA 24 -	CAMINHADA NOTURNA.....	90
FIGURA 25 -	TRILHA DA FORTALEZA.....	90
FIGURA 26 -	ENTORNO E BACIAS HIDROGRÁFICAS DO PEVV.....	92
FIGURA 27 -	MOSAICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ENTORNO.....	94
FIGURA 28 -	ATRATIVOS TURÍSTICOS E SÍTIOS IMPORTANTES DO ENTORNO.....	98
FIGURA 29 -	BURACO DO PADRE.....	99
FIGURA 30 -	CACHOEIRA DA MARIQUINHA.....	100
FIGURA 31 -	DOLINAS GRANDE E GÊMEAS.....	101
FIGURA 32 -	SUMIDOURO E PINTURAS RUPESTRES.....	102
FIGURA 33 -	FAZENDA SANTA MÔNICA.....	104
FIGURA 34 -	ADEGA PORTO BRAZOS.....	105
FIGURA 35 -	KAFFE LOCH.....	105
FIGURA 36 -	RECANTO BOTUQUARA.....	106
FIGURA 37 -	COMUNIDADE EMILIANO ZAPATA.....	107
FIGURA 38 -	ATERRO MUNICIPAL COM LIXO A CÉU ABERTO.....	108
FIGURA 39 -	LIMITE OESTE DO PEVV, ARROIO CAPÃO GRANDE, VILA DO IAPAR E JARDIM NOVO VILA VELHA.....	112
FIGURA 40 -	CASA LOBO-GUARÁ E JOVENS LOCAIS.....	114
FIGURA 41 -	TURISMO COMUNITÁRIO NA CASA LOBO-GUARÁ.....	114
FIGURA 42 -	ACESSO DA NOVA PROPOSTA DE USO PÚBLICO.....	139
FIGURA 43 -	SEDE DA ANTIGA FAZENDA LAGOA DOURADA.....	155
FIGURA 44 -	PISTA DE KART E PISCINA PÚBLICA.....	157
FIGURA 45 -	ANTIGO ESTACIONAMENTO NOS ARENITOS E COMEMORAÇÃO AO DIA DO FOLCLORE NA DÉCADA DE 1990.....	158
FIGURA 46 -	COMPARATIVO DO ANTES (1970) E DEPOIS (2014) DA REESTRUTURAÇÃO DO PEVV.....	161

FIGURA 47 -	SISTEMA DE TRANSPORTE ANTES (1978) E DEPOIS (2015) DA REESTRUTURAÇÃO DO PEVV.....	161
FIGURA 48 -	ORGANOGRAMA PARANÁ PROJETOS.....	164
FIGURA 49 -	ORGANOGRAMA EMPRESA TERCEIRIZADA.....	164
FIGURA 50 -	ESGOTAMENTO DAS FOSSAS NO CENTRO DE VISITANTES.....	186
FIGURA 51 -	PEDRA SUSPensa.....	190
FIGURA 52 -	PESQUISA COM MORADORES DE PONTA GROSSA E PONTAGROSSEENSES.....	192
FIGURA 53 -	PESQUISA SOBRE O PERFIL DOS MORADORES DA VILA.....	202
FIGURA 54 -	CADASTRO DE VISITAÇÃO.....	203
FIGURA 55 -	PESQUISA DE SATISFAÇÃO.....	204

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -	POSSIBILIDADES DE ZONAS DE MANEJO EM PARQUE NACIONAL.....	39
QUADRO 2 -	MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA.....	56
QUADRO 3 -	PERÍODOS DO ÉON FANEROZOICO.....	65
QUADRO 4 -	VISITAÇÃO ANUAL DO PEVV.....	165
QUADRO 5 -	CATEGORIAS DE VISITAÇÃO NO PEVV.....	166
QUADRO 6 -	QUANTIDADE DE ASSISTENTES DE CONDUTORES NECESSÁRIOS PARA MANUTENÇÃO DE “SISTEMA DE CONDUÇÃO”.....	167
QUADRO 7 -	EQUILÍBRIO ENTRE AS RECEITAS E DESPESAS.....	168
QUADRO 8 -	CATEGORIAS DE SUGESTÕES/ CRÍTICAS.....	176

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 -	CARACTERÍSTICA DAS RESIDÊNCIAS.....	117
GRÁFICO 2 -	ESGOTO E ÁGUA ENCANADA.....	118
GRÁFICO 3 -	NÚMERO DE PESSOAS POR CASA.....	118
GRÁFICO 4 -	LOCAL DE ORIGEM.....	119
GRÁFICO 5 -	TEMPO DE MORADIA NO LOCAL.....	119
GRÁFICO 6 -	PERFIL DOS MORADORES.....	120
GRÁFICO 7 -	PROFISSÃO.....	120
GRÁFICO 8 -	LOCAL DE TRABALHO.....	121
GRÁFICO 9 -	ESCOLARIDADE.....	122
GRÁFICO 10 -	PRINCIPAIS PROBLEMAS LOCAIS.....	124
GRÁFICO 11 -	PERCEPÇÃO DE FUTURO.....	125
GRÁFICO 12 -	COMO GOSTARIA DE ESTAR NO FUTURO.....	125
GRÁFICO 13 -	COMPARATIVO DE VISITAÇÃO ENTRE 2012, 2013 E 2014.....	165
GRÁFICO 14 -	VISITAÇÃO MENSAL EM 2014.....	166
GRÁFICO 15 -	VISITAÇÃO CAMINHADA NOTURNA E TRILHA DA FORTALEZA EM 2014.....	167
GRÁFICO 16 -	ARRECADAÇÃO.....	169
GRÁFICO 17 -	PERFIL DOS VISITANTES EM 2014.....	169
GRÁFICO 18 -	PRINCIPAL MOTIVAÇÃO.....	170
GRÁFICO 19 -	LOCAL DE PROCEDÊNCIA DOS VISITANTES EM 2014.....	170
GRÁFICO 20 -	LOCAL DE PROCEDÊNCIA DOS VISITANTES DE OUTROS MUNICÍPIOS DO PARANÁ.....	171
GRÁFICO 21 -	LOCAL DE PROCEDÊNCIA DOS VISITANTES DE OUTROS ESTADOS DO BRASIL.....	171
GRÁFICO 22 -	LOCAL DE PROCEDÊNCIA DOS VISITANTES ESTRANGEIROS.....	172
GRÁFICO 23 -	LOCAL DE PROCEDÊNCIA DOS VISITANTES DOS NOVOS PASSEIOS.....	172

GRÁFICO 24 -	QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS EM 2014.....	173
GRÁFICO 25 -	QUALIFICAÇÃO DOS ATRATIVOS.....	174
GRÁFICO 26 -	MOTIVOS DA REPROVAÇÃO DO “SISTEMA DE PONTOS”.....	175
GRÁFICO 27 -	CATEGORIAS DE SUGESTÕES/ CRÍTICAS.....	177
GRÁFICO 28 -	CATEGORIAS SOBRE A VISITAÇÃO.....	182
GRÁFICO 29 -	IMPORTÂNCIA SIMBÓLICA DA TAÇA.....	182
GRÁFICO 30 -	IMPORTÂNCIA DA REESTRUTURAÇÃO PARA PROTEÇÃO AMBIENTAL.....	183
GRÁFICO 31 -	APROVAÇÃO DA REESTRUTURAÇÃO.....	183
GRÁFICO 32 -	SENTIDO DE PERTENCIMENTO DO MUNICÍPIO COM RELAÇÃO AO PARQUE.....	184
GRÁFICO 33 -	FALTA DAS ATIVIDADES ANTES POSSÍVEIS.....	184
GRÁFICO 34 -	ENCONTROU OUTRO LOCAL.....	185

LISTA DE SIGLAS

ADFPG	- Associação de Deficientes Físicos de Ponta Grossa
AMORVIVE	- Associação de Moradores do Jardim Novo Vila Velha
APA	- Área de Proteção Ambiental
APP	- Área de Preservação Permanente
CPRA	- Centro Paranaense de Referência em Agroecologia
DER	- Departamento de Estrada e Rodagens
Embrapa	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Festur	- Fundação Estadual de Esporte e Turismo
IAP	- Instituto Ambiental do Paraná
IAPAR	- Instituto Agrônômico do Paraná
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBIO	- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPTU	- Imposto Predial Territorial Urbano
ITC	- Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná
MMA	- Ministério do Meio Ambiente
MST	- Movimento Sem Terra
MTUR	- Ministério do Turismo
OMT	- Organização Mundial do Turismo
ONG	- Organização não Governamental
Paranatur	- Empresa Paranaense de Turismo
PEG	- Parque Estadual do Guartelá
PEVV	- Parque Estadual de Vila Velha
PNCG	- Parque Nacional dos Campos Gerais
PNI	- Parque Nacional do Iguaçu
PNUD	- Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento
Provopar	- Programa do Voluntariado Paranaense
REBIO	- Reserva Biológica
RPPN	- Reservas do Patrimônio Particular Natural

RVST	- Refúgio da Vida Silvestre do Rio Tibagi
SEAB	- Secretaria do Estado de Agricultura e Abastecimento
SEEC	- Secretaria Estadual da Cultura
SETU	- Secretaria de Estado do Turismo
SNUC	- Sistema Nacional de Unidades de Conservação
STF	- Supremo Tribunal Federal
TCE	- Tribunal de Contas do Estado do Paraná
UC	- Unidade de Conservação
UEPG	- Universidade Estadual de Ponta Grossa
UF	- Unidade Federativa
Unesco	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 REVISÃO DE LITERATURA	23
2.1 FENÔMENO DO TURISMO	23
2.1.1 Turismo, fenômeno moderno	24
2.1.2 Consumo do espaço pelo turismo	26
2.1.3 Turismo, fenômeno social	27
2.1.4 Impactos do turismo	28
2.1.5 Atuação do Estado no Turismo	29
2.2 TURISMO COMUNITÁRIO	31
2.2.1 Princípio da autonomia do local	33
2.2.2 Turismo comunitário e economia solidária	34
2.3 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	35
2.3.1 Plano de Manejo e zoneamento	37
2.3.2 Atividades de uso público	40
2.3.3 Participação social em Unidades de Conservação	41
2.3.4 Conflitos em Unidades de Conservação	43
2.4 CAMPOS GERAIS DO PARANÁ	46
2.4.1 Fitogeografia regional	48
2.4.2 História da região	50
2.4.3 Uso e ocupação da terra na região	53
2.4.4 Unidades de Conservação nos Campos Gerais do Paraná	54
3 METODOLOGIA	56
4 CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA	62
4.1 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA E BIOLÓGICA DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA	63
4.1.1 Características físicas	63
4.1.1.1 Hidrografia e hidrologia	64
4.1.1.2 Geologia e Geomorfologia	65
4.1.2 Características biológicas	71
4.1.2.1 Uso do fogo para manejo vegetacional	79
4.1.2.2 Suficiência do PEVV para conservação da biodiversidade	80
4.2 CARACTERIZAÇÃO DO USO PÚBLICO DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA	81

4.2.1 Histórico da atual gestão do uso público do Parque Estadual de Vila Velha	82
4.2.2 Atividades na zona de uso público	85
4.2.2.1 Passeio trilha dos Arenitos	86
4.2.2.2 Passeio Furnas e Lagoa Dourada	88
4.2.2.3 Novos passeios	89
4.2.2.4 Atendimento a grupos agendados.....	91
4.2.2.5 Pesquisas realizadas pela atual gestão do uso público	91
5 ENTORNO DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA	92
5.1 POTENCIAL TURÍSTICO DO ENTORNO.....	97
5.1.1 Atrativos e equipamentos turísticos do entorno.....	97
5.1.1.1 Atrativos naturais.....	98
5.1.1.2 RPPNs.....	102
5.1.1.3 Equipamentos turísticos	104
5.1.1.4 Comunidades locais	106
5.1.1.5 Outros sitios	108
5.1.2 Considerações de Ecoparaná (2013) sobre o potencial da região do entorno	109
5.2 VILA JARDIM NOVO VILA VELHA	111
5.2.1 História da Vila Jardim Novo Vila Velha	115
5.2.2 Pesquisa de perfil e caracterização dos moradores.....	116
5.2.3 Pesquisa com a geração de jovens da comunidade	122
6 ANÁLISE DOS DADOS	127
6.1 Benefícios da relação entre o PEVV e a região de seu entorno.....	129
6.2 Região do entorno do PEVV	130
6.3 Benefícios do turismo comunitário	132
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
7.1 RECOMENDAÇÕES	138
REFERÊNCIAS.....	142
APÊNDICES	150
ANEXOS	201

1 INTRODUÇÃO

O estabelecimento de áreas naturais protegidas é uma das principais estratégias para a conservação da biodiversidade e geodiversidade do mundo. Cada país, a partir de suas particularidades ambientais e sociais, define objetivos de proteção específicos. No caso do Brasil, as Unidades de Conservação (UCs) podem ser conceituadas como áreas naturais protegidas com relevante interesse ambiental, instituídas pelo Estado (BRASIL, 2000).

Porém, apenas a criação de UCs não garante a conservação dos recursos naturais protegidos, e é nesse contexto que se insere a perspectiva da participação social em UCs. São necessárias ações participativas, capazes de envolver a sociedade e principalmente os moradores próximos, para o cumprimento dos objetivos ambientais da unidade.

O turismo pode ser estratégia capaz de ampliar a participação social em UCs, porém, também pode impactar negativamente nos lugares que o escolhem como proposta de desenvolvimento.

Enquanto atividade econômica, promove o maior movimento de bens, serviços e pessoas presenciado pela humanidade (TURNER; ASH, 1991). Para além de atividade meramente econômica, o turismo é fenômeno complexo e inserido na dinâmica da sociedade moderna - marcada por um elevado desenvolvimento tecnológico, e, na mesma proporção, altos índices de consumo dos recursos naturais e de desigualdade social¹ (BAUMAM, 2003; FURTADO, 2005; FERNANDES, 2006).

Esse fenômeno admite diferentes modalidades, definidas a partir da perspectiva de desenvolvimento que se almeja. A modalidade do turismo

¹ A desigualdade social é um problema crônico mundial. Segundo o Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013), cerca de 40% da riqueza do mundo estão concentrados nas mãos de apenas 1% da população, enquanto metade dessa população só é dona de 1% da riqueza. O mundo é mais desigual do que em qualquer outro período desde a segunda guerra mundial¹ (PNUD, 2013).

Gonçalves (2005) explica que a legitimação de um modelo de sociedade fundamentalmente desigual só foi possível devido à constante afirmação, em diversos momentos da história, do homem como um ser apartado da natureza¹. Somente dessa forma, foi possível não só a exploração desenfreada da diversidade biológica, mas a exclusão da maioria de seres humanos, ao se naturalizar essa condição que, assim como natureza, também são passíveis de sofrer exploração (GONÇALVES, 2005).

comunitário considera que princípios como cooperação, solidariedade, autonomia local e participação social são importantes para serem incluídos no conceito de desenvolvimento. Trata-se de uma modalidade socialmente agregadora, ou seja, que promove redes entre localidades que decidem atuar com o turismo, até mesmo entre realidades de grande disparidade socioeconômica. No caso das UCs, por exemplo, pode motivar o estabelecimento de novos pactos sociais entre grandes proprietários rurais e pequenas comunidades, com vistas a ampliar a participação social nessas áreas.

O exemplo acima possui centralidade no contexto da UC Parque Estadual de Vila Velha (PEVV), localizado no Segundo Planalto Paranaense, na região denominada de Campos Gerais, município de Ponta Grossa-PR, às margens da BR-376. O PEVV foi a primeira UC Estadual criada no Paraná, e que, por muitas décadas, foi o segundo atrativo turístico mais visitado do Estado. Atualmente, possui estrutura adequada para uma experiência de uso público responsável e educativa. Entre os atrativos turísticos, está o conjunto arenítico de Vila Velha, as furnas e a lagoa dourada. A escultura natural “taça” figura como um dos principais símbolos do Estado do Paraná (IAP, 2004).

A região do entorno dessa unidade possui um modelo de ocupação e uso da terra marcado por grandes proprietários rurais, como consequência do processo histórico de colonização dos Campos Gerais do Paraná – marcado por uma distribuição desigual de terras e por ciclos econômicos que utilizaram recursos naturais e transformaram a paisagem nativa. Apesar desse modelo de ocupação dominante, no entorno do PEVV também se estabelecem comunidades, as quais possuem fragilidades socioeconômicas.

O plano de manejo dessa UC (IAP, 2004) considera que alternativas de desenvolvimento no entorno são fundamentais para a manutenção da biodiversidade regional, para tanto propõe projetos capazes de estimular uma substituição dos atuais modos de produção por outros que sejam economicamente viáveis e menos impactantes ambientalmente.

Utiliza-se a metodologia do estudo de caso sobre o PEVV e a região de entorno, que buscará responder à seguinte problemática: “quais os benefícios que o turismo comunitário pode promover no cenário das UCs de proteção

integral, tanto para do desenvolvimento socioeconômico do entorno, quanto para a ampliação dos níveis de proteção ambiental”?

O objetivo geral é **analisar a relação do PEVV com a região do entorno sob a perspectiva do fenômeno do turismo comunitário**. Para cumpri-lo, são propostos os seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar o patrimônio natural e o fenômeno do turismo instalado no PEVV;
- Levantar e caracterizar os atrativos e serviços turísticos da região do entorno do PEVV; e
- Investigar aspectos socioeconômicos da Vila Jardim Novo Vila Velha e a relação desta com o Parque Estadual de Vila Velha.

A escolha desse estudo de caso em específico se deve à potencialidade que o exemplo - relacionamento entre o PEVV e região de entorno - oferece para aprofundar a compreensão sobre o fenômeno do turismo. O presente pesquisador atua profissionalmente como gerente do turismo do PEVV, o que facilitou o acesso ao campo de estudo.

No primeiro objetivo, a investigação visa apresentar a riqueza da natureza biológica e física inserida no PEVV e levantar os principais obstáculos que dificultam a proteção desse patrimônio. A leitura do turismo, tanto no interior quanto no entorno do PEVV, é sugerida para compreensão do potencial desse fenômeno, com vistas ao desenvolvimento local. Posteriormente, o foco recai sobre a Vila Jardim Novo Vila Velha, uma comunidade localizada vizinha à fronteira Oeste do Parque e que possui história vinculada à criação do PEVV. A análise conjunta dos dados associa a investigação das peculiaridades e ameaças do patrimônio natural com o cenário de fragilidades socioeconômicas da região. A partir daí, a análise recai sobre possibilidades que o fenômeno do turismo comunitário oferece para substituição de práticas rurais não pertinentes à conservação da área protegida e desenvolvimento socioeconômico local.

A revisão de literatura se divide em quatro temas. O tema “fenômeno do turismo” aborda o fenômeno como complexo, inserido na dinâmica da modernidade, capaz de promover impactos socioambientais e que sofre influências a partir dos diferentes modelos de atuação do Estado. Quanto ao tema “turismo comunitário”, aborda-se os princípios dessa modalidade, como

autonomia local, solidariedade e cooperativismo e vincula esse fenômeno à economia solidária. A respeito do tema “unidades de conservação”, evidencia-se a participação social e os conflitos envolvidos nas UCs. O último tema destaca o patrimônio natural dos Campos Gerais do Paraná e suas características históricas, ambientais e socioeconômicas; tema que introduz a leitura sobre o PEVV e a região do entorno.

Na “metodologia” são definidos os métodos e técnicas específicas para a realização da pesquisa. Os dois capítulos seguintes - “Parque Estadual de Vila Velha” e “Entorno do Parque Estadual de Vila Velha” - apresentam os dados obtidos, por meio das pesquisas realizadas no campo. Os outros capítulos tratam: “análise dos dados”, “considerações finais”, “referência bibliográfica”, “apêndices” e “anexos”.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 FENÔMENO DO TURISMO

Por envolver relações de mercado e geração de renda, relacionamentos sociais, impactos culturais/ ambientais e deslocamento humano, o turismo pode ser considerado um fenômeno complexo² e que requer uma rede de saberes interdisciplinares para sua compreensão.

Beni (1998) tenta explicá-lo através da noção de sistemas, em que cada variável interage com todas as outras variáveis e com as de outros sistemas que com ele realizam operações de troca, e ressalta que se uma das variáveis não ou mal funciona, prejudica todas as outras de maneira comprometedoras³. A vantagem do turismo sob o olhar sistêmico é que ele não é visto como isolado de seu ambiente político, natural, econômico e social, requerendo pensamento interdisciplinar (BURNS, 2002).

A compreensão do turismo como fenômeno complexo requer olhar não somente para as variáveis que atuam diretamente nessa atividade econômica, mas também para características que compõem a sociedade global atual. Sua definição depende das diferentes perspectivas de desenvolvimento que se pretende obter.

² Segundo Morin (2000), todo o conhecimento está imbricado em um tecido de outros conhecimentos inseparáveis, o que exige até uma reforma epistemológica constante da própria noção desse conhecimento. “Necessitamos estudar um conhecimento complexo que admita o homem como um ser que chegou de uma evolução biológica natural. Que reconheça o homem como tendo vida na terra e que, como filhos e filhas da terra, integram uma relação cósmica, como acreditam as culturas de muitas outras civilizações. (...) necessitamos da compreensão entre pessoas nascidas no contexto da civilização ocidental e amigos que representam civilizações de muitos milênios, polimilenares. Assim, a reforma do conhecimento é um processo coletivo que necessita da cooperação do todo” (MORIN, 2000, p. 26).

³ Beni (1998) propõe o Sistema de Turismo, com as seguintes variáveis interconectadas: o “patrimônio turístico”, material e imaterial, sendo um conjunto de valores de qualquer natureza que compõem a oferta do local, como atrativos naturais, histórico-culturais e manifestações e usos tradicionais e populares. O “aparato produtivo”, através dos equipamentos (hospedagem, alimentação, entretenimento, transporte, agências, etc.), e de instalações turísticas (marinas, pontes, piscinas, etc.). A “infraestrutura de apoio ao turismo” se refere à utilização dos elementos que correspondem à dinâmica da localidade para atender sua população, com transportes, comunicação, saneamento e energia. E a “superestrutura turística”, com todos os organismos especializados, tanto públicos quanto privados, que otimizam e modificam, com a intenção de harmonizar as variáveis do sistema e facilitar sua produção e venda.

Para Max-Neef (2012), desenvolvimento só pode ser alcançado após uma compreensão das necessidades humanas fundamentais e do como cada uma delas é suprida por dado aglomerado social. Inclusive o conceito de cultura, para esse autor, se refere a um conjunto de manifestações utilizadas por cada sociedade para suprir suas necessidades humanas fundamentais. Ribeiro (1987, p. 95) ajuda a explicar, quando conceitua cultura como “modos de produzir, interagir, pensar e simbolizar, desenvolvidos ou adotados para satisfazer as necessidades humanas”.

De acordo com a teoria de Max-Neef (2012), a finalidade das ações desenvolvimentistas deve ser o atendimento das necessidades fundamentais; nesse caso, a primeira etapa do planejador é compreender a dinâmica social e os modos de vida e de produção do local que se pretende desenvolver.

Para Faria (2012), teorias que propõem o desenvolvimento local se inserem na corrente da “perspectiva de desenvolvimento alternativo ao pensamento neoliberal”. Autores que defendem essa corrente também consideram a importância de encontrar padrões de desenvolvimento criativos e não imitativos (SACHS, 2002), o que requer um sujeito ativo de mudança e não simples receptor passivo de benefícios (SEN, 2010), e que a riqueza produzida seja partilhada socialmente (CORIOLANO; LIMA, 2008).

Paulo Freire (1997) complementa, ao considerar que as populações locais são capazes e devem conduzir suas próprias pesquisas e análises da realidade. Para o autor, desenvolvimento requer auto reflexão, processo atingido quando há percepção da própria realidade, buscando propor soluções internas aos problemas que se apresentam. A educação é elemento fundamental para ampliar os níveis de participação (FREIRE, 1997).

Sachs (1993) sugere que sejam priorizadas políticas de fortalecimento e capacitação das comunidades em nível local, ampliando espaços de discussão para todos os envolvidos e fomentando iniciativas que estimulem o senso de diálogo e coesão social.

2.1.1 Turismo, fenômeno moderno

Desde o surgimento das primeiras cidades na Mesopotâmia, há aproximadamente 12 mil anos atrás, pessoas se deslocam para outros lugares,

entre sociedades não-nômades (SAMPAIO, 2005). Porém, foi a modernidade, ensaiada no renascimento cultural do séc. XVI e consolidada nas revoluções burguesas do séc. XVIII, que produziu o substrato necessário para converter o turismo em fenômeno social onipresente (NASH, 1992). Segundo Turner e Ash (1991), o fenômeno foi impulsionado por quatro grandes ondas da tecnologia; a última delas, o avião, gerou condições necessárias para sua massificação e globalização. Para os autores, o turismo promove o maior movimento de bens, serviços e pessoas presenciado pela humanidade.

Para Smith (1992), a base do turismo descansa sobre três elementos chave: tempo livre, poder de compra discricionário e sanção local positiva⁴. Essa teoria evidencia que o fenômeno nasceu e está em constante adaptação, a partir das mudanças nos perfis do visitante e na conjuntura sociopolítica e econômica mundial.

Para contextualizar o turismo na modernidade, Smith (1992) apresenta dois exemplos: no caso do Japão, foi o primeiro país a fomentar o turismo no exterior, com o objetivo de “contribuir com a redução do amplo excedente comercial japonês e, ao mesmo tempo, estreitar os vínculos nacionais entre Japão e outros países” (p.19-20, tradução nossa); na Índia, um guia turístico do final da década 1980, sublinha a esperança de que o turismo rural, em pequenos vilarejos interioranos, destrua as disputas linguísticas e o provincialismo que fragmenta os esforços do governo para conquistar unidade nacional. Ambos os exemplos sugerem que o fenômeno é utilizado como instrumento para alcance de determinados fins políticos. Para a autora, os interesses e estratégias dos

⁴ O tempo livre, historicamente, relaciona-se tanto com o alcance de maiores níveis de produtividade industrial, quanto se refere a uma conquista gradativa dos trabalhadores fabris (SMITH, 1992). Como observado por Nash (1992), o turismo é um fenômeno essencialmente urbano, pois é nesse ambiente onde se concentram os centros de produtividade, bem como as relações de trabalho, que irão promover o tempo livre aos trabalhadores.

O poder de compra discricionário se refere ao capital não dedicado a gastos pessoais primários, como comida, saúde e transporte, o qual pode ser convertido para financiar viagens (SMITH, 1992). Para a autora, fatores como a inflação, incertezas quanto ao futuro, ameaças de guerras e epidemias são alguns dos exemplos que reduzem a tendência de poupar dinheiro, e que vai interferir diretamente na atividade do turismo.

O terceiro elemento, a sanção local positiva, refere-se à aprovação que o indivíduo obtém de seus semelhantes para a decisão da viagem (SMITH, 1992). Segundo a autora, com o advento da cultura do lazer moderna, o julgamento social (sanção local) sobre o indivíduo passa a se referir cada vez menos ao papel no mundo do trabalho, e cada vez mais a como esse indivíduo desfruta de seu tempo livre e aos destinos turísticos que visita.

centros metropolitanos de produção, ao mesmo tempo em que criaram o fenômeno, instrumentalizam-no para o avanço da modernidade.

2.1.2 Consumo do espaço pelo turismo

O turismo também é atividade econômica de consumo, portanto segue leis de oferta e procura. Nesse caso, quanto mais o lugar está adaptado às necessidades de consumo da população - quanto mais original, conservado e divulgado -, maior será a procura pelos visitantes.

Segundo Cruz (2005), o espaço constitui o *locus* para reprodução do turismo. Visitantes escolhem seu destino de férias a partir das características do espaço, sendo muito influenciados por critérios geográficos, como belezas naturais, patrimônio histórico e cultural e o potencial técnico e econômico.

Porém, como consequência da lógica capitalista, o sucesso do destino é resultado de fatores endógenos e exógenos, cujo comando, em geral, não pertence ao local, mas sim aos polos emissores - os centros urbanos desenvolvidos (CRUZ, 2005). Para a autora, o turismo pode ser mais uma forma de fragmentação do espaço, já fragmentado por tantas outras formas de apropriação, o que aprofunda níveis de desigualdade social.

Segundo Sansolo e Cruz (2003), esse fenômeno introduz nos lugares sua lógica de organização espacial, e muitas vezes solapa lógicas locais; elege espaços que podem oferecer vantagens competitivas, porém negligencia locais não escolhidos; e, mesmo nos destinos escolhidos, define partes do território passíveis de exploração, o que restringe os benefícios principalmente para uma pequena parcela da população.

Para Ruschmann (1997), os espaços escolhidos, com recursos naturais e culturais de beleza considerável, são invadidos, na alta temporada, por turistas ávidos para usufruir seu tempo livre, sem considerar os riscos de sua presença massiva.

Como os fins do fenômeno são predominantemente econômicos, olhares sobre o turismo estão frequentemente enfocados naquele que se desloca, e não no espaço e na sociedade que irá recebê-lo. Segundo Sampaio (2005), quando o espaço e os autóctones são relevados, as bases culturais e naturais que sustentaram a escolha do destino sofrem sérios riscos de se

extinguir, e assim, também, a atividade do turismo e suas inversões na economia.

2.1.3 Turismo, fenômeno social

O turismo é um fenômeno social. Isso implica reconhecer que, mesmo diante da hegemonia de atores econômicos, o turismo não se restringe a estes, ou seja, não pode ser analisado sem referenciar os processos sociais amplos com os quais está conectado, bem como o contexto de decisões políticas sobre o espaço (BARRETTO, 2004).

Segundo Cohen (2005), não se deve falar de um turista genérico, sendo importante diferenciá-los. Para fins de análise, esse autor generaliza a complexidade que envolve os fatores motivacionais do turista, e o diferencia em dois tipos: “buscadores de prazer” (turismo de massa) e “peregrinos modernos” (turismo alternativo).

Para Barretto (2004), apesar da procura crescente por turismo cultural e em áreas naturais, a maioria dos turistas ainda se caracteriza como “buscadores de prazer” e preferem destinos os mais populares para férias. Do ponto de vista dos impactos no local, turistas de massa são os que ocasionam as maiores depredações no lugar, apesar de serem, paradoxalmente, os que menos contato estabelecem com a população local (BARRETTO, 2000).

Ainda para a autora, na experiência de turismo massivo, geralmente não se estimula oportunidades de aprendizados sobre o modo de vida local, devido a características desse modo de viagem, como: encontros transitórios com os autóctones, escolha por pacotes fechados, tendências a visitar o máximo de localidades no menor período de tempo, preferência por destinos conhecidos e falta de interesse em aprender durante as férias.

A efemeridade das relações, segundo Cohen (2005), é o que propicia a exploração, hostilidade e desonestidade na relação entre visitante e visitado, pelo simples motivo de que ambas as partes não se sentem comprometidas, não se reconhecem. Para Barretto (2004), a tendência parece ser que os contatos entre turistas e residentes sejam cada vez mais “profissionais”, “impessoais” e marcados por uma relação de compra e venda. Essas complicações derivadas

da efemeridade também se aplicam na relação do visitante com o espaço natural visitado.

2.1.4 Impactos do turismo

Na experiência de turismo, o intercâmbio entre visitantes e visitados é transitória. Segundo Nash (1992), não se pode esperar que o turista se adapte em tão pouco tempo à dinâmica sociocultural local, o que acaba por transferir para os moradores locais a necessidade de realizar ajustes, como consequência da escolha por receber visitantes.

Segundo Nuñez (1992), à medida que uma comunidade se adapta para satisfazer as necessidades do turista, tende a se converter em algo cada vez mais parecido à cultura destes. Esse fato irá gerar uma variedade de mudanças sociais e culturais⁵.

Para Pearce (2002), os turistas parecem promover maior impacto social e psicológico, quando as comunidades são pequenas e isoladas. Por outro lado, quando a sociedade que recebe é mais adiantada do ponto de vista tecnológico, o impacto da experiência é mais fraco.

Outro fator importante de impacto, sugerido por Pi-Sunyer (1992), refere-se ao crescimento da quantidade de turistas, o que leva a que estes deixem de ser individualizados aos olhos do residente, e passem a ser generalizados em um estereótipo dominante no imaginário local.

Apesar dos impactos que o turismo provoca, Pearce (2002) propõe que sejam relativizadas percepções estritamente negativas, recordando que a atividade pode ser comparada de modo favorável, em relação a outros setores, como uma fonte de desenvolvimento econômico que não causa impactos sociais e ambientais nas mesmas proporções. Nuñez (1992, p. 41) faz seguinte questionamento sobre as transformações geradas pelo turismo:

⁵ Nuñez (1992) exemplifica a assimetria entre visitantes e visitados com o caso da “aculturação linguística”: contraditoriamente, anfitriões se sentem na necessidade de serem bilíngues, enquanto que a população turística tende a se abster de conhecer a língua local. O autor acrescenta que a necessidade de aprendizado da língua pelo turista não é facilmente visualizada quando o destino turístico é o próprio centro de poder, nesse caso a lógica é invertida, pois há uma cobrança subjetiva desses centros para que o visitante se adapte à cultura e conheça a língua local.

Que direito temos de afirmar que a melhoria das redes viárias, os projetos de purificação da água, a eletrificação do meio rural, enquanto incentivos do desenvolvimento turístico, não são tão benéficos, digamos, para os agricultores e artesãos do meio rural, como para seus próprios governos e para os turistas? Sabedores do estado atual de nossos conhecimentos científicos, é difícil demonstrar que o turismo seja assim tão pernicioso e destrutivo. Em alguns casos, poderia ser a melhor alternativa disponível para uma comunidade ou um país; poderia também resultar efetivamente pernicioso para os recursos naturais e humanos.

(...) ainda que as companhias de transporte, as agências de viagem e os próprios governos podem obter enormes benefícios – o dinheiro que gasta o turista em troca de bens e serviços que obtém no nível da comunidade nos mercados e bazares, nos taxis e tavernas, em troca de comida e de outros produtos, possivelmente pode proporcionar uma prosperidade e bem estar maiores do que os membros da comunidade anfitriã poderia conseguir por qualquer outro meio e ao longo de todas as suas vidas. (...) o dinheiro que gastam os turistas é dinheiro excedente que uma elite internacional redistribui entre quem menos oportunidades tem na hora de produzir.

Ainda para esse autor, diferentemente de atividades que promovem a manutenção do *status quo* social, o turismo pode ser capaz de acelerar oportunidades para classes sociais menos privilegiadas. Considerando o nível rápido de transformação na realidade social que promove, o fenômeno necessita de respostas ágeis, o que gera vantagens para camadas sociais marginalizadas, porém mais criativas, comparadas com camadas conservadoras e estáticas.

2.1.5 Atuação do Estado no Turismo

De acordo com Ferraz (1992), o Estado pode atuar no âmbito do turismo a partir de três modalidades: “participação”, “indução” e “controle”. No início da década de 1990, esse autor reconheceu ambas as modalidades no turismo nacional. Nas décadas posteriores à 1990, Cruz (2005) afirma que intensificou o papel de “indução” do Estado; as políticas públicas no setor se resumiram a criar condições físicas e normativas, capaz de atrair investimentos e visitantes estrangeiros (CRUZ, 2005)

Para exemplificar essas diferentes atuações, apresenta-se dois exemplos: na Espanha (GREENWOOD, 1992), com características de atuação “indutiva” do Estado; e no Butão (SMITH, 1992), com atuação “participativa”.

Greenwood (1992) estuda o caso do *Alarde*, em Fuenterrábia, norte da Espanha. Trata-se de desfile que comemora a resistência da cidade contra os franceses em 1638, destacada porque ricos e pobres, todos resistiram juntos ao

ataque. Para representar o episódio, anualmente a população se une, o que reafirma a identidade histórica do povo basco.

Porém, passou a figurar no calendário de festividades nacionais do Ministério do Turismo Espanhol e os grupos de empresários turísticos o difundiram profusamente. Como consequência, a população local passa a ter dificuldades em participar do ritual, devido à quantidade de visitantes.

(...) dois verões mais tarde, descobri que a população sofria sérias dificuldades na hora de conseguir participação espontâneo no *Alarde*. Ninguém mais resistiu ativa e ideologicamente, se bem que um acontecimento que depende por completo da participação voluntária e coordenada da população inteira, a generalizada falta de interesse gerou sérios problemas de organização. Em um prazo de dois anos, o que era um ritual vivo e emocionante se converte em uma obrigação que era preciso evitar. Recentemente, o governo municipal chegou a considerar o pagamento dos habitantes que participem do *Alarde*. A mim, não cabe dúvidas de que, definitivamente, haverá de pagar a eles, assim como se paga aos ciganos para que cantem e dancem, tal como se paga a uma orquestra sinfônica para que execute peças de um programa. O ritual se converteu em uma atuação que ocorre em troca de dinheiro. Desaparece o significado por completo (GREENWOOD, 1992, p. 268, tradução nossa).

Para o autor, a mercantilização do desfile firmou a disfuncionalidade cultural de um ritual, que tinha 350 anos de existência. Em um curto prazo, impactos culturais geraram problemas econômicos graves.

Como contraposto, cita-se exemplo do papel do Estado para promoção do turismo no Butão, descrito por Smith (1992, p.31, tradução nossa).

Tendo em vista a atitude reativa e negativa do vizinho Nepal, cujo turismo se viu dominado nos anos sessenta pelos hippies e o culto das drogas, Butão tomou a decisão de abrir suas fronteiras ao turismo em 1974, no entanto permitindo somente um total de mil visitantes ao ano, cada um dos quais tinha que pagar um mínimo de mil dólares por semana, para percorrer um itinerário definido anteriormente. Diante da restrição do número de visitados que se concede anualmente, o Ministério do turismo do Butão contava com a geração de grandes receitas em divisas fortes e limitar o tempo de interação social do turismo, de forma que, na prática, o contato direto entre os visitantes e os *Vilarejos* fosse muito escasso. (...) Apesar de tudo, o governo do Butão fechou em 1988 alguns monastérios da visita dos estrangeiros, com o pretexto de uma “crescente tendência materialista entre os monges” causada pelos turistas que, sem nenhuma consideração, presenteavam dinheiro, doces, lápis e outras coisas similares aos noviços.

O Governo desse país decide atuar com turismo, mas limitando o acesso, cobrando altos valores por visitantes e monitorando seus impactos

sociais. O caso foi estudado pela Organização Mundial do Turismo (OMT), que se posicionou favorável à perpetuação do modelo (SMITH, 1992).

No exemplo da Espanha, o Estado atua a partir de uma perspectiva economicista e estritamente indutora. No curto prazo, esse modelo de desenvolvimento pode promover um acentuado crescimento econômico, porém, como não se integra a outros âmbitos - sociais, culturais e ambientais -, não se sustenta, mesmo economicamente, no longo prazo.

Por outro lado, o Butão oferece exemplo de participação ativa do Estado. Há o controle da capacidade de carga e o monitoramento dos impactos na cultura e no ambiente natural. Esse modelo de desenvolvimento considera não somente o crescimento econômico, mas também o bem-estar local e promove autonomia do lugar sobre a atividade.

O Estado é a instituição social que tem capacidade de priorizar elementos culturais, proteção ambiental e educação (CRUZ, 2005). A partir dos exemplos, é possível afirmar que o fenômeno do turismo - principalmente quando é definido como estratégia de desenvolvimento em áreas com fragilidades socioeconômicas, culturas tradicionais ou de relevante valor ambiental - requer uma atuação participativa do Estado, considerando os impactos que o fenômeno pode gerar e a necessidade de envolver processos educativos nessas experiências.

2.2 TURISMO COMUNITÁRIO

A discussão dos impactos socioculturais e ambientais da modalidade do turismo massivo em foros internacionais estimulou a proposição de outros modelos possíveis (LEFANT; GRABURN, 1992 citado por BARRETTO, 2004). Com esse incentivo, Barretto (2004) expõe que as pesquisas no âmbito do turismo passam a, cada vez mais, deslocar a centralidade da lógica dos negócios para a das relações sociais, ampliando a preocupação com os reflexos da atividade no núcleo receptor.

Nesse contexto, nasce o turismo comunitário, em que a perspectiva do local, e não a do visitante, passa a ser a protagonista. Surge em momento histórico importante, quando se observa uma necessidade da sociedade globalizada ressignificar relações sociais presentes no seu interior e resgatar

qualidades vinculadas ao sentido de comunidade, como solidariedade e valorização da diversidade cultural.

O sentido de comunidade se refere a um conjunto de valores, conhecimentos coletivos ancestrais, técnicas de produção, formas de conduta e de organização, que geram comportamentos de cooperação entre seus membros, com a finalidade de assegurar a coesão social e de garantir suficientes meios de vida para a sobrevivência do grupo (MALDONADO, 2009). Para esse autor, os núcleos que ainda estabelecem relações sociais comunitárias, frequentemente, estão expostos a riscos associados ao posicionamento desigual de seus membros em relação ao meio social. Fato perceptível quando se observa o nível de acesso comumente precário desses núcleos a serviços básicos, como saúde e educação.

De acordo com Burskyn (2005), o turismo comunitário é a modalidade de turismo que norteia a regulamentação, no Brasil, entre turismo e inclusão social. Nessa modalidade, os moradores de áreas não contempladas pelo turismo convencional se organizam e buscam novas formas de produção, capazes de gerar trabalho e renda nas periferias e espaços marginais de centros urbanos ou rurais; e descobrem potencialidades locais capazes de atrair o interesse de visitantes, como cultura, festas populares, gastronomia e belezas naturais do lugar.

Grande parte dos potenciais capazes de atrair o interesse do convidado são atividades consideradas rotineiras e simples pela comunidade. As “vivências comunitárias” são os modos de vida e produção locais formatados para serem apresentados aos visitantes (ZAMIGNAM; SAMPAIO, 2012; COUTINHO; SAMPAIO; RODRIGUES, 2012), como participar de rodas de conversa, escutar dos mais velhos histórias e mitos do lugar, aprender sobre as ervas medicinais, colher frutas, ser conduzido por trilhas. Enfim, o convidado é estimulado a participar de atividades, envolvendo-se com o que acontece ali⁶.

A convivencialidade é o sentido que se quer evidenciar na relação entre visitante e ambiente visitado. O conceito de convivencialidade sugere relação social em que predomina o interesse de um sujeito pelo outro, respeitando

⁶ Em alguns casos, pode se hospedar na casa do anfitrião e ajudar nos afazeres domésticos, ao mesmo tempo em que tem a oportunidade de experimentar, mesmo que por alguns dias, uma vida diferente.

modos de vida e fragilidades ambientais (ILLICH, 1976). Para Zaoual (2009), enquanto o turismo convencional produz espaços regulados para o turista e para os moradores, o turismo comunitário disponibiliza seu lugar, os espaços vividos que possuem uma especialidade real, histórica e culturalmente construída, como espaços de encontro.

2.2.1 Princípio da autonomia do local

Uma das experiências mais significativas de turismo comunitário no Brasil ocorre na Prainha do Canto Verde-CE. Os moradores locais - diante de um cenário de pressões para venda de terrenos e conflitos com redes hoteleiras internacionais -, decidem mobilizar-se contra perspectivas externas aos interesses locais; impedem a instalação de grandes redes hoteleiras e estimulam a criação de uma UC no local. O turismo comunitário foi uma das estratégias escolhidas para desenvolvimento, auxiliando na mobilização pela posse comunitária do território.

Segundo Cruz (2006, p. 338), “(..) as relações historicamente construídas por um dado grupo dão o tom da maior ou menor resistência dos lugares aos vetores alienados e alienígenas trazidas com o turismo”. A capacidade de defesa do território e da cultura local depende do nível de poder de controle, ou melhor, de autonomia dos moradores sobre atividades na sua comunidade.

Peck e Lepie (1992) sugerem que esse poder depende de condicionantes, como: propriedade do terreno, fonte de financiamento, participação efetiva da população local e valorização das tradições e modos de vida locais nos projetos de desenvolvimento. Para que o núcleo comunitário mantenha a autonomia, é importante que a construção de proposta seja paulatina⁷, oferecendo tempo necessário para apreensão do fenômeno (PECK; LEPIE, 1992).

Porém, considerando a realidade socioeconômica dessas comunidades, a maioria não irá dispor de conhecimentos e recursos técnico-profissionais.

⁷ A fonte de financiamento, quando externo ao local, é capaz de retirar o poder da comunidade. De outra forma, a dependência de insumos produzidos no próprio local promoverá um crescimento paulatino da atividade (PECK; LEPIE, 1992).

Nesse sentido, instituições públicas, privadas, do terceiro setor e de ensino desempenham importante papel, para transferência de tecnologias capazes de dotar esses grupos de instrumentos de gestão e controle, os quais lhe assegurem autonomia (SAMPAIO; FERNANDES; PHILIPPI JR, 2010).

Os gestores do local necessitam cumprir etapas importantes, a exemplo de reuniões participativas com o núcleo, pesquisas de satisfação dos visitantes e definição de normas de conduta para os turistas. Tais etapas facilitam o monitoramento constante da experiência.

A etapa de sensibilização anterior dos visitantes também é essencial no turismo comunitário. Segundo Coutinho, Mendes e Sampaio (2015), cabe ao núcleo apresentar sobre a dinâmica sociocultural local, os condicionantes históricos do lugar e as características do ambiente natural. Esse processo educativo estimula relações de convivencialidade e pode acontecer tanto antes da chegada dos visitantes, quanto no primeiro contato destes com o local. Como afirma Barretto (2000), um patrimônio, seja natural ou cultural, dificilmente será alvo de um ato de vandalismo por parte de alguém que conhece seu significado. Portanto, é importante monitorar se as trocas entre visitantes e visitados promovem experiências educativas, superando uma simples relação de compra e venda de serviços.

2.2.2 Turismo comunitário e economia solidária

Turismo comunitário pode ser considerado como a expansão da economia solidária no âmbito do turismo. No Brasil, a economia solidária é tema que congrega experiências associativas, com o objetivo de visibilizar politicamente setores marginalizados socialmente (SINGER, 2002).

Na prática, surgem empreendimentos que partem de associações de pessoas, as quais desejam obter algum meio de vida ou de renda por intermédio do trabalho. As empresas solidárias podem dispor ou não de registro legal, mas constituem-se em práticas onde a gestão das atividades são exercidas de maneira coletiva, a partir de redes de cooperação (RUTKOWSKI, 2008).

Segundo Singer (2000), diferentemente do modelo de competição e controle da organização capitalista, os empreendimentos solidários buscam democratizar a gestão do trabalho e distribuir o lucro, de forma que o cooperado

conheça as etapas da produção, relacione-se com os demais membros e seja valorizado.

Para Gaiger (2004), os empreendimentos solidários vinculam-se a um território e, nesse caso, adapta-se aos saberes, habilidades e competências locais; portanto, suas práticas são potencialmente menos agressivas à cultura e ao meio ambiente. Sob essa lógica, os saberes locais, geralmente desprezados pela técnica profissional, são revalorizados e utilizados para prover renda e coesão social. O estabelecimento de laços sociais efetivos é um dos principais objetivos dos empreendimentos solidários (GAIGER, 2004).

Para Rutkowski e Lianza (2004), é comum aos cooperados a detenção de habilidades técnicas específicas - artesãos, agricultores, professores, etc. -, mas que lhes faltem técnicas de organização e administração de negócio coletivo. Essa lacuna compromete a continuidade no tempo das iniciativas, levando que a maioria delas atravessem dificuldades de gestão e, com o tempo, a perder o dinamismo que motivou a sua criação. Esses autores propõem a criação de um sistema nacional de inovação capaz de oferecer aos empreendimentos a possibilidade de sobreviver, mesmo quando submetidos à concorrência do mercado aberto.

Os princípios da economia solidária, aplicados no turismo comunitário, serão utilizados para focalizar a relação entre UCs e moradores da região de entorno. O próximo tema aborda essas áreas naturais protegidas.

2.3 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Conservação da natureza é conceito que compreende a relação entre o ser humano e a riqueza biológica⁸ do planeta, para que seja possível garantir a proteção da diversidade biótica e abiótica, bem como produzir benefícios para as gerações presentes, mantendo potencial de satisfação das necessidades e aspirações das gerações futuras (BRASIL, 2000).

⁸ “Diversidade biológica: a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas” (BRASIL, 2000, p.2). O conceito de ecossistema designa conjunto formado por todas as comunidades bióticas (animais, plantas, microorganismos) que vivem e interagem em determinada região e pelos fatores abióticos (solo, rochas, água, sol, vento, gelo) que atuam sobre essas comunidades (IAP, 2004).

As áreas ambientais legalmente protegidas são consideradas como importantes instrumentos para garantia da conservação da natureza. Dentre os chamados espaços territoriais especialmente protegidos, previstos constitucionalmente, encontram-se as UCs. No Brasil, essas áreas tanto podem ser de domínio público quanto privado e possuem objetivos específicos, com limites e garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído em 2000 pela Lei Federal nº 9.985, define diferentes categorias de proteção e manejo⁹, que cumprem objetivos distintos entre si. O SNUC é constituído pelo conjunto das UCs federais, estaduais e municipais do território brasileiro¹⁰.

Esse Sistema estabelece 12 categorias de UCs, divididas em dois grupos: unidades de uso sustentável e unidades de proteção integral. Nas primeiras, a utilização de parcelas do ambiente pelo homem é permitida, desde que de maneira compatível com sua conservação, como é o caso das Áreas de Proteção Ambiental (APA), Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável. As segundas são destinadas à manutenção de ecossistemas livres de alterações causadas pela interferência humana, como as Estações Ecológicas (ESEC), Reservas Biológicas (REBIO) e Parques Nacionais (PARNA). As UCs de proteção integral são de posse e domínio público, portanto, as áreas particulares inclusas em seus limites devem ser desapropriadas e as populações devem ser reassentadas em locais de condições favoráveis (BRASIL, 2000).

Segundo Leuzinger (2010), a distribuição das categorias de manejo em grupos distintos é reflexo da composição de conflitos entre preservacionistas e socioambientalistas. Nesse cenário, o SNUC decide abordar, dentre seus objetivos, tanto a preservação da biodiversidade, quanto a proteção dos recursos

⁹ Manejo se refere aos procedimentos que objetivam assegurar a conservação da diversidade biológica.

¹⁰ Além das categorias previstas no SNUC, outros territórios também são considerados áreas de proteção ambiental, a exemplo da Área de Proteção permanente (APP), definida como uma “área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas” (BRASIL, 2012, p. 3). São consideradas APPs as encostas de morros, matas ciliares, nascentes dos rios, dentre outras.

naturais necessários à subsistência das populações tradicionais e a valorização social e econômica da diversidade biológica (LEUZINGER, 2010).

As UCs de proteção integral contam com cinco diferentes categorias de manejo. O principal objetivo deve ser a preservação da biodiversidade e demais elementos naturais, o que é alcançado a partir do controle rígido das atividades antrópicas praticadas dentro de seus limites (BRASIL, 2000). Dentre estas, a categoria de manejo PARNA, em função da amplitude de seus objetivos, pode ser considerada a espinha dorsal de um sistema de áreas protegidas (IAP, 2004). No Parque é vedada a interferência humana direta - exceto ações necessária para manejo -, e destaca-se a finalidade educativa e interpretativa, por meio do turismo (BRASIL, 2000).

A diferença entre PARNA, REBIO e ESEC reside na possibilidade de visitação. Como explica Leuzinger (2010), muito embora o PARNA não necessite ter sua área totalmente aberta ao público, ao menos parte dela deverá sê-lo, sob pena de se transformar em categoria de manejo ainda mais restrita. Desse modo, Parques fechados, a não ser provisoriamente, contrariam a lei e deveriam ser readequados em outra categoria (LEUZINGER, 2010). Segundo Zimmermann, Rodrigues e Andrade (2005), em torno de 35% dessas unidades estão abertas à visitação no Brasil e possuem condições mínimas de organização e infraestrutura para receber visitantes.

O *Yellowstone National Park*, criado em 1892, é reconhecido como o primeiro Parque Nacional da história. Transcorridos 65 anos, o Brasil institui o Parque Nacional de Itatiaia em 1937 e, dois anos depois, o Parque Nacional do Iguaçu. No Paraná, em 1942, o Governo determina a desapropriação do território das famosas formações rochosas de Vila Velha, e em 1953 cria a primeira UC Estadual, o PEVV (IAP, 2004).

2.3.1 Plano de manejo e zoneamento

O planejamento das UCs pressupõe a utilização de instrumentos denominados de planos de manejo, que se configuram como documentos técnicos oficiais de planejamento em cada UC. O “Roteiro Metodológico de Planejamento” (GALANTE; BESERRA; MENEZES, 2002, p. 17) apresenta que esse documento deve possuir três abordagens distintas:

- Enquadramento da unidade nos cenários internacional, federal e estadual, destacando-se a relevância e as oportunidades da UC nesse cenário;
- Diagnóstico da situação socioambiental do entorno e caracterização ambiental e institucional da UC;
- Proposições principalmente voltadas para a UC e sua região, com a finalidade de minimizar/ reverter situações de conflito e otimizar situações favoráveis à UC, traduzidas em um planejamento.

Ainda segundo esse estudo, o plano de manejo deve caracterizar-se como contínuo, gradativo, flexível e participativo. Dentre as atribuições, cabe ao documento determinar modalidades de participação da sociedade no planejamento e em ações específicas nas UCs e áreas do entorno, tornando-a partícipe e comprometida com as estratégias estabelecidas (GALANTE; BESERRA; MENEZES, 2002).

Segundo o SNUC (art. 27, § 1º) o plano de manejo deve abranger a área da UC, sua zona de amortecimento e corredores ecológicos. A zona de amortecimento é descrita como o entorno da UC, onde as atividades humanas necessitam possuir consonâncias com o ambiente protegido, objetivando a minimização de impactos negativos (SNUC, art. 2º - XVIII). Já os corredores ecológicos são ecossistemas estabelecidos entre duas UCs, que possibilitam fluxo de genes e movimento da fauna, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de espécies que requerem, para sobrevivência, extensões maiores do que aquela encontrada em uma das unidades (SNUC, art. 2º - XIX).

Esse Sistema também prevê a instituição de mosaicos, nos casos em que haja um conjunto de UCs de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, além de outros espaços protegidos públicos ou privados; a gestão do mosaico deverá ser feita de forma integrada e participativa (BRASIL, 2000).

Depois de criada a UC, O SNUC (art. 27, § 3º) define prazo de cinco anos para elaboração do plano de manejo (BRASIL, 2000). No entanto, são

vários os casos de unidades no Brasil que não produziram e por vezes chegam a existir por mais de uma década sem qualquer documento de planejamento¹¹.

A produção de um plano de manejo requer estudos sistemáticos abrangentes, que possam subsidiar o zoneamento da unidade, conseqüentemente a definição dos usos possíveis do solo e dos recursos naturais, sempre em consonância com os objetivos da sua criação.

O “Roteiro Metodológico de Planejamento” (GALANTE; BESERRA; MENEZES, 2002) define as zonas possíveis de serem categorizadas no caso de PARNAs (QUADRO 1). Os níveis de intervenção se referem às atividades humanas em cada zona. Áreas com mínima ou nenhuma intervenção, prioritariamente, são zoneadas como de proteção integral. No caso do uso público, atividades turísticas com finalidades ao lazer e recreação se localizam nas zonas de alto grau de intervenção. Quando a finalidade é educação ambiental, o turismo pode, inclusive, ser realizado em áreas com níveis de “baixa intervenção”.

Níveis de intervenção	Zonas
Nenhuma ou baixa intervenção	Intangível - proteção integral dos ecossistemas, dos recursos genéticos e monitoramento ambiental.
	Primitiva - preservação do ambiente natural e promoção de atividades de pesquisa científica e educação ambiental.
Média intervenção	Uso extensivo - manutenção de ambiente natural com impacto humano mínimo, mas com acesso ao público para fins de recreação e educação.
	Histórico-cultural - proteção de sítios arqueológicos, paleontológicos e históricos, de forma harmônica com a conservação ambiental.
Alto grau de intervenção	Uso intensivo - concentra infraestrutura de visitação da UC, como centro de visitantes, museus e estabelecimento de serviços.
	Uso especial - concentra a infraestrutura administrativa da unidade.
	Recuperação - zona provisória cujo objetivo é restaurar áreas degradadas.
	Uso conflitante - espaços cujos usos, estabelecidos antes da criação da UC, conflitam com seus objetivos de conservação.
	Ocupação temporária - áreas onde se concentram populações residentes.
	Superposição indígena - áreas onde há terras indígenas, homologadas ou não, sobrepostas à UC.

QUADRO 1 - POSSIBILIDADES DE ZONAS DE MANEJO EM PARQUE NACIONAL
 FONTE: GALANTE, BESERRA E MENEZES (2002) (ADAPTADO)

O zoneamento de uma unidade pode também ser um elemento de conflito. Nesse caso, é processo chave para amenizar ou mesmo acirrar problemas derivados do uso da biodiversidade no interior e entorno das UCs.

¹¹ A exemplo do Parque Nacional de Superagui-PR, criado em 1989, mas que, até o momento, não possui plano de Manejo.

2.3.2 Atividades de uso público

De acordo com o SNUC, com exceção da ESEC e REBIO¹², todas as demais categorias de UC podem ser abertas à visitação pública. Quando a UC for constituída por áreas de domínio privado, como a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), caberá aos proprietários decidirem sobre a possibilidade ou não de receberem visitantes.

No caso específico do PEVV, o plano de manejo define que o uso público se refere a atividades de visitação que podem ser realizadas na zona de uso intensivo, voltadas à educação e interpretação ambiental, recreação e lazer, tendo como objetivo motivar os visitantes para, principalmente, conhecerem e valorizarem os aspectos naturais (IAP, 2004).

A exemplo do PEVV e de várias outras UCs no Brasil e exterior, impactos ambientais podem ser gerados devido à visitação pública. Dentre as várias possibilidades de impactos, Takahashi (2004) destaca: destruição da vegetação, erosão nas trilhas, lixo deixado pelos visitantes e outros danos que afetam a evolução dos ecossistemas e alteram o comportamento da fauna.

O comportamento dos visitantes é aspecto central quando se estuda impactos do turismo em áreas protegidas. A degradação desses espaços pelos visitantes está diretamente relacionada à falta de conhecimento sobre as peculiaridades da geodiversidade e biodiversidade local. Daí decorre a importância de que o turismo em UCs esteja diretamente vinculado à educação ambiental, superando mera atividade de lazer e recreação nesses espaços.

Giraldella e Neiman (2010) ressaltam que, apesar dos avanços recentes no planejamento e implantação de programas de uso público, os gestores das áreas protegidas no Brasil ainda encontram dificuldades em controlar e ordenar a visitação de modo a garantir o controle dos impactos. Os autores sugerem que parte da verba arrecadada com a visitação seja revertida para a capacitação de profissionais e aprimoramento do programa de educação ambiental.

¹² A REBIO e a ESEC, por serem as categorias de proteção mais restritas quanto à intervenção humana, permitem somente visitação restrita e controlada, exclusivamente para educação ambiental.

Apesar dos impactos causados pelo turismo nas UCs, Leuzinger (2010) destaca alguns dos pontos favoráveis, como a disseminação de educação ambiental e lazer em contato com a natureza, geração de receita para a unidade e geração de renda para comunidades do entorno. Esse autor apresenta o exemplo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros:

Os benefícios gerados para a população do entorno da UC podem constituir uma importante forma de se contornar os conflitos advindos da instituição de unidades de proteção integral, que não admitem a utilização direta de recursos, antes realizada por aquelas pessoas. Daí a urgência em se determinar maneiras de envolver a sociedade local na gestão da UC, mesmo que indiretamente, por meio da prestação de serviços que possam interessar aos turistas. A proibição de se acampar dentro da unidade e a obrigatoriedade de se contratar um guia local para se ingressar no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, localizado em Goiás, são bons exemplos de iniciativas que acarretaram ganhos para a população de São Jorge, povoado que se encontra na zona de amortecimento do parque. As pousadas e *campings* particulares se multiplicaram, assim como os restaurantes, tendo sido fornecido aos moradores interessados cursos de guia de turismo (LEUZINGER, 2010, p. 31).

Ainda para o autor, são necessários estudos específicos que viabilizem a compatibilização entre preservação e presença humana nas UCs. Dentre os estudos, o plano de manejo deve definir o tipo de acesso aos atrativos naturais, prever capacidade de carga para trilhas interpretativas¹³, condicionar a presença - obrigatória ou não - de condutores de visitantes e de meios necessários para interpretação do ambiente, como sinalizações, mapas, etc.

2.3.3 Participação social em Unidades de Conservação

Apenas a criação de UCs não garante a proteção dos seus recursos naturais; é necessária uma gestão realmente participativa entre todos os envolvidos: sociedade civil, organismos públicos, terceiro setor, instituições de ensino e comunidades locais. A participação da sociedade nas áreas naturais

¹³ As trilhas interpretativas possuem um importante papel, pois são os principais veículos para promover educação ambiental na UC. Segundo Takahashi (2004), a experiência promovida nas trilhas interpretativas podem despertar nos visitantes a empatia, sendo primeiro passo para se atingir o entendimento e cooperação para a busca de aliados para a conservação.

protegidas é prerrogativa importante, inclusive exigida pela lei que rege as UCs no Brasil¹⁴ (BRASIL, 2000).

Porém, Segundo o Instituto Socioambiental (2015), os planos de manejo refletem a maneira de pensar de instituições e gestores das UCs, que podem variar entre modelos excludentes - os quais tratam do manejo da unidade sem a participação dos habitantes da região -, ou mais inclusivos. Apesar do modelo excludente ter tido êxito em algumas situações no Brasil, o modelo inclusivo conta com maiores possibilidades, em longo prazo, de garantir a integridade biológica das áreas protegidas.

Ainda para o Instituto Socioambiental (2015), a integração com as comunidades locais deve ser uma das principais estratégias para ampliar os níveis de participação social nas UCs. Para tanto, este sugere a identificação dos interesses dos atores locais, o que depende de uma aproximação sensível dos planejadores e gestores ambientais em relação às populações do entorno.

Segundo Sachs (2002), o envolvimento social no planejamento é importante para que se incorporem diversos saberes no processo, com vistas à formação de alianças entre instituições governamentais e atores sociais. Dessa forma, são criadas condições para o compartilhamento de responsabilidades, aumento da eficácia na implementação da UC e redução dos custos de execução dos objetivos de proteção, o que desonera a carga das instituições gestoras (GALANTE, BESERRA E MENEZES, 2002).

Segundo Rodrigues (2001), o ideal é que a participação social nas UCs deixe de ser passiva e informativa, passando a ser funcional e interativa, ou seja, que as pessoas realmente sejam envolvidas no processo de gestão, e não apenas sejam “avisadas”, “consultadas” ou “informadas” das decisões dos gestores.

Os aprendizados adquiridos com a participação podem contribuir para a formulação de políticas públicas mais efetivas e facilitar o direcionamento das ações do Estado no local (KERSTENETZKY, 2000). Ao mesmo tempo, esses processos são oportunidades educativas para a sociedade civil, o que amplia a compreensão sobre a importância das UCs (ICMBIO, 2002).

¹⁴ A partir da instituição do SNUC, cresce a preocupação dos órgãos governamentais e parceiros das áreas protegidas com a participação social (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2015).

Giraldella e Neiman (2010) sugerem que o envolvimento comunitário na gestão das áreas protegidas pode reverter o distanciamento dos seres humanos em relação à natureza, fortalecendo vinculações econômicas, sociais, espirituais, culturais e ecológicas entre sociedades e ecossistemas.

2.3.4 Conflitos em Unidades de Conservação

A instituição de UCs ao redor do planeta, desde o *Yellowstone National Park*, mostra uma longa tradição de conflitos entre o Estado e segmentos da sociedade. Esse cenário é uma consequência do processo histórico e desigual de ocupação e uso da terra e dos ciclos econômicos adotados em cada país.

A sociedade brasileira - entendida como todos os setores sociais, incluindo-se organizações civis, instituições públicas, empresas e outros - possui uma herança cultural e histórica baseada no autoritarismo e na centralidade de poder nas elites políticas e econômicas que se entremeiam com o aparato do Estado. Na atualidade, esta herança se reflete, entre outros aspectos, em aguda assimetria de poder entre setores da sociedade, em organizações sociais frágeis, e em reduzida prática de participação. E, ainda, está presente em estruturas institucionais deficitárias e insuficientes para trabalhar em estreita cooperação com a sociedade civil. Este cenário conforma-se em um ambiente pouco favorável aos empreendimentos participativos, de maneira geral, e, inclusive, diante dos processos de planejamento participativo das UCs (NEIVA *et al.* 2013, p. 20).

Neiva *et al.* (2013), sugere alguns dos motivos que reforçam o imaginário social negativo sobre as UCs, como o arraigado entendimento de que as áreas protegidas são de propriedade do Governo e não patrimônio da sociedade, e o histórico autoritário dos antigos processos de criação das UCs. Também, os planos de manejo possuem linguagem técnica de difícil compreensão e apropriação por parte da sociedade, o que reforça o distanciamento (NEIVA *et al.*, 2013).

No Brasil, as UCs enfrentam conflitos estruturais que justificam a baixa efetividade e participação social na gestão, como: indefinições quanto a populações humanas, em especial comunidades tradicionais, dentro das UCs; falta de regularização fundiária; escassez de recursos humanos e financeiros; instabilidade política das instituições governamentais.

Oliveira (2012) destaca que a falta de regularização fundiária é um problema que afeta a maioria das UCs brasileiras. As áreas protegidas de

proteção integral requerem a desapropriação de propriedades privadas pelo Estado, sendo processo que provoca desentendimentos entre UCs, comunidades locais e proprietários rurais. Para exemplificar esse conflito, apresenta-se o caso do Parque Nacional dos Campos Gerais (PNCG).

(i) *Parque Nacional dos Campos Gerais*

O processo de criação do PNCG é exemplo dos desafios enfrentados atualmente para o estabelecimento de áreas protegidas no Brasil. A unidade foi instituída pelo Decreto Federal s/nº, de 23 de março de 2006, na região dos Campos Gerais do Paraná, com área de 21.287 ha (BRASIL, 2006). Situa-se a poucos quilômetros do PEVV.

Segundo Oliveira (2012), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) constatou um cenário de poucos remanescentes naturais de biomas tipicamente sulinos e criou um força-tarefa para propor novas UCs no Estado do Paraná e Santa Catarina. Porém, antes mesmo dos estudos iniciarem, ocorreu uma intensa mobilização de setores produtivos, especialmente dos segmentos agropecuário e madeireiro, contra a proposta de criação de UC (OLIVEIRA, 2012). A reação social de maior gravidade ocorreu em Candói, no Paraná, onde áreas inteiras haviam sido desflorestadas para evitar uma UC no local, como apresentam as FIGURAS 1.



FIGURAS 1: ÁREA DE CANDÓI, ANTES E DEPOIS DO DESMATAMENTO
FOTO: HARVEY (citado por OLIVEIRA, 2012); SAVI (citado por OLIVEIRA, 2012)

Segundo Oliveira (2012), com a definição das áreas prioritárias, foram realizados os procedimentos para criação das UC, como consultas públicas.

Porém, houve intensa discussão e contestação de proprietários particulares em relação às unidades propostas, inclusive com processos judiciais que chegaram ao Supremo Tribunal Federal (STF). Com o respaldo jurídico, foram criadas cinco UCs, dentre elas o PNCG, porém:

Decorridos seis anos desde a criação do PNCG, os usos incompatíveis com os objetivos para os quais foi criada, quais sejam “preservar os ambientes naturais ali existentes com destaque para os remanescentes de Floresta Ombrófila Mista e de campos Sulinos, realizar pesquisas científicas e desenvolver atividades de educação ambiental e turismo ecológico” (BRASIL, 2006) ainda não foram regularizados. Dentre tais usos, destacam-se cultivos anuais de grãos, com utilização de agroquímicos diversos, manutenção de florestas exóticas de eucalipto e pinus, este último com alto potencial para a contaminação de áreas de campos naturais com proliferação espontânea de plântulas, uso público desordenado (balneários, montanhismo, moto-trails, camping, etc.), caça, pesca, entre outros. (OLIVEIRA, 2012, p. 10).

Até o momento, nenhuma propriedade particular foi desapropriada e a resistência em relação à criação da UC por parte do setor ruralista persiste. Os atrativos naturais inseridos na unidade são geridos pelos proprietários rurais, porém, a visitação é desprovida de aspectos relacionados à educação ambiental, sendo comuns os casos de impactos, como depredações, lixo etc. (ICMBIO, 2012; ECOPARANÁ, 2013).

O processo de criação do PNCG exemplifica as dificuldades atualmente enfrentadas para criação e posterior gestão de UCs. A requerida participação social nessa unidade ainda se apresenta longe de ser efetivada, devido aos conflitos instaurados.

O caso do PEVV também oferece exemplo de conflitos, como a permanência de um modelo de produção agrosilvícola e em grande escala no entorno, que promove impactos na área natural protegida. Também, o turismo provocou conflitos, devido a permissão, por várias décadas, de atividades de uso público desvinculadas de caráter conservacionista na unidade.

O tema a seguir contextualiza o patrimônio natural dos Campos Gerais do Paraná, região onde se localiza o PEVV e seu entorno.

2.4 CAMPOS GERAIS DO PARANÁ

O Paraná é uma Unidade Federativa (UF) brasileira que não oferece possibilidade de expansão de sua fronteira agrícola, com praticamente todo o território fundiariamente apropriado (IAP, 2004). Apesar do forte crescimento de atividades econômicas no setor secundário e terciário nas últimas décadas, é o setor primário - atividades agrícolas, silvícolas e pastoris - que, tradicionalmente, marca e caracteriza a economia paranaense (IAP, 2004).

O Estado possui uma fisiografia ambiental caracterizada por uma considerável diversidade de ecossistemas. Historicamente, porém, o uso e ocupação do território estiveram condicionados à exploração de recursos naturais em vários ciclos econômicos, atualmente fundamentado na monocultura da soja para exportação. Devido à expansão das fronteiras agrícolas, restam poucos espaços com ecossistemas nativos (IAP, 2004).

A geografia do Paraná pode ser explicada a partir de seus degraus topográficos. Do litoral até a divisa oeste do Estado, são encontradas as seguintes geomorfologias: Planície Costeira, Serra do Mar, Primeiro Planalto Paranaense, Escarpa Devoniana, Segundo Planalto Paranaense, Serra Geral e Terceiro Planalto Paranaense. Os Campos Gerais do Paraná é região situada junto ao reverso da Escarpa Devoniana, no Segundo Planalto do Paraná (MAACK, 1948), como destacado na FIGURA 2.

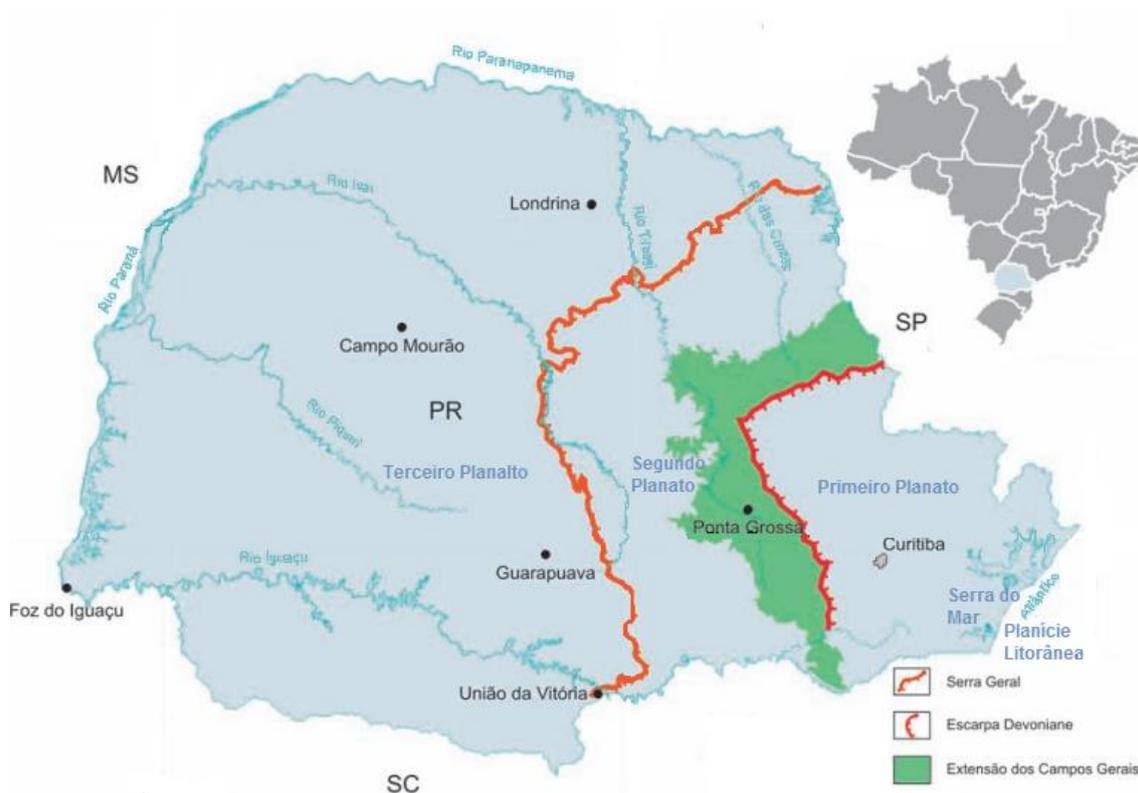


FIGURA 2 - OS CAMPOS GERAIS EM DESTAQUE¹⁵
 Fonte: MELO *et al.* (2007)

A expressão “Campos Gerais do Paraná” foi consagrada pelo pesquisador Reinhard Maack. Em sua definição clássica, a partir de critérios fitogeográficos e geomorfológicos, os Campos Gerais compreendem campos limpos e campos cerrados naturais situados sobre o Segundo Planalto (MAACK, 1948). Essa definição abrange um território com 11.761,41 km² de extensão, situado em pelo menos parte de 22 municípios do Paraná (MELO *et al.*, 2007).

A população fixa da região está na ordem de 700.000 habitantes (IBGE, 2013). É uma das mais desenvolvidas do Brasil em relação à geração e aplicação de técnicas agropecuárias, com a cidade de Ponta Grossa concentrando moderno parque agroindustrial, entroncamento rodoviário e logístico estratégico no Paraná e importantes centros de pesquisa (OLIVEIRA, 2012).

Segundo Guimarães *et al.* (2012), a região possui uma excepcionalidade geomorfológica/ paleontológica/ paleoambiental, que respaldou a existência de várias UCs e consolidou a região como laboratório científico ao ar livre de

¹⁵ Melo *et al.* (2007) utilizou a definição de Maack (1948) sobre a extensão dos Campos Gerais, para delimitação na FIGURA 5.

relevância nacional. A estes atributos, alia-se um rico patrimônio arqueológico e histórico/ cultural.

2.4.1 Fitogeografia regional

A Fitogeografia dos Campos Gerais é marcada pela presença de duas formações paisagísticas bastante distintas: “campos” e “floresta com araucária”. A primeira tem como característica marcante uma vegetação herbácea e subarbustiva, adaptada ao clima, solo e fauna local, a exemplo da forte insolação, ventos constantes, queimadas, presença da fauna de herbívoros e solos rasos e empobrecidos encontrados na região. A segunda, por sua vez, é dominada pela floresta com araucária, onde o pinheiro-do-paraná (*Araucaria angustifolia*) é o elemento marcante, com notável beleza cênica e ocupando o andar superior da floresta (MORO; CARMO, 2007; CARMO; MORO; NOGUEIRA, 2007).

A FIGURA 3 apresenta uma paisagem típica dos Campos Gerais, encontrada no PEVV.



FIGURA 3 - PAISAGEM NATURAL DOS CAMPOS GERAIS DO PARANÁ¹⁶
FOTO: JOSUÉ TEIXEIRA (2015)

¹⁶ Observa-se o domínio da fitogeografia de campo na paisagem, intermeados por capões com araucárias e matas ciliares, nas regiões com maior umidade (SILVA, 2011).

Os campos e a floresta com araucárias são enquadrados fitogeograficamente como Estepe e Floresta Ombrófila Mista¹⁷ (IBGE, 1991¹⁸), respectivamente. Desde há muito tempo, essas vegetações despertam curiosidades sobre suas origens na mesma paisagem.

Segundo Maack (1948), os campos seriam remanescentes de um paleoambiente mais frio e seco, à época do último período glacial do planeta, entre 12 mil e 9 mil anos Antes do Presente (A.P.). Segundo Silva (2011), registros palinológicos¹⁹ desse período apontam para temperaturas mais baixas e com frequentes geadas, os quais limitaram a expansão da vegetação de florestas. Para esse autor, as coberturas florestais estavam fragmentadas e refugiadas em zonas mais rebaixas, onde a umidade se manteve mesmo no ápice da glaciação. Com o término da glaciação e retropicalização, as florestas com araucárias se expandiram para regiões mais elevadas dos planaltos sulinos (SILVA, 2011).

Behling e Pillar²⁰ (2007 citados por SILVA, 2011) afirmam que as áreas de Estepe foram extremamente reduzidas, substituídas devido à expansão da Floresta Ombrófila Mista, especialmente durante os últimos 1.100 anos, causados por alterações no clima para condições mais úmidas. Portanto, a atual tendência natural é de expansão da floresta sobre os campos. Porém, a presença de fatores como fauna já extinta de grandes pastadores, ocorrências regulares de incêndios e principalmente a barreira natural imposta pela Escarpa Devoniana - a qual possibilitou um clima menos úmido e dificultou a dispersão de sementes - ajudaram a impedir a rápida expansão florestal especificamente

¹⁷ O termo “ombrófila” se refere a chuva (umidade). O termo “mista” se refere a aparição tanto de espécies tropicais quanto subtropicais; caso de subtropicalidade mais evidente é o pinheiro-do-paraná (*Araucária angustifolia* (IAP, 2004)).

¹⁸ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) adaptou a classificação da vegetação brasileira ao sistema mundial definido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

¹⁹ Palinologia é a parte da botânica que estuda estruturas resistentes das plantas, com pólen e esporos (IAP, 2004).

²⁰ BEHLING, H; PILLAR, V.D.P. **Late Quaternary vegetation, biodiversity and fire dynamics on the Southern Brazilian highland and their implication for conservation and management of modern Araucaria forest and grassland ecosystems.** Philosophical transactions of the royal society. 2007.

nessa região (MELO *et al.*, 2003; BEHLING; PILLAR, 2007 citados por SILVA, 2011)²¹.

Outra característica da fitogeografia regional é o registro de pelo menos 587 espécies típicas de Cerrado (RITTER, 2008). Para Maack (1948), os campos e cerrados do Paraná devem ser considerados como formas de relicto.

2.4.2 História da região

As primeiras evidências de povoamento na área que atualmente compreende o Paraná remontam cerca de 10.000 anos A.P. (PARELLADA, 2007). Os Campos Gerais abrigam grande parte dos sítios arqueológicos com pinturas rupestres do Paraná e nessa região as pinturas foram produzidas, principalmente, por populações que tinham na caça e coleta a principal atividade de subsistência (PARELLADA, 2007).

O significado das pinturas e o intervalo cronológico que representam ainda são pouco conhecidos. Além de estudos mais detalhados sobre esse patrimônio, são necessárias medidas efetivas para protegê-los, pois o desconhecimento de seu valor pela população tem promovido depredações irreversíveis (SILVA; MELO; PARELLADA, 2006), como a ocorrida na FIGURA 4 a seguir:

²¹ Principalmente após a extinção da fauna herbívora de grande porte, o fogo pode ter sido protagonista na manutenção da vegetação rasteira, e até mesmo grupos indígenas da região podem ter contribuído, quando faziam uso de fogueiras e incêndios (BEHLING; PILLAR, 2007 citados por SILVA, 2011). Segundo estudos de Silva (2011), a própria sobrevivência até a hoje da *Araucaria angustifolia*, considerada um fóssil vivo, deveu-se a sua peculiar adaptação para resistir ao fogo, quando se observa um caule com cascas resistentes e o formato umbeliforme da copa. Até mesmo as folhas, chamadas de grimpas, adaptaram-se anatomicamente para facilitar a ocorrência incêndio, quando caem secas no solo (SILVA, 2011).



FIGURA 4 – PINTURAS RUPESTRES COM DEPREDações²²
FOTO: ALESSANDRO CHAGAS (2015)

Sobre populações originárias, os *Kaingang* são a etnia indígena que predominava nos Campos Gerais. Pertencem à família linguística Jê e originalmente habitavam regiões de vegetação campestre e com presença de florestas com araucárias, onde tinham no pinhão sua principal fonte de subsistência (MARANHÃO, 2015).

Segundo essa autora, a atividade tropeira e a conseqüente expansão das fazendas de gado sobre os Campos Gerais e outros locais, principalmente no séc. XIX, atingiu diretamente os territórios ocupados tradicionalmente pelos *Kaingang*, os quais foram dizimados após violentos embates. Os poucos grupos sobreviventes vivem em aldeamentos organizados pelo Estado (MARANHÃO, 2015).

Em relação à história posterior à colonização, os primeiros europeus passaram pela região dos Campos Gerais ainda no início do séc. XVI, por incursões de bandeirantes. Don Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca foi um dos primeiros que fez descrições sobre a região, em 1541 (IAP, 2004). Posteriormente, essas paisagens despertaram atenção de viajantes europeus que percorreram e registraram o Brasil meridional da época colonial, como Jean Baptiste Debret, em 1790 (OLIVEIRA, 2012). No início da segunda metade do séc. XIX, Auguste de Saint-Hillaire assim se refere aos Campos Gerais:

Esses campos constituem inegavelmente uma das mais belas regiões que já percorri, desde que cheguei à América. Suas terras são menos planas e não se tornam monótonas como as nossas planícies de

²² Verificada no sítio arqueológico do Abrigo Usina São Jorge, em Ponta Grossa.

Beauce, mas as ondulações do terreno não chegam a ser tão acentuadas de maneira a limitarem o horizonte. Até onde a vista pode alcançar, descortinam-se extensas paisagens, pequenos capões onde sobressai a valiosa e imponente araucária, que surge aqui e ali nas baixadas, o tom carregado de sua folhagem contrastando com o verde claro e viçoso do capinzal (SAINT-HILAIRE, 1976, citado por OLIVEIRA, 2012, p. 137).

A partir do séc. XVIII, o tropeirismo possibilita a ocupação do interior do Estado. A atividade movimentava tropas de gado, equinos e muares desde o Rio Grande do Sul até São Paulo, para sustentar áreas de garimpo no Sudeste e região Central do Brasil. Locais de pousio das tropas deram origem aos principais municípios da região - como Castro, Ponta Grossa e Lapa - e ao redor dos primeiros vilarejos foram instaladas fazendas para a criação de gado (IAP, 2004).

No início do séc. XIX, os campos naturais passaram a ser muito disputados e a coroa portuguesa passou a distribuir as terras da região, chamadas de “sesmarias”, para homens de prestígio local e fiéis à coroa, principalmente paulistas (MELO *et al.*, 2003).

O ciclo do tropeirismo se estendeu até o início do séc. XX, e foi um processo que marcou a identidade histórica do Paraná, principalmente dos campos Gerais, cuja população ainda conserva fortes hábitos herdado desse movimento (MELO *et al.*, 2003). A FIGURA 5 apresenta resquícios da presença dos tropeiros encontrados no interior do PEVV.



FIGURA 5 - TAIPAS²³ ENCONTRADAS NO PEVV
FOTO: O AUTOR (2015)

²³ Murallas rústicas construídas para isolar as tropas de animais, durante os invernadeiros (IAP, 2004).

No final do séc. XIX, foram instaladas na região colônias agrícolas de imigrantes, principalmente alemã, russa, alemã-russa e polonesa, as quais trouxeram uma riqueza cultural expressiva de seus países (MELO *et al.*, 2003).

2.4.3 Uso e ocupação da terra na região

Os Campos Gerais se destacam nacionalmente no setor agropecuário em termos de produtividade, inovação tecnológica e ações cooperativas, principalmente no cultivo de grãos e indústria de laticínios. Nas últimas décadas, tem investido nas indústrias metal-mecânica e de papel/ celulose, por meio de áreas reflorestadas com *Pinus spp.* e *Eucalyptus spp.* (GUIMARÃES, *et al.*, 2012).

Atividades de produção modernas, como o avanço de tecnologias para exploração de recursos naturais e cultivo permanente dos solos, aliadas a um forte crescimento populacional, alteraram significativamente os ecossistemas e a paisagem regionais (OLIVEIRA, 2012). A partir da década de 1970, há uma expansão de cultivos anuais sobre as áreas de campos, e atualmente há predomínio da monocultura da soja e de espécies florestais exóticas (IAP, 2004).

A atual distribuição da vegetação de campos nativos é bastante reduzida do que foi a ocupação original, e está confinada na parte oriental da região, junto ao reverso da Escarpa Devoniana (GUIMARÃES *et al.*, 2012). Estudo realizado pelo MMA (2000) apresenta que existe somente 0,24% dessa vegetação preservada no Estado do Paraná, em comparação à área original.

Historicamente, os campos foram ainda mais explorados do que as florestas. Essa diferenciação se deve à errônea percepção de que a Estepe é uma área exclusivamente produtiva (OLIVEIRA, 2012), situação agravada pelo fato da legislação ambiental do Brasil ainda ser direcionada para proteção específica de florestas (IAP, 2004). Cervi *et al.* (2007) comprovaram que a composição campo-cerrado da região se trata de um dos grandes pontos de riqueza florística e faunística da América do Sul, inclusive com níveis de biodiversidade superiores aos encontrados na floresta com araucária.

Com relação à distribuição da Floresta Ombrófila Mista no território paranaense, a exploração florestal foi ampliada a partir do ciclo da erva-mate e da madeira - utilizada principalmente para abastecer locomotivas a vapor (MELO

et al., 2003). Mapeamento realizado por Castella e Britez (2004) aponta que somente 0,8% da área de floresta com araucária mantém características comuns às formações primárias. Originalmente, essas florestas ocupavam cerca de 37% da superfície do Estado, sendo a formação fitogeográfica mais representativa do Paraná (MAACK, 1948).

2.4.4 Unidades de Conservação nos Campos Gerais do Paraná

Os Campos Gerais do Paraná, excetuando-se RPPNs e APAs municipais, possui nove UCs, sendo seis de proteção integral, e três de uso sustentável. Em 2006, foram criadas duas UCs de proteção integral: o PNCG e a REBIO das Araucárias. No mesmo momento e processo de instituição destas, foi proposto pelo MMA o Refúgio da Vida Silvestre do Rio Tibagi (RVST), compreendendo 31.700 ha, porém, não foi instituída²⁴. Essa unidade favorecia a formação de um mosaico de áreas protegidas, conectando as principais UCs da região: PEVV, PNCG, REBIO das Araucárias e a APA da Escarpa Devoniana, formando uma expressiva superfície contínua de proteção. A FIGURA 6 apresenta importância do RVST para a integração de UCs regionais.

²⁴ Segundo Oliveira (2012), o motivo da não criação, à época, deveu-se à oposição do Ministério de Minas e Energia em decorrência da exploração mineral realizada na área (areia) e de seu provável potencial hidroelétrico.

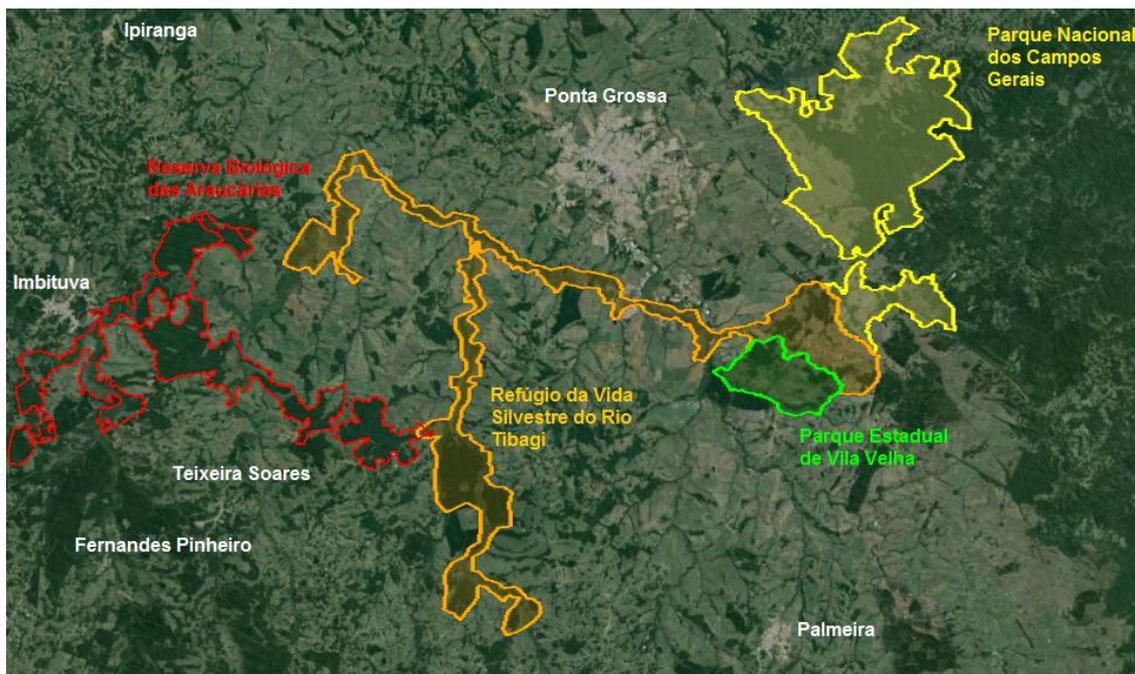


FIGURA 6 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL PRÓXIMAS À PONTA GROSSA²⁵

FONTE: GOOGLE (2015) MODIFICADO PELO AUTOR (2015)²⁶

No caso do PEVV, mesmo sendo UC que ocupa a menor área das representadas na FIGURA 6, ainda é considerada a mais importante dos Campos Gerais, por ter a maior superfície contínua implementada para a proteção integral e pelo fato de estar situado em meio a paisagens intensamente cultivadas²⁷ (IAP, 2004).

Segundo Melo *et al.* (2007), a utilização do patrimônio natural dos Campos Gerais ainda não é organizada, e dentre outros aspectos, os visitantes dispõem de orientação insuficiente e não existe planejamento nem avaliação do impacto da maioria das atividades desenvolvidas.

²⁵ Na FIGURA não está representada a UC de uso sustentável APA da Escarpa Devoniana, bem como RPPNs e áreas protegidas municipais.

²⁶ Definição dos limites das UCs por Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) (2015) E IAP (2014). O sítio virtual do ICMBIO disponibiliza bases de dados em .kml, com definições exatas da UCs federais.

²⁷ A extensão insuficiente de ambientes naturais protegidos, como consequência da histórica exploração, pode ser considerada como a principal ameaça a extinção de grandes mamíferos, como a suçuarana (*Puma concolor*) e o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*) (PONTES FILHO *et al.*, 1997).

3 METODOLOGIA

O estudo de caso, segundo Rutkowski (2008), é um método de pesquisa qualitativa que se destina a compreender fenômenos sociais complexos, porém, individuais, ou seja, preservando o caráter unitário do objeto social estudado. É especialmente indicado quando se deseja capturar ações e atividades formalmente e informalmente estabelecidas na dinâmica da vida de uma organização, nos casos desse estudo, na dinâmica de um Parque Estadual e das comunidades do seu entorno.

Além de ocupar da descrição do fenômeno estudado, de acordo com Thiollent (2008), o estudo de caso permite encontrar padrões nos dados e desenvolver categorias conceituais para confirmar ou ilustrar suposições teóricas. Yin (2001) sugere algumas fontes para a coleta de evidências nesse método: documentos, registros em arquivos, entrevistas, observação direta e observação participante. Rutkowski (2008) considera importante evitar a unilateralidade do levantamento de dados. Para tanto, propõe a utilização de técnicas participativas, as quais considerem os sujeitos.

A participação foi perspectiva determinante para a escolha dos métodos e técnicas nessa pesquisa, a qual objetiva “analisar a relação do PEVV com a região do entorno sob o olhar do turismo comunitário”. A metodologia da pesquisa está resumida no QUADRO 2.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	TEMÁTICAS ABORDADAS	TÉCNICAS UTILIZADAS	BASE PARA PESQUISA OU AUTORES
Caracterizar o patrimônio natural e o fenômeno do turismo instalado no PEVV	Patrimônio natural do PEVV	Pesquisa documental	IAP (2004) e outros
	Histórico da gestão do uso público	Entrevista aberta com Dalcomune (2015)	O AUTOR (2015)
	Atividade de uso público atualmente instalada	Observação participante	O AUTOR (2015)
Levantar e caracterizar os atrativos e serviços turísticos da região do entorno do PEVV	A abordagem do entorno pelo plano de manejo do PEVV	Pesquisa documental	IAP (2004)
	Caracterização do atrativos e serviços turísticos levantados no entorno do PEVV	Pesquisa documental	ECOPARANÁ (2013)
		Entrevistas estruturadas	O AUTOR; HAURA (2015)
	Histórico da comunidade	Pesquisa documental	COELHO (2014)

Investigar aspectos socioeconômicos da Vila Jardim Novo Vila Velha e a relação desta com o Parque Estadual de Vila Velha	Caracterização do perfil socioeconômico dos moradores	Entrevistas estruturadas	O AUTOR; HAURA; AGUARAGUAÇU (2015)
	Percepção da visão de mundo dos jovens locais	Entrevistas estruturadas	O AUTOR; HAURA (2015)

QUADRO 2 - MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA
 FONTE: O AUTOR (2015)

A seguir, são detalhadas as técnicas de pesquisa em cada um dos objetivos específicos propostos.

(i) *Caracterizar o patrimônio natural e o fenômeno do turismo instalado no PEVV*

Com relação ao patrimônio natural, utilizou-se a pesquisa documental do plano de manejo do PEVV (IAP, 2004) e outras bases. Dados técnicos desse documento, que caracteriza a natureza física e biológica do PEVV, foram resumidos sob a perspectiva de apresentá-los em linguagem didática e mais acessível ao público.

A atividade de uso público do PEVV é caracterizada pelo presente pesquisador, com base na experiência profissional como atual gestor do turismo da unidade. O histórico recente da gestão do uso público foi obtido por meio de entrevista aberta com a gerente do PEVV e técnica do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) Sr^a. Angela Dalcomune, no dia 20/03/2015. A entrevista aberta não utiliza estrutura de pautas e a entrevistada tem liberdade para expor sobre assuntos (SEIXA, 2005), no caso, relacionado à história recente do PEVV, desde a reestruturação da unidade entre 2002 e 2004 até os dias atuais.

Para aprofundar a caracterização do turismo no PEVV, são apresentadas pesquisas realizadas pela atual gestão do uso público, que são: perfil dos visitantes, financeira e satisfação dos visitantes. Para complementar esses dados, o presente estudo realiza pesquisa inédita que aborda a percepção dos pontagrossenses e moradores de Ponta Grossa sobre o PEVV. Devido à extensão e especificidade dos dados dessas pesquisas, foram incluídos como APÊNDICE 3, que poderão ser consultados por quem deseje obter informações mais específicas dessa unidade.

(ii) *Levantar e caracterizar os atrativos e serviços turísticos da região do entorno do PEVV*

A investigação da região utiliza, como base, pesquisa realizada por Ecoparaná (2013), intitulada “Diagnóstico quali quantitativo e análise da cadeia do turismo no entorno do Parque Estadual de Vila Velha”²⁸, a qual coleta e sistematiza informações sobre a demanda e oferta de empreendimentos e serviços turísticos ofertados no entorno do PEVV, com vistas à integração dessa UC com a região de entorno. Segundo a pesquisa:

O entorno do PEVV possui potencialidades para suprir o desejo dos visitantes, que procuram maior interação com o atrativo, liberdade de visitação, atividades de aventura e maior contato com a realidade das comunidades locais. Essas atividades são limitadas dentro dos atrativos inseridos no PEVV, devido às restrições ambientais necessárias para o manejo dos recursos naturais (ECOPARANÁ, 2013, p. 4).

Ecoparaná (2013) identificou atores, órgãos e instituições atuantes na região e realizou entrevistas semiestruturadas com proprietários rurais e empreendedores turísticos que se dispuseram e permitiram acesso²⁹ para obter informações sobre os atrativos e serviços turísticos.

Outras etapas metodológicas foram realizadas por Ecoparaná (2013): pesquisa de demanda com os visitantes do PEVV; pesquisa da percepção das agências de turismo que guiam grupos ao PEVV; pesquisa com os meios de hospedagem de Ponta Grossa; e entrevistas com os gestores do PNCG, representantes da Secretaria Municipal de Turismo, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e agência receptiva do munic pio³⁰.

²⁸ Esse pesquisador participou da equipe para elabora o do estudo.

²⁹ Sendo eles: Sr.  lvaro Scheffer (Buraco do Padre), Sr. César Mileo (RPPN Tayn ), Sr. Vespasiano Bittencour (RPPN Paiquerê), Sra. Ane Leem (Adega Porto Brazos), Sr. Carlos Luciano Tulio (Café Colonial Kaffee-Loch), Sra.  ngela Clarindo (esposa de Valdecir José Clarindo, arrendatário da Cachoeira da Mariquinha), Sr. Ant nio Haboswy (Bar Bom Jesus-Passo do Pupo), Sr. Alan Patrick Dallagnola (Restaurante Panorâmico), Sr. Everton Hass (Restaurante Tibagi) e entrevista por telefone com o Sr. Anderson Moreira (Sumidouro) (ECOPARANÁ, 2013).

³⁰ A pesquisa com os visitantes do PEVV buscou descobrir o perfil e interesse em ampliar a visita aos atrativos do entorno, através de questionários autoaplicados disponibilizados no centro receptivo do PEVV. Para entender a percepção das agências de turismo que guiam grupos ao PEVV, realizou-se pesquisa através de questionários estruturados enviados via ferramenta “Google docs”. A mesma ferramenta foi utilizada para pesquisa com os meios de hospedagem

Porém, o pesquisador verificou que Ecoparaná (2013) não caracterizou todos os serviços turísticos, comunidades locais e atrativos naturais encontrados na região do entorno. Diante da constatação, são realizadas pesquisas complementares. Para tanto, o pesquisador decide envolver moradores da região do entorno no processo de produção e aplicação de entrevistas semiestruturadas, presencial ou por telefone, com proprietários e/ ou moradores de localidades do entorno. A jovem moradora da Vila Jardim Novo Vila Velha e estudante de turismo da UEPG, Fernanda Haura, participa das etapas dessa pesquisa e na interlocução com outros moradores de sua comunidade.

São caracterizadas as seguintes localidades: “Fazenda Rosas Demiate”, “Fazenda Santa Mônica” e “RPPN Meia Lua”, “Copiosa Redenção”, “Comunidades do pré-assentamento Emiliano Zapata”, “Toquinhas” e “Aterro Botuquara”. Para tanto, realizaram entrevistas pessoais com os proprietários das fazendas e RPPN, e entrevista por telefone com liderança política da comunidade Emiliano Zapata. Os outros sítios são caracterizados a partir de informações obtidas com moradores locais e/ ou funcionários do PEVV.

(iii) *Investigar aspectos socioeconômicos da Vila Jardim Novo Vila Velha e a relação desta com o Parque Estadual de Vila Velha*

Devido à importância histórica e vinculação com o PEVV, foram realizadas pesquisas específicas na Vila Jardim Novo Vila Velha. Primeiramente, descreve-se o surgimento da Vila e do PEVV, a partir de livro publicado por Wilson Coelho (2014), filho do primeiro funcionário contratado pelo Governo Estadual para trabalhar no Parque, em 1945. Posteriormente, são apresentadas duas pesquisas: “perfil e caracterização dos moradores” e específica sobre a “visão de mundo da geração de jovens locais”.

Em ambas, esse pesquisador atua conjuntamente com a jovem Fernanda Haura, a qual realiza interlocução com outros moradores do lugar, principalmente a geração de jovens; esses moradores tanto auxiliam na aplicação das pesquisas, quanto são consultados constantemente sobre

de Ponta Grossa, para entender a percepção desse setor sobre os atrativos do entorno (ECOPARANÁ, 2013).

assuntos pertinentes às investigações. As pesquisas, portanto, mobilizam atores locais para que eles próprios realizem estudos sobre o seu lugar.

As FIGURAS 7 apresentam momentos da pesquisa e alguns dos jovens locais envolvidos.



FIGURAS 7 - PESQUISAS REALIZADAS E ALGUNS DOS JOVENS LOCAIS ENVOLVIDOS
FOTO: FERNANDA HAURA (2015)

A pesquisa “perfil e caracterização dos moradores” foi confeccionada a partir de dados obtidos em 2008 por integrantes da Organização Não Governamental (ONG) “Grupo Aguaraguaçu de Desenvolvimento Socioambiental”. Estes realizaram entrevistas estruturadas com moradores de todas as casas residenciais da Vila, à época, com objetivo de utilizar as informações sobre o perfil da comunidade a fim de conseguir financiamentos para a organização. Apesar da amplitude da pesquisa, somente parte dos dados foram tabulados.

Em 2015, essas entrevistas foram entregues pelo Sr. Emerson Siqueira - presidente do Grupo Aguaraguaçu. Para atualizar os dados obtidos nas entrevistas, utilizou-se imagem de satélite da Vila disponibilizada por “Google Earth”. Com essa imagem, foi possível levantar quais as casas, atualmente encontradas na comunidade, que não sofreram entrevistas em 2008, portanto que foram construídas recentemente. Constatou-se que 44 novas casas foram construídas e essa informação possibilitou a definição exata do número total de residências e uma estimativa do número de pessoas. O questionário produzido por Aguaraguaçu pode ser consultado no ANEXO 1.

A segunda pesquisa escolhe investigar os jovens locais, devido à importância dessa geração, a qual formará as próximas lideranças do lugar e também à abertura que estes apresentam para serem protagonistas em novas

possibilidades de desenvolvimento na comunidade. Considerou-se como jovens a faixa de idade entre 14 e 20 anos, mas também foram pesquisados um abaixo dessa faixa e três acima - estes por ainda morarem na casa dos pais³¹. Ao todo, foram realizadas entrevistas estruturadas com 50 jovens locais. O modelo do questionário utilizado pode ser visualizado no APÊNDICE 5.

O envolvimento desse pesquisador com os moradores locais resultou também em ações de integração entre a gestão do uso público do PEVV e a comunidade. Essas ações buscaram estimular a participação dos moradores, a exemplo de trilhas realizadas no interior da unidade, seguidas de momentos coletivos de confraternização.

³¹ As decisões de quais moradores seriam entrevistados partiu dos próprios jovens envolvidos com a aplicação da pesquisa.

4 CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA

O PEVV encontra-se no Segundo Planalto Paranaense, na região dos Campos Gerais, município de Ponta Grossa, e possui área de 3.122,11 ha. O acesso é realizado pela rodovia BR-376, importante corredor viário que liga o Litoral à região Oeste do Estado. Está situada a aproximadamente 20 km da sede do município de Ponta Grossa e a 80 km da capital, Curitiba (IAP, 2004). A FIGURA 8 define os limites dessa UC e o território da zona do entorno.



FIGURA 8 - O PEVV E A ÁREA DO SEU ENTORNO
Fonte: ECOPARANÁ (2013)

Foi instituído em 12 de outubro de 1953, através da Lei Estadual nº 1.292, e tombado em 1966 pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Paraná. Após histórico de atuações de diversas instituições públicas no seu interior, o PEVV passou por reestruturação e elaborou seu plano de manejo (IAP, 2004).

É considerada a primeira UC Estadual criada no Paraná, e por décadas, foi o segundo atrativo turístico mais visitado do Estado, atrás somente do Parque Nacional do Iguaçu (PNI). Atualmente, possui estrutura adequada para uma experiência de uso público responsável e educativa. No ano de 2014, recebeu um total de 65.322 visitantes.

A gestão integral da unidade é realizada pelo IAP. Desde o final de 2012, o Serviço Social Autônomo Paraná Projetos, por meio do contrato de gestão com IAP/SEMA, é responsável pela gestão do uso público. O Parque possui conselho consultivo criado em 2004, com objetivo de apoiar a administração geral nas atividades a serem desenvolvidas (IAP, 2004).

Para realizar as investigações sobre o PEVV, este capítulo está dividido em dois temas: “caracterização física e biológica do Parque Estadual de Vila Velha” e “caracterização do uso público do Parque Estadual de Vila Velha”.

4.1 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA E BIOLÓGICA DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA

4.1.1 Características físicas

A localização do PEVV, aliado ao regime de chuvas relativamente bem distribuídas, condiciona um clima ameno durante o verão, com invernos relativamente frios. O clima é classificado como temperado, com temperatura média anual de 17,8°C. Nos meses de julho e agosto, o número de dias com chuva é praticamente a metade dos meses de dezembro a março. Em janeiro e fevereiro, somente 50% dos dias em média não evidenciam chuvas (IAP, 2004).

É comum na região a ocorrência de geadas, principalmente nos meses entre maio e agosto. Esse fenômeno delimita a estação de crescimento das espécies sensíveis a baixas temperaturas, sendo importante fator para manutenção da vegetação de campo. Quando se encerra o período de geadas, a vegetação torna-se mais exuberante, indicando início de mais um ciclo vegetativo (IAP, 2004).

A velocidade média dos ventos é relativamente alta durante todo o ano, e tem direções predominantes vindos do Nordeste-NE (34%), Leste-E (17%), Noroeste-NW (15%) e Sudeste-SE (11%). Além dos aspectos climáticos, a

direção do vento também sugere quais as fronteiras da unidade que recebem maiores influências de anemocorias - dispersão de sementes pela ação do vento -, principalmente de espécies exóticas - como *Pinus spp.* -, sendo informação importante para planejamento das ações de manejo (IAP, 2004).

4.1.1.1 Hidrografia e hidrologia

A rede de rios regional está relacionada ao sistema hidrográfico do Rio Tibagi, que ocupa 13% do território paranaense e é o principal afluente do Rio Paranapanema. O PEVV localiza-se no curso superior do Tibagi e possui algumas das nascentes dessa bacia. A rede de drenagem da unidade é composta pelos Rios Barrozinho e Quebra-Perna, que formam, na sua confluência, o Rio Guabiroba, o qual deságua no Rio Tibagi. Os rios da unidade formam a Bacia total do Guabiroba, que, por sua vez, faz parte da Bacia do Tibagi (IAP, 2004).

A zona de amortecimento da unidade é delimitada pela Bacia do Guabiroba. Essa escolha leva em consideração os riscos ambientais gerados por agentes poluentes dispersos pela rede hidrográfica, como agroquímicos. Tais poluentes também impactam diretamente no rio subterrâneo da região, conhecido como Aquífero Furnas (IAP, 2004)

Esse rio subterrâneo se estende ao longo da área de afloramento geológico da formação homônima. Segundo Melo *et al.* (2009), os arenitos da Formação Furnas são muito fraturados e apresentam fenômeno de dissolução de minerais, capaz de gerar cavidades subterrâneas. Esse processo promove percolamento (filtragem) natural, o que proporciona água potável e mineralizada de alta qualidade. Devido às características geológicas, podem ocorrer abatimentos de terreno onde se estabelece subterraneamente o aquífero, por meio de processos geológicos similares a formações de grandes cavernas verticais - furnas e dolinas - muito comuns na região. De acordo com Oliveira (2012), esse fenômeno é agravado pela superexploração humana do aquífero, considerando que há mais de 300 poços profundos nas cercanias da cidade de Ponta Grossa, os quais abastecem indústrias - como as cervejeiras -, hospitais, escolas, engarrafadoras de água mineral etc.

4.1.1.2 Geologia e Geomorfologia

As rochas que aparecem na superfície do PEVV foram formadas no último Éon do Planeta Terra, chamado de Fanerozoico (GUIMARÃES, 2014)³². O QUADRO 3 apresenta as Eras e Períodos desse Éon:

Éon Fanerozoico	Era	Período	intervalo (em Milhões de anos)
	Cenozoico		Quaternário
		Neógeno	23 a 2,6
		Paleógeno	66 a 23
Mesozoico		Cretáceo	145 a 66
		Jurássico	201 a 145
		Triássico	252 a 201
Paleozoico		Permiano	299 a 252
		Carbonífero	359 a 299
		Devoniano	419 a 359
		Siluriano	443 a 419
		Ordoviciano	485 a 443
		Cambriano	541 a 485

QUADRO 3 - PERÍODOS DO ÉON FANEROZOICO
 FONTE: GUIMARÃES (2014)

O PEVV situa-se na borda leste da “Bacia do Paraná”, que se refere a uma depressão localizada no centro-leste da América do Sul e com domínio de rochas sedimentares³³ formadas na era paleozoica. Abrange extensa área, principalmente localizada no interior do Brasil, mas também em porções do Paraguai, Argentina e Uruguai. Também há ocorrências de rochas ígneas³⁴ encontradas nesse território, que afloraram à superfície devido ao chamado “Arco de Ponta Grossa”: fenômeno tectônico, cuja elevação do terreno causou intensas fraturas, que permitiram acesso de magma à superfície, durante a Era Mesozoica (IAP, 2004).

³² O nome Fanerozoico remete à “vida visível”. Esse Éon corresponde a 12% (541 milhões de anos) do tempo total da Terra (4,56 bilhões de anos), porém nele ocorreram os principais eventos que deram origem aos elevados níveis de biodiversidade encontrados hoje (GUIMARÃES, 2014).

³³ Rochas sedimentares são formadas pela deposição de fragmentos de rochas (sedimentos), os quais foram erodidos por uma diversidade de fatores naturais, como ondas do mar, deslocamentos de geleira e etc. Os sedimentos passam por processos litológicos (compactação e cimentação) para formarem uma nova rocha (IAP, 2004).

³⁴ Rochas ígneas, ou magmáticas, são aquelas oriundas do processo de resfriamento do magma (um composto líquido/viscoso formado por rochas fundidas no interior do planeta) durante a trajetória rumo a superfície (IAP, 2004).

O “Arco de Ponta Grossa” é contemporâneo à separação dos continentes da América do Sul e África (MELO *et al.*, 2003). As fraturas no relevo em decorrência desse fenômeno determinaram, por exemplo, o sentido da drenagem dos rios da região, e influenciaram a formação de geomorfologias típicas, como as furnas. Também, esse fenômeno foi responsável por trazer à superfície rochas da formação Vila Velha e pelas principais fraturas e fendas no arenito observado do Parque. Tais fraturas condicionaram os processos posteriores de intemperismo, que moldaram as famosas esculturas naturais, como taça, camelo, garrafa e várias outras.

Além das transformações provocadas pelo “Arco de Ponta Grossa”, contribuem para a geomorfologia presente no PEVV os processos ligados às alternâncias climáticas que ocorreram ao longo do Cenozoico e ao clima úmido atual, determinando uma paisagem com predominância de campos e florestas com araucárias (SILVA, 2011).

As unidades geológicas que aparecem no PEVV são: “Formação Furnas” (Devoniano); “Formação Ponta Grossa” (Devoniano); “Grupo Itararé” (Carbonífero-Permiano); “Diques de Diabásio do Magmatismo Serra Geral” (Cretáceo); e “sedimentos aluviais e coluviais” (Quaternário) (IAP, 2004).

(i) *Formação Furnas*

Essas rochas areníticas fazem parte do Grupo Paraná, que compreende ainda a Formação Ponta Grossa. É constituída predominantemente de arenitos com matriz caulínica, o que lhes confere coloração esbranquiçada. Foi formada no Período Devoniano, à aproximadamente 400 milhões de anos atrás, quando a região pertencia a um ambiente aquático e foram os sedimentos depositados no fundo que deram origem a essa rocha sedimentar (IAP, 2004).

O arenito Furnas possui estruturas marcadamente fraturadas. Essa característica de relevo ruiforme condiciona o aparecimento de grandes depressões - conhecidas como furnas³⁵ ou poços de desabamento - semelhantes a crateras que, no Parque, chegam a medir 110 metros de profundidade (IAP, 2004). As furnas são formadas a partir de erosões

³⁵ A Formação Furnas recebeu esse nome em homenagem às furnas que aparecem no Parque (IAP, 2004).

subterrâneas principalmente ocasionadas pela água, a qual remove e dissolve grãos da rocha. Com a erosão, surgem cavidades subterrâneas que, como o passar do tempo, avançam em direção à superfície, a ponto do solo acima não suportar seu peso e, de repente, desmoronar³⁶ (IAP, 2004). A FIGURA 9 ilustra o processo de formação das furnas no PEVV.

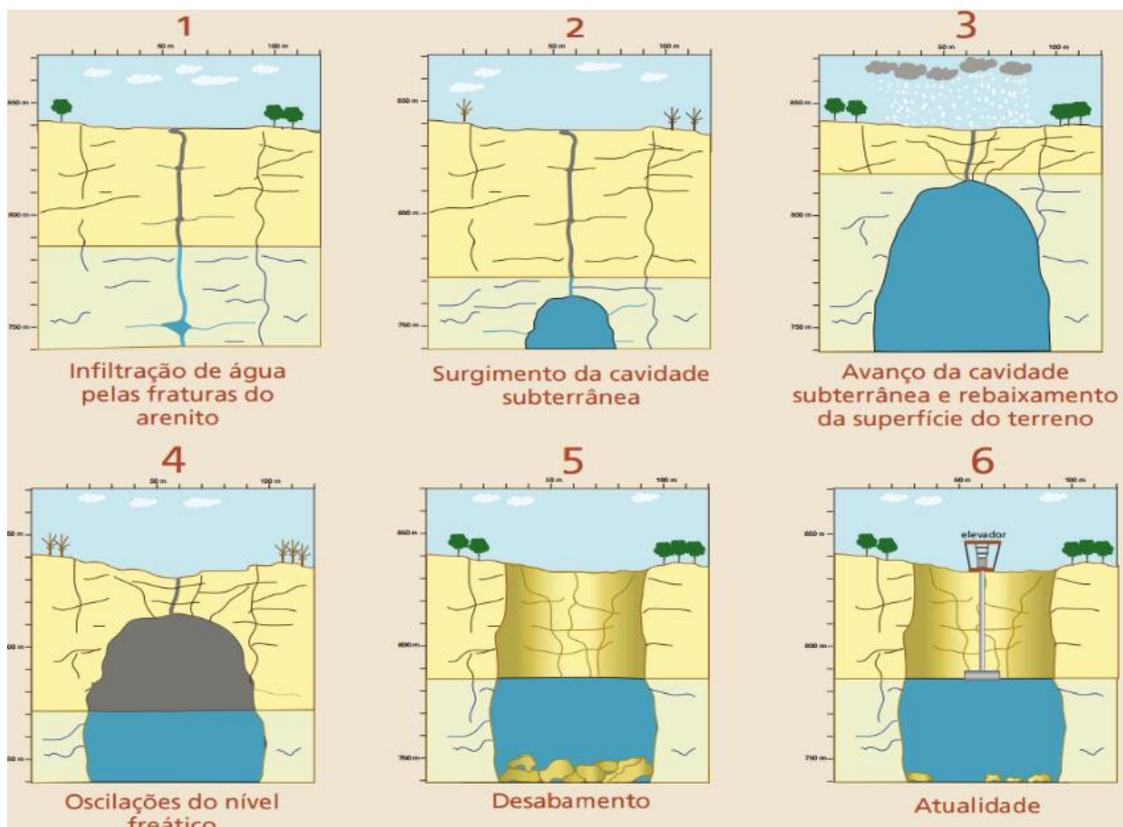


FIGURA 9 - O PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS FURNAS NO PEVV
 FONTE: MINEROPAR (2015)³⁷

No Parque aparecem principalmente seis furnas, estando duas em estágio terminal, como é o caso da Lagoa Dourada, a qual sofreu assoreamento de sua cavidade devido à sua peculiar conexão com o Rio Guabiroba. Essas depressões possuem comunicações entre si e que vão aflorar como nascentes na lagoa Dourada, resultando em águas límpidas e transparentes, propícias para

³⁶ Informações obtidas no painel geoeseducativo do Serviço Geológico do Paraná- MINEROPAR. Disponível em: http://www.mineropar.pr.gov.br/arquivos/File/Paineis_geologicos/FurnasdoParqueEstadualdeVilaVelha_portugues.pdf. Acesso em 09/06/2015.

³⁷ Painéis disponíveis em: <http://www.mineropar.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=152>. Acesso em: 23/06/2015

as dinâmicas da fauna de peixes da Bacia do Tibagi (IAP, 2004). As FIGURAS 10 ilustram a furna 1 e a lagoa dourada.



FIGURAS 10 - FURNAS E LAGOA DOURADA
FOTO: O AUTOR (2015)

As furnas possuem uma grande importância para a biodiversidade local. A furna 1, por exemplo, é habitada por centenas de andorinhões-de-coleira-falha (*Streptoprocne biscutata*), que fornecem um espetáculo natural ao saírem e retornarem desse ambiente, fenômeno conhecido como revoada (IAP, 2004).

O arenito Furnas ocorre principalmente na porção Oeste do PEVV e também ao longo do Rio Quebra-Perna. Essas rochas favorecem a formação de lapas, sendo locais que foram utilizados por grupos indígenas pretéritos como abrigos naturais e algumas delas constituem, atualmente, importantes sítios arqueológicos (SILVA; MELO; PARELLADA, 2006; PARELLADA, 2007).

(ii) Formação Ponta Grossa

Trata-se da unidade superior do Grupo Paraná e no Parque são encontradas em pequenas porções no extremo Leste. A sedimentação dessa rocha ocorreu em ambiente aquático relativamente raso e com intensa colonização de fauna primitiva, resultando em folhelhos argilosos com rico conteúdo de fósseis. Essa rocha apresenta grande concentração de invertebrados marinhos, sendo considerada um registro ímpar da paleontologia do Período Devoniano no mundo (IAP, 2004).

(iii) *Grupo Itararé*

No PEVV se destacam rochas de coloração rosada do topo do Grupo Itararé, denominado de formação arenito Vila Velha (MAACK, 1948). Este sustenta morros testemunhos³⁸ dominantes na paisagem, como a Fortaleza - área de maior altitude no Parque, com 1.068m -, e a Vila Velha (IAP, 2004).

A origem da formação Vila Velha remonta há aproximadamente 300 milhões de anos - entre os períodos Carbonífero e Permiano -, quando América do Sul ainda fazia parte de um grande continente chamado de Pangéia (MINEROPAR, 2015). A região onde hoje está o Parque se localizava ao sul desse grande continente, e, na época, o planeta passava por uma intensa era glacial. As geleiras se deslocam lentamente, sendo processo que acaba por desgastar rochas e agregar, no gelo, sedimentos resultantes. Com o derretimento das geleiras, esses sedimentos foram depositados em ambientes aquáticos -provavelmente lagos - e, posteriormente, passaram por processos de lidificação - compactação e cimentação dos sedimentos -, dando origem ao arenito (IAP, 2004).

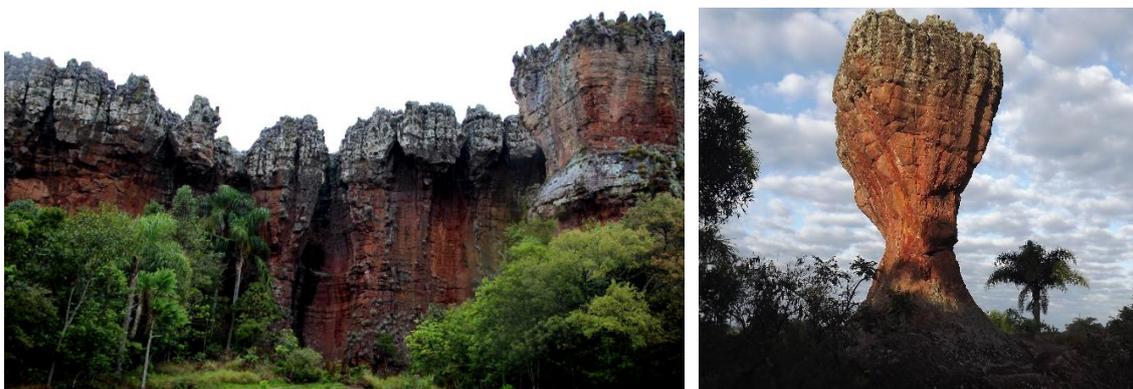
Com o passar do tempo, várias outras rochas, mais recentes, se sobrepuseram. Nesse caso, o arenito Vila Velha só apareceu na superfície depois de uma série de fenômenos ligados à separação dos continentes e ao “Arco de Ponta Grossa”, há aproximadamente 1,8 milhão de anos atrás (IAP, 2004).

Portanto, nos últimos 1,8 milhão de anos até o presente, o arenito está exposto a intemperismos naturais, sobretudo à ação das águas da chuva - erosão pluvial -, e de outros fatores com menor poder de erosão, a exemplo do calor do sol, de atividades orgânicas sobre as rochas e do vento³⁹. Em conjunto,

³⁸ Morros testemunhos são elevações isoladas no terreno, produzidos pela erosão de material congênere circundante, costumando apresentar-se muito erodidos. São testemunhos da extensão das rochas previamente existentes (IAP, 2004).

³⁹ “O relevo ruiforme de Vila Velha não é produto da ação do vento, como é equivocadamente divulgado em muitos livros didáticos e em material de divulgação do parque. É uma obrigação das futuras administrações do parque desfazer este equívoco, que ridiculariza o conhecimento que já se tem sobre a gênese e evolução das rochas e formas locais” (IAP, 2004, Encarte 3, p. 69).

as erosões criaram um relevo ruiniforme⁴⁰, marcado por rica associação de processos erosivos, como caneluras, bacias, alvéolos e etc., os quais originam esculturas naturais singulares, atualmente conhecidas como taça, bota e garrafa⁴¹ (IAP, 2004). O relevo ruiniforme dos arenitos sugeriu o nome Vila Velha - vila em ruínas - e está evidenciado nas FIGURAS 11:



FIGURAS 11 - RELEVO RUINIFORME E FIGURAS DA GARRAFA E DA TAÇA
FOTO: FERNANDA HAURA (2015)

Os ambientes naturais criados em rochas com relevo ruiniforme, como fendas, oferecem refúgios naturais para uma diversidade de espécies da fauna, que também utilizam fontes de água que nascem no local. A atividade turística massiva e sem ordenamento que ocorria no período anterior à reestruturação do PEVV, promoveu impactos, tanto nas rochas, quanto na biodiversidade inserida (IAP, 2004). A FIGURA 12 ilustra algumas das depredações nas rochas observadas durante o passeio na trilha dos arenitos.

⁴⁰ Relevos ruiniformes são originados a partir da erosão pronunciada de rochas, combinando dissolução (processo químico) e remoção mecânica de grãos (processo físico), que conferem aspectos de antigas ruínas (IAP, 2004).

⁴¹ Tom rosado dos arenitos é devido a cimento ferruginoso, o qual determina também a existência de horizontes com diferentes resistências à erosão, contribuindo nas curiosas esculturas observadas. Essa rocha possui como principal composto mineralógico o quartzo, e Maack (1948) destaca a presença de película superficial protetora, de composição ferruginosa e manganêsfera, que teria participação na elaboração dessas esculturas, determinando o aparecimento de cabeças sobressalentes sobre a parte inferior, mais erodida, em forma côncava. Uma película protetora de composição orgânica, localizada principalmente na parte superior dos Arenitos, também contribuem para as esculturas, pois protegem a rocha da ação da água (IAP, 2004).



FIGURA 12 - ESCULTURA DO LEÃO E DETALHE DAS EROSÕES GERADAS PELA VISITAÇÃO
FOTO: FERNANDA HAURA ((2015)

(iv) *Outras formações rochosas*

Os Diques de Diabásio do Magmatismo Serra Geral são composições de rochas ígneas, originadas como consequência do fenômeno “Arco de Ponta Grossa”, o qual provocou fissuras no terreno - geralmente encontradas na direção Sudeste-Noroeste - por onde ascendeu o magma, testemunhando intensa atividade ígnea vulcânica na região, durante a fragmentação do antigo continente Gondwana, no Mesozoico. A solidificação do magma dentro dessas fissuras originou diques, encontrados principalmente em vales (IAP, 2004).

As rochas superficiais encontradas estão expostas a intemperismos naturais e esse processo natural de erosão estabelece condições para surgimento de novas rochas. Os sedimentos aluviais e coluviais do Quaternário evidenciam esse processo, pois são constituídos por sedimentos gerados devido à ação erosiva de rios, que foram acumulados em vários eventos deposicionais, testemunhos de evolução quaternária. No Parque, encontram-se principalmente nas encostas do Rio Quebra-Perna e Rio Guabiroba (IAP, 2004).

4.1.2 Características biológicas

No Parque, há vários estágios vegetacionais e essa diversidade fitogeográfica favorece aparição de espécies de fauna endêmica⁴². Para caracterizar os diversos ambientes e vegetações específicas que aparecem na

⁴² Endemismo se refere a espécies que se desenvolveram em ambiente restrito (IAP, 2004).

unidade, o plano de manejo (IAP, 2004) dividiu-a em 16 sítios amostrais, apresentados na FIGURA 13:

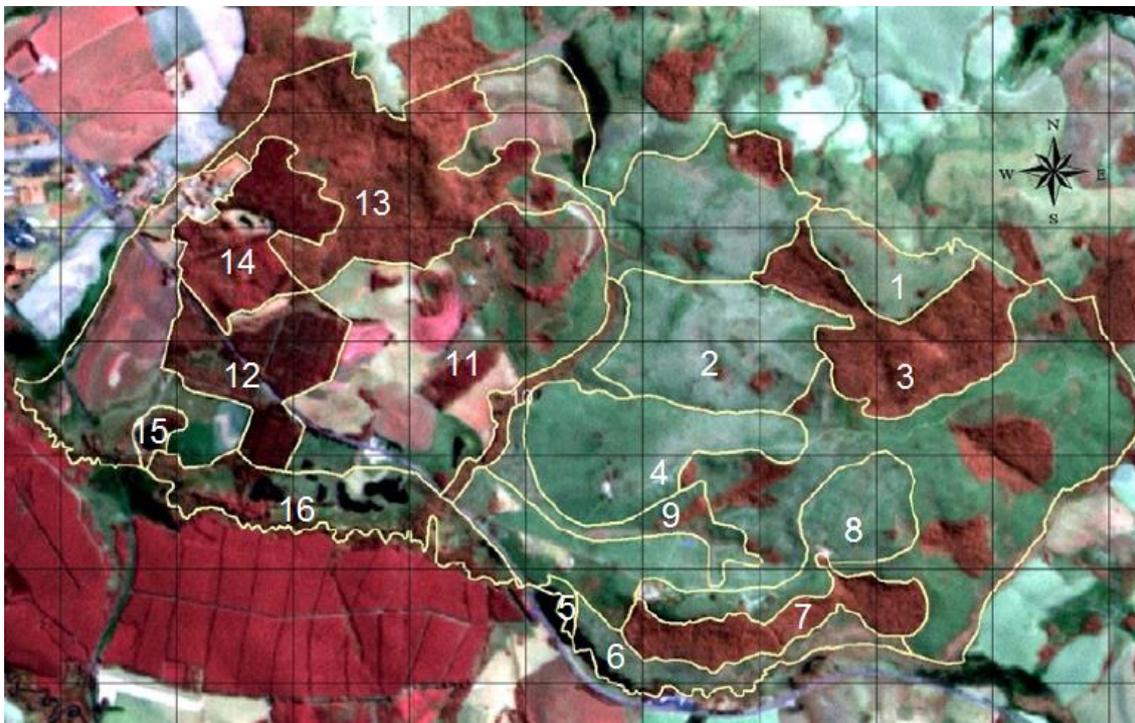


FIGURA 13 - OS 16 SÍTIOS MAPEADOS PELO PLANO DE MANEJO
 FONTE: IAP (2004)

Como base na FIGURA, é possível visualizar que o território do Parque possui diferentes fitogeografias e usos do solo. Na porção Leste da unidade, observa-se um maior domínio de vegetação de campos (área em verde), e pontos esparsos de capões florestais (áreas avermelhadas). A porção Oeste expõe caso de uso do solo mais complexo, característico de áreas com grande intervenção antrópica. Nesse território, foram instalados experimentos agrícolas e de reflorestamentos em décadas anteriores. Destaca-se, também, a rodovia BR-376, que atravessa a UC no sentido Noroeste-Sudeste.

Sobre o território do entorno, há predomínio de áreas com plantios de soja e de reflorestamento com espécies exóticas. A porção Oeste da região apresenta áreas com níveis de urbanização, onde se localizam a Vila do IAPAR⁴³ - no interior da unidade -, a Vila Jardim Novo Vila Velha e a zona industrial de Ponta Grossa.

⁴³ Essa Vila possui casas, as quais são patrimônio público do estado do Paraná, ocupadas por funcionários do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR).

A seguir, são apresentados cinco dos 16 sítios, destacados devido à importância para caracterização biológica, assim como para contextualização dos conflitos ambientais e socioeconômicos inseridos na unidade e região do entorno. Os demais sítios são apresentados no APÊNDICE 1.

(i) *Sítio 4: Campo da Igreja*

Trata-se da área central do PEVV e compreende a maior extensão contínua de vegetação campestre. Nas imediações da igreja, foram plantadas diversas árvores exóticas e/ ou invasoras; os responsáveis pela igreja residiam no local e promoviam práticas impactantes, como a presença de animais domésticos⁴⁴. Desde a reestruturação da unidade, não é permitida a visitação no interior da igreja (IAP, 2004).

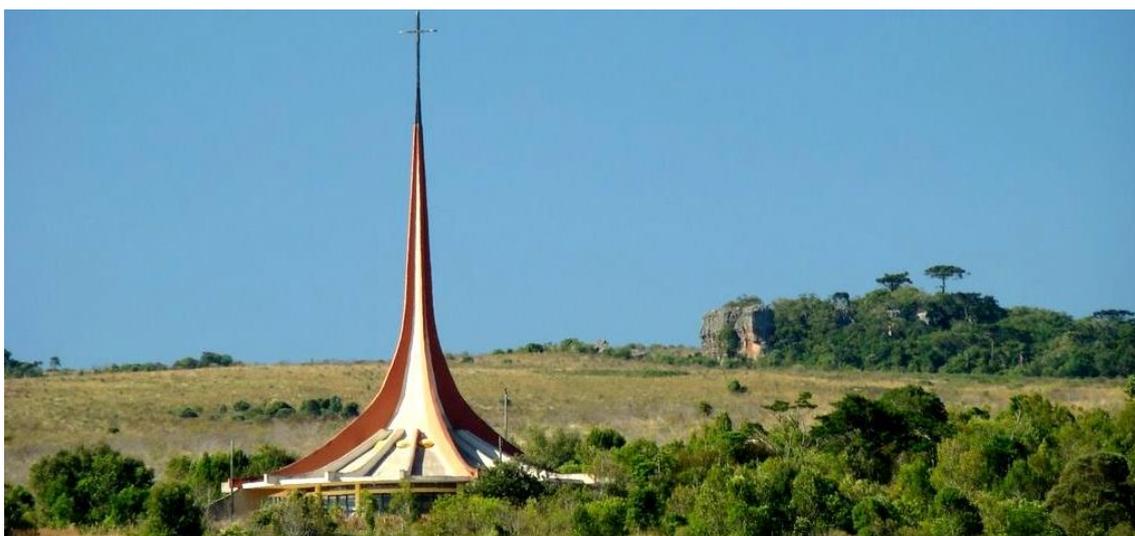


FIGURA 14 - IGREJA INSERIDA NO PEVV
Foto: VALMICE (2013)

A principal ameaça do Sítio são os riscos de incêndios (IAP, 2004), como o ocorrido em novembro de 2011, o qual alcançou grandes proporções (FIGURAS 15).

⁴⁴ O espaço que envolve o ambiente da igreja e seu acesso compreende a Zona de Uso Temporário. Segundo o plano, a construção representa forte impacto visual na área de visitação do Parque e que "(...) a manutenção deste tipo de construção e atividade religiosa é incompatível com os objetivos da Unidade, implicando também em descumprir o princípio laico para uso de terras públicas e de igualdade constitucional entre as religiões" (IAP, 2004, Encarte 4, p. 11). Esse plano determina a demolição do prédio.



FIGURAS 15 - RESULTADOS DO INCÊNDIO OCORRIDO EM 2011 NO PEVV
FOTO: DEFENSORIA CIVIL DO PARANÁ (2015)⁴⁵

(ii) *Sítio 6: Várzea do Rio Guabiroba*

Compreende a maior área contínua de vegetações de áreas alagadas - várzeas - do Rio Guabiroba, o que lhe confere alto valor biológico, porém que se encontra muito alterada. Constatou-se a invasão de espécies exóticas de fauna e flora na área e o aporte de águas do Rio Guabiroba constantemente servidas por solos e substâncias químicas de lavouras (IAP, 2004).

A proximidade do sítio com a rodovia BR-376 acarreta em grandes ameaças à biodiversidade, como: invasão frequente de pescadores, exposição à ação de incendiários e poluição promovida por posto de combustível e restaurante instalados nessa rodovia. Segundo o plano de manejo (IAP, 2004), o restaurante descarta diretamente dejetos humanos e lixo no sítio, cuja destinação ainda não está controlada.

A proximidade com a BR-376 favorece o atropelamento frequente de animais silvestres, já que não há, no trecho da rodovia que atravessa o Parque, dispositivos redutores de velocidade, mecanismos de transposição ou sinalizações adequadas capazes de alertar os motoristas. Sobre essa situação, o plano de manejo (IAP, 2004, Encarte 4, p. 13) define: “avaliar juridicamente a redução da velocidade máxima na rodovia para 60 km por hora e na ferrovia para 20 km por hora. Ou na menor velocidade possível”. Até o momento (2015), não foram instalados mecanismos para redução de velocidade, que se mantém em

⁴⁵

Disponível

em:

<http://www.defesacivil.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=2186&evento=250#menu-galeria>. Acesso em: 10/06/2015.

110 km/h para veículos de passeio. A FIGURA 16 ilustra sinalizações na BR-376 em trecho que atravessa a unidade.



FIGURA 16 - PLACAS NA BR-376, INSUFICIENTES PARA INFORMAR SOBRE RISCOS DE ATROPELAMENTOS
FOTO: FERNANDA HAURA (2015)

No ano de 1997, foram registradas cinco mortes de lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*) por atropelamentos na rodovia BR-376, sendo que dois deles ocorreu no trecho que atravessa o Parque (PONTES FILHO *et al.*, 1997). Outras espécies também apresentam alto índice de atropelamento, como cachorro-do-mato (*Cerdocyon thous*), graxaim (*Pseudalopex gymnocercus*), veado-catingueiro (*Mazama gouazoupira*), tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*), tatu-galinha (*Dasypus novemcintus*), ouriço-cacheiro (*Sphiggurus sp.*) e lontra (*Lontra longicaudis*). Em relação às aves, várias espécies encontradas no Parque são atraídas para a rodovia BR-376 em virtude da disponibilidade de grãos que caem dos caminhões que transportam a safra agrícola local e são atropeladas⁴⁶. A rodovia impacta diretamente na dinâmica da fauna, ao impedir um livre deslocamento de espécies (IAP, 2004).

(iii) Sítio 7: Capão dos Arenitos

Compreende a floresta com araucária situada na encosta dos arenitos. Como as outras áreas de floresta da unidade, foi intensamente explorada, encontrando-se atualmente com dossel irregular e poucos remanescentes da formação original. Estão presentes alguns exemplares de canela-sassafrás

⁴⁶ A grande oferta de animais atropelados irá atrair aves como o carcará (*Polyborus plancus*), o que vai modificar hábitos e estimular uma superpopulação dessa e de outras espécies, provocando desequilíbrios.

(*Ocotea odorífera*), peroba (*Aspidosperma polyneuron*) e imbuia (*Ocotea porosa*), espécies ameaçadas de extinção no Paraná (IAP, 2004).

Alguns dos aspectos críticos do sítio foram derivados da intensa visitação, como a erosão de trilhas e conseqüente assoreamento dos cursos d'água e das nascentes existentes (IAP, 2004), os quais melhoraram a partir da implantação da atual trilha única e calçada dos arenitos.

Por estar próxima à rodovia, a posição da floresta ocasiona notável ampliação dos ruídos produzidos pelo tráfego na estrada, evidenciando prejuízos para diversidade de espécies de fauna, em especial para aquelas cujo comportamento reprodutivo está associado à emissão de sons, caso das aves e da maioria dos anfíbios (IAP, 2004). Como considera o plano de manejo, as mesmas medidas capazes de reduzir atropelamentos, como redução de velocidade, também contribuiriam para amenizar o problema do ruído.

(iv) Sítio 8: Arenitos

Refere-se à área mais intensamente visitada do Parque. O sítio também engloba instalações da antiga piscina, que hoje compreende uma grande estrutura construída em 2007, originalmente para abrigar museu com temática relacionada a geologia e paleontologia.

Para a avifauna, o sítio possui relevância máxima, por comportar sítios de nidificação⁴⁷ de espécies, como Andorinhão-de-coleira-falha (*Streptoprocne biscutata*), jacuguaçu (*Penelope obscura*) e bacurau-da-telha (*Caprimulgus longirostris*), ambas ameaçadas de extinção. O sítio é frequentado por várias espécies de mamíferos, que encontram nas fendas dos Arenitos habitats propícios, inclusive com presença de nascentes de água (IAP, 2004).

As paredes dos arenitos servem de substrato para os Refúgios Vegetacionais Rupestres, que são vegetações típicas formadas por espécies de plantas adaptadas a pouca disponibilidade de água e nutrientes, e forte incidência do sol, como as bromélias rupícolas e endêmicas *Tilanzia lorenzetiana* e *T. crocata* (IAP, 2004).

⁴⁷ Nidificar é ato de construir de ninhos.

Fotos antigas do local comprovam que a área era originalmente ocupada por vegetação de campo, porém, plantas arbóreas, como angico-branco (*Anadenanthera colubrina*), estão invadindo áreas abertas. Essa espécie ocorre naturalmente na floresta de galeria - também chamada de mata ciliar -, porém, uma vez plantadas nas proximidades dos arenitos, caracterizam-se como espécies exóticas invasoras da vegetação de campo.

As FIGURAS 17 apresentam o PEVV em dois momentos com um domínio da vegetação de campo. Já a FIGURA 18 se refere a momento atual, em que se observa invasão da floresta em região tradicionalmente de campos.



FIGURAS 17 - ARENITOS NA DÉCADA DE 30 E EM 1979

FOTO: ELITE FOTOGRAFIAS (citado por BISCAIA, 2013); FABIANA LOPES (citado por BISCAIA, 2013)



FIGURA 18 - ARENITOS NA ATUALIDADE

FOTO: O AUTOR (2015)

O adensamento do angico-branco está levando ao desaparecimento das espécies típicas da Estepe, em função do sombreamento promovido. Atualmente, essa e outras espécies vegetacionais exóticas estão sendo manejadas gradualmente, a partir de estudos realizados e da aprovação do Conselho Consultivo do Parque (IAP, 2004). Outro problema encontrado se

refere ao domínio de gramíneas invasoras de origem africana no sítio, como *Brachiaria sp.* e capim-gordura (*Melinis minutiflora*)⁴⁸.

A utilização desse percurso para trânsito de turistas sem trilha definida gerou depredações da rocha. A disponibilidade de alimento fornecido por visitantes e pelo manejo inadequado do lixo da antiga lanchonete no local provocaram desequilíbrios populacionais e problemas de saúde de algumas espécies, como quatis (*Nasua nasua*), gralhas (*Cyanocorax cristops*) e cutias (*Dasyprocta azarae*) (IAP, 2004).

A FIGURA 19 apresenta o início da trilha dos arenitos em anos anteriores à reestruturação. É possível observar usos e serviços não condizentes com o ambiente protegido, como orelhões e lanchonete, além de espécies arbóreas exóticas e fauna oportunista.



FIGURA 19 - ANTIGOS USOS NOS ARENITOS
FONTE: ECOPARANÁ (1999)

(xiv) Sítio 14: Furnas

As furnas estavam originalmente situadas em meio a uma vasta área de campo e na década de 1960 e 1970 parte dessa área foi convertida em plantio de araucárias e outras espécies arbóreas; desde então, houve evolução para floresta. Esses poços de desabamento abrigam ambientes aquáticos únicos e isolados. Lambaris do gênero *Astyanax* são endêmicos e apresentam alto risco de extinção, além de se constituir em importante exemplo da evolução (IAP, 2004).

⁴⁸ Capins foram disseminados no Brasil para fins forrageiros (IAP, 2004). O sítio também se encontra invadido por espécies oportunistas, como samambaia-açu (*Pteridium aracnoideum*) (IAP, 2004).

Sobre espécies de aves, destaca-se o papagaio-do-peito-roxo (*Amazona vinacea*), o andorinhão-de-coleira-falha (*Strptoprocne biscutata*) e o andorinhão-preto-de-cascata (*Cypseloides fumigatus*). As duas últimas pernoitam na furna 1 e possivelmente também se reproduzem no local. Centenas de andorinhões oferecem espetáculo ao saírem no começo da manhã para se alimentarem e no final da tarde para retornar à furna, fenômeno conhecido como revoada. Há elevado interesse cênico e turístico na revoada dessas espécies no interior da furna (IAP, 2004)⁴⁹.

4.1.2.1 Uso do fogo para manejo vegetacional

Segundo o plano de manejo, a contaminação biológica dos campos é fruto direto das queimadas, pois espécies oportunistas se estabelecem inicialmente em solos expostos. É o caso de espécies vegetais nativas na região, como vassouras (*Bacharis spp.*), samambaia (*Pteridium aquilinum*), mimosas (*Mimosa spp.*) e espécies exóticas, como os capins africano *Brachiaria sp.* e capim-gordura (*Melinis minutiflora*), todas consideradas invasoras. Esse plano também aponta para diversos impactos das queimadas na fauna, sobretudo nas de menor porte (IAP, 2004).

Importante considerar que a principal causa de incêndios na unidade é antrópica, como consequência de práticas de manipulação de fogo em áreas naturais, como churrascos, fogueiras e no ato de fumar. Como observado nos estudos de Melo *et al.* (2003), Behling e Pillar (2007 citados por SILVA, 2011) e Silva (2011), a ocorrência de incêndios por causas naturais foi fator fundamental para conservação dos campos sulinos até os dias de hoje.

Apesar do seu potencial destrutivo, o fogo é um elemento essencial para o manejo dessa vegetação. Segundo o IAP (2014), pesquisas científicas realizadas no PEVV mostram que o uso do fogo controlado pode ser utilizado como ferramenta para contribuir na recuperação do ecossistema nativo da unidade. Durante experimentos realizados, foi possível observar que, além da

⁴⁹ A região também abriga a furna 3, que passou por processo de assoreamento decorrente de antiga visitação massiva até o interior do local. Por se tratar de ambiente isolado e vulnerável, o plano de manejo (IAP, 2004) definiu pela proibição de qualquer uso turístico nessa furna.

recuperação vegetacional, há também retorno da fauna característica, devido a condições ambientais restabelecidas pós-tratamento com fogo controlado (IAP, 2014).

4.1.2.2 Suficiência do PEVV para conservação da biodiversidade

O PEVV é uma das mais importantes UC do Paraná em termos de extensão e conservação. No entanto, são escassas as áreas no entorno imediato que funcionam como corredores ecológicos para fauna - principalmente de grandes mamíferos. Tal fato é considerado um dos grandes responsáveis pelo atual banimento - extinção - na região de importantes espécies de mamíferos, como: tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), onça pintada (*Panthera onca*), anta (*Tapirus terrestris*), queixada (*Tayassu pecari*) e veado-campeiro (*Ozotoceros bezoarticus*), os quais a muito tempo não são avistados (IAP, 2004). Entre as espécies que apresentam alto grau de ameaça, são encontrados na unidade o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*) e a onça-suçuarana (*Puma concolor*), evidenciando a importância do Parque para a manutenção dessa fauna (IAP, 2004).



FIGURA 20 - LOBO-GUARÁ AVISTADO NA ESTRADA INTERNA DO PARQUE EM 2013
FOTO: EQUIPE DE CONDUTORES PEVV (2014)

As novas UCs federais instituídas nos Campos Gerais ampliam mosaico de áreas protegidas, representando avanços na conservação ambiental da região. A situação melhoraria potencialmente, caso seja criada a RVS do Rio Tibagi.

Como observado, o PEVV apresenta sítios de grande interesse para proteção biológica de espécies endêmicas, porém são várias ameaças que se apresentam, principalmente devido a impactos gerados por atividades econômicas agrosilvícolas, industriais e urbanas impróprias para zonas de

amortecimento de UCs. Outros fatores de impactos apresentados se referem a: utilização da área no interior da unidade por instituições governamentais não vinculadas a conservação, que promoveram atividade turística massiva e a utilização de partes da unidade como uma autêntica fazenda - com plantio agrícola e silvícola de espécies exóticas -; impactos promovidos pela BR-376, como risco de incêndios, ruídos, atropelamentos, acesso de espécies exóticas, atividades de caçadores/ pescadores e barreira ao deslocamento da fauna, dentre outros.

A caracterização física e biológica do PEVV amplia a percepção sobre necessidade de novas estratégias para proteção do patrimônio natural. Caso a situação atual de conflitos permaneça, a tendência é a extinção de mais espécies (IAP, 2004). A seguir, são apresentados dados sobre o turismo no PEVV.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DO USO PÚBLICO DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA

O PEVV é o principal atrativo turístico da região dos Campos Gerais e se destaca como um centro de visitação de escolas e universidades de todo o Brasil. Em 2014, a unidade recebeu 65.322 pessoas, entre públicos com perfis muito diversificados (PARANÁ PROJETOS, 2015). Essa UC oportuniza sensibilização ambiental para amplo espectro de setores sociais. Por resguardar patrimônio natural tombado e considerando o histórico de degradação, a visitação do Parque requer constante monitoramento e fiscalização (IAP, 2004).

O uso público do PEVV se refere a atividades de visitação que podem ser realizadas na zona de uso intensivo⁵⁰, voltadas à educação e interpretação ambiental, recreação e lazer, tendo como objetivo motivar os visitantes para, principalmente, conhecerem e valorizarem os aspectos naturais (IAP, 2004).

O histórico da gestão do uso público do PEVV pode ser dividido em dois períodos, tendo como marco o processo de reestruturação da unidade, em 2002. O período anterior à reestruturação é marcado pela atuação de diversas instituições na unidade - as quais não coordenavam ações entre si -, e a utilização do território para usos não vinculados à proteção ambiental – como

⁵⁰ Essa zona representa 1,15% da área do Parque (IAP, 2004, encarte 4)

práticas agrícolas e plantio de espécies exóticas. No âmbito do uso público, a unidade oferecia exemplo de atividade turística em UCs desvinculada da proteção e educação ambiental.

O plano de manejo do PEVV (IAP, 2004) faz extenso levantamento de aspectos histórico relacionados ao período anterior à reestruturação. Para fins didáticos, esses dados foram organizados e são apresentados no APÊNDICE 2.

Para a análise do “período posterior à reestruturação”, realizou-se entrevista aberta com a atual gerente do PEVV e técnica do IAP, Angela Dalcomune⁵¹. Após a caracterização da história recente do PEVV, são apresentados os aspectos gerais da atual gestão do uso público do PEVV, tendo como base a experiência do pesquisador em contato com o campo pesquisado.

4.2.1 Histórico da atual gestão do uso público do Parque Estadual de Vila Velha

A elaboração do plano de manejo do PEVV, iniciado em 2000, realizou-se sob os princípios estabelecidos pelo SNUC (BRASIL, 2000). Em janeiro de 2002, por decisão do Governo Estadual, o PEVV é fechado para visitação por tempo indeterminando, com vistas à realização de pesquisas científicas e readequação da estrutura, de acordo determinações do plano de manejo. Em 2004, a unidade reabre para visitação pública, já com uma política diferenciada de gestão.

Segundo Dalcomune (2015), o plano de manejo e o processo de reestruturação da unidade foram planejados prevendo-se concessão da gestão do uso público para empresa privada. Porém, com a mudança eleitoral do Governo, a proposta de concessão foi abortada. No lugar, este estabelece contrato de gestão com o Serviço Social Autônomo Ecoparaná⁵², que assume a gestão do uso público logo na reabertura da unidade, em 2004.

⁵¹ Dalcomune assumiu a gestão do PEVV em 2005.

⁵² Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de interesse coletivo criada pela Lei Estadual nº 12.215/1998. Disponível em: <http://www2.cml.pr.gov.br/lef/pr/LE12215.htm>. Acesso em: 24/05/2015.

É importante constar que a gestão do uso público pelo Ecoparaná em 2004 e atualmente pelo Serviço Social Autônomo Paraná Projetos (antigo Ecoparaná) desde 2012, não se enquadra como concessão. Serviço Social não se refere a uma empresa privada *stricto sensu*, a arrecadação obtida com a bilheteria do Parque é integralmente depositada em fundo público do IAP, e os recursos financeiros necessários para gestão do uso público são obtidos integralmente por meio do contrato de gestão estabelecido.

Para contratação de funcionários, o Ecoparaná promoveu um teste seletivo em 2004, e o modelo de teste adotado valorizou profissionais das comunidades do entorno, com destaque para participantes da capacitação de condutores locais na Vila Jardim Novo Vila Velha, organizada por Moreira (2011) em 2003. A maioria dos funcionários contratados pelo Ecoparaná residiam nessa comunidade (DALCOMUNE, 2015)⁵³.

Segundo a gerente, o Ecoparaná cumpre o contrato de dois anos (2004 e 2005), porém não consegue prorrogar devido a dificuldades na prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE). Diante da impossibilidade, o IAP adota três medidas emergenciais para gestão do uso público do PEVV: terceiriza serviços-meios - como limpeza, portaria, manutenção e roçadas -, contrata estagiários para a função de condutores de visitantes e solicita funcionários do IAP de outros postos no Estado para funções de bilheteria e condução dos ônibus, os quais cobrem a função temporariamente, principalmente em dias de grande fluxo de visitantes no Parque (DALCOMUNE, 2015).

No segundo semestre de 2006, o IAP abre teste seletivo, com modelo de seleção baseado em provas práticas e entrevistas. Como apresenta Dalcomune (2015), quase a totalidade dos funcionários contratados pelo Ecoparaná em 2004 também é selecionada em 2006. Esse teste seria válido por um ano no máximo, tendo em vista que o IAP, por ser instituição pública, deve abrir concurso público para os cargos. Em 2007, encerra-se o período previsto do teste seletivo, porém, o Governo Estadual à época não autoriza realização de concurso público.

Com a impossibilidade, a unidade retoma a mesma medida emergencial anterior. Esse modelo, que deveria ser provisório, acaba se estendendo por cinco anos - até o final de 2012, quando retorna a gestão do uso público pelo Ecoparaná (DALCOMUNE, 2015). A gerente esclarece que esse modelo provisório de gestão impossibilitou a contratação de funcionários da comunidade

⁵³ Ainda em 2004, Programa do Voluntariado Paranaense (Provopar)⁵³, recebe incumbência do governador em exercício para deliberar sobre a gestão da lanchonete do Centro de Visitantes, a qual é concedida para Associação de Deficientes Físicos de Ponta Grossa (ADFPG), instituição que realiza gestão do equipamento até o presente (DALCOMUNE, 2015).

local, o que agravou uma situação de distanciamento entre os moradores do entorno e o Parque.

No final de 2012, Ecoparaná reassume a gestão do uso público e promove novo teste seletivo, desta vez com maiores preocupações quanto à formalidade, para evitar novos problemas com o TCE. Porém, a seleção não se mostrou efetiva, devido à não valorização de saberes locais; diferente dos testes seletivos anteriores, somente um funcionário, com cargo de motorista, é morador das comunidades do entorno. Além das falhas no modelo de teste aplicado, não foram promovidas capacitações com esses moradores, assim como o ocorrido em 2003.

Em 2013, Governo Estadual modifica o Ecoparaná, o qual passa a denominar-se “Serviço Social Autônomo Paraná Projetos”⁵⁴. Dentre outras consequências, a organização perde a finalidade de desenvolvimento do “turismo ecológico” no Paraná. O processo de transição gerou incertezas quanto à continuidade do Paraná Projetos na gestão do uso público do PEVV.

Como explica Dalcomune (2015), o atual contrato de gestão com Paraná Projetos foi planejado para período específico, tendo como objetivo promover inovações capazes de facilitar transição para gestão privada do turismo na unidade, visualizada como proposta definitiva. Esse serviço social, apesar de esforços, não possui instrumentos e autonomia financeira para promover melhorias estruturais e necessárias no âmbito do uso público do Parque.

O histórico da gestão evidencia a situação de falta de apoio e visibilidade sofrida pelo Parque. O exemplo do Museu de Geologia e Paleontologia nas dependências também sugere um cenário de descaso. Construído em 2007, o museu foi equipamento previsto no acordo judicial que finalizou a ação popular contra o Governo de 1978, e foi escolhido o local onde antes funcionava piscina pública. Porém, a obra apresentou defeitos na estrutura e uma série de conflitos políticos entre as instituições responsáveis impediram a finalização do espaço (DALCOMUNE, 2015). O museu ainda não foi inaugurado.

Por fim, cita-se o Decreto nº 5767 de 2002, o qual determina a ampliação do PEVV em 681 ha, que passaria a ter área de 3.803,28 ha. Apesar da

⁵⁴ Por meio da Lei Estadual nº 17.745/2013, a qual também extinguiu Secretaria de Estado do Turismo (SETU).

determinação de prazo de cinco anos para efetuar a regularização fundiária, passados 13 anos, essa unidade ainda não foi ampliada⁵⁵.

4.2.2 Atividades na zona de uso público

O PEVV está aberto à visitação de Quarta a Segunda, das 08:30 às 17:30, mas o acesso à unidade ocorre até às 15:30. São oferecidos dois passeios, para os três principais atrativos: arenitos, furnas e lagoa dourada. Grupos menores do que 15 pessoas não necessitam agendar previamente para visitar a unidade. O acesso ocorre pela rodovia BR-376, km 515 e em caso de transporte público, os principais destinos a partir do ponto de acesso ao Parque são:

- Curitiba- ônibus interestadual da Viação Princesa dos Campos, desde a estação rodoferroviária; e
- Ponta Grossa- ônibus intermunicipal da Viação Campos Gerais, desde o terminal de Oficinas.

Apesar da importância como atrativo turístico do Paraná, o PEVV apresenta problemas estruturais quanto à disponibilidade de acesso via transporte público⁵⁶. Em caso de transporte a partir de Curitiba, verifica-se a cobrança de pedágio em dois pontos da BR-376.

⁵⁵ Áreas de elevado interesse biológico, geológico, arqueológico e turístico estão situados nos limites da Unidade, a exemplo do Sumidouro, capões de Araucária no quadrante noroeste e o afloramento singular de arenito Vila Velha conhecido como “toquinhas”.

⁵⁶ A seguir, apresenta-se relato de visitante sobre situação do transporte público na unidade: “Primeiramente devo dizer que o Parque é muito bonito, porém tive uma das piores experiências em relação à viagem. Para começar eu e o meu namorado fomos de ônibus para Ponta Grossa em um final de semana pois não moramos lá. Ao pegar o ônibus que ia para o Parque tivemos que esperar mais de uma hora e meia pois no final de semana (onde supõe que deveria ter mais ônibus devido ao fato por ser um passeio turístico que geralmente as pessoas vão em finais de semana) só tinham 4 horários no dia para ir e voltar. Esperamos e logo que chegou, o ponto onde fomos deixados era no outro lado do Parque, ou seja, tivemos que atravessar uma rodovia movimentada correndo. Não tinha uma sinalização nem que fosse de pedestres para as pessoas chegarem até o outro lado. Chegando lá, tivemos que andar a pé até onde era a bilheteria, que já dava uma boa caminhada, ao chegarmos fomos alertados que não tinha mais ingresso para as furnas e lagoa dourada e que o próximo horário era os das 15:30 (tínhamos perdido da 13:30). Logo, nós não pudemos ir, pois o nosso ônibus de volta estava previsto para às 17h; acabamos perdendo por causa da falta de opção dos ônibus que voltavam para a cidade de Ponta Grossa. Ainda ficamos mais de 30 minutos no ponto na rodovia para pegar esse ônibus que voltava pra cidade. E ainda por cima, a lanchonete tinha pouquíssimas opções, nós não tínhamos almoçado, compramos salgados que julgamos ser velhos, pois logo quando voltei de viagem passei muito

Ao acessar a unidade, os visitantes deixam o veículo no estacionamento e percorrem a pequena trilha até o centro de visitantes. Nesse espaço, são recepcionados por condutores, que apresentam brevemente a unidade, auxiliam no preenchimento do cadastro e encaminham para assistirem vídeo institucional antes de realizarem os passeios.

O centro de visitantes também conta com estrutura de banheiros, bebedouros, lanchonete, loja de artesanato, sala de exposições (sala Campos Gerais). Com relação à acessibilidade, o espaço conta com banheiros exclusivos e acessíveis e o transporte interno da unidade possuem adaptações com elevadores. Próximo à portaria de acesso à unidade o visitante pode acessar a área de lazer⁵⁷.

4.2.2.1 Passeio trilha dos Arenitos

Esta trilha permite a observação da fauna e flora locais, promovendo a interação mais efetiva entre os elementos do ambiente e o visitante. O acesso é com o ônibus do Parque, desde o centro de visitantes. Possui duas possibilidades para ser percorrida: a meia-trilha e a trilha completa. A FIGURA 21 resume as diferentes possibilidades de trilhas que podem ser percorridas no atrativo:

mal ao ponto de vomitar. O lugar é lindo, a equipe que nos forneceu informações é muito boa, porém a estrutura achei péssima". (PARANÁ PROJETOS, 2015).

⁵⁷ Refere-se a um amplo espaço em ambiente natural e conta com estrutura de quiosques e banheiros, onde é possível realizar piquenique e atividades de recreação, desde que se obedeça às normas internas de não manipular fogo (fumar, churrascos ou fogueiras), não fazer uso de bebidas alcoólicas e não entrar com animais domésticos no Parque. A área é muito pouco utilizada, mesmo nos dias de grande movimento de visitantes no Parque. Possui acesso gratuito.



FIGURA 21 - TRILHA DOS ARENITOS
 FONTE: GOOGLE (2015) MODIFICADO PELO AUTOR (2015)

O ônibus desembarca no Ponto 1. A meia trilha⁵⁸ vai até a escultura da taça e retorna com ônibus no Ponto 2. Na trilha completa, realiza-se a trilha do bosque⁵⁹ na sequência da meia trilha, e retorna para o centro de visitantes no Ponto 1. O visitante pode optar pela trilha alternativa no lugar do ônibus, para acesso e retorno aos arenitos.

Essa trilha pode ser percorrida a partir de dois modelos de visitação: o “sistema de condução” (trilha guiada) e o “sistema de pontos” (trilha autoguiada). A escolha do sistema leva em consideração dois indicadores principais: número de visitantes esperados para o dia e quantidade de condutores. No “sistema de condução” o passeio é acompanhado por um condutor durante todo o percurso dos arenitos, o qual oferece informações e orienta o comportamento dos visitantes. Já no “sistema de pontos”, mantém-se um condutor no ponto inicial da trilha (Ponto 1), o qual oferece informações e orientações gerais, e outros condutores em pontos estratégicos para informar, monitorar e dar segurança aos visitantes. A trilha dos arenitos possui uma capacidade de carga de 815 pessoas/

⁵⁸ A meia trilha possui grau de dificuldade leve, com somente sete degraus como obstáculos. Nesta parte da trilha são observadas as principais esculturas naturais e uma paisagem típica dos Campos Gerais do Paraná.

⁵⁹ A trilha do bosque possui muitos degraus e pode estar escorregadia. Possui grau de dificuldade médio. O visitante acessa a floresta de araucária e tem maiores possibilidades de observação da fauna nativa.

dia. Valores: integral (R\$ 15,00), brasileiros (R\$ 10,00) e meia-entrada⁶⁰ (R\$ 5,00).

4.2.2.2 Passeio Furnas e Lagoa Dourada

As furnas são imensas cavidades com mais de 100 metros de profundidade, metade preenchida por lençol freático do aquífero homônimo. Dos mirantes de observação, é possível contemplar geomorfologia peculiar e, em certos momentos, observar a dinâmica da avifauna que se abriga nas rochas. A lagoa dourada apresenta espaço natural único, pois suas águas de nascente, calmas e cristalinas, oferecem ambiente propício para inúmeros cardumes de peixes, visíveis a olho nu. A FIGURA 22 resume trajetos percorridos pelo transporte interno do PEVV e as FIGURAS 23 apresentam as trilhas nos atrativos.



FIGURA 22 - TRAJETO DO PASSEIO FURNAS E LAGOA DOURADA
 FONTE: GOOGLE (2015) MODIFICADO PELO AUTOR (2015)

⁶⁰ Tem direito à meia-entrada (necessária comprovação): moradores de Ponta Grossa, estudantes, servidores públicos estaduais, abaixo de 14 anos, doadores de sangue e deficientes físicos. Tem direito à isenção de ingresso: Abaixo de seis anos ou acima de 60 anos e portadores de necessidades especiais. Essas condições valem para todos os passeios oferecidos no PEVV.



FIGURAS 23 - TRILHA DAS FURNAS E DA LAGOA DOURADA
 FONTE: GOOGLE (2015) MODIFICADO PELO AUTOR (2015)

O passeio é realizado somente com transporte interno e acompanhado com condutor de visitantes. Capacidades de carga dos atrativos são: trilha da lagoa dourada, 558 pessoas/ dia; trilha das furnas, 349 pessoas/ dia. Valores: integral (R\$ 10,00), brasileiros (R\$ 8,00) e meia-entrada (R\$ 4,00).

4.2.2.3 Novos passeios

Além dos passeios convencionais, desde outubro de 2013 o Parque oferece dois novos passeios: caminhada noturna e trilha da fortaleza. Ambos ocorrem em horários especiais, percorrem espaços não convencionais e necessitam de agendamento prévio do visitante.

A caminhada noturna acontece na trilha do arenito Vila Velha. O ambiente noturno possui uma fauna peculiar e estimula uma percepção diferenciada da paisagem, por meio de outros sentidos além da visão, como tato, olfato e audição. A localidade do Parque, relativamente distante de centros urbanos, possibilita uma visualização privilegiada dos astros. Valor do ingresso: inteira (R\$ 25,00) e meia-entrada (R\$ 12,50). As FIGURAS 24 apresentam astrofotografias.



FIGURAS 24 - CAMINHADA NOTURNA
FOTOS: SÉRGIO MENDONÇA JR. (2015)

A trilha da fortaleza possui 16 km de extensão e é destinada a público que deseja conhecer ambiente da zona primitiva da unidade, a qual possui diversidade biológica e ricos aspectos geológicos, históricos e arqueológicos envolvidos. Grande parte da trilha acontece em vegetação aberta de campo, com alguns trechos de mata ciliar e capões de araucárias. Valor do ingresso: inteira (R\$ 36,00), meia-entrada (R\$ 18,00). As FIGURAS 25 apresentam algumas das paisagens visualizadas nessa trilha.



FIGURAS 25 - TRILHA DA FORTALEZA
FOTOS: O AUTOR (2015)

4.2.2.4 Atendimento a grupos agendados

Grupos acima de 15 pessoas necessitam agendar a visita com antecedência, e nesse caso os dois passeios - trilha dos arenitos e furnas/ lagoa dourada - podem ser realizados com ônibus/ van do grupo, sendo disponibilizado um condutor de visitantes exclusivo. O Parque oferece a isenção de ingresso para grupos de instituições de ensino público - universidades, colégios, escolas - e que notadamente atuem com filantropia - orfanatos, asilos, portadores de necessidades especiais, etc. Nos finais de semana e feriados não são oferecidos isenções para grupos. No ano de 2014, 18% do total de visitantes foram alunos de escolas, colégios e universidades, e grande parte isentos (PARANA PROJETOS, 2015).

4.2.2.5 Pesquisas realizadas pela atual gestão do uso público

Atualmente, a gestão do uso público do PEVV, pelo Serviço Social Autônomo Paraná Projetos, realiza três pesquisas para investigar o fenômeno do turismo na unidade. Tais pesquisas foram analisadas pelo presente estudo. Porém, por serem específicos da gestão dessa unidade e devido à grande quantidade de dados e gráficos, decide-se por organizá-los para consulta específica no APÊNDICE 3.

5 ENTORNO DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA

O plano de manejo do PEVV (IAP, 2004) define o entorno e sua zona de amortecimento como áreas onde atividades humanas são sujeitas a normas e restrições específicas, com propósito de minimizar impactos negativos sobre a unidade. Sob o ponto de vista ambiental, a definição da área utiliza como principal critério as bacias hidrográficas que drenam a unidade, evidenciadas na FIGURA 26.

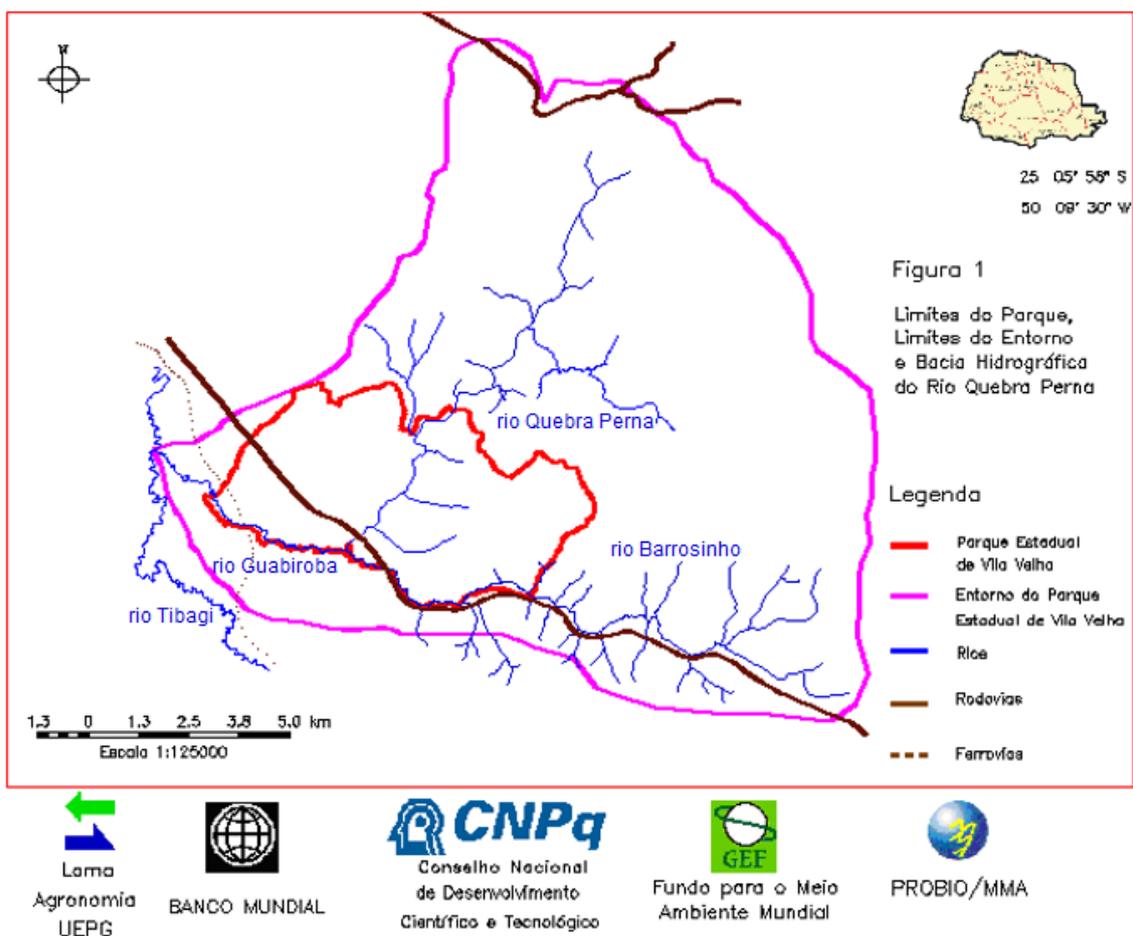


FIGURA 26 - ENTORNO E BACIAS HIDROGRÁFICAS DO PEVV
FONTE: IAP (2004)

Segundo o plano de manejo, “o entorno da unidade é formado por propriedades privadas com uso pouco compatíveis com a conservação da natureza” (IAP, 2004, Encarte 4, p. 01). A principal cultura agrícola é a soja (*Glycine max*), e são encontrados grandes espaços de reflorestamentos, sendo práticas em franca expansão da região, principalmente de espécies exóticas

Pinus spp. e *Eucalyptus spp.* A criação de gado na forma extensiva não é mais prática comum (IAP, 2004).

São poucas as áreas no entorno com a presença de campos nativos. As vegetações ainda remanescentes são, em sua maioria, superfícies aluviais, capões de floresta com araucária e matas ciliares, por serem vegetações típicas de áreas não utilizáveis para a agricultura mecanizada, devido aos impedimentos físicos acentuados (IAP, 2004).

Segundo o IAP (2004), o uso intensivo de agroquímicos no entorno do PEVV é comum, e os rios e córregos são utilizados para a limpeza de pulverizadores agrícolas, o que contamina o solo, a flora e a fauna, com impactos em toda a cadeia biológica, principalmente das comunidades aquáticas⁶¹.

O uso de agroquímicos é considerado o principal impacto ambiental provocado pelas propriedades rurais do entorno. Sobre o fato, o plano de manejo determina a criação de mecanismos para “(...) disciplinar e/ ou proibir o uso de agrotóxicos em uma faixa de 100 metros a partir do limite da unidade⁶²” (IAP, 2004, Encarte 4, p. 55).

Com relação as extensas áreas de reflorestamento, principal impacto se refere a constante disseminação de sementes de espécies exóticas na área do Parque. O plano de manejo também constata como impactos a retenção de água em forma de barragens, a diminuição ou inexistência de matas ciliares acompanhando rios e denuncia que a atividade de caçadores é intensa no entorno⁶³.

Sobre as UCs, instituídas e em processo de instituição, o entorno do PEVV apresenta seguinte configuração:

⁶¹ No caso da contaminação das aves, estas se alimentam de grãos cultivados, intoxicando-se e introduzindo elementos tóxicos na cadeia alimentar local (IAP, 2004).

⁶² Segundo um morador local, no dia 26 de dezembro de 2014 (um dia após o Natal), entre 07:00 e 10:00 da manhã, foi observada presença de aeronave de pequeno porte pulverizando agroquímicos em uma lavoura localizada a poucos metros do Rio Quebra-Perna e do limite norte do Parque.

⁶³ Outro impacto de grandes dimensões se refere a utilização do Arroio Capão Grande, que delimita fronteira oeste da unidade, para recepção de efluentes sanitários *in natura* das instalações e casas localizadas na região. Esse arroio, poluído, deságua no Rio Guabiroba, que por sua vez desaguará no Rio Tibagi. Além do arroio, há indícios de que fábricas despejam resíduos da produção direto no Rio Guabiroba, a poucos metros do PEVV.

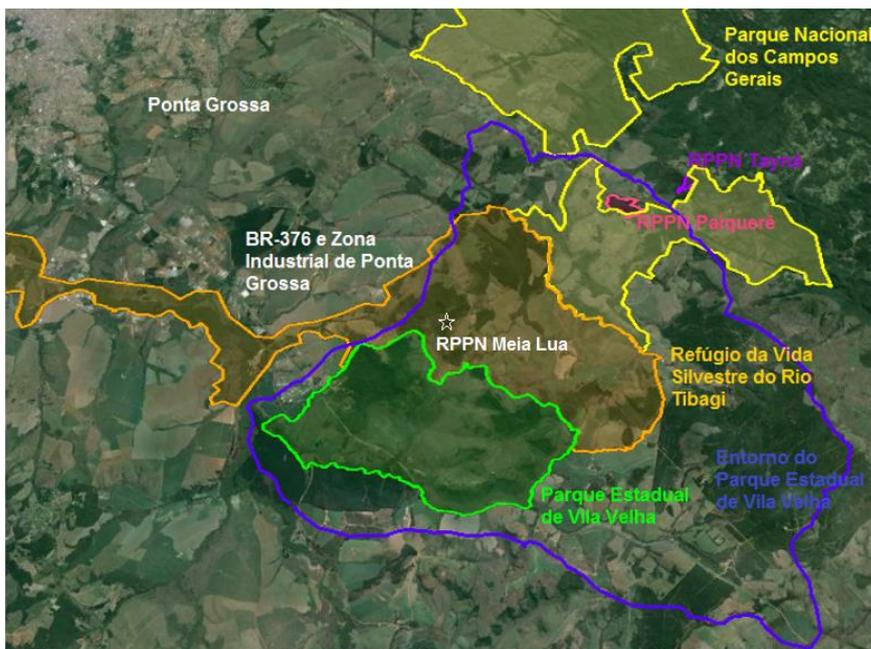


FIGURA 27 - MOSAICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ENTORNO
 FONTE: GOOGLE (2015) MODIFICADO PELO AUTOR (2015)

A RVS do Rio Tibagi ainda não foi instituída, e observa-se sua importância, interligando PEVV ao PNCG, formando um mosaico de áreas protegidas, o que favorece a proteção de corredores ecológicos e APPs das matas ciliares da Bacia do Rio Quebra-Perna. Foram mapeadas na região três RPPNs, com destaque para RPPN Meia Lua, que está próxima à fronteira noroeste do PEVV, protegendo área de 366 ha, com vegetação predominante de floresta com araucária.

(i) *Programas de Manejo que abordam a região do entorno*

Como etapa obrigatória na elaboração de um plano de manejo, devem ser definidos programas que coordenem ações de manejo na unidade (GALANTE; BESERRA; MENEZES, 2002). No caso do PEVV, são cinco programas e um deles se dedica a desenvolver atividades e ações na região do entorno. O “Programa de Integração com o Entorno” possui três objetivos: proteger a UC dos impactos ambientais decorrentes do uso e ocupação do solo em seu entorno; estimular cooperação com proprietários para melhorar o manejo da unidade; com destaque para o terceiro, que busca

“(...) integrar a comunidade adjacente, de forma aliada e responsável, tornando-se fundamental para o alcance dos objetivos de manejo e para o estabelecimento de uma relação harmoniosa, que beneficiará tanto o PEVV como estas comunidades, através de inúmeras atividades, por exemplo o ecoturismo” (IAP, 2004, Encarte 4, p. 53).

Dentre as atividades previstas nesse Programa, cita-se: criar mecanismo para elaboração e zoneamento agroecológico de todas as propriedades do entorno - para o controle do uso da água, a destinação adequada dos resíduos sólidos e o tratamento e destinação de esgotos e efluentes na zona de amortecimento -; promover restauração e enriquecimento das florestas e campos; incentivar a criação de RPPNs e corredores de biodiversidade; integrar as ações das UCs nos Campos Gerais.

Especificamente no subprograma “alternativas de Desenvolvimento para a comunidade do Entorno”, algumas das atividades previstas são: apoiar alternativas econômicas diversificadas e amigáveis com a biodiversidade; apoiar iniciativas de agricultura orgânica; estudar alternativas econômicas e ecologicamente compatíveis com a UC; participar das reuniões da comunidade; estimular atividades econômicas tradicionais pela população local e o resgate, a divulgação e a valorização de aspectos culturais e tradicionais da região.

Nesse subprograma são propostos quatro projetos, com o objetivo de estimular soluções compatíveis ambientalmente e economicamente viáveis de desenvolvimento, oferecendo possibilidades alternativas aos proprietários e comunidades, capazes de substituir gradualmente as atividades impactantes atualmente exercidas (IAP, 2004, Encarte 5, p.131 -132).

- “Projeto de seleção e cultivo de espécies dos ecossistemas existentes para fins ornamentais” - busca estimular a produção de espécies nativas de plantas herbáceas, arbustivas e arbóreas com potencial ornamental, cogitando-se a venda no próprio Parque Estadual e em outros espaços;
- “Projeto de seleção e cultivo de espécies dos ecossistemas locais para produção florestal” - busca gerar conhecimento capaz de estimular o cultivo de espécies florestais nativas para pequenos e médios produtores rurais, como alternativa ao uso atual predominante de espécies exóticas,

considerando que há um mercado nacional para consumo de madeira de espécies nativas⁶⁴.

- “Projeto de seleção e cultivo de espécies do ecossistema campestre para restauração de áreas degradadas e uso forrageiro” - busca gerar conhecimento capaz de estimular a utilização de espécies nativas campestres, em substituição aos capins exóticos que infestam áreas do Parque e do entorno, para promover aportes econômicos positivos na atividade pecuária e o surgimento de empresas de produção de sementes de espécies nativas⁶⁵.
- “Projeto de qualificação e desenvolvimento de sistemas de produção animal de base pastoril” - considerando que a produção animal, principalmente de ruminantes, é atividade econômica de maior compatibilidade com os ecossistemas campestres, o projeto busca produzir conhecimento que estimule modelos alternativos à pecuária extensiva, agricultura química e espécies de flora exóticas, a partir de sistemas de produção animal com base pastoril em campos naturais, não somente de pecuária bovina, mas também da bubalinocultura de leite e da caprinocultura de leite⁶⁶.

O plano de manejo esclarece que a UC está inserida em contexto sociocultural construído pelas comunidades locais, e que também faz parte do patrimônio cultural regional.

A promoção de atividades de educação ambiental para as comunidades do entorno do Parque pode representar um importante e decisivo meio para auxiliar e reduzir as ações de fiscalização na UC. Através das atividades de educação e interpretação ambiental haverá, também, uma maior compreensão pública das ações do IAP e da política ambiental do Governo do Paraná (IAP, 2004, Encarte 4, p. 63).

⁶⁴ “Embora o crescimento de espécies da fase avançada da floresta com araucária possa ser mais lento do que o das exóticas empregadas em larga escala, o preço da madeira e dos produtos gerados é superior e pode viabilizar pequenas propriedades rurais como uma alternativa de alto rendimento em áreas pequenas” (IAP, 2004, Encarte 5, p. 127).

⁶⁵ “Alternativas de espécies nativas precisam ser geradas para estancar o processo de disseminação de exóticas invasoras que quebram os processos sistêmicos naturais e não apresentam sustentabilidade ambiental” (IAP, 2004, Encarte 5, p. 129).

⁶⁶ “(...) é sabido e demonstrado que a utilização avançada de sistemas de manejo pastoril, assim como a implantação de métodos de manejo ou técnicas condizentes aos ambientes de pastagens naturais, são capazes de revolucionar o quadro ora vigente, entregando à atividade pecuária condições de rentabilidade econômica iguais ou superiores aos resultados obtidos com o uso de agricultura química. Por sua vez, esses métodos estabelecidos com base em pastagens naturais permanentes conferem aos empreendimentos uma sustentabilidade maior, visto que a dependência por insumos químicos - em geral com princípios ativos importados - fica eliminada ou sensivelmente diminuída” (IAP, 2004, Encarte 5, p. 131).

Para que o entorno promova atividades mais compatíveis com a proteção ambiental, necessita de incentivos e projetos economicamente viáveis (IAP, 2004).

Este capítulo investiga o turismo e os aspectos socioculturais e econômicos vinculados a região do entorno do PEVV. Na primeira parte, “potencial turístico da região do entorno do Parque Estadual de Vila Velha”, são descritos os atrativos naturais, serviços e equipamentos turísticos, para possibilitar análise do potencial turístico da região. Posteriormente, evidencia-se a Vila Jardim Novo Vila Velha, com foco na história vinculada ao PEVV, perfil dos moradores e a percepção dos jovens locais sobre a comunidade.

5.1 POTENCIAL TURÍSTICO DO ENTORNO

Este tema apresenta dados e análises realizadas e publicadas por Ecoparaná (2013), titulado “Diagnóstico quali-quantitativo e análise da cadeia do turismo no entorno do Parque Estadual de Vila Velha”, que realizou estudo visando potencializar efeitos do Parque no entorno e integrar essa unidade com propriedades rurais e comunidades locais. Apesar das importantes análises, o diagnóstico não caracterizou todos os locais de interesse da região. Dessa forma, foram realizadas pesquisas complementares. Os dados de ambas as pesquisas são apresentados a seguir.

5.1.1 Atrativos e equipamentos turísticos do entorno

O Distrito de Itaiacoca, a Oeste da zona urbana de Ponta Grossa concentra os atrativos e equipamentos turísticos do entorno. Para acesso desde o PEVV, é necessário percorrer trajeto de 10 km na rodovia BR-376 sentido Ponta Grossa, mais 10 km na estrada do Botuquara - não-pavimentada - até a rodovia do Talco, que é pavimentada e dá acesso aos atrativos a partir de estradas não-pavimentadas auxiliares. Na FIGURA 28 é possível localizar todos os sítios e equipamentos pesquisados⁶⁷.

⁶⁷ Os locais pesquisados por Ecoparaná (2013) foram: “Buraco do Padre”, “Cachoeira da Mariquinha”, “Dolina Grande”, “Dolinas Gêmeas”, “Capão da Onça”, “Recanto Botuquara”,



FIGURA 28 - ATRATIVOS TURÍSTICOS E SÍTIOS IMPORTANTES DO ENTORNO
 FONTE: GOOGLE (2015) MODIFICADO PELO AUTOR (2015)

Dos locais pesquisados, os seguintes atrativos estão localizados no interior do PNCG: “Buraco do Padre”, “Cachoeira da Mariquinha”, “Dolina Grande”, “Dolinas Gêmeas” e “Capão da Onça”.

No caso específico da Vila Jardim Novo Vila Velha, devido à importância histórica de vinculação com o PEVV, foram realizadas pesquisas direcionadas, cujos resultados serão apresentados posteriormente.

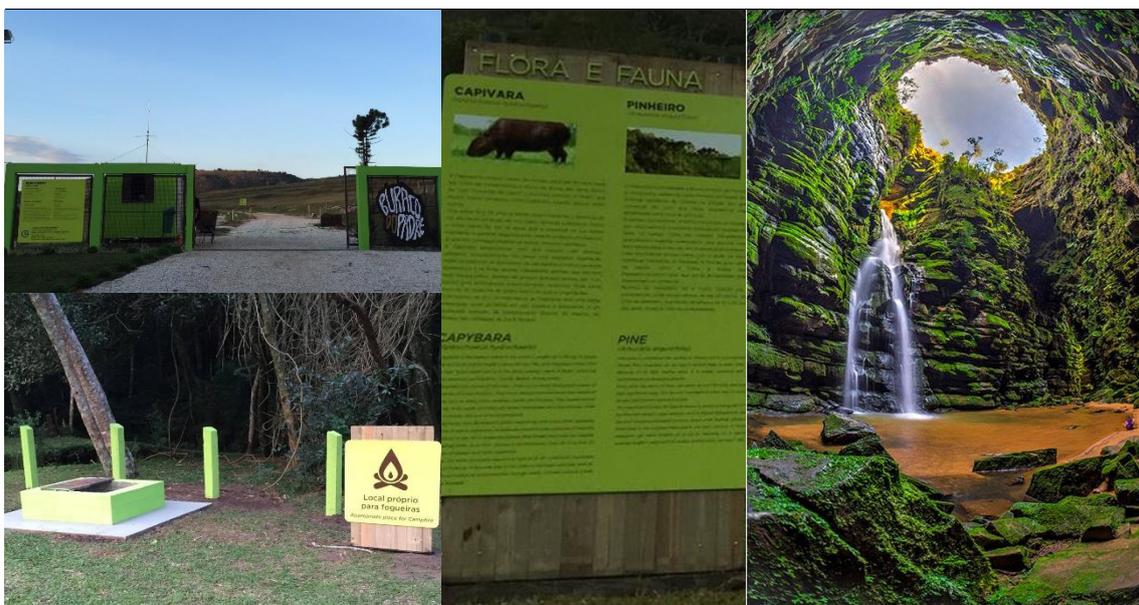
5.1.1.1 Atrativos naturais

“Sumidouro”, “Adegas Porto Brazos”, “Café Colonial Kaffe Loch”, “RPPN Tayná”, “RPPN Paiquerê” e “Passo do Pupo”. Para complementar, foram pesquisadas: “Fazenda Rosas Demiate”, “Fazenda Santa Mônica”, “RPPN Meia Lua”, “Copiosa Redenção”, “Comunidades do pré-assentamento Emiliano Zapata”, “Toquinhas” e “Aterro botuquara”.

(i) *Buraco do Padre*

Trata-se do principal e mais conhecido atrativo da região. Segundo ICMBIO (2012), a maioria dos visitantes do Buraco do Padre são de Ponta Grossa e Curitiba, somando em média 500 visitantes por final de semana, e o público local utiliza o espaço como área de lazer e entretenimento, sem motivações de caráter educativo ambiental. De acordo com o proprietário, em entrevista para Ecoparaná (2013), as principais dificuldades de administração do atrativo se referem à falta de segurança e má qualidade da estrada de acesso. O estacionamento do atrativo virou ponto de tráfico de drogas, houveram casos de roubos de veículos, também depredações de equipamentos de apoio, como sanitários.

Recentemente, o local passou por uma revitalização: recebeu novas estruturas de apoio, como sanitários e sinalização, e definiu normas e zoneamento da área e atividades. Atualmente, funciona com horários específicos e realiza cobrança de R\$ 10,00 por pessoa. São encontrados sítios arqueológicos com pinturas rupestres no sítio, porém que estão ordenadas para visitação. As FIGURAS 29 ilustram o Buraco do Padre e as novas estruturas recebidas em 2015.



FIGURAS 29 - BURACO DO PADRE
FOTOS: ÁLVARO SCHEFER (2015); SÉRGIO MENDONÇA JR (2015)

(ii) *Cachoeira da Mariquinha*

O atrativo conta com uma cachoeira e a formação de um balneário natural. Para acesso à cachoeira há duas possibilidades de trilha, uma pelo bosque de mata ciliar e outra pela vegetação de campo. São encontrados sítios arqueológicos com pinturas rupestres no local, porém que não são visitadas. O atrativo oferece serviço de *camping*, porém com estrutura de apoio não suficiente. Atualmente, arrendatário é quem administra o local, e comenta que o fato da terra ser arrendada não oferece segurança econômica para retorno de investimentos em melhorias necessárias (ECOPARANA, 2013). Cobra valor de R\$ 7,00 para visita e R\$ 15,00 para *camping*. As FIGURAS 30 ilustram a cachoeira e a trilha pelo bosque para acesso.



FIGURAS 30 - CACHOEIRA DA MARIQUINHA
FONTE: ECOPARANÁ (2013)

(iii) *Dolinas Gêmeas e Dolina Grande*

Chamadas também de furnas, as Dolinas Gêmeas e Grande são sítios de interesse turístico. As Gêmeas possuem aproximadamente 70 metros de profundidade, e a Grande, aproximadamente 100 metros de profundidade, ambas cobertas por Floresta Ombrófila Mista (ICMBIO, 2012). Os atrativos estão em propriedade particular e não possuem estrutura turística. As FIGURAS 31 apresentam os locais.



FIGURAS 31 - DOLINAS GRANDE E GÊMEAS
 FONTE: ECOPARANÁ (2013)

(iv) *Capão da Onça*

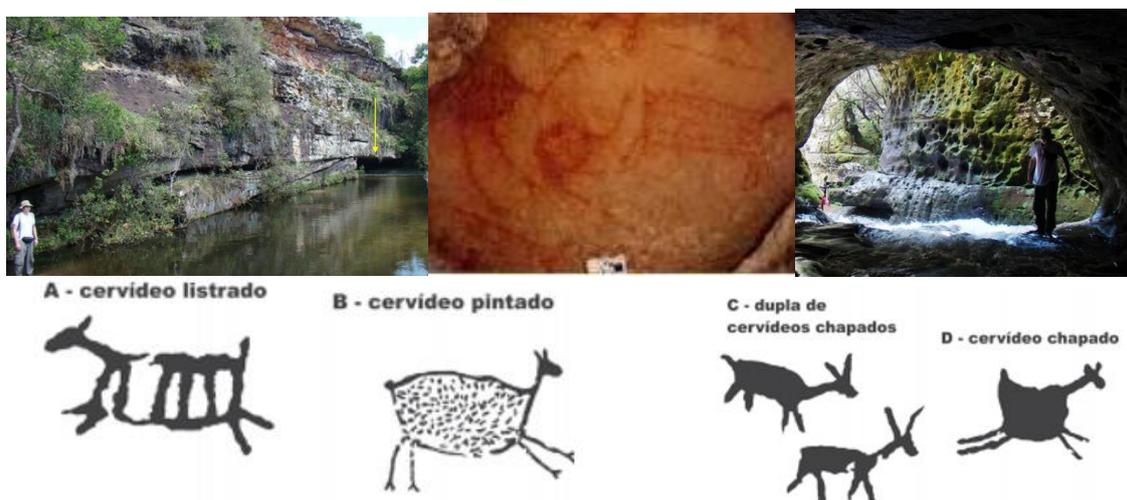
Composto por um conjunto de cachoeiras formadas pelo Rio Verde. É o atrativo natural do entorno mais próximo da zona urbana de Ponta Grossa. Possui algumas estruturas de apoio como banheiros e lanchonete. A Propriedade já foi notificada por organismos ambientais, devido a práticas de lazer não compatíveis com ambiente natural (ICMBIO, 2012). Mais recentemente, realiza cobrança de R\$10,00 por pessoa para acesso.

(v) *Sumidouro*

Recebe o nome, devido a uma formação subterrânea no arenito Furnas, que canaliza o fluxo do Rio Quebra-Perna, e ele “some” da superfície. O sítio está localizado a poucos quilômetros do PEVV e não foi inserido no PNCG, pois na época de criação dessa UC estava também prevista a instituição do RVST, a qual ainda não foi criada (OLIVEIRA, 2012). O local foi pesquisado no âmbito das geociências, principalmente devido à quantidade e qualidade das pinturas rupestres em abrigos sob rocha (SILVA; MELO; PARELLADA, 2006) e às peculiaridades geológicas cavernícolas (MASSUQUETO; GUIMARÃES; PONTES, 2011).

O proprietário, em entrevista para Ecoparaná (2013), expõe que quando adquiriu as terras do local teve que retirar um caminhão de lixo acumulado na cachoeira e proximidades, devido a hábitos de visitantes que acessavam o local anteriormente. Devido ao fato, passou a não receber visitantes, mas estes por muito tempo forçaram a entrada. Diante da situação, ele abriu a propriedade para grupos de estudantes, porém, estes prejudicaram a plantação de trigo e

foram encontrados lixos; desde então, optou por não receber visitantes. Atualmente, não tem interesse em receber o público que frequenta o Buraco do Padre, mas estaria disposto a abrir para proposta organizada de visitação (ECOPARANÁ, 2013). As FIGURAS 32 apresentam as peculiaridades do sítio, como pinturas da Tradição Planalto.



FIGURAS 32 - SUMIDOURO E PINTURAS RUPESTRES
 FONTE: SILVA, MELO e PARELLADA (2006); MASSUQUETO, GUIMARÃES e PONTES (2011)

(vi) *Toquinhas*

Trata-se de um sítio localizado a nordeste do PEVV, muito similar à Fortaleza, com formação rochosa composta por arenitos Vila Velha. Situa-se em propriedade privada e atualmente não há visitação, apesar do grande potencial geológico e turístico.

5.1.1.2 RPPNs

(vii) *RPPN Paiquerê*

Foi instituída em 1997 e abrange 89 ha da fazenda homônima, composta principalmente por bosque de Araucárias (ECOPARANÁ, 2013). Nessa área protegida se encontra uma das nascentes do Rio Quebra-Perna. A propriedade já foi aberta à visitação, com caminhadas desde o local até o Buraco do Padre e Cachoeira da Mariquinha, conduzidas pelo proprietário, porém, este abandonou

a atividade por falta de estímulos e devido ao baixo fluxo de visitantes dispostos a pagar pelo passeio (ECOPARANÁ, 2013).

(viii) *RPPN Tayná*

Essa reserva possui áreas de bosque com araucárias e protege áreas da Escarpa Devoniana, que oferece mirantes naturais de grande interesse paisagístico. Segundo Ecoparaná (2013), a área nunca foi aberta para visitação pública, mas o proprietário realiza com frequência cavalgadas para atrativos naturais e tem interesse na abertura de atividades específicas, como de aventura, passeios à cavalo, *camping* e pousadas, caso haja mobilização para desenvolvimento do turismo na região.

(ix) *Fazenda Santa Mônica e RPPN Meia Lua*

A RPPN Meia Lua ocupa 40% do total da Fazenda Santa Mônica e possui 366 ha, com uma vegetação predominante de Floresta Ombrófila Mista, sendo 10% área de campo. Foi aberto processo para sua instituição formal há aproximadamente cinco anos, porém ainda não foi instituída. Essa reserva possui atualmente duas trilhas já prontas para serem abertas a visitação, uma de 1.500 metros e outra com 5.000 metros. Além da RPPN, a Fazenda Santa Mônica possui outros locais com potenciais turísticos⁶⁸, como a Capela Santa Luzia, Gruta de Santa Luzia, Mini Vila Velha⁶⁹ e Casa Museu⁷⁰.

Além da visitação aos locais apresentados, o proprietário possui interesse em oferecer alimentação com temática regional. O grande objetivo é transformar o local em polo de ecoturismo. Até o momento, tanto a propriedade quanto a RPPN ainda não receberam visitação turística.

⁶⁸ Na fazenda está sendo construído um “projeto residencial em área protegida” com técnicas de construção alternativas, como “Superadobe”, “Tijolo de Adobe”, “Teto jardim”, “Saneamento Biológico” e reuso de materiais de demolição. Informações obtidas em portfólio da empresa “Can Sustentável”. Disponível em: <http://cansustentavel.com/pdf/can-portfolio-pt-2015.pdf>. Acesso em 05/06/2015.

⁶⁹ Formações em arenito Vila Velha que se assemelham as do PEVV, porém menores.

⁷⁰ Com temática do tropeirismo, a qual apresenta história da família proprietária.

A fazenda possui criação de gado e áreas com monocultura de soja, porém o proprietário pretende, no futuro, transformá-la em uma fazenda orgânica – principalmente com produção de frutas - sem utilização de agroquímicos. Tem interesse em trabalhar conjuntamente com a Vila Jardim Novo Vila Velha para atração de visitantes que acessam o PEVV, porém não sugere a criação de trilha desde essa Vila até sua propriedade, devido a presença constante de caçadores, que poderiam passar a utilizá-la⁷¹. As FIGURAS 33 apresentam os atrativos Mini Vila Velha e Capela Santa Luzia.



FIGURAS 33 - FAZENDA SANTA MÔNICA
FOTOS: FERNANDA HAURA (2015)

5.1.1.3 Equipamentos turísticos

(x) *Adega Porto Brazos*

O estabelecimento comercializa produtos, como aguardente, licor, fermentados de amora, geléia, etc., produzidos no local. Também, disponibiliza visita no espaço de produção das bebidas, na área de plantação das amoras e lavandas e possui espaço para realização de eventos. A proprietária, em entrevista para Ecoparaná (2013) conta que recebe visitantes de outros países, interessados na produção de bebida a partir da amora. As FIGURAS 34 ilustram o local.

⁷¹ Sobre a atividade de caça, o proprietário afirma que era mais intensa antes, mas com o processo de criação da RPPN a atividade diminuiu, porém ainda se escuta tiros e latidos de cachorro na área.



FIGURAS 34 - ADEGA PORTO BRAZOS
 FONTE: ECOPARANÁ (2013)

(xi) *Kaffe Loch: Café Colonial Rural*

O Estabelecimento abre nos finais de semana e feriados, e oferece aproximadamente 40 pratos de culinária rural, recebendo 80 pessoas por dia, em média (ECOPARANÁ, 2013). Tanto os proprietários da Adegas Porto Brazos, quanto do Kaffe Loch afirmam não desejarem perfil de público que acessava o Buraco do Padre, situação que pode ter mudado com a reestruturação do atrativo. As FIGURAS 35 apresentam o local.



FIGURAS 36 - KAFFE LOCH
 FONTE: ECOPARANÁ (2013)

(xii) *Recanto Botuquara*

Segundo Ecoparaná (2013), refere-se a atrativo com motivação de entretenimento e lazer, que oferece atividades de pesca, piscinas, tobogãs, churrasqueira, campo de futebol e trilhas para caminhada em bosque. Possui lanchonete e área para *camping*. O valor para a entrada é R\$ 15,00 e para *camping* R\$ 30,00. A propriedade já foi notificada por órgãos ambientais, devido a construções indevidas, como concretação de cachoeira natural para

construção de toboágua e barragens artificiais, as quais assoreiam o Rio Botuquara (ECOPARANÁ, 2013). O sítio é retratado nas FIGURAS 36.



FIGURAS 36 - RECANTO BOTUQUARA
FONTE: ECOPARANÁ (2013)

(xiii) *Fazenda Rosas Demiate*

Entre 1995 a 2004, funcionou nessa propriedade o hotel-fazenda Capão Grande, que recebeu público estimado em 10.000 visitantes durante o período, principalmente de Curitiba, Rio de Janeiro e São Paulo. Segundo o atual proprietário, possuía em torno de 10 funcionários, oferecia hospedagens em chalés para casais (oito suítes), e quarto com beliches para jovens. Tinha como atividades: cavalgadas, trilhas, banhos de cachoeira e visita ao PEVV. Atualmente não há interesse do proprietário em reabrir a pousada.

5.1.1.4 Comunidades locais

(xiv) *Comunidade do pré-assentamento Emiliano Zapata*

Comunidade do Movimento Sem Terra (MST) que estabeleceu acampamento em 2003, em terras pertencentes à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (ENGELMAN, 2011). Segundo a autora, o local conta, atualmente, com 55 famílias e a principal atividade é a produção agrícola para subsistência e comercialização, com predomínio de técnicas agroecológicas e de produção orgânica. Toda a área, cerca de 640 ha, já se encontra certificada por selos e redes de agroecologia.

Engelman (2011) também pesquisou a situação socioeconômica da comunidade. Para 54% das famílias, a renda mensal é de um a dois salários mínimos, e 46% ganha menos de um salário mínimo. A principal reivindicação

da comunidade é a regularização fundiária. Quanto à participação em programas assistenciais, 8% recebe aposentadoria ou pensões e somente 54% participa do Programa Bola Família. A principal dificuldade para participar dos programas sociais se refere à irregularidade fundiária.

Segundo a liderança local entrevistada, cerca de 30 a 35 crianças da comunidade estudam na escola e colégio localizada na Vila Jardim Novo Vila Velha. Aproximadamente 10 integrantes locais estão ou já se formaram em cursos superiores de graduação, tecnológicos ou técnicos, sendo a maioria na UEPG.

Para o entrevistado, não há atividade regular de turismo na comunidade, porém é comum receberem visitas de acadêmicos, interessados em técnicas de plantio agroecológico e em questões vinculadas ao MST, bem como intercambistas com finalidades culturais, inclusive de outros países. Possuem interesse em atuar com turismo, por meio de hospedagens, gastronomia orgânica, aprendizado de técnicas rurais e condução de trilhas. Apesar da proximidade física com PEVV, o entrevistado afirma que os moradores não sabem o que é o Parque e nem como funciona a visita no local. As FIGURAS 37 retratam a comunidade.



FIGURAS 37 - COMUNIDADE EMILIANO ZAPATA
FONTE: SANDRA ENGELMAN (2011)

(xv) *Passo do Pupo*

Essa Vila está em uma posição estratégica entre os atrativos da região de Itaiacoca, sendo citado como um potencial ponto de recepção de visitantes em possível desenvolvimento integrado do turismo no PNCG (ICMBIO, 2012).

5.1.1.5 Outros sítios

(xvi) *Copiosa Redenção*

Refere-se a local onde atuam freiras dessa corrente da igreja católica, a qual desenvolvem trabalhos específicos com dependentes químicos. Em passado recente, as freiras procuraram o PEVV para venda de alimentos, como salgados, produzidos no local.

(xvii) *Aterro Botuquara*

Citado devido à importância do sítio, que recebe grande parte do lixo sólido de Ponta Grossa e está situado em rocha da Formação Furnas. Essa rocha permite a infiltração de resíduos do lixo, causando a contaminação do aquífero. O aterro está instalado vizinho à rodovia do talco, que dá acesso aos principais atrativos naturais da região. A FIGURA 38 apresenta o aterro a céu aberto e a grande população de aves no local.



FIGURA 38 - ATERRO MUNICIPAL COM LIXO A CÉU ABERTO
FOTO: O AUTOR (2015)

5.1.2 Considerações de Ecoparaná (2013) sobre o potencial da região do entorno

Os proprietários rurais pesquisados possuem as seguintes percepções quanto ao turismo na região (ECOPARANÁ, 2013, p. 55-56):

- Sobre infraestrutura - falta de segurança nos atrativos; locais recebem, principalmente, público não-consciente quanto a questões ambientais; constata-se depredação de equipamentos de apoios, rochas e patrimônio arqueológico, principalmente pinturas rupestres;
- Sobre acesso - estradas não-pavimentadas ficam muito prejudicadas em períodos chuvosos; não há sinalizações adequadas e padronizadas para acesso aos atrativos; transporte público é deficiente e não supre a necessidade dos visitantes;
- Sobre desenvolvimento do turismo - falta articulação entre proprietários e equipamentos turísticos municipais (hotéis, restaurantes, agências); alguns proprietários mostraram interesse em implementar serviços de hospedagem e de turismo de aventura; falta interesse do poder público em desenvolver o turismo; há problemas fundiários devido à criação do PNCG.

Ecoparaná (2013, p. 56-57) também realiza pesquisa sobre a percepção dos visitantes do Parque com relação ao entorno. Em geral o público do PEVV:

- Sobre o interesse em conhecer atrativos do entorno - 61% respondeu sim e somente 6% não se mostrou interessado. Serviços que visitantes gostariam de encontrar no entorno são: “passeios para atrativos naturais mais interativos” e em segundo lugar foi citado “serviço de hospedagem”.
- Sobre o percurso para acesso aos atrativos - 53% afirma que percorreria de 10 a 20 km, e 39% de 20 a 30 km. Apesar da maioria dos atrativos estarem a poucos km em linha reta do PEVV, as atuais opções de acesso por rodovias tornam o trajeto relativamente distante, a exemplo do Buraco do Padre que está a 32 km do Parque.

- Quanto ao valor disposto a pagar - 30% pagaria de 51 a 80 reais, 25% de 31 a 50 reais e 23% de 81 a 130 reais. Observa-se que os visitantes querem pagar por serviços oferecidos e de qualidade.

Com relação a percepção da rede hoteleira de Ponta Grossa sobre atrativos naturais do entorno, possuem os seguintes pontos negativos (ECOPARANÁ, 2013, p. 57): dificuldades de acesso, ocasionado por rodovias mal sinalizadas e estradas precárias; falta de transporte público para a região; distância dos atrativos em relação ao PEVV; falta de infraestrutura dos atrativos, como trilhas desgastadas, banheiros, segurança, sinalização, condutores etc.; falta de articulação entre atrativos; e falta de governança local, que centralize a busca por incentivos, para estimular desenvolvimento do turismo no local.

Ecoparaná (2013) também aponta a deficiência de outros serviços no local, como os relacionados aos serviços de saúde, polícia e bombeiros. Quanto à comunicação, a região conta com um serviço limitado de telefonia e internet.

Apesar das dificuldades levantadas, observa-se que o entorno do PEVV possui sítios naturais com grande interesse de visitação e comunidades locais que podem oferecer suportes ao turismo (ECOPARANÁ, 2013). Os proprietários rurais, de maneira geral, estão interessados em desenvolver o turismo nos atrativos naturais localizados em suas propriedades.

A criação do PNCG, onde está inserido atrativos importantes do entorno do PEVV, pode ampliar possibilidades de organização e desenvolvimento do turismo na região (ECOPARANÁ, 2013). Na prática, porém, desde a sua criação em 2006, o reflexo do PNCG para o desenvolvimento do turismo regional é negativo, pois os proprietários se sentem inibidos em realizar novos investimentos, devido a insegurança fundiária (ECOPARANÁ, 2013). Para amenizar esse cenário de conflitos, gestores do PNCG publicaram um termo de referência com o objetivo de conciliar a atividade de turismo nos atrativos inseridos na UC, propondo estudos que permitam investimentos e intervenções dos proprietários no ambiente natural (ICMBIO, 2012).

Observa-se que o PEVV possui papel importante no desenvolvimento do turismo regional, já que se configura como o principal indutor de fluxo. No entanto, atualmente os visitantes acessam a unidade e não ficam na região, devido à falta de melhores oportunidades e acessos aos serviços do entorno

(ECOPARANÁ, 2013). A prática de cobrança de ingressos para acesso aos atrativos e investimentos em segurança e novas estruturas, como banheiros e trilha, são positivas para a região, de acordo com o perfil de visitantes do PEVV (ECOPARANÁ, 2013). A seguir, apresenta-se o caso específico da Vila Jardim Novo Vila Velha.

5.2 VILA JARDIM NOVO VILA VELHA

A Vila Jardim Novo Vila Velha está localizada a Oeste do Parque Estadual de Vila Velha, bairro Cará-Cará, município de Ponta Grossa. O terreno onde se localiza a Vila foi loteado a partir de duas grandes propriedades, uma do Sr. Jamil Bady Saad - antigamente, a Vila se chamava Jamil, em decorrência do nome desse antigo proprietário da terra - e a outra de uma gleba da fazenda Capão Grande (IAP, 2004). Esse loteamento foi realizado de maneira irregular e a situação ainda não foi resolvida.

Segundo relato do Sr. Fernando Haura (HAURA, 2015), residente no local desde a década de 1950, existem aproximadamente 20 casas que foram ocupadas em uma APP, nas margens do arroio Capão Grande, e é necessário regularizar a situação para um posterior replanejamento urbano e regularização fundiária. Por enquanto, cada morador possui a posse do tamanho da área, com documento registrado em cartório, porém não há a definição específica do terreno em que ocupa. Apesar da irregularidade, é cobrado o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU). No espaço da Vila também há terrenos maiores e considerados como áreas rurais.

O Arroio Capão Grande delimita a fronteira entre o PEVV e a Vila Jardim. Há também edifícios localizados no interior da unidade, que são: a Vila do IAPAR, a qual possui casas que são patrimônios públicos do Estado; o batalhão da Polícia Militar Ambiental do Paraná; e o prédio da Escola Municipal Pascoalino Provisero e Escola Estadual Parque de Vila Velha - ambas funcionam no mesmo edifício.

O plano de manejo define essa área como “zona de uso conflitante” e faz a seguinte determinação: “garantir que cessem as atividades impactantes da Vila do IAPAR e que seja realizado um estudo para exclusão da Vila do interior do PEVV” (IAP, 2004, Encarte 4, p. 12). No processo de reestruturação do

Parque, entre 2002 e 2004, algumas casas do IAPAR foram desalojadas e demolidas. A FIGURA 39 ilustra o limite Oeste do Parque.



FIGURA 39 - LIMITE OESTE DO PEVV, ARROIO CAPÃO GRANDE, VILA DO IAPAR E JARDIM NOVO VILA VELHA
 FONTE: GOOGLE (2015) MODIFICADO PELO AUTOR (2015)

A Associação de Moradores do Jardim Novo Vila Velha (AMORVIVE) é a entidade que representa a Vila, incluindo também moradores do IAPAR. Apesar de possuir histórico de mobilização e organização, o qual obteve conquistas importantes como a pavimentação da rua principal e outras reivindicações, a AMORVIVE atualmente se encontra paralisada, principalmente devido à saída da Vila do atual Presidente da Associação em 2012 e a indefinições quanto a uma nova eleição desde então.

Um dos principais problemas enfrentados no local, além das irregularidades fundiárias, se refere à falta de tratamento dos efluentes sanitários das casas. Segundo Moreira (2002, p. 73), com base em entrevista com o Sr. Emerson Silveira (presidente da AMORVIVE à época),

No que diz respeito ao saneamento básico do Jardim, percebemos que a associação é que realizou os investimentos necessários, com recursos dos próprios moradores. Não existiam fossas e o esgoto era visível nas ruas. A solução foi fazer um sistema de esgoto canalizado até o arroio Capão Grande (...). O arroio foi escolhido por já ser utilizado pelo IAPAR e pela Polícia Florestal. Outros meios foram procurados para solucionar esse problema, como o projeto feito em 1986 pela SANEPAR e abandonado pelo governo do Estado, onde o esgoto seria tratado na bacia antes de chegar ao rio Guabiroba. Conforme destacou Emerson durante a entrevista realizada, os investimentos seriam em torno de um milhão de reais, o que tornou o projeto inviável.

Além do prejuízo ambiental, a situação contamina o solo e gera um constante mau cheiro e riscos de doenças para os moradores, segundo afirma Sr. Fernando Haura (2015).

O abastecimento de água é feito por meio de poços artesianos que obtêm água do aquífero Furnas, própria para consumo, sendo os poços devidamente regularizado pela Prefeitura Municipal (IAP, 2004). A Vila possui posto de saúde.

Moreira (2002) afirma que há interesse da Vila em integrar-se com o PEVV. Em 2001, a AMORVIVE encaminhou ofício para as instituições governamentais atuantes na unidade, sugerindo a criação de um “Grupo de Voluntários”, formado por moradores do Jardim, para atuação no combate a incêndios e como condutores locais. Outro exemplo do interesse de integração se refere à decisão local de mudar o nome das ruas da Vila, em homenagem aos sítios mais conhecidos da unidade: “Lagoa Dourada”, “Arenitos”, “Lagoa Tarumã” e “Furnas” (MOREIRA, 2002).

Segundo essa autora, o processo de reestruturação o PEVV, entre 2002 e 2004, gerou otimismo na Vila, esperançosos de que seriam oferecidas oportunidades de trabalho e capacitações da mão-de-obra. No ano de 2003, Moreira organizou capacitação para formação de condutores de visitantes locais. A primeira equipe do uso público do Parque, logo após a reabertura em 2004, foi composta principalmente pelos participantes dessa capacitação (DALCOMUNE, 2015). Porém, desde 2007 os moradores locais não possuem uma participação expressiva na unidade⁷².

Em 2007 foi criado o “Grupo Aguaraguaçu de Desenvolvimento Socioambiental”, sociedade civil sem fins lucrativos e com atuação nas áreas de desenvolvimento social, econômico, cultural, educativo e ambiental. Essa ONG possui sede física em uma das casas históricas da Vila do IAPAR, conhecida como “Casa Lobo-Guará”. Na prática, o Aguaraguaçu atuou principalmente com educação ambiental para crianças e jovens da Vila Jardim Novo de 2007 à 2009. Desde esta data, porém, está formalmente inativa. A FIGURA 40 apresenta a Casa Lobo-Guará.

⁷² Atualmente, são 14 contratados pela empresa terceirizada TecnoLimp e somente um contratado pelo Serviço Social Autônomo Paraná Projetos.



FIGURA 40 - CASA LOBO-GUARÁ E JOVENS LOCAIS
FOTO: O AUTOR (2015)

Os jovens da comunidade mostraram interesse em ativar a Casa Lobo-Guará e atualmente possuem as chaves do imóvel. Foram promovidas ações pela atual gestão do uso público do PEVV em parceria com esses jovens, a exemplo da realização de Caminhadas Noturnas com os moradores da comunidade, seguidas de confraternizações coletivas na Casa Lobo-Guará. No dia 27 de junho de 2015, os visitantes da Caminhada Noturna foram convidados para uma experiência de turismo comunitário na Casa Lobo-Guará, organizada pelos jovens locais, que contou com alimentos típicos, música regional e rodas de conversa com moradores mais antigos (FIGURAS 41). As ações realizadas estimularam uma mobilização comunitária.



FIGURAS 41 - TURISMO COMUNITÁRIO NA CASA LOBO-GUARÁ
FONTE: FERNANDA HAURA (2015); MIRNA DE MEDEIROS (2015)

Para aprofundar a investigação sobre a Vila Jardim, são realizadas três pesquisas: a primeira caracteriza a história da comunidade; a segunda apresenta dados gerais que contextualizam a Vila Jardim Novo nos dias atuais; e a terceira

se trata de uma pesquisa intergeracional realizada com os jovens do local, a qual investiga a visão de mundo dessa geração.

5.2.1 História da Vila Jardim Novo Vila Velha

A maioria dos atuais moradores da Vila Jardim são os descendentes dos primeiros funcionários do PEVV, como relata Wilson Coelho em seu livro “A História dos Pioneiros” (2014). Esse autor descreve os primeiros eventos da desapropriação do imóvel que originou o Parque, como cumprimento do Decreto-Lei nº 86/1942⁷³:

Arnoldo Ferreira, seu irmão Lourival Ferreira e seu pai José Rodrigues Ferreira (meus tios e avô, respectivamente), plantavam milho nas terras do fazendeiro alemão (então declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação), cedidas a eles gratuitamente, para esse fim. Certo dia, no segundo semestre de 1945, ao chegar à porteira da fazenda, um policial militar do Estado barrou a entrada de Arnoldo dizendo que o Governo estava tomando posse. Ele poderia colher sua plantação mas 50% ficaria para o Estado. E foi o que aconteceu; parte da produção do plantio foi enviada para a antiga granja do Guatupê em Curitiba, atualmente a Academia da Polícia Militar (COELHO, 2014, p. 7).

Na época dos acontecimentos, o mundo enfrentava a Segunda Guerra mundial. Coelho (2014) afirma que em 1945 são contratados os primeiros funcionários para atuar na área desapropriada, pela então Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. O Parque Florestal, como era chamado antes de se tornar Parque Estadual em 1953, funcionava como uma autêntica fazenda, e parte do produzido era enviado para os Militares em Curitiba. Esse Parque Florestal também ficou responsável pela manutenção das atividades turísticas nos arenitos, furnas e lagoa dourada.

Os turistas que então chegavam até a sede do Parque, assinavam um livro onde anotavam a placa do veículo para assim obter uma ordem de visitação. Um funcionário de plantão era responsável pelo atendimento e controle do número de visitantes. Nos arenitos havia um funcionário para prestar informações (COELHO, 2014, p.8).

⁷³ Em 16 de Outubro de 1942, através do Decreto-Lei nº 86, o Governo do Estado do Paraná declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, os imóveis denominados Lagoa Dourada e Vila Velha, para a instalação de um Parque Florestal.

O autor afirma que os funcionários pioneiros construíram os primeiros acessos e trilhas nos atrativos do PEVV. Sobre o comportamento dos visitantes, relata que:

Nessa época, faziam piqueniques, assavam carnes, etc. Nos Arenitos e Lagoa Dourada, turistas faziam buracos sob as árvores para assar churrascos; acampavam, subiam nos arenitos, deixavam marcas por todo o lugar. Já naquele tempo, não respeitavam o local, o descaso era constante e não existia a responsabilidade ambiental. Por esse motivo, toda segunda-feira, Arnaldo levava funcionários com um caminhão para realizar a limpeza e ele também ajudava. Nas Furnas, especialmente na principal, turistas jogavam pedaços enormes de paus e pedras somente para ouvir o som quando tocavam a água após caírem de vários metros de altura (COELHO, 2014, p. 10).

Nesse período, a rodovia BR-376 ainda não existia e, para acesso ao local, havia somente uma antiga estrada, a qual iniciava no bairro de Uvaranas, em Ponta Grossa; já a sede do Parque se localizava onde hoje é a Vila do IAPAR (COELHO, 2014).

Os relatos de Coelho são importantes, primeiro por incluir na história escrita acontecimentos e pessoas - trabalhadores geralmente esquecidos -, mas que são os legítimos responsáveis por grandes conquistas. Em segundo lugar, “A História dos Pioneiros” esclarece sobre a origem da atual Vila Jardim Novo Vila Velha e a sua vinculação histórico-cultural com o PEVV. Sobre essa origem, o atual plano de manejo da unidade descreve da seguinte forma a Vila:

O Parque Estadual de Vila Velha (PEVV) faz divisa com o bairro denominado Jardim Novo Vila Velha (antiga Vila Jamil). O Jardim Novo surgiu em meados de 1980, sendo que os primeiros lotes foram vendidos em 1982 e atualmente residem na área 200 famílias (IAP, 2004, Encarte 2, p. 37).

Em que pese o loteamento ter acontecido em passado mais recente, não há dúvidas de que a Vila Jardim Novo Vila Velha surge muito antes de 1980 e que sua história se entrelaça mutuamente com a do PEVV.

5.2.2 Pesquisa de perfil e caracterização dos moradores

Em 2008, integrantes do Grupo Aguaraguáçu realizaram entrevistas com um representante de todas as 130 casas da Vila, à época, com o objetivo de obter informações mais precisas sobre a comunidade. Apesar do esforço e da amplitude da pesquisa, poucos dados foram tabulados. Diante do fato, esse

pesquisador, em parceria com a jovem local Fernanda Haura, solicitaram as entrevistas para o Grupo Aguaraguaçu.

Para atualizar os dados obtidos nas entrevistas, utilizou-se imagem de satélite da Vila disponibilizada por “Google Earth”, onde foram mapeadas as 130 casas pesquisadas por Aguaraguaçu. Constatou-se que 44 novas casas foram construídas e essa informação possibilitou a definição exata do número total de residências e uma estimativa do número de pessoas. O questionário produzido por Aguaraguaçu pode ser consultado no ANEXO 1.

No total, a Vila Jardim Novo Vila Velha é composta por 174 casas e possui 608 habitantes. Todos os dados apresentados a seguir são baseados nas entrevistas realizadas por Aguaraguaçu. O GRÁFICO 1 apresenta dados sobre as residências locais.

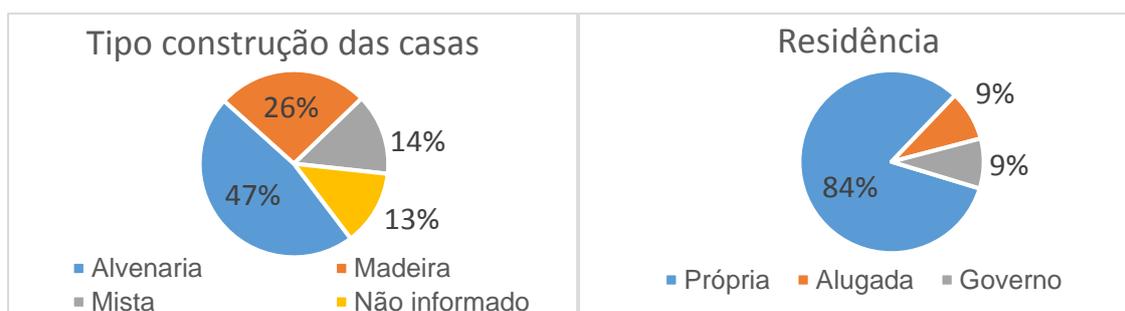


GRÁFICO 1 - CARACTERÍSTICA DAS RESIDÊNCIAS
 FONTE: O AUTOR, HAURA E GRUPO AGUARAGUAÇU (2015)

Os moradores que possuem casa própria (106 casas) são famílias e a maioria com estabilidade no local, em geral descendentes de funcionários que vieram trabalhar no PEVV. A opção “casas do governo” (12 casas) se referem a famílias que residem na Vila do IAPAR. Já “casas alugadas” (12 casas), abrigam em sua maioria funcionários temporários, contratados pelas indústrias da região, sendo um fenômeno mais recente. De acordo com Sr. Fernando Haura (2015), a maioria desses trabalhadores possuem origem no Norte e Nordeste do Brasil e não trazem suas famílias, compartilhando residência com outros funcionários. Para esse morador, a construção e aluguel das casas são alternativas de renda encontradas por alguns dos moradores da comunidade, e o aluguel é pago pelas empresas que contratam os funcionários.

Os primeiros funcionários a se instalarem na Vila Jardim chegaram no final da década de 1960, ano das primeiras fábricas na região. Segundo Haura (2015), esses residentes, em geral, possuem pouca ou nenhuma interação cultural com a comunidade. O GRÁFICO 2 apresenta dados sobre a situação da água e esgoto.

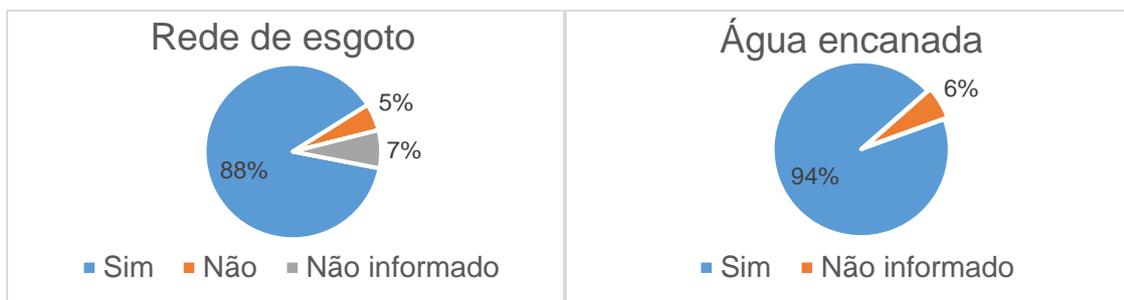


GRÁFICO 2 - ESGOTO E ÁGUA ENCANADA
 FONTE: O AUTOR, HAURA E GRUPO AGUARAGUAÇU (2015)

A grande maioria das casas possui sistema de encanamento de esgoto, porém que é despejado *in natura* no arroio Capão Grande; somente seis imóveis não estão inseridos nesse sistema, o que pode se referir a casas situadas nas margens do arroio, ou que possuam exclusivamente fossas e/ ou outras formas de despejo dos resíduos.

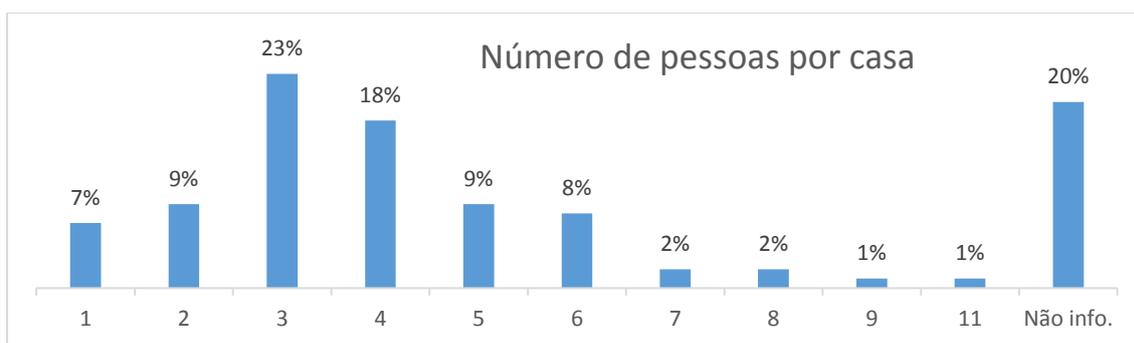


GRÁFICO 3 - NÚMERO DE PESSOAS POR CASA
 FONTE: O AUTOR, HAURA E GRUPO AGUARAGUAÇU (2015)

Apesar da grande quantidade de casas não informadas, observa-se que, em geral, os núcleos familiares são pequenos, sendo que nove casas possuem somente um morador. As casas alugadas para funcionários das indústrias geralmente são ocupadas por um grande número de funcionários (HAURA, 2015).

As informações apresentadas na sequência não levam em consideração informações dos funcionários temporários, somente dos núcleos familiares da Vila. Os GRÁFICOS 4 e 5 se referem, somente, aos dados pesquisados sobre aos líderes dos núcleos familiares.

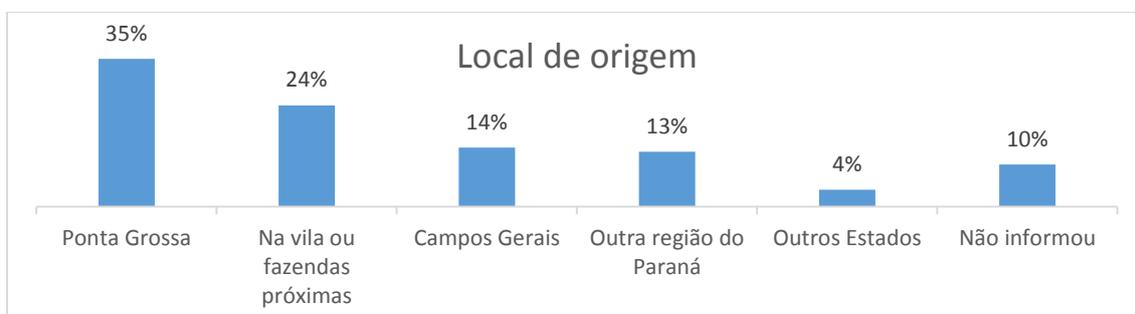


GRÁFICO 4 - LOCAL DE ORIGEM
 FONTE: O AUTOR, HAURA E GRUPO AGUARAGUAÇU (2015)

Observa-se que a grande maioria nasceu no município de Ponta Grossa (59%), sendo que 24% foi na própria Vila ou em propriedades rurais próximas.

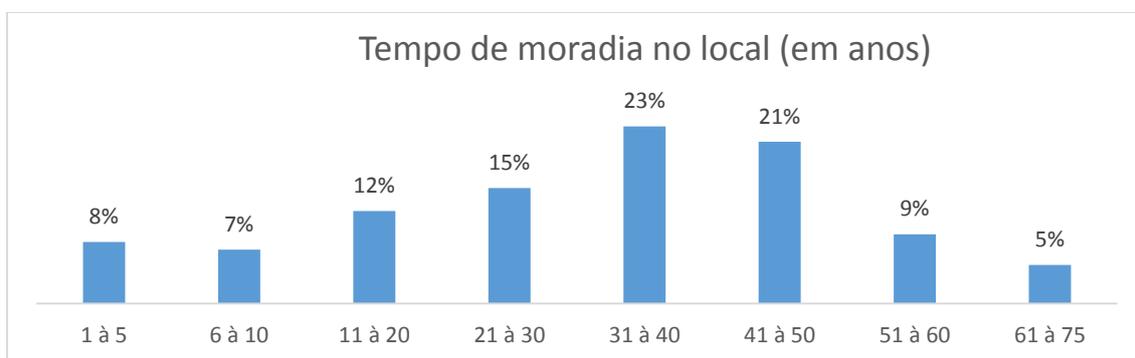


GRÁFICO 5 - TEMPO DE MORADIA NO LOCAL
 FONTE: O AUTOR, HAURA E GRUPO AGUARAGUAÇU (2015)

Ainda sobre os líderes dos núcleos familiares, 58% residem há mais de 30 anos na Vila, com destaque para seis moradores que residem há mais de 60 anos. Segundo Haura (2015) o Sr. Arnaldo Ferreira é o morador mais antigo e reside no local desde antes de 1945, ano em que foram contratados os primeiros funcionários do Parque (HAURA, 2015). O GRÁFICO 6 apresenta dados sobre escolaridade e religião dos moradores locais.



GRÁFICO 6 - PERFIL DOS MORADORES
 FONTE: O AUTOR, HAURA E GRUPO AGUARAGUAÇU (2015)

Observa-se que a grande maioria finalizou estudos no ensino fundamental, que se refere ao último grau escolar ofertado na Escola Estadual Parque Vila Velha. Sobre o assunto, Meire Corgozinho, diretora da Escola Municipal Pascoalino Provisiero, afirma que, após a conclusão do ensino fundamental, a evasão escolar é grande devido, principalmente, a horários de ônibus não condizerem com o horário das aulas, e como muitos adolescentes trabalham durante o dia, há dificuldades com horários de ônibus noturnos (MOREIRA, 2002). Do total, somente cinco moradores possuem ensino superior.

Quanto à religião, a comunidade possui três igrejas, e a grande maioria dos moradores são católicos. As principais festividades da Vila estão relacionadas com o calendário católico (HAURA, 2015).

O GRÁFICO 7 apresenta a profissão dos moradores, excluindo-se crianças e jovens que somente estudam.

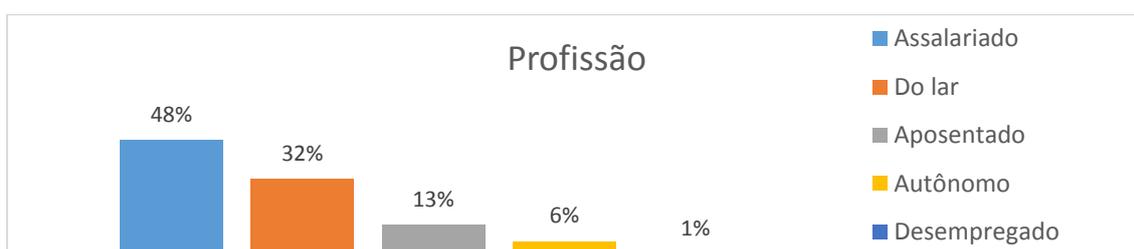


GRÁFICO 7 - PROFISSÃO
 FONTE: O AUTOR, HAURA E GRUPO AGUARAGUAÇU (2015)

Destaca-se o alto índice de mulheres que são “do lar”, portanto, não possuem empregos externos. O GRÁFICO 8 apresenta o local de trabalho dos moradores assalariados e autônomos.

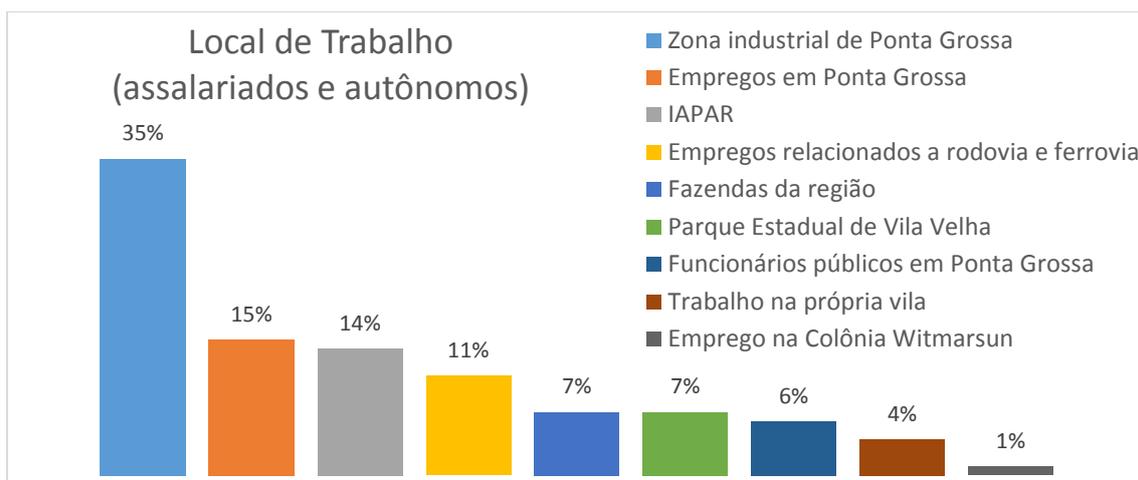


GRÁFICO 8 - LOCAL DE TRABALHO
 FONTE: O AUTOR, HAURA E GRUPO AGUARAGUAÇU (2015)

Apesar de ainda permanecerem algumas características de zona rural na comunidade, os locais de trabalho sugerem que a maioria possui empregos vinculados a zonas urbanas. Destaque para o trabalho nas indústrias, em funções como metalúrgicos, vigilantes e outros. A opção “empregos em Ponta Grossa”, inclui profissional do lar, motoristas, vendedores e trabalhos em oficinas mecânicas e salões de beleza.

A opção “Empregos relacionados à rodovia e ferrovia” inclui trabalhos nos restaurantes e postos de combustíveis da rodovia BR-376 e nas empresas concessionárias. Nas “fazendas da região”, a principal função é conduzir máquinas agrícolas. Em “Funcionários públicos”, os cargos são professores, agente penitenciário e policial. Já na opção “trabalho na própria Vila”, estão pequenos negócios, como bares e mercearias, e agentes comunitários. Os cargos exercidos por moradores que trabalham no PEVV são serventes, vigilantes, operadores costais e motorista.

De modo geral, os moradores da Vila Jardim Novo apresentam um baixo grau de escolaridade, o que reflete em trabalhos que não exigem muita qualificação e de baixa remuneração.

5.2.3 Pesquisa com a geração de jovens da comunidade

A pesquisa escolhe investigar os jovens locais devido à importância dessa geração, a qual formará as próximas lideranças do lugar, e também à abertura que estes apresentam para serem protagonistas em novas possibilidades de desenvolvimento na comunidade. Considerou-se como jovens a faixa de idade entre 14 e 20 anos, também foram pesquisados um jovem abaixo dessa faixa e três acima - estes últimos por ainda morarem na casa dos pais. Ao todo, foram realizadas entrevistas estruturadas com 50 jovens locais. O modelo das entrevistas pode ser visualizado no APÊNDICE 5.



GRÁFICO 9 - ESCOLARIDADE
 FONTE: O AUTOR E HAURA (2015)

Observa-se que 33 jovens estão estudando e 17 não. Destes que não estudam, quatro completaram o ensino fundamental e não ingressaram no ensino médio para somente trabalharem e cinco desistiram enquanto cursavam o ensino Médio, destes, dois jovens por engravidarem e três declararam falta de disposição. Oito jovens não ingressaram em cursos superiores, após finalizarem o ensino médio. Os dados apontam um cenário de baixa escolaridade e relevante índice de evasão escolar na comunidade.

Sobre o interesse em cursos universitários: 31 afirmam que sim, 18 não, e um talvez. Dos que querem ingressar na universidade, 11 não sabem e seis almejam cursos nas engenharias, sendo o destaque.

Do total, quatro jovens possuem filhos e nove trabalham, destes dois são estagiários, dois em indústrias, dois em lojas de Ponta Grossa, dois em restaurante na BR-376 e um em fazenda da região.

Quanto ao estilo musical, os mais citados são “Rock” (16 jovens) e “Sertanejo” (13 jovens). Do total, somente seis jovens expressam que praticam manifestações artísticas, todos por meio de instrumentos musicais. Metade

praticam algum esporte e a outra não, com destaque para futebol (13 jovens) e modalidades de lutas (9 jovens). 35 desse total participaram das atividades promovidas na Casa Lobo-Guará pelo Grupo Aguaraguaçu, entre 2007 e 2009, e 15 não participaram. Esses dados apontam para uma falta de estímulo e oportunidades quanto a práticas artísticas, esportivas e educativas no local.

(i) *Visão dos jovens sobre o Parque Estadual de Vila Velha*

Perguntados sobre o interesse em trabalhar no Parque, 26 afirmam que não e 24 que sim, destes, 13 tem interesse em funções relacionadas ao turismo - principalmente como condutor de visitantes - e quatro em outras funções - como lanchonete, portaria e manutenção. Maioria dos jovens afirma que estiveram no Parque para realizar a trilha dos arenitos em visitas com a escola, porém quase a metade deles realizou a visita há mais de quatro anos atrás e dois nunca visitaram os arenitos.

Com relação à visão dos jovens sobre o Parque, 22 possuem visão positiva, 21 possuem visão negativa e o restante apresenta uma percepção de indiferença sobre a unidade ou não souberam responder. Alguns comentários foram: “é um ponto turístico, mas que muitos de Ponta Grossa mesmo não conhecem”; “um lugar bonito, mas não é cuidado” “podia tá melhor e era melhor antes porque se tinha mais acesso”; “abandonado e não tem muita coisa interessante”; “bem cuidado e por ser um ambiente natural traz a sensação de tranquilidade; “era melhor, porque antes tinha mais liberdade de acesso, mas mesmo assim foi necessário fazer a estrutura que tem atualmente”.

Já perguntados sobre a relação da Vila com o Parque, 17 jovens comentam que possui uma boa relação, porém 28 apresentam visão negativa e o restante não soube responder. Alguns comentários foram: “não existe relação, não vê união, a Vila não liga para o parque e parece que a cerca é igual ao muro de Berlim”; “antes a Vila fazia parte do Parque, os dois formavam um conjunto, mas depois da reestruturação o Parque acabou quebrando essa relação, deixando a Vila isolada”, “as pessoas daqui não se envolvem”; “boa porque nós temos um lugar turístico perto para visitar, coisa que ninguém quase tem”; “ruim, eles não nos ajudam, nós não o ajudamos”; “está bom assim, senão vira vandalismo”.

Alguns dos jovens comentaram sobre o isolamento da Vila em relação ao Parque e sobre a instalação de uma cerca de isolamento, no ano de 2009. A instalação foi uma medida para controlar o acesso à unidade, porém, como constatado, ampliou a sensação de exclusão dos moradores em relação ao PEVV.

(ii) *Visão dos jovens sobre a Vila Jardim Novo*

Perguntados sobre o principal problema da comunidade, as respostas dos jovens foram (GRÁFICO 10):

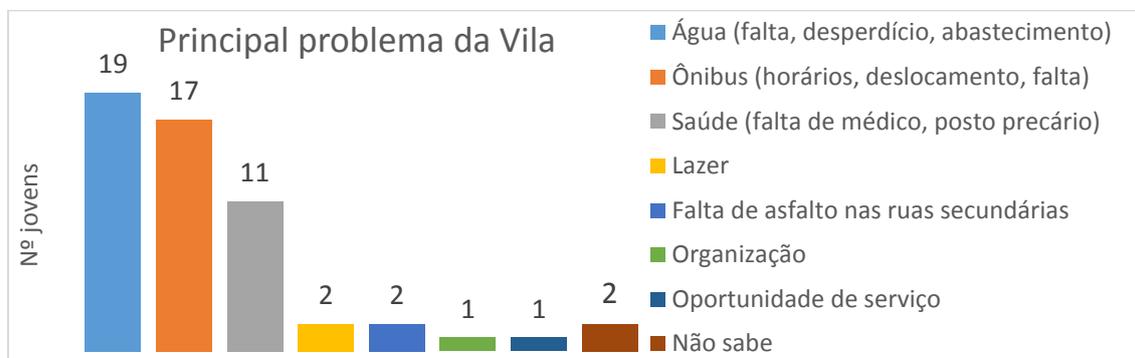


GRÁFICO 10 - PRINCIPAIS PROBLEMAS LOCAIS
 FONTE: O AUTOR E HAURA (2015)

O principal problema apontado se refere a dificuldade atual de abastecimento de água, devido a recentes problemas com poços artesianos que abastecem o local; em segundo lugar, a poucos horários de deslocamento de ônibus para Ponta Grossa; em terceiro, a falta de médicos e melhores estruturas no posto de saúde local. O problema de saneamento, que polui o arroio, não foi citado.

Sobre o que mais faz falta na Vila na opinião dos jovens, 25 deles responderam mais horários de ônibus, 12 responderam áreas para lazer - praças, ginásios, confraternizações - e sete responderam comércio mais desenvolvido - mercado, farmácia, academia, etc. O GRÁFICO 11 aborda a visão de como estará a comunidade no futuro.

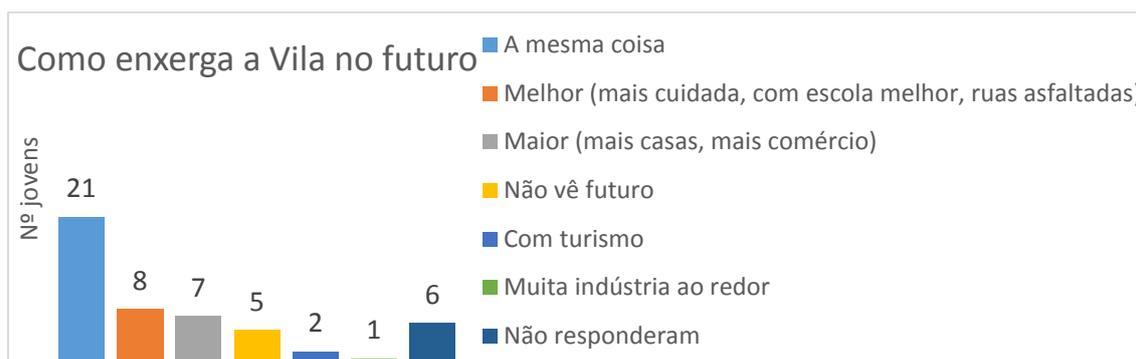


GRÁFICO 11 - PERCEPÇÃO DE FUTURO
 FONTE: O AUTOR E HAURA (2015)

Observa-se no comentário de 28 jovens uma percepção negativa de como a comunidade estará no futuro. Outros 17 possuem visão mais positiva. O GRÁFICO 12 apresenta respostas sobre como gostariam que o local estivesse no futuro.

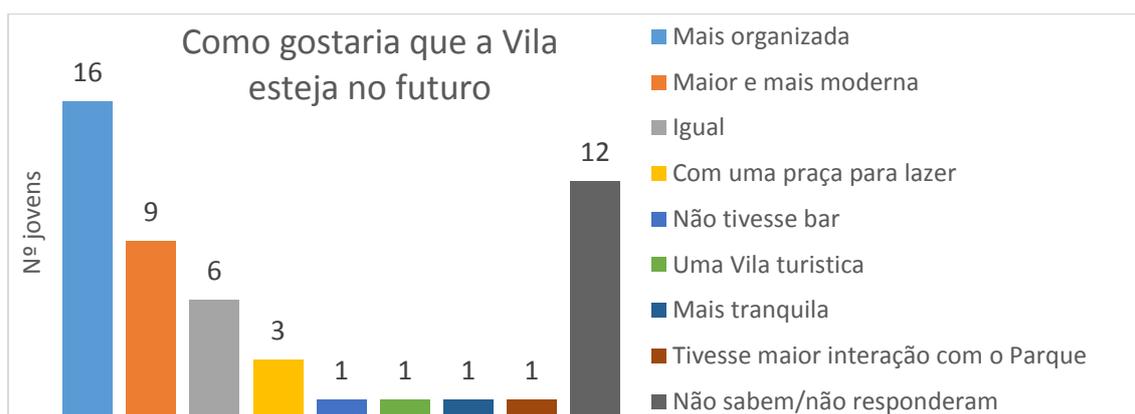


GRÁFICO 12 - COMO GOSTARIA DE ESTAR NO FUTURO
 FONTE: O AUTOR E HAURA (2015)

O principal desejo é que a comunidade esteja “mais organizada” - com melhorias na administração, educação, saúde e transporte.

Quando perguntados sobre interesse em permanecer na Vila, 32 jovens afirmaram que sim, sendo que 26 justificou que se deve à tranquilidade do lugar, e 18 afirmaram que não, principalmente devido a um ambiente “pacato” e sem muitas oportunidades de empregos e opções de lazer; outros comentários se referiram ao desejo de viajar e expandir o conhecimento.

Com relação ao nível de união dos moradores, a grande maioria (37 jovens) considera que a Vila não é unida, e alguns comentários foram: “falta de

interesse em colaborar”, “indiferenças”, “brigas e fofocas” e “um quer aparecer mais do que o outros”. 13 jovens acham o local unido, principalmente devido a todos se conhecerem, serem familiares e se ajudarem.

Em relação ao nível de participação dos jovens nas reuniões da associação de moradores local, somente quatro declararam já ter participado. Já perguntados sobre a possibilidade de realização de trabalho associativo na comunidade, 14 jovens acreditam que não daria certo, mas 36 jovens afirmaram ser possível, e alguns comentários foram: “se um ver que a atividade evolui, todos iriam querer ajudar para também mostrarem que sabem”; “os jovens pelo menos se unem”; “se a maioria que é consciente se juntar”; “tem pessoas dispostas, só é necessário um empurrãozinho”.

Dos dados apresentados, considera-se que novas alternativas de desenvolvimento para o local são necessárias, e terão o desafio de reverter o quadro de negativismos dos moradores sobre o futuro do lugar.

6 ANÁLISE DOS DADOS

O PEVV protege um patrimônio natural de relevante valor para conservação da riqueza florística, faunística e geológica dos Campos Gerais do Paraná. Porém, o histórico de uso da terra e ciclos econômicos nessa região sugerem um modelo de desenvolvimento destituído de caráter conservacionista, o qual promoveu grandes impactos ambientais. Esse modelo está transformando rapidamente a paisagem dos Campos Gerais.

Com seus 3.122 ha, o PEVV possui a maior área contínua exclusivamente destinada a proteção ambiental da região dos Campos Gerais. No entanto, esse território só tem capacidade de abrigar, em teoria, dois exemplares de lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*) (IAP, 2004), situação agravada pelo fato de não haverem corredores ecológicos que integrem essa UC com outras da região. Outras ameaças diretas se referem a: proximidade com a zona industrial de Ponta Grossa, grandes plantações de soja e de espécies florestais exóticas (*Pinus spp.* e *Eucalyptus spp.*) nas propriedades rurais do entorno, e constantes atropelamentos de animais silvestres na rodovia BR-376, a qual cruza a área da unidade.

A proteção do patrimônio natural apresenta-se como a missão principal da unidade. As análises dos dados apontam que a instituição de novas áreas protegidas, a regularização das que já existem na região, bem como a ampliação da participação social na unidade - principalmente a integração com a região do entorno -, são estratégias fundamentais para conservação.

Historicamente, a atividade de uso público provocou grandes impactos ambientais no PEVV, porém a reestruturação da unidade, entre 2002 e 2004, modifica qualitativamente o modelo anterior. Além de uma experiência de turismo mais segura e educativa, o novo modelo protege o patrimônio natural e é responsável pela restauração dos ambientes impactados pela antiga visitação.

Atualmente, essa unidade oferece uma ampliada política de isenções e meia-entrada dos ingressos, além de receber gratuitamente grupos filantrópicos e instituições de ensino públicas de todo o Paraná e Brasil. A atividade de uso público da unidade é financiada pelo Estado, justificado devido à sua importante função socioambiental, na proteção do patrimônio natural e na promoção de

educação ambiental para a sociedade. Trata-se de um importante exemplo de turismo em áreas naturais no Brasil.

No entanto, a reestruturação ainda hoje é criticada por setores da sociedade, os quais visitavam os atrativos naturais com mais liberdade e frequência e utilizando atividades de recreação hoje proibidas. É importante levar em consideração que os arenitos Vila Velha fazem parte da memória de gerações, a exemplo da representação da “Taça”, considerada um dos principais símbolos do Paraná. A revitalização do PEVV estabeleceu um conflito entre a necessidade de proteção ambiental e a expectativa cultural que Vila Velha possui no imaginário da população paranaense.

As críticas são ampliadas, quando se observa que o modelo de visitação praticamente não modificou desde a reestruturação, e problemas estruturais na gestão do uso público persistem, como: disponibilidade deficiente de acesso via transporte público; estruturas físicas com problemas, a exemplo do equipamento de furnas; deficiência no número de funcionários em dias de grande movimento turístico; dentre outros.

Além dos problemas apontados, outros serviços turísticos importantes não podem ser oferecidos pela gestão do uso público, como restaurantes e hospedagens; segundo o plano de manejo, esses serviços gerariam impactos ambientais.

Diante do cenário, novas estratégias são necessárias, e nesse escopo está inserida a atual proposta governamental de transferência para iniciativa privada da gestão do uso público do PEVV (DALCOMUNE, 2015).

Considerando que o turismo não pode ser mais um fator de pressão ambiental, a oferta de serviços turísticos pelas comunidades e proprietários rurais do entorno se apresenta como estratégia para a atual gestão do uso público do PEVV. Sob essa perspectiva, o turismo na região complementaria a experiência oferecida na unidade, retirando pressões e minimizando impactos ambientais; por outro lado, a medida ampliaria a satisfação dos visitantes e diminuiria conflitos e críticas da sociedade em relação à gestão do uso público.

Segundo o plano de manejo, para que o entorno promova atividades mais compatíveis com a proteção ambiental, necessita de incentivos e projetos economicamente viáveis (IAP, 2004). Portanto, as instituições públicas têm

responsabilidades no fomento a novas perspectivas de desenvolvimento no entorno.

6.1 Benefícios da relação entre o PEVV e a região de seu entorno

A integração com entorno se apresenta como estratégia importante para o PEVV, tanto para a proteção ambiental, quanto para a atividade de uso público. A análise dos dados pesquisados aponta que, no âmbito da proteção ambiental, essa integração sugere a:

- Substituição de práticas agrícolas e silvícolas por atividades econômicas alternativas, como agricultura orgânica, pecuária não-extensiva e para leite; reflorestamento com espécies nativas; criação e venda de plantas ornamentais nativas; atividades turísticas, como pousadas, *campings*, restaurantes, lojas de artesanato, trilhas, atividades de aventura, etc.; dentre outras previstas no plano de manejo;
- Aumento de corredores ecológicos para a fauna, com o estímulo à conservação de biomas e criação de RPPNs e proteção de APPs;
- Diálogo entre “ruralistas” e “ambientalistas”, considerando o cenário de conflito instaurado na região a partir do processo de criação do PNCG;
- Maior conhecimento sobre a importância da proteção ambiental pela sociedade civil e aumento no sentido de pertencimento das comunidades sobre o PEVV. Como consequência, cada morador se torna um “guarda-parque”, sendo a medida mais efetiva para proteção da área, inclusive financeiramente, considerando a dificuldade para se monitorar a área, bem como o dispêndio elevado de recursos públicos para tanto;
- Diminuição da pressão na área por caçadores e pescadores, devido à fiscalização pelos próprios moradores locais;

E no âmbito do desenvolvimento do turismo na região, a integração do PEVV com o entorno sugere:

- Substituição gradativa das atividades rurais atualmente promovidas;

- Maior conservação do patrimônio natural, estímulo à proteção das APPs e à criação de novas UCs, como RPPNs. Áreas naturais protegidas são importantes para que seja possível realizar atividades de turismo em áreas naturais, como trilhas interpretativas, observação da fauna, etc.;
- Diminuição da pressão ambiental que a intensa atividade de uso público atualmente exerce sobre o Parque, principalmente em dias de alta temporada;
- Espaços alternativos para a realização de eventos que não são permitidos no interior do Parque, como esportes competitivos;
- Aumento da satisfação dos visitantes, ao se ofertar no entorno serviços turísticos importantes, porém que não podem ser promovidas no Parque, como hospedagem, restaurantes e atividades de maior interação com a natureza;
- Aumento da autoestima e sentido de pertencimento dos moradores locais com o lugar, quando elementos da natureza e da cultural tradicional são valorizados e admirados por pessoas de outras regiões e países.

Dentre os atrativos do entorno pesquisados, a Fazenda Santa Mônica exemplifica os benefícios que a integração por promover. A criação da RPPN Meia Lua na propriedade ampliou a extensão da área natural protegida do PEVV e possui trilhas interpretativas para o desenvolvimento do turismo. O proprietário planeja modificar as atividades produtivas atuais por outras menos impactantes. Caso tenha êxito, essa propriedade poderá servir de exemplo para outras. Portanto, se refere a uma importante estratégia para ampliar a integração.

6.2 Região do entorno do PEVV

O plano de manejo evidencia a necessidade de que o Parque esteja integrada com o seu entorno. Atualmente, porém, prevalece entre os proprietários rurais e as comunidades locais um sentimento de distanciamento em relação à unidade.

O levantamento da história recente da gestão do uso público do Parque apresenta que foram realizados esforços para integração da unidade com a comunidade do entorno, a exemplo do curso de condutores locais (MOREIRA,

2011) e a posterior seleção de moradores para serem funcionários do PEVV. Porém, desde 2007, os moradores locais não são contratados para a gestão do turismo.

A análise dos dados aponta que o turismo pode estimular oportunidades de integração. A região do entorno possui um patrimônio natural e cultural de excepcional importância e conta com atrativos naturais e equipamentos e serviços com potencial para integrar proposta cooperada de desenvolvimento do turismo.

As pesquisas realizadas também destacam que o PEVV possui um papel importante no desenvolvimento do turismo região, já que se configura como o principal indutor de visitantes para o entorno. Essa unidade recebe visitantes durante todo o ano, inclusive internacionais, sendo um público com consciência ambiental, portanto condizente com o perfil requerido para o entorno. No entanto, os turistas que acessam a unidade não são estimulados a ficarem por mais tempo na região.

O esforço para novas oportunidades de desenvolvimento na região também se justifica devido a um cenário de fragilidades socioeconômicas, como evidenciado no pré-assentamento Emiliano Zapata e na Vila Jardim Novo Vila Velha.

A Comunidade Emiliano Zapata apresenta um cenário de baixa renda e falta de inserção em políticas públicas sociais. Mesmo com esse cenário, o modo de produção local, baseado principalmente na agricultura orgânica, refere-se ao exemplo mais representativo da região em termos da conciliação entre atividades econômicas e proteção ambiental.

No caso da Vila Jardim Novo Vila Velha, apesar da vinculação histórica com o PEVV, não há participação dos moradores na unidade. Com a falta de oportunidades, a comunidade se adaptou a outras atividades produtivas, principalmente a empregos vinculados à zona industrial de Ponta Grossa.

Essa mudança no perfil de trabalho é um dos motivos que provocam fragilidades socioculturais atualmente encontradas, como: crises no sentido de comunidade; isolamento dos núcleos familiares; rápida transformação de ambiente tipicamente rural para urbano; perda do sentido de maior integração com a natureza. A pesquisa também constatou outros problemas no local, como a visão negativa dos jovens sobre o futuro do lugar, a atual paralisação da

AMORVIVE e o sentimento local de esquecimento - até mesmo de exclusão - em relação ao PEVV.

Reverter o atual quadro de descrédito e falta de motivação dos moradores locais em relação a propostas relacionadas ao PEVV, configura-se como importante desafio para planejadores e gestores da unidade.

6.3 Benefícios do turismo comunitário

Apesar dos impactos socioculturais e ambientais que podem ser gerados pelo turismo, considera-se que, no caso do entorno do PEVV, o fenômeno pode substituir atividades impactantes e estimular a criação de novas áreas protegidas.

O fenômeno do turismo comunitário tem capacidade de dinamizar setores criativos. Oferece possibilidades para que comunidades locais sejam incluídas socialmente, ao deslocarem histórico de exclusão sociocultural e passando a atuar sob perspectiva de cooperação protagonista.

Essa modalidade pode amenizar consequências negativas promovidas pelo modelo convencional de turismo, como: rápida urbanização; impactos no sentido de comunidade devido a lógicas dos empreendimentos capitalistas, como concorrência e lucro; e perda da autonomia sobre o lugar, ao modificar relações de poder no local.

No turismo comunitário, os moradores de áreas não contempladas pelo turismo convencional se organizam e buscam formas alternativas de produção, capazes de proporcionar trabalho e renda nas periferias de centros urbanos ou rurais. Sentindo-se parte integrante da UC e vendo que o turismo pode lhes trazer retorno financeiro, as vivências comunitárias, inclusive, podem atuar como agentes multiplicadores dos ideais de conservação ambiental.

No caso da região de entorno do PEVV, algumas das vivências possíveis são: trilhas para os atrativos naturais conduzidas por moradores locais; encontros entre visitantes e visitados para oferta de serviços, como restaurante e hospedagem; atividades que estimulem diálogos, como contação de histórias sobre as atividades dos funcionários pioneiros do PEVV e de lendas e causos na unidade. As vivências devem ser planejadas com o intuito de estimular redes entre os atrativos e demais serviços turísticos do entorno. A oportunidade

oferecida pelo turismo não pode ser visualizada simplesmente como negócio. Antes, é um estímulo a trocas sociais e a um estilo de vida que valoriza o lugar.

Os princípios do turismo comunitário, vinculados à economia solidária, podem ser balizadores na proposta de integração, considerando a necessidade de atrativos, equipamentos, comunidades e proprietários rurais atuarem em conjunto para o desenvolvimento regional. O turismo comunitário valoriza os saberes e modos de vida e se aproxima de perspectivas de desenvolvimento vinculadas a conservação ambiental.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral, as diferentes investigações e análises realizadas cumpriram com os objetivos propostos pela presente pesquisa.

A investigação sobre os aspectos naturais da região dos Campos Gerais e do PEVV compreendeu a singularidade ambiental envolvida, a importância da unidade para a proteção da geodiversidade e biodiversidade regional, e os aspectos críticos que ameaçam esse rico patrimônio. Essa investigação oferece parâmetros para as perspectivas de desenvolvimento sugeridas para a região, considerando que o principal indicador de sustentabilidade, no caso das UCs de proteção integral, é a conservação.

Ainda sobre a análise do patrimônio natural, realizou-se um esforço para apresentá-los com uma linguagem mais didática, com o objetivo de facilitar a compreensão de dados técnicos vinculados às disciplinas de biologia, geografia, geologia, dentre outras, pela sociedade. Esse esforço é coerente com a perspectiva de participação social na UC, pois oferece acesso ao conhecimento, mesmo para quem não possui afinidades com a literatura técnica. Também, os dados com linguagem mais acessível podem ser úteis para a gestão do uso público do PEVV, por exemplo, na confecção de sinalizações interpretativas e *folders* informativos, divulgação da unidade, capacitação de condutores, dentre outros.

A investigação sobre a atividade de uso público instalada no PEVV fez um registro das particularidades do modelo de gestão do turismo, principalmente o caráter educativo da experiência turística na unidade. Constatou-se que essa unidade cumpre com objetivos públicos, principalmente vinculados à proteção ambiental e à oferta de lazer e educação para a sociedade. Como educação e proteção ambiental são prerrogativas constitucionais atribuídas como dever do Estado, o atual financiamento público da unidade é justificado.

Como base na teoria sobre as três modalidades de atuação do Estado (LOPES, 1992), é possível afirmar que o poder público atua de maneira “participativa” no PEVV. O Estado financia e atua diretamente no controle da visitação e, em certos aspectos, essa atuação se assemelha ao que ocorre no

fenômeno do turismo aplicado no Butão (SMITH, 1992)⁷⁴. No PEVV, o turismo instalado decide priorizar a conservação da natureza e experiências educativas de visitação. A prioridade não é econômica e a bilheteria não visa o lucro. Devido a esse modelo de gestão participativa, os indicadores de sucesso do turismo não são medidos pela quantidade de pessoas, mas pela qualidade dos serviços e da sensibilização ambiental transmitida. Todo visitante, independente do seu perfil em específico, deve obedecer as normas da unidade, e há uma atuação efetiva no monitoramento da visita, a qual garante o cumprimento das normas internas. A partir do exemplo, é possível auferir que o fenômeno do turismo, com vistas à conservação ambiental e a um desenvolvimento social igualitário e inclusivo, requer uma atuação participativa do Estado.

As pesquisas de perfil, financeira e de satisfação dos visitantes do PEVV, publicadas no APÊNDICE 3, caracterizaram a atividade de uso público atualmente instalada na unidade. A pesquisa de satisfação virtual, enviada para os visitantes após os passeios, é um importante instrumento para monitoria e fiscalização dos serviços prestados pela atual gestão do turismo. Devido à sua eficácia e pelo suporte virtual ser gratuito - por meio da ferramenta “Google Docs” -, essa técnica de pesquisa pode ser replicada em outras UCs. Com base nos dados levantados, ao final do APÊNDICE 3 são feitas sete sugestões para melhorias da atual gestão do turismo.

A análise sobre a história recente da gestão do uso público do PEVV contextualizou as dificuldades enfrentadas pela gerência da unidade para manter o Parque aberto à visitação, durante todo o período; tais dificuldades são utilizadas como justificativas para o baixo nível de participação social na unidade, principalmente a não integração desta com a Vila Jardim Novo. Os dados constataram um cenário de invisibilidade política do PEVV, evidenciado, por exemplo, na falta de investimentos para revitalizar o equipamento turístico de furnas e para inaugurar o museu construído em 2007.

No caso do entorno do PEVV, a perspectiva metodológica da participação também foi decisiva para a escolha das pesquisas aplicadas na

⁷⁴ Os dois exemplos invertem a lógica do modelo hegemônico, pois determinam que o visitante é quem necessita se adaptar ao local. Para estimular essa adaptação, o modelo de turismo no PEVV e Butão oferece sensibilização anterior ao visitante, pois atua sob a lógica de que um patrimônio natural ou cultural dificilmente será alvo de ato de vandalismo por parte de alguém que conhece seu significado (BARRETTO, 2000).

região. Os atores sociais locais foram envolvidos em diferentes etapas das pesquisas, e essa técnica metodológica se baseia na teoria de Paulo Freire (1997) de que os moradores do lugar são capazes e devem conduzir suas próprias pesquisas e análises da realidade. Outra vantagem da participação é que os dados também ficam de posse da comunidade.

O levantamento dos sítios e atrativos do entorno, além de evidenciar o potencial do turismo, caracterizou os diferentes atores socioeconômicos da região, compostos tanto por grandes proprietários rurais, quanto por comunidades locais. As análises constataram que uma proposta de turismo, com base nos princípios da economia solidária, é capaz de estabelecer redes de cooperação entre esses atores. As comunidades locais, por exemplo, tanto podem oferecer condutores locais para os atrativos naturais, quanto novas possibilidades de experiências e serviços turísticos - como vivências comunitárias, restaurantes, *camping*, artesanato, etc. - estabelecendo parcerias com os proprietários rurais.

Considerando o histórico da posse da terra e da desigualdade social na região, a possibilidade de estabelecer redes entre cenários socioeconômicos tão divergentes é um marco importante, pois aponta caminhos para a construção de uma sociedade mais igualitária.

No caso específico da Vila Jardim Novo Vila Velha, as pesquisas escolhidas permitiram contextualizar aspectos socioculturais e econômicos da comunidade e apontaram problemas e oportunidades que se apresentam para o lugar. Auferiu-se que são necessárias novas perspectivas de desenvolvimento para modificar o quadro de fragilidade socioeconômica e falta de perspectiva local sobre o futuro. Apesar do atual cenário de desvinculação com o PEVV, nessa comunidade se concentram as principais estratégias para ampliar participação social no PEVV.

De maneira geral, as análises contribuíram para aprofundar o conhecimento sobre o fenômeno do turismo em UCs. Constatou-se que as experiências de uso público na unidade, quando vinculadas à educação ambiental, atribuem a essas áreas uma outra responsabilidade além da proteção ambiental, que é a responsabilidade social. O fenômeno do turismo estimula uma nova percepção da sociedade, a qual posiciona o ser humano como parte da extensa cadeia biótica e abiótica da natureza; essa percepção é capaz de gerar

relações de maior convivencialidade entre os próprios seres humanos (GONÇALVES, 2005). Sob esse ponto de vista, o turismo ajuda a estabelecer um modelo de sociedade menos desigual.

A análise realizada confirmou que o turismo é um fenômeno complexo, capaz de mobilizar diversos setores produtivos, transformar lugares e movimentar contingentes de pessoas. O estudo de caso do PEVV destacou que esse fenômeno, além de se estabelecer como proposta de desenvolvimento socioeconômicos para a região, pode promover benefícios ambientais para a UCs de proteção integral. O turismo pode:

- Amenizar a pressão de visitação nos sítios naturais protegidos pela UC;
- Favorecer o estabelecimento de áreas protegidas, como APPs e RPPNs, pelos proprietários rurais do entorno, necessárias para promover atividades turísticas no espaço natural;
- Oferecer oportunidades produtivas para os proprietários do entorno e de menor impacto ambiental, substituindo práticas mais nocivas; e
- Estimular uma participação social mais efetiva dos moradores do entorno na UC, para que compreendam as particularidades do patrimônio natural local e se mobilizem em defesa da proteção ambiental.

A participação social e a construção de associações e redes entre os diversos atores sociais, sejam proprietários rurais ou moradores locais, apresenta-se como uma condição importante para o desenvolvimento do turismo na região do entorno de UCs. Os princípios do turismo comunitário são recomendados para que esse desenvolvimento promova, além de benefícios econômicos distributivos, relações de respeito mútuo e convivencialidade entre os próprios atores locais, entre visitantes e visitados e entre a sociedade e o meio ambiente.

Por fim, a análise dos dados auferiu que, no caso do PEVV, o melhor cenário futuro visualizado o compreende como mais um atrativo da região, complementar e complementado por diversos outros atrativos e serviços turísticos no entorno; esse cenário retira a pressão ambiental atualmente imposta pelo turismo no Parque, ao mesmo tempo em que se amplia a satisfação dos visitantes.

7.1 RECOMENDAÇÕES

No âmbito do desenvolvimento do turismo no entorno, a Vila Jardim Novo Vila Velha é idealizada como o local estratégico para atrair visitantes do Parque, mantendo-os por mais tempo na região e induzindo-os para outros equipamentos turísticos do entorno. Visualiza-se a oferta de serviços como restaurantes, hospedagens, loja de artesanato e condutores de visitantes no local. A seguir, são apresentadas sugestões capazes de integrar o PEVV com a sua região de entorno.

(i) *Sugestão 1: Nova reestruturação do modelo de visitação do PEVV⁷⁵*

A reestruturação promovida no Parque entre 2002 e 2004 tomou as medidas para sanar os problemas ambientais ocasionados pelo antigo modelo de turismo. Para controlar a visitação, foi necessário manter somente um local para entrada dos visitantes, e foram bloqueadas antigas entradas.

Atualmente, o único acesso ao Parque é no atual centro de visitantes, o qual concentra os dois passeios. No passeio de furnas e lagoa dourada, percorre-se aproximadamente 17 km para ir aos atrativos e retornar ao centro de visitantes. Porém, a oferta de passeios para os atrativos não tem sido satisfatória: os horários dos ônibus são limitados; o trajeto é longo e o passeio nos atrativos acaba sendo muito controlado e rápido, não possibilitando maior tempo para contemplação pelos visitantes. Além de não satisfazer o público, a manutenção desse modelo de operação requer gastos com combustíveis e desgaste dos ônibus, e o fluxo constante dos veículos interfere na dinâmica da fauna no interior da unidade.

O equipamento turístico de furnas é sugerido para ser reformado estruturalmente, e replanejado a partir de uma nova proposta de uso público para a unidade. Esse equipamento conta com amplo estacionamento, atualmente não utilizado, e possui estruturas físicas, que podem ser adaptadas como um

⁷⁵ Essa sugestão foi construída com base na proposta de lideranças locais para reabertura da visitação ao Parque também pela entrada de Furnas, bem como na experiência profissional do pesquisador na unidade.

segundo centro de visitantes do PEVV. Essa nova reestruturação prevê que a visita às Furnas seja realizada a partir do acesso de veículos particulares pelo portão da Vila do IAPAR. A visitação da lagoa dourada passa a ser controlada no centro de visitantes de furnas. A FIGURA 42 facilita a visualização da proposta.



FIGURA 42 - ACESSO DA NOVA PROPOSTA DE USO PÚBLICO
 FONTE: GOOGLE (2015) MODIFICADO PELO AUTOR (2015)

Nesse novo modelo de visitação, o turista passa a acessar o equipamento das furnas com o seu veículo particular pela rodovia BR 376, entrando obrigatoriamente na Vila Jardim Novo Vila Velha e desta até o centro de visitantes em furnas.

Como vantagens, a diminuição do fluxo de ônibus na estrada interna - que interliga o atual centro de visitantes às furnas - estimula a utilização dessa estrada por outros modais de transporte, como bicicletas e caminhadas, o que favorece uma diversificação das oportunidades de passeios no interior do Parque.

Porém, a principal vantagem da sugestão 1 é estimular a integração do PEVV com a região do entorno. O acesso dos visitantes às furnas pela Vila Jardim Novo Vila Velha oferece oportunidades para que os moradores locais se organizem em redes solidárias e ofereçam serviços turísticos necessários, como pousadas, campings, restaurantes, lojas de artesanatos, operadoras de turismo e condutores de visitantes. Tais serviços estimulam que os visitantes conheçam outros atrativos do entorno.

(ii) *Sugestão 2: Novo passeio no PEVV*

Dois fenômenos de peculiar beleza ocorrem nos períodos de finais de tarde no Parque: a revoada dos andorinhões-de-coleira-falha (*Streptoprocne Biscutata* e *S. zonaris*), e o pôr do sol na lagoa dourada. A contemplação desses eventos, por ocorrerem fora do horário de visitação da unidade, não está disponível para os visitantes; para tanto, é necessário que seja formatado como um novo passeio do PEVV, com uma caminhada entre furnas e lagoa dourada, durante o pôr do sol. Uma possibilidade interessante para gestão desse novo passeio é vinculando-o aos moradores do Jardim Novo, devido tanto à localização dos atrativos - que estão próximos à Vila -, quanto a uma dificuldade administrativa que a atual gestão do uso público do PEVV teria para promovê-lo. Nesse caso, sugere-se que a gestão fique sob responsabilidade dos moradores locais, como a definição do local de estacionamento, a recepção e condução dos visitantes e a cobrança de ingressos. A Vila possui condutores que já atuaram no Parque e podem ser capacitados especificamente para a observação de aves. Esse passeio também oferece oportunidades para que os jovens da comunidade mantenham a atual experiência de turismo comunitário na Casa Lobo-Guará, como atualmente já acontece após Caminhadas Noturnas no PEVV, em parceria com a gestão do uso público dessa unidade.

(iii) *Sugestão 3: Integração da Vila Jardim Novo Vila Velha com atrativos naturais da região*

Próximo à Vila Jardim Novo está localizada a Fazenda Santa Mônica, que já possui, na RPPN Meia Lua, duas trilhas estruturadas. Os proprietários da fazenda têm interesse em oferecer espaço para *camping* e restaurante com comidas típicas, além de visita à casa museu e outros atrativos. Próximo à fazenda encontra-se o Sumidouro, um sítio de grande interesse científico e turístico, que pode ser incluído na visitação, caso interesse desse proprietário. Já a poucos quilômetros do Sumidouro está o Buraco do Padre e a Cachoeira da Mariquinha, importantes atrativos da região. É possível, portanto, visualizar a integração do Parque com o entorno, tendo a Vila como motor de indução do

turismo; a partir desta, há potencial para a construção de um corredor turístico, integrando comunidades locais e proprietários rurais do entorno do PEVV.

(iv) Sugestão 4: Capacitação de condutores locais para os atrativos naturais

Os atrativos naturais do entorno possuem características biológicas, geológicas, paleontológicas e arqueológicas de elevado valor científico. Porém, a visitação nesses atrativos não valoriza as peculiaridades do patrimônio natural. Dessa forma, os moradores das comunidades da região - a exemplo da Vila Jardim Novo, Passo do Pupo e Emiliano Zapata - podem ser capacitados como condutores de visitantes e estabelecer parcerias com os proprietários dos atrativos naturais. Além da transmissão das informações, os condutores podem monitorar e fiscalizar a visitação, dentre outras contrapartidas aos proprietários.

(v) Sugestão 5: execução do “projeto de seleção e cultivo de espécies dos ecossistemas existentes para fins ornamentais” na Vila Jardim Novo Vila Velha

Esse projeto está descrito no plano de manejo, e tem como objetivo estimular a produção de espécies nativas de plantas herbáceas, arbustivas e arbóreas com potencial ornamental. A área do interior do Parque onde se encontra a Vila do IAPAR possui amplos espaços que não são ocupados, como a área de um antigo pomar. O poder público e os moradores locais, juntos, podem estimular uma mobilização local para a construção de estufas para plantio de espécies ornamentais nativas, que, como cogita o plano de manejo, poderá ser vendido no interior da unidade. Além dos benefícios econômicos e estímulos a uma atividade solidária na comunidade, as plantas ornamentais podem diminuir a pressão pela retirada de espécies nativas do Parque pelos visitantes.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, G. **Inclusão e exclusão**: turismo do Parque Estadual de Vila Velha – e a comunidade do Jardim Novo Vila Velha. Trabalho para conclusão do Curso de Turismo (graduação). Ponta Grossa: UEPG, 2010.

BARRETTO, M. **Turismo e legado cultural**: as possibilidades do planejamento. Campinas/SP: Papirus, 2000.

_____. Relações entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. **Revista Turismo em análise**, v. 15, n. 2, p. 133-149, 2004.

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BISCAIA, F. R. **Parque Estadual de Vila Velha e memória fotográfica**. Trabalho para conclusão do curso de turismo (graduação). Ponta Grossa: UEPG, 2013.

BRASIL. **Lei nº 9.985/00**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília-DF, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 19/09/2012.

BRASIL. **Decreto Federal s/nº**. Decreto de criação do Parque Nacional dos Campos Gerais. Brasília, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10796.htm. Acesso em: 09/06/2015.

BRASIL. **Lei nº 12.651/12**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília-DF, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/L12651compilado.htm. Acesso em: 30/09/2015.

CARMO, M. R. B.; MORO, R. S.; NOGUEIRA, M. K. F. S. A vegetação florestal nos Campos Gerais. In: MELO, M. S.; MORO, R. S.; GUIMARÃES, G. B. (Org). **Patrimônio natural dos Campos Gerais do Paraná**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2007

CASTELLA, P.R.; BRITZ, R.M. (Orgs.). **A floresta com araucária no Paraná**. Brasília: FUPEF/MMA, 2004.

CERVI, A.C.; LINGSINGEN, L.; HATSCHBACH, G.; RIBAS, O. S. A vegetação do Parque Estadual de Vila Velha, Município de Ponta Grossa, Paraná, Brasil. **Boletim do Museu Botânico Municipal**, nº 69. 2007.

COHEN, E. Principales tendencias en el turismo contemporáneo. **Política y sociedad**, v. 42, n. 1, p. 11-24, 2005.

COUTINHO, G.C.T.P.; SAMPAIO, C. A. C.; RODRIGUES, L. P. Vivências do Turismo Comunitário: o caso da Vila de Barbados. In: **Anais do XII Encontro Nacional de Turismo com Base Local**. 2012.

_____. Fatores motivacionais e impactos sociais do turista comunitário. **Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR**, Penedo, vol. 4, n. 2, p. 77-87, 2014.

COUTINHO, G.C. T. P.; THOMAZ, G. M.; SAMPAIO, C. A. C. Turismo comunitário e internet: análise dos sites das experiências no Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 15, n.1, p. 35 – 51, 2015.

CRUZ, R. C. A. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: LEMOS, A., I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. **América Latina: cidade, campo e turismo** (Org). San Pablo: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.

_____. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. **Geosul**, v. 20, n. 40, p. 27-43, 2005.

DALCOMUNE, A. Entrevista concedida ao presente estudo. Ponta Grossa, 2015.

ECOPARANÁ. **Projeto Campos Gerais: Eixo Turístico Vila Velha/ Guartelá**. Curitiba, 1999.

_____. **Diagnóstico qualiquantitativo e análise da cadeia produtiva do turismo no entorno do Parque Estadual de Vila Velha**. Curitiba: 2013.

ENGELMANN, S. A. **A organização do território a partir do paradigma da agroecologia no acampamento Emiliano Zapata - Ponta Grossa - PR**. (Dissertação). Programa de Pós Graduação em Geografia. UEPG: 2010.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERRAZ, J. A. **Regime jurídico do turismo**. Campinas: Papirus, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Pedagógica**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FURQUIM, E. **As administrações do Parque Estadual de Vila Velha: das agressões do passado para o turismo sustentável**. Trabalho para conclusão do Curso de Turismo (graduação). Ponta Grossa: UEPG, 2009.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 32 ed. São Paulo: Editora Nacional, 2005.

GAIGER, L.I. **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GALANTE, M.L.V.; BESERRA, M.M.L.; MENEZES, E. **Roteiro metodológico de planejamento. Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica**. Brasília: IBAMA, 2002. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/roteioparna.pdf>. Acesso em: 07/07/2015.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 13 ed. São Paulo: Contexto, 2005

GRABURN, N. H. H. Turismo: el viaje sagrado. In: SMITH, V. L. (Org.) **Anfitriones e invitados**: antropología del turismo. Madrid: Endymión, 1992.

GREENWOOD, D. J. La cultura al peso: perspectiva antropológica del turismo em tanto processo de mercantilización cultural. In: SMITH, V. (Org.) **Anfitriones e invitados**: antropología del turismo. Madrid: Endymión, 1992.

GUIMARÃES, G. B.; MELO, M. S.; PIEKARS, G. F.; MOREIRA, J. C.; LICCARDO, A.; MOCHIUTTI, N. F. Geoparque dos campos gerais do Paraná. In: SCHOBENHAUS, C.; SILVA, C. R. **Geoparques do Brasil**. Rio de Janeiro, CPRM: 2012.

GUIMARÃES, G. B. Tempo geológico. In: LICCARDO, A.; GUIMARÃES, G. B. (Org). **Geodiversidade na educação**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2014.

HAURA, Fernando. Entrevista concedida ao presente estudo. Ponta Grossa, 2015.

IAP- Instituto Ambiental do Paraná. **Plano de Manejo do Parque Estadual de Vila Velha**. Curitiba, 2004.

_____. **Manejo do Fogo Controlado em Vila Velha**. Encarte. Curitiba, IAP: 2014. Disponível em: http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/UC/pp_manejo_por_fogo_catalogo_WEB_BAIXA.pdf. Acesso em: 19/05/2015.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas do censu demográfico 2010**. Rio de Janeiro, IBGE: 2013. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>. Acesso em: 09/06/2015.

_____. **Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal**. Rio de Janeiro, IBGE: 1991.

ICMBIO- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Termo de Referência do Parque Nacional dos Campos Gerais**. Brasília: MMA, 2012.

ILLICH, Ivan. **A convivencialidade**. Lisboa: Europa-América, 1976.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Instrumentos de gestão e planos de manejo.** Informações disponíveis em: <http://uc.socioambiental.org/gest%C3%A3o/instrumentos-de-gest%C3%A3o>. Acesso em: 06/07/2015.

KERSTENETZKY, C. L. **O Estado de Bem-Estar Social na Idade da Razão: a reinvenção do Estado social no mundo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

LEUZINGER, M. D. Uso Público em Unidades de Conservação. **Congresso de Direito Ambiental da PUC-RIO.** Rio de Janeiro: 2010.

MAACK, Reinhard. Notas preliminares sobre clima, solos e vegetação do Estado do Paraná. **Arquivos de Biologia e Tecnologia**, Curitiba, v. 3, p. 99-200, 1948.

MARANHÃO, F. **Povos indígenas do Paraná.** Informações disponibilizadas no sítio virtual do Museu Paranaense. Disponível em: <http://www.museuparanaense.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=68>. Acesso em: 09/06/2015.

MASSUQUETTO, L. L.; GUIMARÃES, G. B.; PONTES, H. S.; Geosítio do Sumidouro do Rio Quebra-Perna (Ponta Grossa/PR, Brasil): relevante exemplo de sistema cárstico nos arenitos da formação furnas. **Revista Espeleo-Tema.** v.22, n.1. Campinas, SBE: 2011.

MAX-NEEF, M. A. **Desenvolvimento à escala humana: concepção, aplicação e reflexos posteriores.** Blumenau: Edifurb, 2012.

MELO, M. S.; MORO, R. S.; GUIMARÃES, G. B. Os Campos Gerais do Paraná. In: MELO, M. S.; MORO, R. S.; GUIMARÃES, G. B. (Org). **Patrimônio natural dos Campos Gerais do Paraná.** Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2007.

MELO, M. S. *et al.* Caracterização do patrimônio natural dos Campos Gerais do Paraná. UEPG, 2003. Disponível em: <http://www.uepg.br/natural/>. Acesso em 09/06/2015.

MMA- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos.** Brasília: MMA/SBF, 2000.

MOREIRA, J. C. Envolvimento de comunidades do entorno: a experiência do curso para condutores do Parque Estadual de Vila Velha, Ponta Grossa, PR. CARPANEZZI, O. T. B.; CAMPOS, J. B. (org.) **Coletânea de pesquisas: Parques Estaduais de Vila Velha, Cerrado e Guartelá.** Curitiba: 2011.

_____. **Patrimônio geológico em unidades de conservação: atividades interpretativas, educativas e geoturísticas.** Tese (Doutoramento) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MOREIRA, J.C.; ROCHA, C. H. Unidades de conservação nos Campos Gerais. In: MELO, M. S.; MORO, R. S.; GUIMARÃES, G. B. (Org). **Patrimônio natural dos Campos Gerais do Paraná**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2007.

MORIN, Edgar. **Saberes Globais e Saberes Locais**: o olhar transdisciplinar. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

MORO, R. S.; CARMO, M. R. B. A vegetação campestre nos Campos Gerais. In: MELO, M. S.; MORO, R. S.; GUIMARÃES, G. B. (Org). **Patrimônio natural dos Campos Gerais do Paraná**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2007

NASH, D. El turismo considerado como una forma de imperialismo. In: SMITH, V. L. (Org.) **Anfitriones e invitados**: antropología del turismo. Madrid: Endymión, 1992.

NEIVA, A. *et al.* **Lições aprendidas sobre participação social na elaboração de planos de manejo de unidades de conservação**. Brasília: WWF-Brasil, 2013.

NUÑES, T. Los estudios del turismo dentro de una perspectiva antropológica. In: SMITH, V. L. (Org.) **Anfitriones e invitados**: antropología del turismo. Madrid: Endymión, 1992.

OLIVEIRA, E. A. **O Parque Nacional dos Campos Gerais**: processo de criação, caracterização ambiental e proposta de priorização de áreas para regularização fundiária. Tese (doutorado). Departamento de pós-graduação em engenharia florestal, UEPG: 2012.

PARANÁ PROJETOS. **Compilação das pesquisas realizadas pela gestão do uso público do Parque Estadual de Vila Velha nos anos de 2014 e 2015**. Ponta Grossa: 2015.

PARELLADA, C. I. Arqueologia dos Campos Gerais. In: MELO, M. S.; MORO, R. S.; GUIMARÃES, G. B. (Org). Patrimônio natural dos Campos Gerais do Paraná. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2007.

PEARCE, P. L. A. relação entre residentes e turistas: literatura sobre pesquisa e diretrizes de gestão. In: THEOBALD, W. F. (Orgs.). **Turismo Global**. São Paulo: SENAC, 2002.

PECK, J. G.; LEPIE, A. S. Turismo y desarrollo en tres enclaves costeros de Carolina del Norte. In: SMITH, V. L. (Org.) **Anfitriones e invitados**: antropología del turismo. Madrid: Endymión, 1992.

PI-SUNYER, O. Percepciones cambiantes del turismo y de los turistas em um centro turístico catalán. In: SMITH, V. L. (Org.) **Anfitriones e invitados**: antropología del turismo. Madrid: Endymión, 1992.

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do desenvolvimento humano 1990-2013**. PNUD, 2013. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh-2013.pdf>. Acesso em: 23/06/2015.

PONTES FILHO, A.; SILVA, C. B. X.; LANGE, R. R.; CAVALCANTI, R. K. Projeto Lobo-Guará–contribuição à Conservação Ambiental dos Campos Gerais do Paraná Brasil. **Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**, Anais, vol. II. Curitiba: 1997.

RIBEIRO, B. G. "**O índio na cultura brasileira**": *Pequena Enciclopédia da Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Unibrade/Unesco, 1987.

RITTER, L. M. O. **Composição florística e aspectos físicos do Cerrado dos Campos Gerais, Paraná**. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa: 2008.

RODRIGUES, C. L. **Limites do Consenso**: territórios polissêmicos da Mata Atlântica e a gestão ambiental participativa. Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: USP, 2001.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Papirus editora, 1997.

RUTKOWSKI, J. **Sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários**: uma abordagem na Engenharia de Produção. 2008. 234 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

RUTKOWSKI, J.; LIANZA, S. Sustentabilidade de empreendimentos solidários: que papel espera-se da tecnologia? In: Fundação Banco do BRASIL (Orgs.). **Tecnologia Social**: uma estratégia para o desenvolvimento. RJ: DP&A, 2004.

SACHS, I. Estratégias de Transição para o Século XXI. In: BURSZTYN (org.) **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. Disponível em: http://www.ppg-casa.ufam.edu.br/pdf/Marcel%20Bursztynl_1993.pdf#page=25. Acesso: 18/09/2012.

_____. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SAMPAIO, C. A. C. **Turismo como Fenômeno Humano**: princípios para se pensar a socioeconomia e sua prática sob a denominação turismo comunitário. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SAMPAIO, C. A. C.; FERNANDES, V.; PHILIPPI JR, A. Planejamento e gestão de turismo sustentável: metodologias PEC & SiGOS. In: RUSCHMANN, D. V. de M.; PHILIPPI JR, A. **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. Barueri: Manole, 2010.

SAMPAIO, C. A. C.; ZAMIGNAN, G. Estudo da Demanda Turística: Experiência de Turismo Comunitário da Microbacia do Rio Sagrado, Morretes (PR). In: **CULTUR**, ano 06, nº 01, 2012.

SANSOLO, D. G.; CRUZ, R. C. A. Plano Nacional do Turismo: uma análise crítica. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 3, n. 4, 2003.

SEIXAS, C. S. Abordagens e Técnicas de Pesquisa Participativa em Gestão de Recursos Naturais. In: VIEIRA, P. H. F.; BERKES, F. e SEIXAS, C. S (Org.). **Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais**: conceitos, métodos e experiências. Florianópolis: Secco/APED, 2005.

SILVA, A. G. C.; MELO, M. S.; PARELLADA, C. I. Pinturas rupestres em abrigo sob rochas no Sumidouro do rio Quebra-Perna, Ponta Grossa, Paraná. **Publicatio UEPG-Ciências Exatas e da Terra, Agrárias e Engenharias**, v. 12, n. 01, 2006.

SILVA, P. A. H. Vila Velha e as origens dos Campos Gerais e das florestas de araucárias. In: CARPANEZZI, O. T. B.; CAMPOS, J. B (Org). **Coletânea de pesquisas**: Parques Estaduais de Vila Velha, Cerrado e Guartelá. Curitiba: IAP, 2011. Disponível em: http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/Livros/Livro_PEVV_arrumado.pdf. Acesso em: 09/06/2015.

SINGER, P. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P; SOUZA, A. R. (orgs.) **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SMITH, V. L. **Anfitriones e invitados**: antropología del turismo. Madrid: Endymión, 1992.

TAKAHASHI, L. Uso Público em unidades de conservação. **Cadernos de Conservação**, ano 02, nº 02. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2004.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 16. ed. São Paulo/ SP: Cortez, 2008.

TURNER, L. ASH, J. **La horda dorada**. Madrid: Endymion, 1991.

VEIGA, C. **Estudo sobre o sistema de atendimento da área operacional do Parque Estadual de Vila Velha**. Sem publicação. Ponta Grossa: 2013.

YIN, R.K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAMIGNAN, G.; SAMPAIO, C. A. C.; MANTOVANELI JÚNIOR, O. Etapas de diagnóstico da metodologia de planejamento e festão de arranjos socioprodutivos de turismo comunitário: a experiência da microbacia do Rio Sagrado. In: **Turismo & Sociedade**. v. 4, n. 2. Curitiba, 2011.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado. In: Bartholo, R.; Sansolo, D. G.; Bursztyn, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária**: Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

ZIMMERMANN, A.; RODRIGUES, C.G.O.; ANDRADE, J. Visitação em Parques Nacionais: Oportunidades para participar, vivenciar e conservar. **Caderno Virtual de Turismo**. 2005. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/sapis/anais2005/eixo5/zimmermann.htm>. Acesso: 07/07/2015.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - SÍTIOS DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA.....	151
APÊNDICE 2 - CARACTERIZAÇÃO DA HISTÓRIA DO PEVV.....	155
APÊNDICE 3 - PESQUISAS SOBRE A GESTÃO DO USO PÚBLICO.	163
APÊNDICE 4 - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA SOBRE PERCEPÇÃO DOS PONTAGROSSENSES E MORADORES DE PONTA GROSSA SOBRE O PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA.....	192
APÊNDICE 5 - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DA GERAÇÃO DE JOVENS.....	199

APÊNDICE 1 - SÍTIOS DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA

Esse tema apresenta 11 dos 16 sítios do PEVV, de acordo com a FIGURA 13, complementando os outros seis que já foram apresentados na pesquisa (p. 73-79). Trata-se de um resumo, a partir de uma linguagem didática, da extensa caracterização que o plano de manejo (IAP, 2004) faz de cada um dos sítios.

(i) *Sítio 1: Área do Platô da Fortaleza*

Compreende o morro testemunho com formação rochosa de Arenito Vila Velha, sendo área de extensa ocorrência de refúgios vegetacionais rupestres e campos. O aspecto crítico no sítio se refere a invasão de espécies florestais exóticas e constantes incêndios, fator que seleciona espécies e aumenta a população daquelas que se adaptam melhor a esse estresse (IAP, 2004).

(ii) *Sítio 2: Campo Seco*

Predomina uma vegetação de campo em bom estado de conservação. A peculiaridade do sítio é a ocorrência do marmelo-do-campo (*Austroplenckia populnea*) em distribuição esparsa, uma espécie típica de Cerrado, que constitui pequenas áreas restritas desse bioma no PEVV. Como principais aspectos críticos, cita-se as constantes queimadas, avanço das espécies oportunistas encontradas em manchas e constante invasão de *Pinus spp.* (IAP, 2004).

(iii) *Sítio 3: Mata da Fortaleza*

Caracteriza-se pela floresta com araucária adjacente ao arenito fortaleza. Toda a área foi degradada por exploração madeireira, observando-se escassez de espécies de árvores características de floresta madura. Esse fato gerou consequências sobre a fauna, no entanto, devido a sua extensão florestal e atual isolamento, o sítio sobressai em importância no contexto do Parque (IAP, 2004).

(iv) *Sítio 5: Represa*

Situa-se nas proximidades da entrada do Parque, às margens da rodovia BR-376, e se refere a zona de inundação da represa construída no Rio Guabiroba. Essa represa, instalada para suprimento de água e combate a incêndios, promove instabilidade do nível da água, o que impede estabelecimento de cobertura vegetal e impacta espécies de fauna. Sua localização, às margens da BR-376, torna o sítio vulnerável a invasões, como de pescadores (IAP, 2004).

(v) *Sítio 9: Campo Úmido*

É uma rara área úmida sob proteção integral, localizada em um vale de drenagem pertencente à margem esquerda do Rio Quebra-Perna. Possui uma integridade ecológica, estando bem conservada, à exceção de queimadas constantes. Em se tratando da fauna de lepidópteros⁷⁶, provavelmente se refira à área mais importante do Parque. Nesse sítio foram registradas a águia-cinzenta (*Harpyhaliaetus coronatus*) e o papa-moscas-do-campo (*Culicivora caudacuta*), ambas ameaçadas de extinção. Também é um importante sítio para a mastofauna⁷⁷, por apresentar continuidade com a mata ciliar de afluentes do Rio Quebra-Perna (IAP, 2004).

(vi) *Sítio 10: Floresta de Galeria do Rio Quebra-Perna*

Apresenta sinais de exploração de madeira e domínio de taquarais em vários pontos da floresta. As áreas alagáveis desse rio representam potenciais sítios de reprodução de anuros⁷⁸ (IAP, 2004).

⁷⁶ Ordem de insetos, que inclui borboletas e mariposas (IAP, 2004).

⁷⁷ Referente à classe dos mamíferos (IAP, 2004).

⁷⁸ Ordem dos anfíbios que inclui sapos, rãs e pererecas (IAP, 2004)

(vii) *Sítio 11: Agricultura*

Área original de domínio de campo, porém foi utilizada durante cerca de 35 anos para experimentação agrícola pelo IAPAR; ainda guarda resquícios do uso de adubos químicos e herbicidas, e os solos encontram-se compactados e erodidos. Devido à situação, a memória da vegetação original foi perdida, com aniquilamento do banco de sementes nativas. A biodiversidade nativa e o sistema natural perderam sua resiliência. No sítio, as espécies de fauna são impactadas pelo tráfego de veículos na estrada interna do Parque (IAP, 2004).

(viii) *Sítio 12: Reflorestamento*

Refere-se a áreas de plantios florestais de diversas espécies em sistema de monocultura, implantado a partir de 1964 pelo IAPAR, com o objetivo de experimentação florestal. Originalmente, eram áreas com domínio de campo, portanto possui tipos de solo pouco próprios para desenvolvimento de florestas. Nessa área, localiza-se a Furna 4, formação geológica de elevado valor cênico, porém que encontra-se escondida em meio ao reflorestamento. O sítio é muito frequentado pelo javali (*Sus scrofa*), espécie exótica e muito agressiva ao ambiente, devido principalmente ao hábito de procurar alimento revolvendo o solo e por impactar na dinâmica de espécies de mamíferos nativos, como o cateto (*Tayassu tajacu*) (IAP, 2004).

(ix) *Sítio 13: Capão do Quebra-Perna*

Refere-se a maior área contínua de mata com araucária do PEVV e está localizado sobre solo derivado da Formação Ponta Grossa, mais profundos e propícios ao desenvolvimento florestal. Sofreu intensa exploração madeireira e apresenta invasão de *Pinus spp.* e *Eucalyptus spp.* Trata-se de uma área de máxima importância para a fauna de mamíferos (IAP, 2004).

(x) *Sítio 15: Lagoa Dourada*

Constitui um habitat singular dentro do Parque, utilizado como ambiente de refúgio para espécies de peixes encontradas na Bacia do Alto Tibagi, pois as águas límpidas e de surgência da lagoa dourada são favoráveis à permanência de peixes, em diferentes períodos do ano. Porém, a constante presença de turistas e as características de isolamento biológico do sítio, gerado pela rodovia BR-376 - o qual impede a passagem da fauna -, limitam a diversidade de espécies (IAP, 2004).

(xi) *Sítio 16: Várzea do Rio Guabiroba - Lagoa Tarumã*

Compreende uma área com ambientes aquáticos peculiares em termos de conservação, e com valor cênico, recreativo e educativo. O fato de ser uma área rebaixada e estar localizada ao lado da rodovia BR-376 faz com que seja muito impactada por espécies exóticas invasoras, como *Pinus spp.* Antes da reestruturação, o sítio estava degradado, mas a visitação controlada desde 2004 está permitindo a sua restauração. Outros aspectos críticos se referem a invasão da área para pesca artesanal e caça, espécies exóticas de peixes, riscos de incêndios e poluição promovida pela rodovia (IAP, 2004).

APÊNDICE 2 - CARACTERIZAÇÃO DA HISTÓRIA DO PEVV

Esse tema objetiva caracterizar a história da unidade até o momento de sua reestruturação, entre 2002 e 2004. As informações contidas no Plano de Manejo do PEVV (IAP, 2004) foram resumidas e melhor organizada, cruzando-se os dados históricos contidas nesse plano com outras fontes. O tema contextualiza o histórico do período mais recente do Parque, após a reestruturação até a atualidade, o qual já foi caracterizado por essa pesquisa (p. 82-85).

Na literatura brasileira, a primeira referência específica sobre Vila Velha foi feita por Visconde de Taunay, quando Presidente da Província do Paraná, em 1886. Nessa época, terras que abrangiam Vila Velha, Furnas e lagoa dourada pertenciam a sesmaria de Domingos Ferreira Pinto, o Barão de Guaraúna (IAP, 2004).

Em 16 de Outubro de 1942, através do Decreto-Lei nº 86, o Governo do Estado do Paraná declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, os imóveis denominados Lagoa Dourada e Vila Velha, para a instalação de um Parque Florestal. Na época, essa área pertencia a fazendeiro alemão, Sr. Hans Kleine, e até hoje existe a casa sede da propriedade, com a seguinte inscrição na fachada: “FLD” (Fazenda Lagoa Dourada) e a data, 1928. A casa localiza-se onde hoje é a Vila do IAPAR (COELHO, 2014).



FIGURA 43 - SEDE DA ANTIGA FAZENDA LAGOA DOURADA
FOTO: FERNANDA HAURA (2015)

A desapropriação foi a primeira etapa do processo de criação e consolidação da área como uma UC. 11 anos depois, em 12 de outubro de 1953, a Lei Estadual nº 1.292 cria o Parque Estadual de Vila Velha, para “(...)

conservação da flora e da fauna nativas, ao cultivo de espécimes preciosas⁷⁹ e ao estímulo do turismo em suas diferentes regiões” (PARANÁ, 1953, p.1).

Três anos antes da criação do PEVV, em 1950, o Departamento de Estrada e Rodagens (DER) constrói uma estrada estadual para acesso e implanta uma infraestrutura de turismo no PEVV (ANTUNES, 2010). Em 1965, é inaugurada a rodovia BR-376, interligando leste e oeste do Estado, o que vai facilitar o acesso e aumentar a visitação do Parque⁸⁰ (IAP, 2004).

Em 1966, a unidade recebe o título de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Paraná, sob processo nº 05, Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. O tombamento teve como objetivo a proteção do patrimônio natural⁸¹ (IAP, 2004).

Desde os primeiros anos de criação, diferentes instituições já atuavam na Unidade. Formalmente, o fracionamento administrativo da unidade ocorre em 1970, quando o Governo transfere 424,88 ha da área do PEVV para a Empresa Paranaense de Turismo (Paranatur)⁸² (IAP, 2004).

Cinco anos depois, em 1975, o Estado cede a totalidade do parque para administração do IAPAR⁸³. Em 1977, o Decreto Estadual nº 4.172 aprova o estatuto da Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná (ITC)⁸⁴, o qual define como competência dessa fundação: “(...) dirigir, orientar e

⁷⁹ Destaca-se que essa lei prevê, como um dos objetivos da unidade, a utilização da área para plantio de espécies, não distinguindo entre nativas e exóticas.

⁸⁰ Informações obtidas no sítio virtual do DER. Disponível em: <http://www.der.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2>. Acesso em: 10/06/2015.

⁸¹ O tombamento também considera a área como patrimônio cultural, na medida em que há reconhecimento de sua importância pela comunidade. A medida também teve como objetivo fortalecer atividades no interior da unidade atividades vinculadas a educação ambiental e contemplação (informações descritas na sessão tombamento do PEVV do livro tomo estadual de 1966).

⁸² Empresa pública criada pela Lei Estadual nº 5948/1969. Informação disponível em: <http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=861>. Acesso em: 10/06/2015.

⁸³ O IAPAR foi criado pela Lei Estadual nº 6292/1972. Informação disponível em: <http://www.iapar.br/arquivos/File/transparencia/InfoInstitucionais82013.pdf>. Acesso em: 10/06/2015.

⁸⁴ O ITC foi criado pela Lei Estadual nº 6.316/ 1972. Informação disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=349>. Acesso em: 10/06/2015.

promover a fiscalização dos recursos naturais renováveis e promover a administração dos parques e reservas de domínio do Estado”⁸⁵.

Com o ITC, PEVV passa a ter distintas titularidades, sendo:

- 424,88 ha administrados pela Paranatur, englobando a área dos Arenitos, das Furnas e da Lagoa Dourada;
- 1397,24 ha administrados pelo IAPAR, com áreas para experimentos agrosilvioculturais;
- 1344,72 ha administrados pelo ITC (antigo IAP), com as áreas destinadas à conservação.

Em 1975, a Paranatur elabora o “Plano Diretor Turístico para Vila Velha”, que determinou melhorias na infraestrutura de apoio, ampliando os serviços turísticos oferecidos, como: lanchonete, playgrounds, churrasqueiras, estacionamento, teleférico e iluminação artificial noturna dos arenitos - foram instalados 256 holofotes. Em 1977, foram construídas lanchonetes, sanitários e uma grande piscina pública⁸⁶. Na área do Parque também funcionava uma pista de kart. As FIGURAS 44 e 45 apresentam os antigos usos, hoje proibidos, no PEVV.

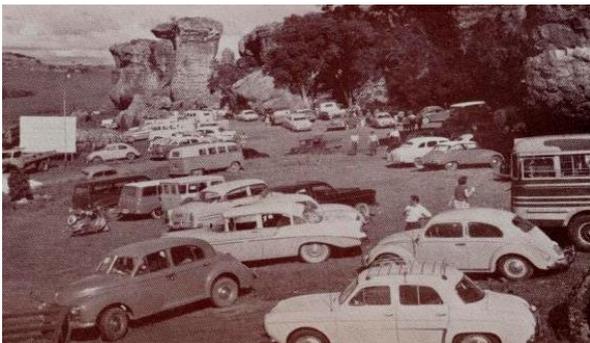


FIGURAS 44 - PISTA DE KART E PISCINA PÚBLICA

FONTES: EMERSON PAVÃO (citado por BISCAIA, 2013); FABIANA LOPES (citado por BISCAIA, 2013)

⁸⁵ Informação disponível em: http://www.ICMBIO.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/1988/dec_2442_1988_reservaflorestalseccaofigueira_saltinhoserrecategorizado_pr.pdf. Acesso em: 10/06/2015.

⁸⁶ Informações apresentadas pelo prof. João José Bigarella, em reportagem do “Paraná Online” de 01/09/2002. Reportagem disponível em: <http://www.parana-online.com.br/editoria/policia/news/22891/>. Acesso em: 23/05/2015.



FIGURAS 45 - ANTIGO ESTACIONAMENTO NOS ARENITOS E COMEMORAÇÃO AO DIA DO FOLCLORE NA DÉCADA DE 1990
 FONTE: BIBLIOTECA PÚBLICA BRUNO ENEI (citado por BISCAIA, 2013); ELITE FOTOGRAFIAS (citado por BISCAIA, 2013)

Diante dessa intervenção, em 1978 é ajuizada uma ação popular⁸⁷ por grupos de pesquisadores, ambientalistas e advogados contra o Governo do Estado e a Paranatur, visando reverter a degradação da paisagem provocada⁸⁸. A ação teve sua primeira decisão favorável em 1985 e ganhou notoriedade no meio jurídico por ser a primeira ação judicial no Brasil relativa a danos ambientais.

Em 1978 é inaugurado o elevador de Furnas⁸⁹. Em 1979, a Diocese de Ponta Grossa inaugura a Ermida/ Santuário de Nossa Senhora de Vila Velha⁹⁰, marcando também o segmento de turismo religioso no Parque.

Em 1989, a gestão do uso público da unidade passa a ser realizado pelo Município de Ponta Grossa, por meio de convênio firmado com a Fundação Estadual de Esporte e Turismo (Festur)⁹¹, recelebrado em 1994 por mais cinco anos.

⁸⁷ Informações apresentadas na reportagem do “Paraná Online” de 01/09/2002. Disponível em: <http://www.parana-online.com.br/editoria/policia/news/22891/>. Acesso em: 23/05/2015.

⁸⁸ A degradação não se referia somente aos holofotes noturnos nos arenitos, mas a atividade do turismo como um todo, já que era prática comum depredação das rochas e acidentes de visitantes ao explorarem ambientes, como o platô (parte superior) dos arenitos.

⁸⁹ Informação apresentada na reportagem da “Gazeta do Povo” de 12/10/2013. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/milhoes-de-anos-contados-em-60-anos-43aazl4dg1jxswlkcslh2zsy6>. Acesso em: 10/06/2015.

⁹⁰ Informação disponibilizada no sítio virtual da Diocese de Ponta Grossa. Disponível em: <http://www.diocesepontagrossa.com.br/index.php?setor=PADROEIRA03>. Acesso em: 10/06/2015.

⁹¹ Autarquia que substitui a Paranatur, por meio da Lei Estadual nº 8986, de 1989. Informação disponível em: <http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=861>. Acesso em: 10/06/2015.

Com a gestão do Turismo do Parque, o município de Ponta Grossa aprova o “Plano Diretor Vila Velha” em 1990, o qual realiza importantes estudos multidisciplinares sobre a unidade. O documento apontou problemas na administração da PEVV, devido à fragmentação da área para gestão de várias instituições governamentais. Em 1996, a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa repassa a administração do uso público para a Paraná Turismo⁹².

Desde a criação da unidade, em 1953, até o início da década de 2000, período de meio século, a gestão do PEVV é marcada por instabilidades, estando vulnerável a cada novo Governo Estadual.

Desde a sua criação, diversos documentos e instrumentos de gestão foram elaborados e desenvolvidos com o objetivo de organizar e disciplinar o uso da UC, mas esbarraram, principalmente, na falta de integração gerencial do Parque, com diversos organismos gerenciadores realizando distintas atividades, muitas delas conflitantes com a categoria de manejo, comprometendo a integridade dos ecossistemas protegidos pelo parque. (IAP, 2004, Encarte 3, p. 11-12).

Em 2000 é criado um grupo de trabalho para elaboração do plano de manejo, sob os princípios estabelecidos pelo SNUC. Em 2001, esse plano é publicado, sendo revisado e republicado em 2004. A unidade passa a ser gerida integralmente pelo IAP⁹³ e em 2004 é instituído o Conselho Consultivo do PEVV.

Em 2001, depois de mais de duas décadas de tramitação judicial, inclusive chegando até o Supremo Tribunal Federal, é finalizado o processo da ação popular ajuizada em 1978. A justiça determina a retirada de edificações e a revitalização do Parque, com a implantação de trilhas e de um museu no local. Essa ação pressionou a transformação estrutural na unidade, principalmente da atividade de uso público⁹⁴.

⁹² Autarquia que substitui a Festur e criada pela Lei Estadual nº 11066/1995. Informação disponível em: <http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=861>. Acesso em: 10/06/2015.

⁹³ Entidade autárquica sucessora do Instituto de Terras, Cartografias e Florestas (ITCF) e criada pela Lei Estadual nº 10.066/1992. Informação disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=349>. Acesso em: 10/06/2015.

⁹⁴ O plano de manejo (IAP, 2004, Encarte 3, p. 269) assim resume o histórico e as consequências da visitação no PEVV: “a movimentação de pessoas promovida pela atividade turística estimulou o incremento de serviços para o fornecimento de alimentos e bebidas, bem com a comercialização de *souvenirs*, descaracterizando por três décadas, o uso social adequado e compatível com os princípios da criação unidade de conservação. Durante anos a infra-estrutura do parque ficou abandonada à própria sorte o que levou o parque literalmente à degradação com instalações destruídas, inscrições nas rochas e ausência de sinalização. As trilhas por anos

Em janeiro de 2002, por decisão do Governo Estadual, o PEVV é fechado para visitação por tempo indeterminado, com objetivo de realizar pesquisas científicas e readequação da estrutura, de acordo com determinações do plano de manejo. Em 2004, a unidade reabre para visitação pública, já com política diferenciada de gestão.

Para conciliar o uso recreativo com os objetivos primários do PEVV, os locais designados para o desenvolvimento das atividades de uso público foram planejados, visando controlar efeitos negativos e garantir a qualidade da experiência do visitante. Foi definido um único acesso para a visitação da unidade (na rodovia BR-376) e reestruturou-se a infraestrutura próxima aos arenitos para servir como centro de visitantes, dotado com recepção, sala de projeção de vídeo, bilheteria, lanchonete, loja de artesanato e sala de exposições (sala Campos Gerais). O centro de visitantes passa a concentrar os dois passeios oferecidos, na trilha dos arenitos e em furnas e lagoa dourada; o Parque recebe um sistema de transporte interno, que conta com a construção de estrada interna, aquisição de ônibus e estacionamento único (na antiga pista de kart). Reestrutura-se a trilha dos arenitos para ordenar a visitação e limitar o acesso a ambientes frágeis. Os passeios oferecidos passam a ser guiados por condutores, sendo essa a principal estratégia para cumprir com o objetivo de oferecer interpretação ambiental e conciliar visitação com proteção do patrimônio natural tombado.

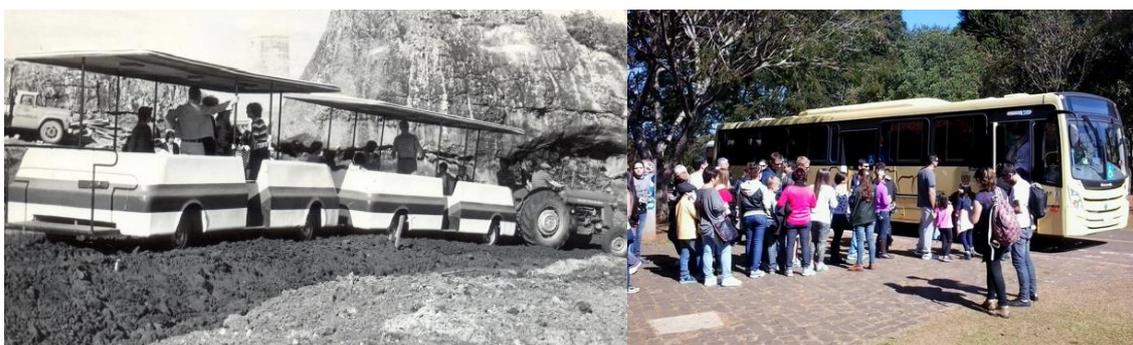
O sistema adotado de manejo de uso público permite o controle efetivo da circulação dos visitantes pelos atrativos. A inserção do monitoramento e publicação de informações promove a compreensão dos objetivos da unidade junto à sociedade local e público visitante, criando oportunidades de aprendizado. Isto torna o parque atrativo pelo conhecimento e compreensão das características naturais, favorecendo o equilíbrio entre a recreação e a conservação ambiental (CAMPOS; DALCOMUNE, 2011, p. 19)

utilizadas, não obtiveram qualquer direcionamento ou manutenção. Sem controle e uso além de sua capacidade, foram destruídas pelos movimentos intensos e desordenados dos visitantes. O desconhecimento das causas ambientais, da fragilidade do ambiente, levou aos beneficiários utilizar-se dos aspectos cênicos, da própria estrutura geológica para a construção de benfeitorias, cujas características incompatíveis com a paisagem, promovendo impactos negativos sobre o ambiente. O despreparo dos beneficiários, leva ao comprometimento dos aspectos cênicos, da vegetação, da fauna, descaracterizando o local como unidade de conservação, sendo conhecida apenas turisticamente” (IAP, 2004, Encarte 3, p. 269).

As FIGURAS 46 tratam de comparar as antigas e novas trilhas nos arenitos, e as FIGURAS 47 comparam os sistemas de transportes do PEVV.



FIGURAS 46 - COMPARATIVO DO ANTES (1970) E DEPOIS (2014) DA REESTRUTURAÇÃO DO PEVV⁹⁵
FOTO: MUSEU DOS CAMPOS GERAIS (citado por BISCAIA, 2013); SÉRGIO MENDONÇA JR. (2015)



FIGURAS 47 - SISTEMA DE TRANSPORTE ANTES (1978) E DEPOIS (2015) DA REESTRUTURAÇÃO DO PEVV
FOTO: MUSEU DOS CAMPOS GERAIS (citado por BISCAIA, 2013); O AUTOR (2015)

No entanto, a revitalização do Parque ainda hoje é criticada por setores da sociedade, principalmente do município de Ponta Grossa. É importante

⁹⁵ As fotos também apresentam a diferença entre os domínios vegetacionais de campos e floresta com araucárias. Observa-se o domínio de uma área maior de floresta em 2014, comparado com 1970.

considerar que a unidade, durante várias décadas, foi o segundo maior atrativo turístico do Estado do Paraná e faz parte da memória de várias gerações que visitavam os arenitos com maior liberdade e frequência.

APÊNDICE 3 - PESQUISAS SOBRE A GESTÃO DO USO PÚBLICO

Este tema está dividido em três partes, que apresentam: as pesquisas produzidas pela atual gestão do uso público do PEVV; em seguida, a pesquisa realizada com os moradores de Ponta Grossa e pontagrossenses; por último, são propostas sugestões para melhoria da atual gestão do uso público.

1 PESQUISAS PRODUZIDAS PELA ATUAL GESTÃO DO USO PÚBLICO

Neste tema são apresentados dados de três principais pesquisas produzidas pela gestão do uso público do Parque: “perfil dos visitantes”, “dados financeiros” e “satisfação dos visitantes”.

- A pesquisa de perfil é produzida com dados gerais dos visitantes, os quais preenchem um cadastro ao acessarem a unidade. Esse cadastro solicita informações gerais, como “meio de acesso”, “idade”, “local de residência” e “e-mail”. O modelo do cadastro utilizado no PEVV pode ser consultado no ANEXO 2;
- A pesquisa financeira é produzida a partir de dados oferecidos pela bilheteria do Parque, como quantidade de ingressos vendidos em cada passeio, porcentagem de ingressos meia-entrada e isenções etc.; e
- A pesquisa de satisfação é produzida a partir dos dados obtidos em questionário virtual, produzido com a ferramenta “Google Drive”. Esse questionário é enviado para todos os e-mails obtidos no cadastro de visitantes. O modelo de questionário pode ser visualizado no ANEXO 3.

Os dados apresentados a seguir utilizam principalmente pesquisas do ano de 2014.

1.1 Organograma das instituições que atua na gestão do uso público do PEVV

O organograma do Paraná Projetos (FIGURA 48) resume a equipe que atua diretamente na gestão do uso público do PEVV:

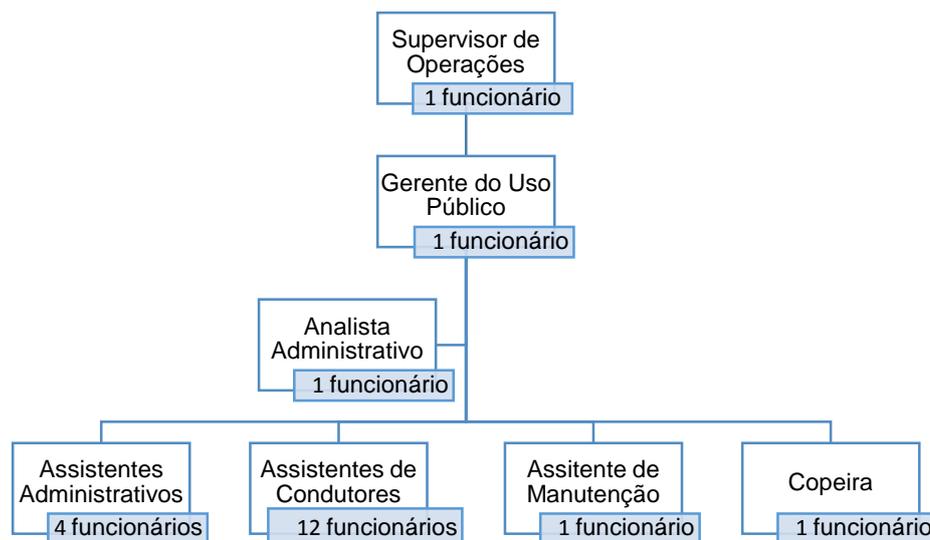


FIGURA 48 - ORGANOGRAMA PARANÁ PROJETOS
 FONTE: O AUTOR (2015)

Com exceção do supervisor de operações, cuja sede é em Curitiba, todos os funcionários atuam com sede de trabalho no PEVV. A seguir é apresentado o organograma da empresa terceirizada, TecnoLimp Serviços LTDA. (FIGURA 49):

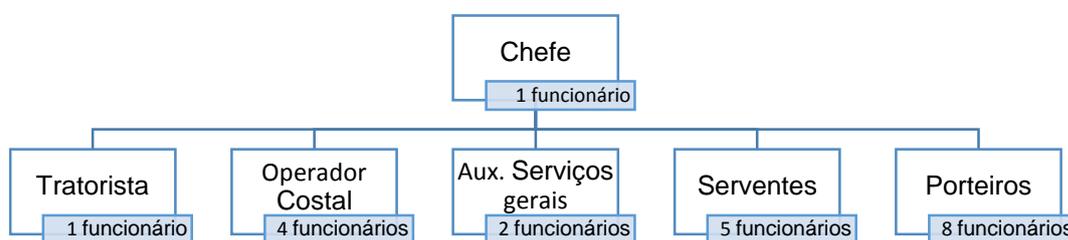


FIGURA 49 - ORGANOGRAMA EMPRESA TERCEIRIZADA
 FONTE: O AUTOR (2015)

A gerência do Parque é realizada por um funcionário do IAP, que tem a função de monitorar e fiscalizar o trabalho das equipes⁹⁶.

1.2 Pesquisa de perfil e financeira

A reestruturação do PEVV ocorrida entre 2002 e 2004 modificou a dinâmica de visitação da unidade. O QUADRO 4 apresenta o número de visitantes anuais antes e depois da mudança.

⁹⁶ Atualmente, a empresa Áreas Verdes foi licitada pelo IAP para a realização do manejo de vegetação exótica, a partir do corte das espécies de *Pinus spp.*

PERÍODO	ANTES DA REESTRUTURAÇÃO			APÓS A REESTRUTURAÇÃO			
	ANO	1986	1987	2000	2006	2012	2013
Nº VISITANTES	318.368	242.489	161.296	58.562	58.593	67.081	65.322

QUADRO 4 - VISITAÇÃO ANUAL DO PEVV

FONTE: PLANO DIRETOR DE VILA VELHA (1990, citado por MOREIRA, 2002); FURQUIM (2009); PARANÁ PROJETOS (2015).

Como se observa, houve uma forte diminuição no número de visitantes após a reestruturação. Segundo o Plano Diretor de Vila Velha (1990, citado por MOREIRA, 2002) o ano de 1986 foi o mais visitado da história do PEVV, quando recebeu quase cinco vezes mais turistas do que em 2014.

O GRÁFICO 13 exemplifica a visitação ocorrida nos últimos três anos, evidenciando a disparidade na quantidade de visitantes entre os meses.



GRÁFICO 13 - COMPARATIVO DE VISITAÇÃO ENTRE 2012, 2013 E 2014

FONTE: PARANÁ PROJETOS (2015)

Observa-se uma evolução na quantidade de visitantes em 2013, principalmente devido à realização do evento “60 anos do Parque Estadual de Vila Velha” em outubro. O GRÁFICO 14 apresenta a visitação mensal no ano de 2014, nos dois passeios:

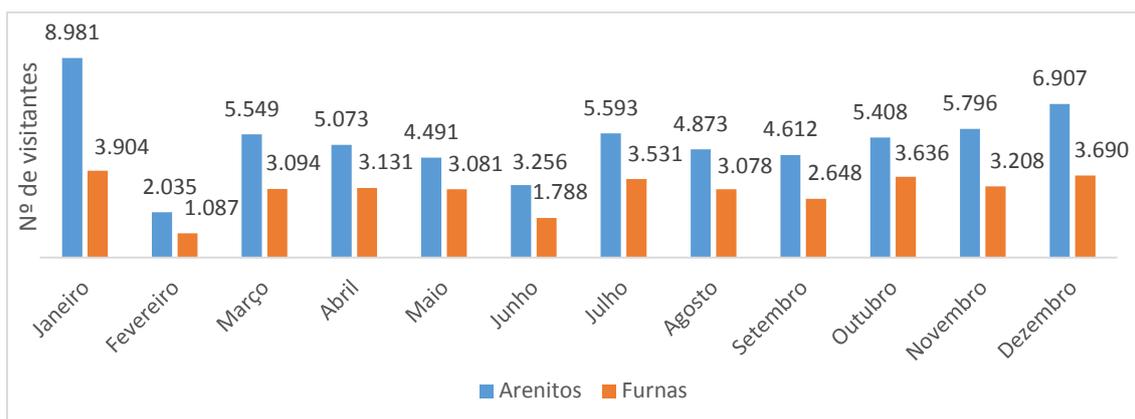


GRÁFICO 14 - VISITAÇÃO MENSAL EM 2014
 FONTE: PARANÁ PROJETOS (2015)

Ao todo, 96% do público que acessa o Parque fazem a trilha dos arenitos e 55% realiza o passeio de furnas/ lagoa dourada. A menor visitação em furnas/ lagoa dourada está relacionada, principalmente, a fatores como: baixa capacidade de carga da trilha de furnas ou falta de motoristas e/ ou ônibus disponíveis; passeio mais demorado em comparação à trilha dos arenitos; falta de interesse dos visitantes em conhecer as furnas sem o antigo elevador; dentre outros.

O GRÁFICO 14 também evidencia o fenômeno da sazonalidade, que se apresenta como um dos grandes desafios para a gestão do uso público. Cleberson Veiga (analista administrativo do Paraná Projetos) propõe que a visitação do Parque obedece a cinco diferentes categorias de visitação, apresentadas no QUADRO 5.

SITUAÇÃO		PERÍODO	DIA
Situação 01	Baixa temporada	16/02 à 30/06 e 01/08 à 15/12	Dias da semana
Situação 02	Baixa temporada	16/02 à 30/06 e 01/08 à 15/12	Fins de semana
Situação 03	Alta temporada	16/12 à 15/02 e 01/07 à 31/07	Dias da semana
Situação 04	Alta temporada	16/12 à 15/02 e 01/07 à 31/07	Fins de semana
Situação 05	Feridos prolongados	Qualquer período	Qualquer dia

QUADRO 5 - CATEGORIAS DE VISITAÇÃO NO PEVV
 FONTE: VEIGA (2013, não publicado)

Considerando a dinâmica de visitação e os objetivos do uso público da Parque, Veiga (2013, não publicado) apresenta que o “sistema de condução” é

o mais apropriado para a trilha dos arenitos⁹⁷. O analista realiza estudo para definir quantos condutores são necessários para manter esse sistema, em cada uma das diferentes categorias, apresentado no QUADRO 6:

SITUAÇÃO	ARENITOS	FURNAS	GRUPOS	RECEPÇÃO	TOTAL
Situação 01	5	1	3	0	9
Situação 02	5	2	2	0	9
Situação 03	7	2	2	0	11
Situação 04	7	3	2	1	13
Situação 05	7	3	2	1	13

QUADRO 6 - QUANTIDADE DE ASSISTENTES DE CONDUTORES NECESSÁRIOS PARA MANUTENÇÃO DE “SISTEMA DE CONDUÇÃO”

FONTE: VEIGA (2013, não publicado)

A sazonalidade do turismo dificulta a gestão do uso público da unidade, principalmente devido à variabilidade na quantidade de funcionários necessários para cada situação.

O GRÁFICO 15 aborda a situação mensal da visitação nos novos passeios no ano de 2014.

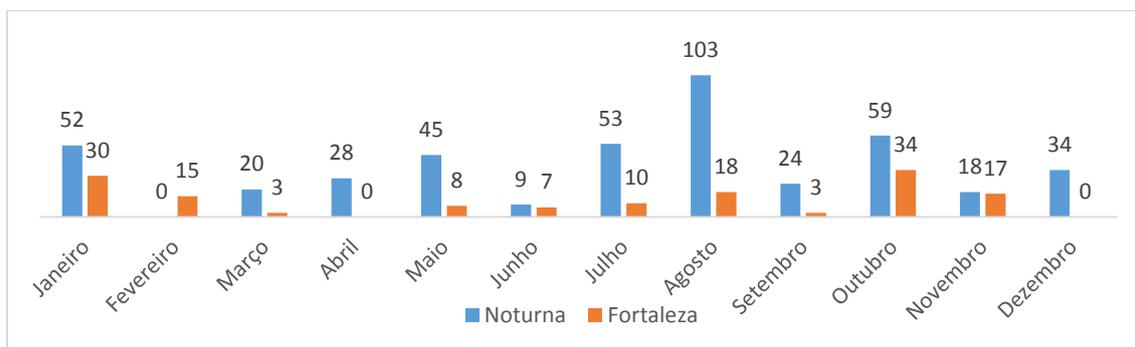


GRÁFICO 15 - VISITAÇÃO CAMINHADA NOTURNA E TRILHA DA FORTALEZA EM 2014

FONTE: PARANÁ PROJETOS (2015)

Observa-se que a visitação dos novos passeios ainda é incipiente. Em relação à visitação total de 2014, a caminhada noturna e a trilha da fortaleza representaram 0,7% e 0,2%, respectivamente.

⁹⁷ Esse técnico apresenta quatro argumentos em defesa do “sistema de condução”: não requer supervisão constante dos assistentes de condutores; monitoria mais efetiva da trilha e maior nível de segurança sentida pelos visitantes; atendimento mais personalizado, rico em informações e na transmissão de sensibilização ambiental; melhora significativa no moral da equipe de assistentes de condutores, pois diminui possibilidades de desentendimentos entre eles e destes com visitantes (VEIGA, 2013, não publicado).

1.2.1 Aspectos financeiros

Com relação às finanças, a gestão pública da unidade, historicamente, tem despendido mais recursos do que o arrecadado na bilheteria. O QUADRO 7 resume esse tema:

ANO	DESPESAS ANUAIS (em R\$)	RECEITAS ANUAIS (em R\$)	COBERTURA DAS RECEITAS, EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DESPESAS	DÉFICIT FINANCIADO PELO ESTADO (em R\$)
2001	550.700,00	180.000,00	32,7%	370.700,00
2007	650.000,00	407.686,50	62,7%	242.313,50
2008	665.000,00	449.006,00	67,5%	215.994,00
2009	910.000,00	446.519,00	49%	463.481,00
2010	990.000,00	448.438,00	45,3%	541.562,00
2013	1.871.528,00*	511.583,00	27,3%	1.359.945,00
2014	1.539.448,00*	489.214,00	31,8%	1.050.234,00

QUADRO 7 - EQUILÍBRIO ENTRE AS RECEITAS E DESPESAS

FONTE: PARANÁ TURISMO (2001, citado por MOREIRA, 2002); CAMPOS; DALCOMUNE (2011); PARANÁ PROJETOS (2015)

* Refere-se somente às despesas do Ecoparaná/ Paraná Projetos

Mesmo antes da reestruturação, há um histórico de déficits entre as despesas para manutenção da unidade e as receitas oriundas da bilheteria dos passeios. Entre 2007 e 2010, a gestão do uso público é realizada pelo IAP e com atuação direta de estagiários, período que apresenta maior equilíbrio entre a arrecadação de ingressos e o financiamento pelo Estado. Ainda segundo o QUADRO 7, a receita sofreu poucas variações entre 2008 e 2014, que se deve à manutenção do mesmo valor do ingresso - desde 2007 - e à pouca variação no número total de visitantes anuais.

Os anos de 2013 e 2014 marcam a gestão integral do uso público pelo Serviço Social Autônomo Ecoparaná/ Paraná Projetos, quando há grande salto nas despesas, principalmente direcionadas a pagamento de folha de funcionários.

O GRÁFICO 16 apresenta dados sobre a arrecadação em 2014:

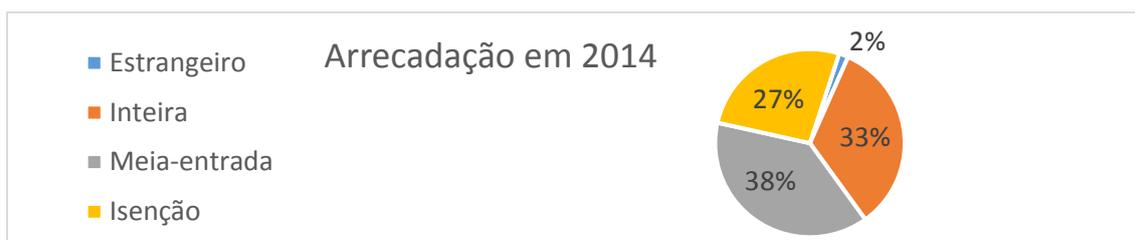


GRÁFICO 16 - ARRECADAÇÃO
 FONTE: PARANÁ PROJETOS (2015)

Observa-se uma grande representatividade dos visitantes que ganham benefício da meia-entrada e dos que são isentos de pagamento do ingresso para os passeios. A política de meia-entrada e isenções adotada na unidade oferece muito mais benefícios do que o previsto por leis estaduais e federais⁹⁸. A oferta de isenção para grupos filantrópicos e de instituições públicas de ensino - universidades, colégios e escolas - evidencia a utilidade pública dos serviços de turismo do Parque.

1.2.2 Perfil dos visitantes

Em 2014, os 65.322 visitantes apresentaram perfil, resumido na composição do GRÁFICO 17:

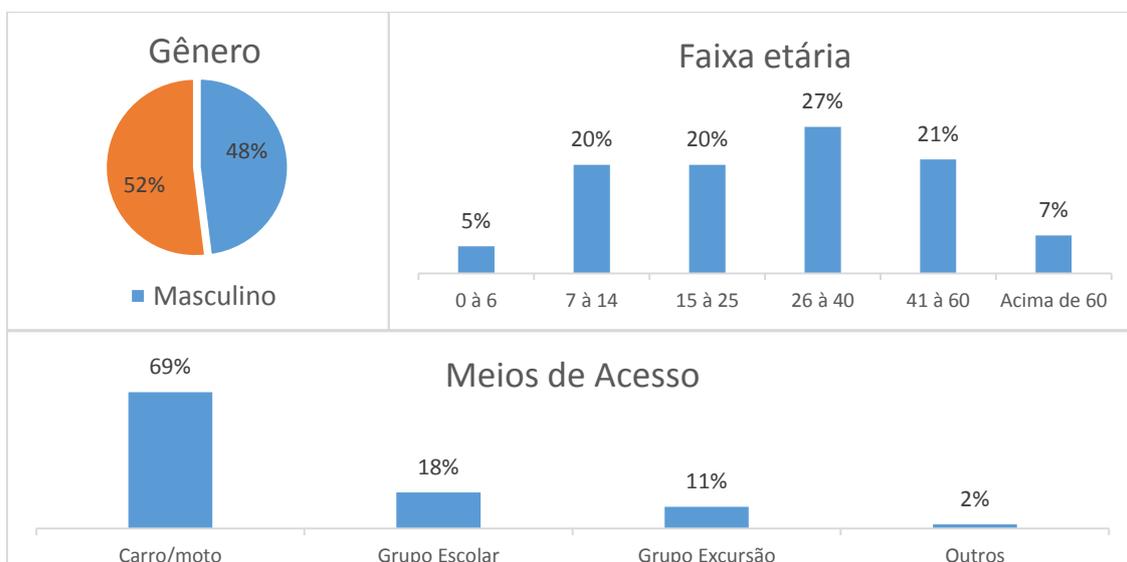


GRÁFICO 17 - PERFIL DOS VISITANTES EM 2014
 FONTE: PARANÁ PROJETOS (2015)

⁹⁸ A exemplo da isenção para idosos (acima de 60 anos), para crianças abaixo de sete anos e para portadores de necessidades especiais e acompanhantes, e a oferta de meia-entrada para moradores de Ponta Grossa, professores e servidores públicos estaduais do Paraná.

Carro/ moto é o principal modal de transporte escolhido pelos visitantes para acessar à unidade. O Parque recebe grupos escolares geralmente nos dias de semana e baixa temporada e se observa uma quantidade ínfima de visitantes que acessam com transporte público, desde Ponta Grossa ou Curitiba.

Os visitantes apresentam a seguinte motivação:

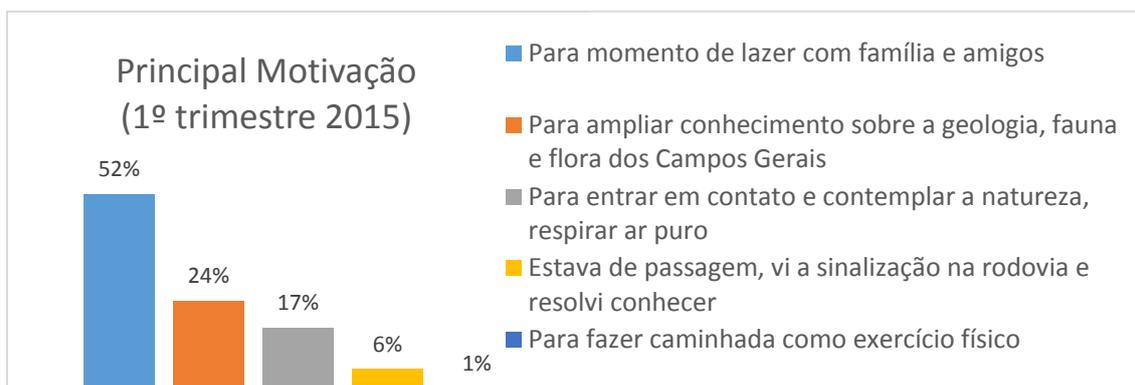


GRÁFICO 18 - PRINCIPAL MOTIVAÇÃO
 FONTE: PARANÁ PROJETOS (2015)

A opção “para momentos de lazer” aparece como a principal motivação em diferentes pesquisas de satisfação já realizadas no PEVV, inclusive nas realizadas antes da reestruturação dessa unidade.

Em 2014, a unidade recebeu visitantes de diversas regiões e localidades, como resume o GRÁFICO 19:

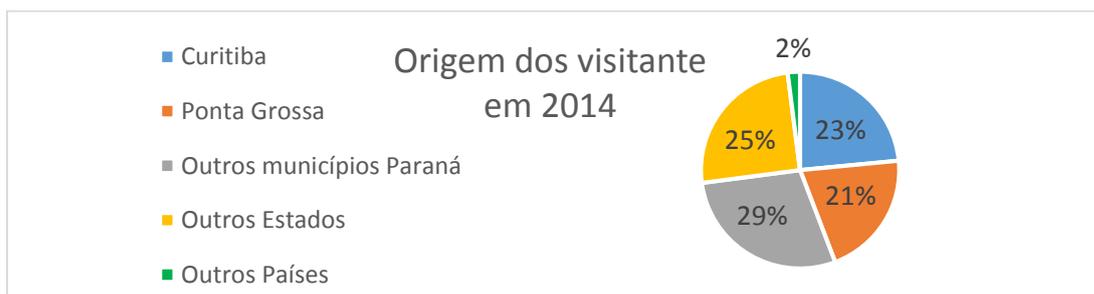


GRÁFICO 19 – LOCAL DE PROCEDÊNCIA DOS VISITANTES EM 2014
 FONTE: PARANÁ PROJETOS (2015)

Observa-se que Curitiba é o destino que mais emite visitantes para o PEVV, seguido por Ponta Grossa. Considerando esses dois destinos, 73% dos visitantes do Parque são residentes no Estado do Paraná. O GRÁFICO 20 apresenta a porcentagem de visitação de municípios do Paraná, além de Curitiba e Ponta Grossa.

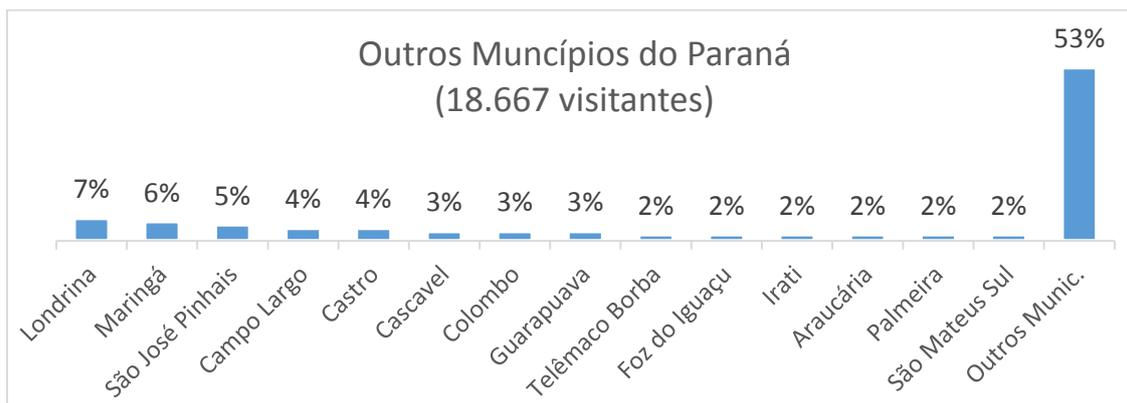


GRÁFICO 20 – LOCAL DE PROCEDÊNCIA DOS VISITANTES DE OUTROS MUNICÍPIOS DO PARANÁ
 FONTE: PARANÁ PROJETOS (2015)

Há uma frequência muito baixa de visitantes residentes nos municípios dos Campos Gerais - dos 14 primeiros, somente quatro são dessa região.

Em relação aos 25% dos visitantes da unidade, que residem em outros estados do Brasil, o GRÁFICO 21 apresenta a porcentagem dos principais estados emissores:



GRÁFICO 21 - LOCAL DE PROCEDÊNCIA DOS VISITANTES DE OUTROS ESTADOS DO BRASIL
 FONTE: PARANÁ PROJETOS (2015)

Como se observa, os estados vizinhos ou próximos ao Paraná são os que mais emitem visitantes ao PEVV. Somente 2% dos visitantes residem em países distintos ao Brasil, e os principais são apresentados no GRÁFICO 22:



GRÁFICO 22 - LOCAL DE PROCEDÊNCIA DOS VISITANTES ESTRANGEIROS
 FONTE: PARANÁ PROJETOS (2015)

Observa-se que a maioria dos visitantes estrangeiros procede de países europeus, com destaque para Alemanha. É possível que o fato se deve à histórica colonização da região dos Campos Gerais por imigrantes europeus, bem como a características do perfil dos visitantes desses países, que, supostamente, interessam-se em aprender sobre aspectos geológicos e biológicos dos locais onde visitam⁹⁹.

O GRÁFICO 23 é específico sobre a origem dos visitantes dos novos passeios.

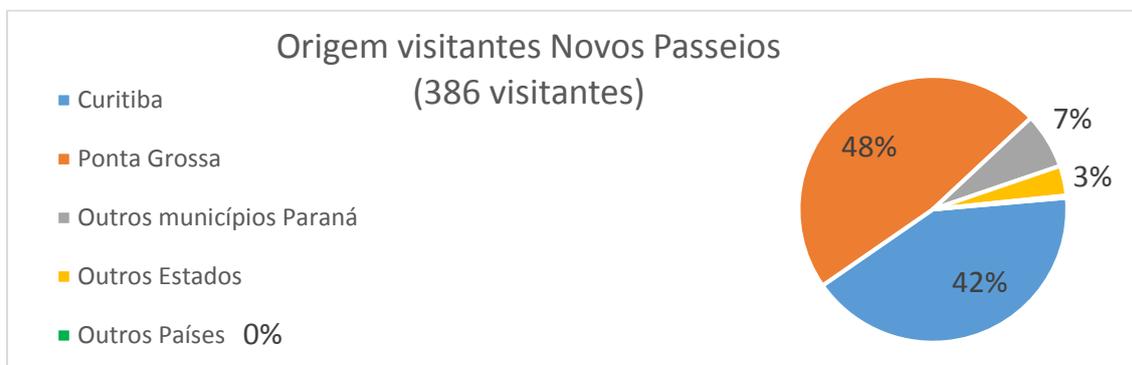


GRÁFICO 23 - LOCAL DE PROCEDÊNCIA DOS VISITANTES DOS NOVOS PASSEIOS
 FONTE: PARANÁ PROJETOS (2015)

Com relação ao local de procedência dos visitantes dos passeios caminhada noturna e trilha da fortaleza, destaque para Ponta Grossa e Curitiba, que emitem, juntos, 90% do total. Dos 7% de visitação de outros municípios do Paraná, a maioria são da região dos Campos Gerais. Os novos passeios,

⁹⁹ Não foram levantados dados específicos sobre o local de hospedagem do público estrangeiro, porém presume-se que se hospedam na capital, Curitiba, e retiram um dia para conhecer o Parque. É comum visitantes de outros países acessarem a unidade por meio de transporte público interestadual.

percentualmente, têm atraído mais visitantes das cidades do entorno do PEVV, comparado com a visitação total.

1.3 Pesquisa de satisfação dos visitantes

A pesquisa de satisfação objetiva conhecer percepção dos visitantes sobre serviços turísticos oferecidos na unidade, e são aplicadas a partir de questionário virtual enviado aos visitantes que disponibilizam seus e-mails no cadastro de visitantes, ao acessarem a unidade. No ano de 2014, foram 881 respostas.

1.3.1 Qualificação dos serviços

O GRÁFICO 24 apresenta classificação quanto à qualidade dos serviços, sendo as categorias de separação: “ruim”, “bom”, “excelente”, “não usou”.

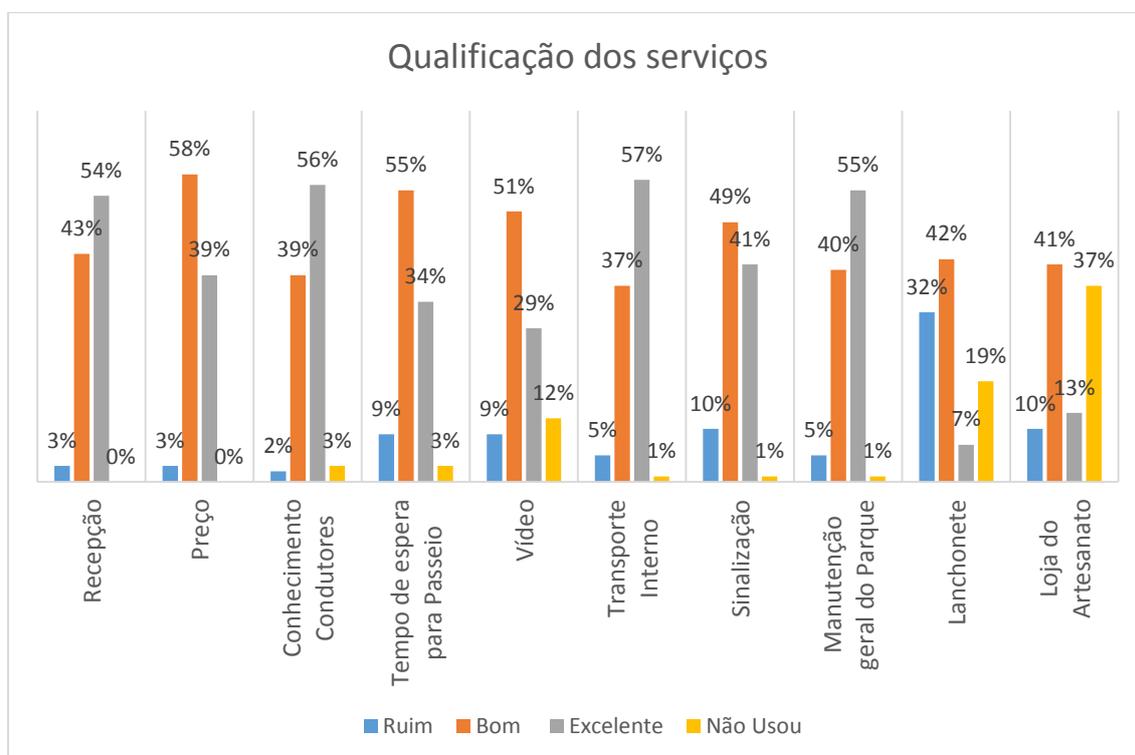


GRÁFICO 24 - QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS EM 2014
 FONTE: PARANÁ PROJETOS (2015)

De maneira geral, observa-se uma melhor qualificação dos seguintes serviços: “Recepção”, “Atendimento e Conhecimento Técnico dos Condutores”, “Transporte Interno” e “Manutenção Geral do Parque”. Os serviços com baixo índice de qualificação positiva são: “Tempo de Espera para o Passeio”¹⁰⁰, “Vídeo”¹⁰¹, “Sinalização e Placas Informativas”.

A “lanchonete”, destacadamente, sofreu a pior qualificação, seguida da “loja do artesanato”. É importante citar que a gestão desses equipamentos turísticos é realizada por instituições externas – Associação dos Deficientes Físicos de Ponta Grossa (ADFPG) e Associação de Artesãos de Ponta Grossa, respectivamente - portanto, esses serviços não estão sob responsabilidade do Paraná Projetos. Porém, os visitantes não diferenciam as diferentes instituições atuantes no Parque, nesse caso a qualificação negativa dos serviços impacta diretamente na experiência geral de visitação.

Os atrativos "Arenitos", "Furnas" e "Lagoa Dourada", foram classificados com as notas de 1 a 5, sendo 1 a mais baixa e 5 a mais alta, como apresenta o GRÁFICO 25:

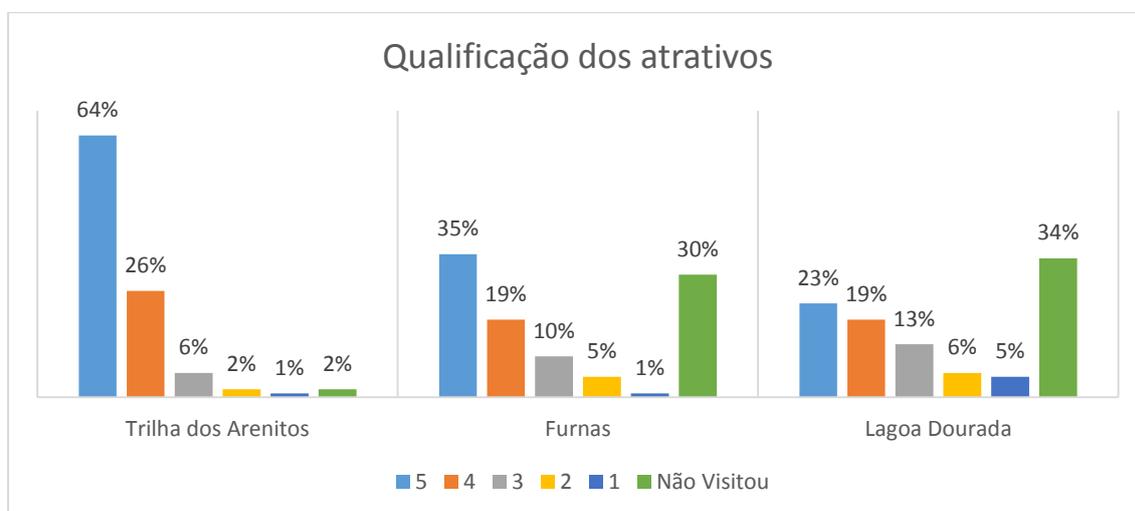


GRÁFICO 25 - QUALIFICAÇÃO DOS ATRATIVOS
FONTE: PARANÁ PROJETOS (2015)

¹⁰⁰ Quanto ao tempo de espera para o passeio, o principal índice de reclamação se refere à espera pelo passeio de Furnas/ Lagoa Dourada, que possui horários e lotação do ônibus limitados.

¹⁰¹ No caso do vídeo, ainda é apresentado aos visitantes uma versão produzida em 2007, portanto desatualizado quanto às novas pesquisas sobre geodiversidade e biodiversidade do Parque.

Dos três atrativos do PEVV, a trilha dos arenitos alcançou maior índice de qualificação positiva. No caso de Furnas e Lagoa Dourada, os visitantes que conheceram não os qualificaram tão positivamente.

1.3.2 Sistema de condução na trilha dos arenitos

Essa parte da pesquisa objetiva avaliar a percepção dos visitantes quanto aos dois modelos na trilha dos arenitos: “sistema de condução” e “sistema de pontos”. No total de respostas, 75% visitaram o atrativo com sistema de pontos e 25% com sistema de condução.

Os pesquisados também opinaram sobre a aprovação ou reprovação dos sistemas. No caso do sistema condução, dos visitantes que opinaram, 96% aprovaram e 4% reprovaram (10 pessoas), destes, quatro indicaram que se deve à visita da trilha mais rápida do que gostariam. O sistema de pontos foi aprovado por 84% dos visitantes e os motivos para reprovação estão resumidos no GRÁFICO 26.

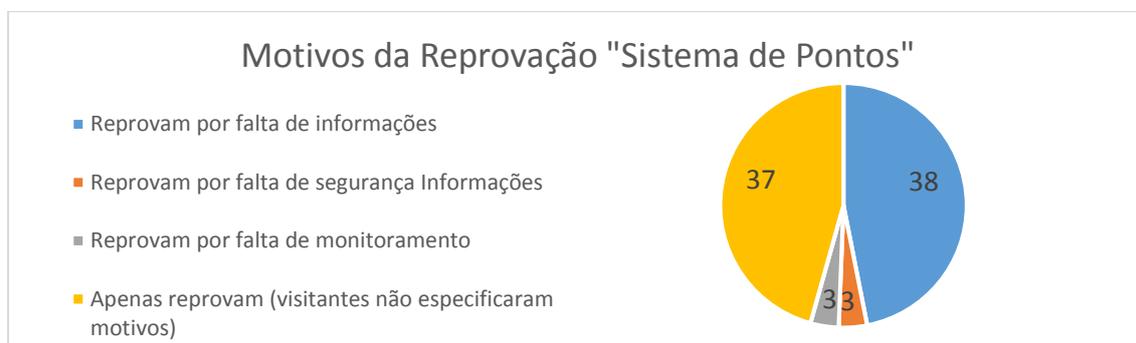


GRÁFICO 26 - MOTIVOS DA REPROVAÇÃO DO “SISTEMA DE PONTOS”
 FONTE: PARANÁ PROJETOS (2015)

Ao todo, foram 81 comentários válidos que reprovaram esse sistema (16% do total). O principal motivo se referiu à falta de maiores informações sobre biodiversidade e geodiversidade. Na reprovação por falta de monitoramento, os visitantes consideraram que esse modelo oferece maiores oportunidades de depredações no patrimônio natural. Na reprovação por falta de segurança, os visitantes consideraram que se sentiram inseguros na trilha, principalmente na trilha do bosque, tanto por animais silvestres quanto por assaltos.

1.3.3 Sugestões e Críticas sobre a experiência de uso público no PEVV

Na última pergunta da pesquisa, os visitantes são convidados a discorrerem, em pergunta aberta, sobre a experiência e apontando sugestões e críticas. Considerando o volume de dados qualitativos obtidos, realizou-se esforço para categorizá-los. Em cada uma das respostas, foi retirada uma ou mais sugestões/ críticas, as quais foram organizadas em categorias para facilitar a análise quantitativa, e são apresentadas no QUADRO 8.

COMENTÁRIOS AGRUPADOS PARA RESUMO DAS CATEGORIAS	CATEGORIAS RESUMIDA
Lanchonete (qualidade, melhorar diversidade de produtos, melhorar atendimento, ampliar horários, higiene, filas, preço alto, mais funcionários)	Lanchonete
Diversificar passeios, ter mais liberdade de acesso à natureza, abertura da igreja e do museu, trilhas longas, novos mirantes	Diversificar Passeios
Aumentar e melhorar as placas indicativas, interpretativas e em outros idiomas, trocar sinalizações velhas, incluir mapas, sinalização de acesso ao Parque	Sinalização
Falta de habilidade para lidar com público, poucas informações fornecidas, falta de conhecimento técnicos dos condutores e de outros idiomas, passeios apressados	Conhecimento Condutores
Melhoria nas furnas (retirar elevador e incluir outro mais moderno, incluir mirante)	Melhorias Furnas
Mais horários para furnas	Horários Furnas
Falta de restaurante	Falta de Restaurante
Loja do Artesanato (melhorar atendimento, mais diversidade de produtos e produtos regionais, ampliar horário)	Artesanato
Falta de informações anteriores (internet, telefone)	Informações Anteriores
Estacionamento (deveria ser mais próximo da recepção e ter sombras, plantar árvores no local)	Estacionamento
Vídeo defasado, sala de vídeo sem estrutura, som baixo	Vídeo
Passeios com condução	Passeios sem Condução
Maior divulgação	Divulgação
Confusão na recepção, ordenar filas	Recepção
Falta de motivação dos atendentes e condutores	Motivação Funcionários
Falta de ambiência no centro de visitantes (locais com sombra, bancos), estruturas muito antigas	Centro de Visitantes
Atitude inadequada de funcionários	Atitude Funcionários
Maior acesso de transporte coletivo desde Curitiba e Ponta Grossa	Transporte coletivo ao parque
Velocidade dos ônibus, muita gente	Ônibus (velocidade e lotação)
Acessibilidade para deficientes e com dificuldades de locomoção	Acessibilidade
Ônibus inadequados ambientalmente e sem microfones	Ônibus inadequados
Muita espera pelo passeio	Espera pelo passeio
Hospedagem/ camping	Hospedagem/Camping
Manejo vegetação	Manejo Vegetação

QUADRO 8 - CATEGORIAS DE SUGESTÕES/ CRÍTICAS
 FONTE: PARANÁ PROJETOS (2015)

A porcentagem de sugestões e críticas, a partir das categorias definidas, são apresentadas no GRÁFICO 27.

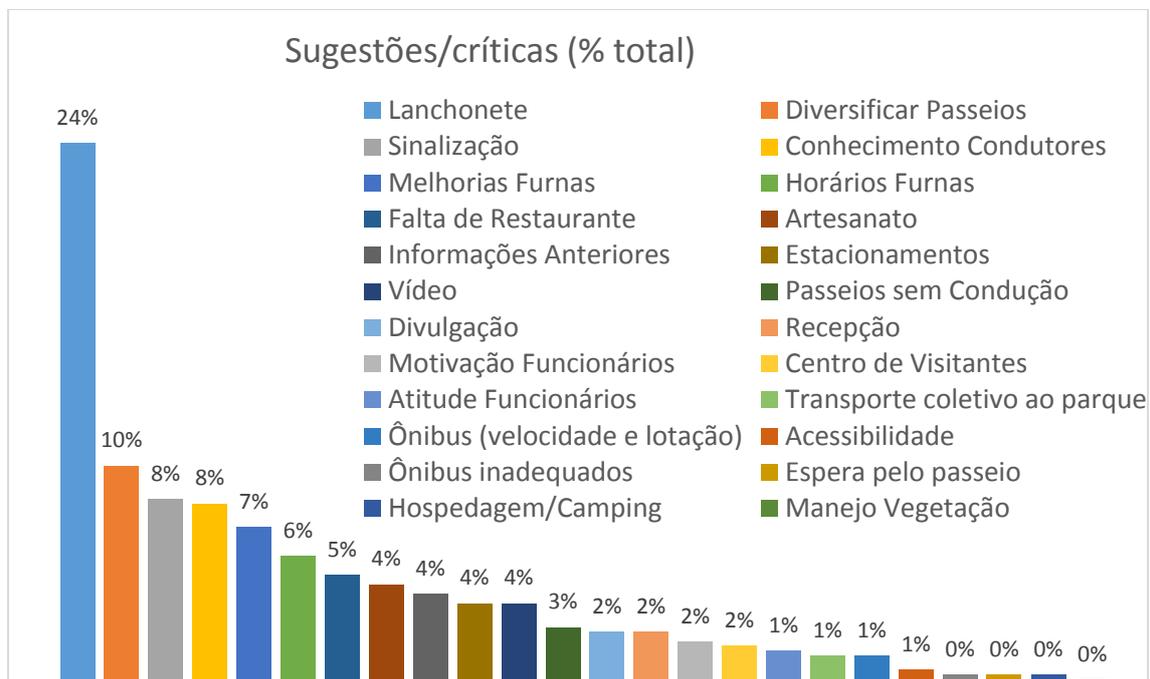


GRÁFICO 27 - CATEGORIAS DE SUGESTÕES/ CRÍTICAS
 FONTE: PARANÁ PROJETOS (2015)

Essas informações resumem o cenário das principais deficiências dos serviços turísticos oferecidos pelo PEVV no ano de 2014. Do total de sugestões/críticas, quase um quarto é direcionada à lanchonete. Em segundo lugar, visitantes sentem falta de atividades que promovam maior contato com a natureza e nessa categoria também estão incluídas solicitações para reabertura de espaços hoje sem uso, como igreja e museu. Em terceiro e quarto lugar, visitantes sugerem melhoria da sinalização e que se promova a capacitação da equipe do Parque no âmbito de informações sobre geodiversidade e biodiversidade. Destaque, também, para a avaliação sobre passeio e estrutura de furnas, que necessita de reformas e modificar o atual sistema de operação.

Os Assistentes de Condutores receberam 8% do total de reclamações. Dentre as respostas, os visitantes comentaram que se sentiram incomodados pela forma como foram atendidos pelos condutores, um posicionamento que pode se aproximar do verificado por Serpe e Rosso (2011, p. 360), em pesquisa com monitores do Parque Estadual do Guartelá:

Constatou-se que o monitor vê o visitante como um intruso na unidade de conservação, e que há a necessidade de tentar impedi-lo de transgredir as normas da unidade, pois o monitor acredita que sua função é vigiar o visitante. Esse fato, para essa investigação, se mostrou muito preocupante, tendo em vista que, para nós, é o monitor o principal agente de promoção da aprendizagem socioambiental. É esse indivíduo que está mais próximo do visitante na trilha interpretativa, e que pode viabilizar as informações de forma problematizadora e não mecânica.

No quesito estacionamento, as reclamações se referem à distância do Centro de Visitantes e, principalmente, à falta de espaços sombreados, com sugestões de plantio árvores no local¹⁰². As reclamações sobre o manejo da vegetação se referem a sugestão de retirada de espécies exóticas, como *Pinus spp.*, *Eucalyptus spp.*, bem como capins africanos dominantes na trilha dos Arenitos.

Observa-se que muitas das reclamações e sugestões dos visitantes para atividades a serem realizadas ou melhoradas se apresentam como oportunidades para serem oferecidas pelo entorno da unidade, como passeios diversificados e com maiores possibilidades de interação, a exemplo de banhos de cachoeiras, e também restaurantes e hospedagens. Essas atividades são proibidas pelo plano de manejo do Parque, devido à incompatibilidade com a proteção ambiental prioritária na unidade¹⁰³.

A seguir, apresentam-se trechos de alguns dos comentários dos visitantes obtidos pela pesquisa de satisfação no ano de 2014. Os relatos escolhidos possuem um conteúdo crítico, porém é importante citar que foram vários os comentários que parabenizam o trabalho que está sendo realizado na unidade.

- “No dia em que fizemos a visita ao parque o ônibus estava sem combustível, por isso não conseguimos visitar as furnas e a lagoa dourada, foi muito decepcionante saber que o nosso governo não faz o pagamento do posto em

¹⁰² Esclarece-se que a área do estacionamento está no ambiente fitogeográfico de campo, portanto árvores plantadas no local estariam exóticas e gerariam impactos, como sombreamento de outras espécies e dispersão de sementes, a exemplo do angico-branco (*Anandranthera columbrina*) na trilha dos arenitos.

¹⁰³ Segundo o plano de manejo (IAP, 2004), a proibição de manipulação de alimentos e os resíduos gerados são os principais motivos para a inviabilidade de um restaurante no Parque, e a proibição de manipulação do fogo e outras impossibilidades não permitem a implantação de um *camping*.

dia, e que não preza pelo turismo do Estado. Espero que isso possa ser resolvido o quanto antes”;

- “O Parque é lindo, bem roçado, bem cuidado, porém a Infraestrutura precisa ser melhorada! Eu não levaria alguém de fora para o local, pois o parque não tem estrutura. Água nos Arenitos (fizemos a visita com crianças que andaram por 2,8 km sem tomar um gole de água)! Eu acreditava que teria água para comprar. (...) Apenas um restaurante, com cerca de 150 pessoas na fila! Impraticável. Eu queria só querida uma água e não conseguia comprar sem passar pela fila imensa. (...) Muita demora na visitação! Um dia inteiro para visitar tudo. O parque é bonito, porém não tinha nenhuma interação que justificasse o dia todo no parque. Pessoas esperando os ônibus (para arenitos, lagoa) no sol forte! Sem uma cobertura! Sem bancos”.
- “O guia que nos acompanhou para furnas/lagoa dourada deveria usar microfone no ônibus, além de focar menos em questão políticas e explicar mais do parque”;
- “Por favor, que atendimento foi aquele na lanchonete? Comidas industrializadas, e sem variedade! Pedimos pratos que nos informaram que não tinha! E ainda com muita má vontade das atendentes! Quem quer passar o dia no parque deve ter mais opções de alimentos! E outra, por favor, muito tímido o museu! POR FAVOR, MAIS ATENÇÃO A MAIS ESTE PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE!”;
- “O passeio nas furnas e lagoa dourada não foi bom por causa do condutor, falava muito baixo, não conduziu o grupo e estava muito desanimado. A lagoa nós achamos que tinha muito mato em volta, parecia muito descuidada. Quando conversamos com as pessoas de nossa cidade contando do passeio, ficavam surpresas de saber que o parque está aberto, ninguém sabia, vocês poderiam fazer mais divulgações, fazer um site específico com melhores esclarecimentos a respeito dos passeios etc”;
- “O parque está muito bem conservado quanto às trilhas, limpeza dos banheiros, entorno do parque. A equipe de guias é preparada e têm conhecimento na sua área. O que falta é a manutenção física do parque, como: ônibus (rampa de portadores de deficiências não funciona), dos edifícios (banheiros velhos), mirantes (poderiam melhorar, ampliar), lanchonete (pequena). Faço uma observação à parte da lanchonete que é a

única do local para a compra de alimentos e bebidas. O atendimento é péssimo, desmotivado. Não há refeições (o cartaz informava tantos tipos de refeições "congeladas" e que só havia dois tipos no momento) saudáveis, apenas congelados e salgados. A loja de artesanato deveria possuir uma pessoa para atendimento. Não havia ninguém no momento e por serem objetos feitos por pessoas especiais deveriam receber maior respeito e cuidado. Não havia uma fiscalização, informantes no local. O museu poderia ser mais explorado e atrair mais visitantes. A natureza do parque é linda, maravilhosa, mas não está sendo valorizada, apresentada de forma apropriada, atrativa. Quem sabe fornecerem passeios guiados em outras trilhas. Conheço o parque desde criança e acredito que está sendo conservado e protegido agora, mas perdeu muito do seu encanto quando não pode ser "explorado", visitado, descoberto e admirado como era antes. Falta criarem e despertarem o interesse pela natureza. Por isso, acredito que o melhor do dia de nossa visita foi a Arenitos, quando pude relembrar toda a sensação que tinha quando criança, de que a natureza é muito poderosa e impressionante”;

- “Sugestão de reativação da igreja que está dentro do parque. Seria mais um atrativo e para os católicos, poderia até ter um horário de missa aos domingos. referente ao tempo de espera - RUIM - para o passeio das Furnas, como chegamos cedo só havia passeio as 13:30h. Em comparação com outros parques, acho que poderiam explorar mais a loja, com mais opções de produtos, e maior qualidade. Como foi a primeira vez que visitei o parque, acredito que criei uma certa expectativa. mas não foi exatamente como eu imaginava. Apesar de ser um local muito bonito”;
- “Passeios: Senti falta da disponibilização de horários para passeios (Arenitos e Furnas/Lagoa). Não encontrei na internet. Pedi um Folder ao atendente e ele disse que era o informativo novo e acreditava ter os horários, mas não tinha! Se eu soubesse os horários de passeios me programaria para ver tudo! Ou então poderia sair uma turma para arenito e outra para furnas simultaneamente para poder optar. Por exemplo, só soube lá que o melhor horário para Lagoa dourada é no fim da tarde, mas isso não consta em lugar nenhum. (...) Mas adorei tudo!!!! Parabéns!”;

- “Fomos acompanhados de um portador de necessidades especiais e encontramos problemas pelo estacionamento estar longe da recepção. Não tínhamos informações sobre como proceder. Talvez fosse interessante que na entrada existisse uma pessoa verificando se existe algum portador de deficiência, para orientar os visitantes de como deve proceder. Cabe esclarecer que o tratamento dado na recepção foi excelente, providenciando até uma cadeira de rodas para auxiliar na locomoção do portador de necessidades”;

“Como visitei o Parque no fim de Semana fui orientada que o passeio seria auto guiado sem a presença de guia, somente em alguns pontos. Mesmo assim foi de grande valia a explanação do guia de arenitos, porém, no das Furnas e Lagoa Dourada que teve dois guias presentes poderiam ter nos dado uma melhor orientação, melhor dizendo explicação sobre os atrativos, considero muito superficial as informações repassadas. Parabenizo o guia de Arenitos não me recordo do nome dele no momento, apresentou muito conhecimento sobre o Parque”;

2 PERCEPÇÃO DOS PONTAGROSSENSES E MORADORES DE PONTA GROSSA

Em pesquisa com moradores de Ponta Grossa apresentada por Boratto (2012), somente 20% dos 110 entrevistados haviam visitado o Parque após a sua reestruturação. Já Silva & Godoi (2009) apresentam que dos 90 alunos de escolas públicas de Ponta Grossa pesquisados, 90% destes não conheciam o PEVV.

Diante desse cenário de pouca aproximação, o presente estudo realiza uma pesquisa buscando compreender o relacionamento entre o município de Ponta Grossa e o PEVV. O objetivo é conhecer a percepção dos pontagrossenses e moradores de Ponta Grossa sobre as mudanças ocorridas, após 10 anos do processo de reestruturação do PEVV. Foi produzido um questionário virtual com a ferramenta “Google Drive”, a qual foi divulgada na rede social “Facebook”. O modelo do questionário pode ser visualizado no APÊNDICE 4.

Ao todo, foram 176 pesquisas respondidas, desses, 165 nasceram em Ponta Grossa ou atualmente residem no município, que se refere ao universo de respostas válidas para a pesquisa. O GRÁFICO 28 apresenta as categorias, definidas de acordo com momentos de visitação da unidade. Tais categorias são utilizadas em todos os gráficos da pesquisa.

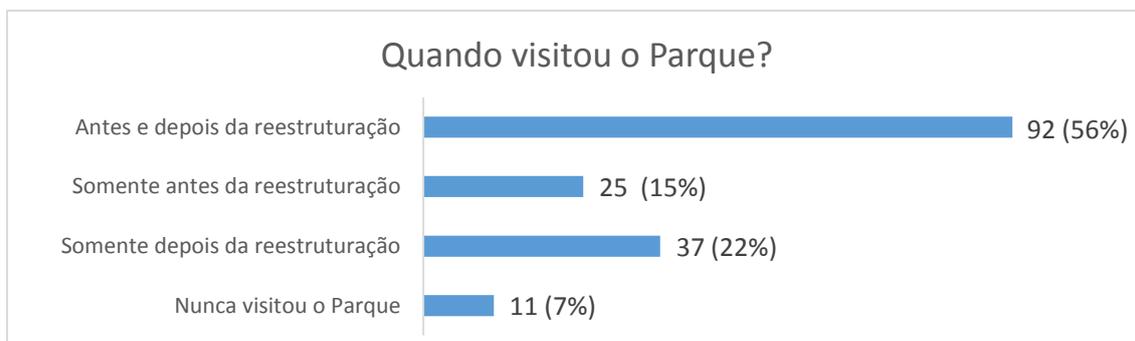


GRÁFICO 28 - CATEGORIAS SOBRE A VISITAÇÃO
FONTE: O AUTOR (2015)

Sobre o perfil dos respondentes, destaca-se que a maioria possui grau de escolaridade elevado (33% são pós-graduados). Esses dados sugerem que a pesquisa não representa o perfil social encontrado na cidade de Ponta Grossa¹⁰⁴.

De maneira geral, os pesquisados possuem uma motivação que se assemelha à dos visitantes totais do Parque. O GRÁFICO 29 resume as respostas sobre a importância simbólica da escultura natural "taça".

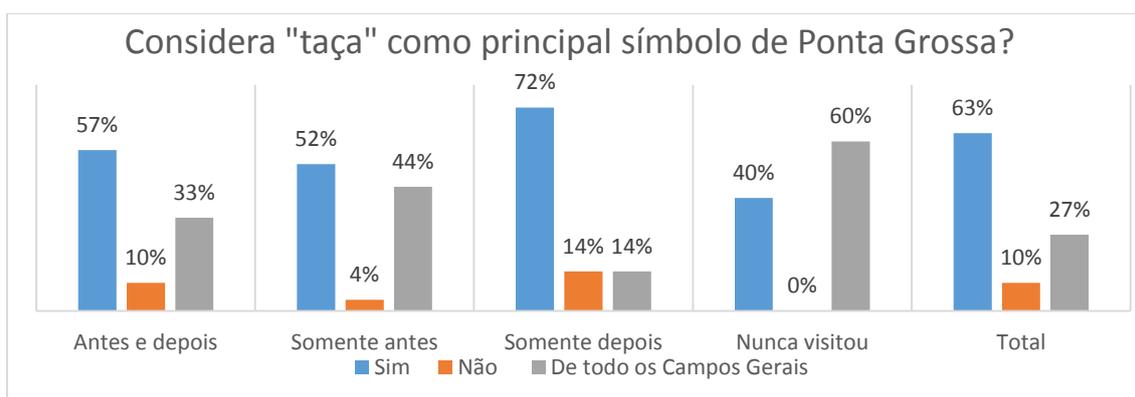


GRÁFICO 29 - IMPORTÂNCIA SIMBÓLICA DA TAÇA
FONTE: O AUTOR (2015)

¹⁰⁴ Tal fato, provavelmente, deve-se a falhas na forma de divulgação da pesquisa, o qual não conseguiu alcançar todas as classes sociais de maneira representativa.

Há unanimidade quanto à simbologia representativa da “taça” para Ponta Grossa e região dos Campos Gerais.

OS GRÁFICOS 30 e 31 se referem ao processo de reestruturação da unidade. O GRÁFICO 30 resume a percepção do pesquisados especificamente sobre a proteção ambiental do Parque.



GRÁFICO 30 - IMPORTÂNCIA DA REESTRUTURAÇÃO PARA PROTEÇÃO AMBIENTAL
FONTE: O AUTOR (2015)

Observa-se que a grande maioria considera que a reestruturação ampliou a proteção dos ecossistemas. Os dados do GRÁFICO 31 estão direcionados para as modificações ocorridas no âmbito do modelo de visitação do PEVV.

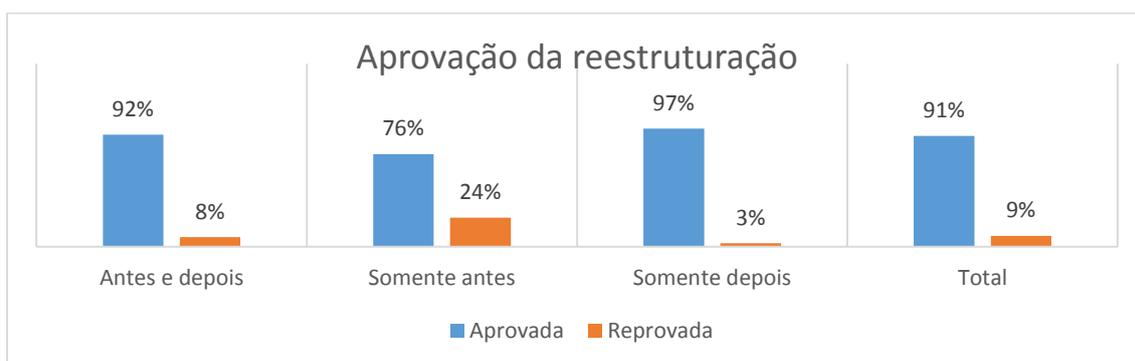


GRÁFICO 31 - APROVAÇÃO DA REESTRUTURAÇÃO
FONTE: O AUTOR (2015)

Observa-se que grande maioria aprova as modificações. Os índices de rejeições ao novo modelo de visitação são maiores entre aqueles que conheceram o Parque somente antes da revitalização. Os principais comentários da opção “reprovada” relatam sobre a falta de liberdade do novo modelo e as atuais deficiências que apresenta o uso público do PEVV. O GRÁFICO 32

apresenta informações sobre como os respondentes percebem a vinculação do município com a unidade após a reestruturação.

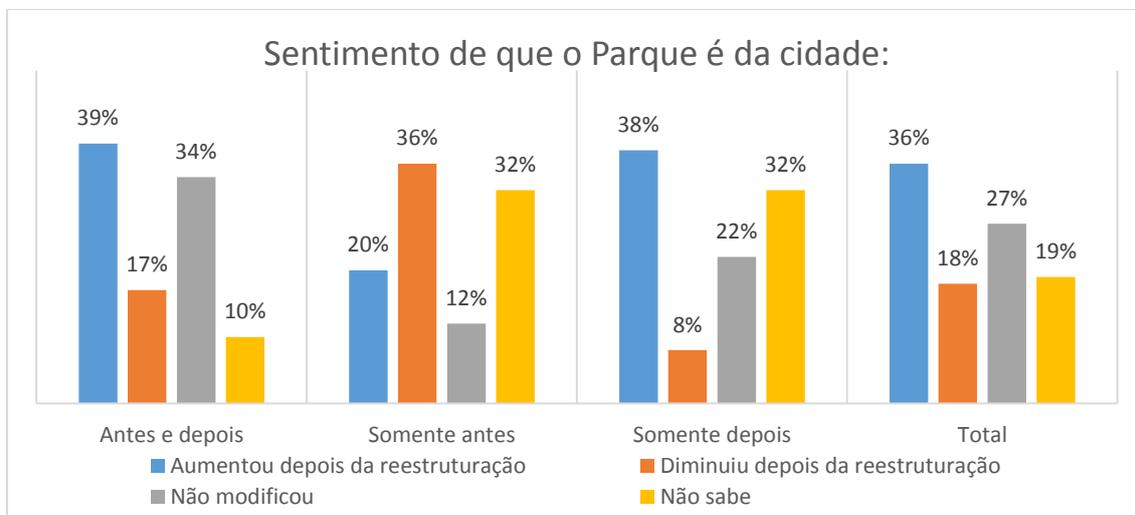


GRÁFICO 32 - SENTIDO DE PERTENCIMENTO DO MUNICÍPIO COM RELAÇÃO AO PARQUE
 FONTE: O AUTOR (2015)

No total, a maioria considerou que a vinculação aumentou. A categoria “somente antes”, foi a única que considerou que diminuiu. No GRÁFICO 33, os pesquisados responderam se sentem falta de realizar atividades antes possíveis na unidade.

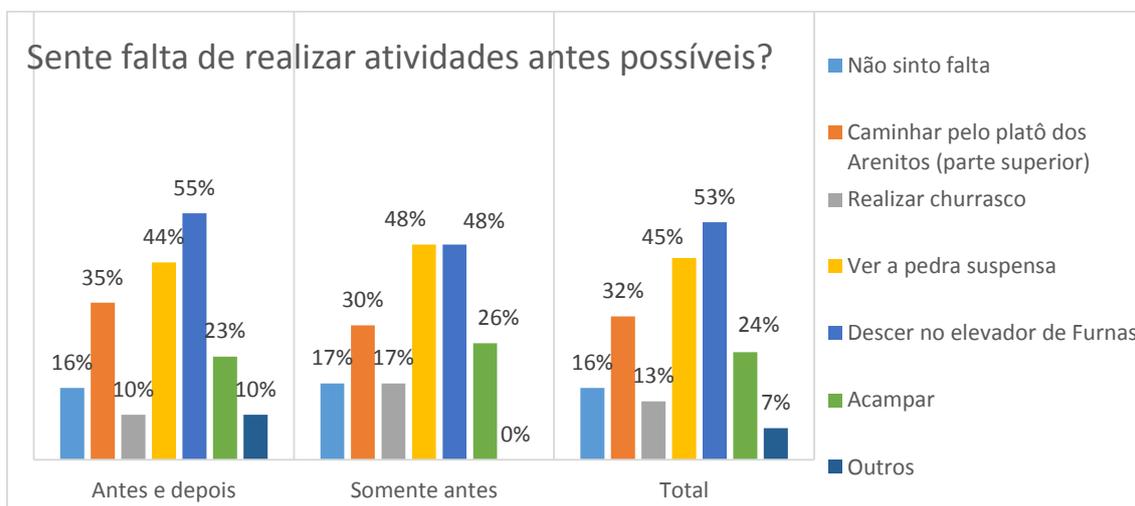


GRÁFICO 33 - FALTA DAS ATIVIDADES ANTES POSSÍVEIS
 FONTE: O AUTOR (2015)

Observa-se que somente 16% do total de pesquisados não sentem falta de realizar atividades antes possíveis, porém, 84% escolheram uma ou mais

atividades, com destaque para descer o elevador de Furnas e ver a pedra suspensa.

Na opção “outros”, seis pesquisados responderam sentir falta de maior liberdade para realização de caminhadas, com maior interação com o ambiente e sem a presença constante de guias e monitores. Ainda na opção “outros”, foi citada a “possibilidade de piquenique”, “visitar a capela” e “área de lazer com a família (com conscientização)”.

Ao responder a pergunta acima, os pesquisados foram convidados a discorrerem abertamente sobre se encontraram ou não outros locais para realizar a prática, e as respostas estão resumidas no GRÁFICO 34.

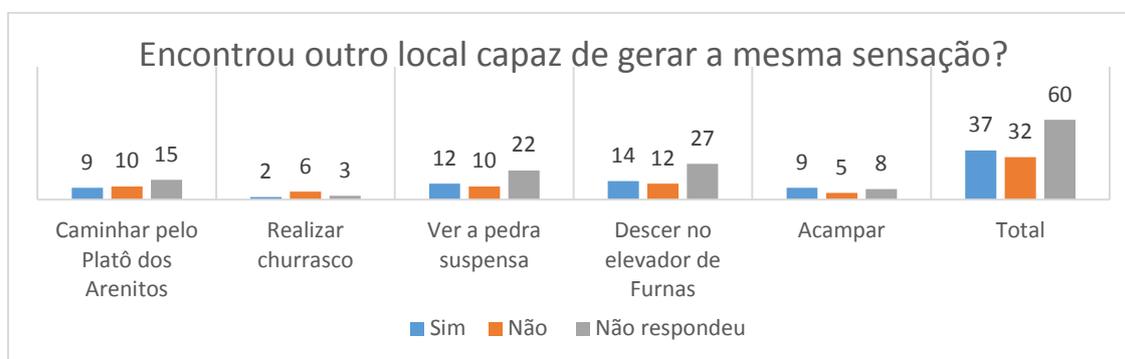


GRÁFICO 34 - ENCONTROU OUTRO LOCAL
 FONTE: O AUTOR (2015)

Dos que responderam “sim”, a maioria citou atrativos naturais situados no entorno do PEVV e/ou no PNCG, como Buraco do Padre, Cachoeira do São Jorge e Cachoeira da Mariquinha. Dos que responderam “não” e também comentaram, a maioria citou o fato do PEVV ser “único” e da falta de opções para lazer em Ponta Grossa. As respostas sugerem pontos centrais na relação do PEVV com os moradores de Ponta Grossa, que podem contribuir no futuro planejamento do uso público do Parque, buscando maior integração com os municípios e comunidades do entorno.

3 SUGESTÕES PARA GESTÃO DO USO PÚBLICO DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA

Este tema apresenta oito sugestões direcionadas a ampliação de oportunidades e satisfação dos visitantes, no âmbito da gestão do uso público do PEVV.

(i) *Sugestão 1 - Tratamento de resíduos líquidos*

O centro de visitantes, possui um sistema muito antigo e ineficiente de tratamento de efluentes, que requer constante manutenção para esgotamento das águas negras - resíduos líquidos de água contendo matéria fecal e urina - das fossas. Para tanto, é necessário a contratação de serviços externos de empresas especializadas, que gera um alto custo financeiro. Além de dispendioso, o sistema não é adequado para áreas protegidas ambientalmente, e promove contaminações. O mau cheiro provocado também impacta na satisfação do visitante.

A FIGURA 50 apresenta o momento do esvaziamento das fossas, notar também proximidade com o local onde visitantes do PEVV são recepcionados.



FIGURA 50 - ESGOTAMENTO DAS FOSSAS NO CENTRO DE VISITANTES
FONTE: O AUTOR (2015)

Atualmente, já existem modelos eficientes que utilizam técnicas como fossas biodigestoras, ou sistemas mais alternativos, como tratamento de efluentes com raízes. O Centro Paranaense de Referência em Agroecologia

(CPRA)¹⁰⁵, pesquisa e executa projetos de tratamento alternativo de efluentes, e é uma instituição do próprio Governo Estadual.

Além de evitar contaminações e gastos do dinheiro público, os sistemas alternativos para tratamento de efluentes poderiam servir como mais um “atrativo” do Parque e apresentado aos visitantes. A grande visibilidade que o PEVV possui poderia ser utilizada para a divulgação de práticas ecológicas, como, coleta da água da chuva, energia solar e transporte interno não-polvente.

(ii) *Sugestão 2 - Realização de eventos esportivos no entorno da unidade*

Em 2014, o Parque recebeu o evento “Meia Maratona de Ponta Grossa - Arenitos de Vila Velha”. Mesmo considerando a importância das práticas esportivas e de eventos de caráter familiar para sociedade, observou-se que a meia-maratona gerou os seguintes prejuízos para o ambiente natural da unidade:

- O início foi marcado em horário que há forte dinâmica da fauna. Durante a preparação para o início da corrida, observou-se grande quantidade de aves em processo de revoada;
- Foi utilizado som com músicas em alto volume, principalmente para alongamento anterior à corrida, e durante todo o evento foi utilizado microfones em alto volume. A poluição sonora prejudica a fauna como um todo, principalmente espécies que depende da vocalização, como aves e anuros;
- Foram encontradas embalagens descartáveis para água após o evento, apesar do bom trabalho de coleta dos organizadores;
- Outros impactos são menos perceptíveis para o ser humano, porém influenciam diretamente na dinâmica da fauna, por exemplo, o cheiro de muitos competidores podem influenciar a dinâmica de demarcação de território dos mamíferos.

¹⁰⁵ Autarquia Estadual vinculada à Secretaria do Estado de Agricultura e Abastecimento-SEAB. Informação disponível em: <http://www.cpra.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=7>. Acesso em: 12/06/2012.

Mesmo que sejam adotadas medidas menos impactantes, ainda assim as competições promoverão uma pressão na biodiversidade inserida no Parque.

No caso desse evento, o entorno do PEVV oferece condições para sua realização, ao mesmo tempo em que se estimula o desenvolvimento do turismo regional. Ao final do evento, o Parque poderia receber os participantes para uma experiência de lazer com sensibilização ambiental.

(iii) *Sugestão 3 - Novos meios interpretativos na trilha dos arenitos*

A sinalização foi o serviço pior qualificado pelos visitantes do Parque, durante os três primeiros meses de 2015. Placas indicativas e interpretativas são importantes meios de informação e transmissão de sensibilização ambiental, e a falta delas tem prejudicado a experiência de uso público da unidade, principalmente quando é utilizado o “sistema de pontos” na trilha dos arenitos.

Como proposta, além da sinalização indicativa e interpretativa, outros meios poderiam ser utilizados, aproveitando-se os avanços da tecnologia da informação e comunicação. Sugere-se a produção de um aplicativo para dispositivos móveis (*smartphones, tablets, etc.*) e/ou o aluguel de dispositivos de áudio (como *mp3*) para os visitantes. Com o georreferenciamento dos dispositivos, é possível trazer informações precisas para os visitantes, em cada ponto da trilha, sobre aspectos da geodiversidade e biodiversidade, o que pode ampliar o nível de experiência sentida.

No caso do passeio de furnas e lagoa dourada, o plano de manejo determina: “Implementar sistema de transporte interno, com áudio para explanação dos aspectos referentes aos roteiros, ambientes e segurança” (IAP, 2004, Encarte 4, p. 44), o qual não foi implantado até hoje, e é sugerido.

(vi) *Sugestão 4 – Programa de voluntariado*

A sazonalidade do turismo dificulta a gestão do uso público da unidade, principalmente devido à variabilidade na quantidade de funcionários necessários para cada situação. Para os dias de grande fluxo de visitantes, voluntários poderiam ser acionados para auxiliar na sensibilização ambiental e no monitoramento do patrimônio natural. Há procura de pessoas que deseja

conhecer o dia-a-dia da unidade e obter mais informações sobre a geodiversidade e biodiversidade. Nesse caso, propõe-se um programa de voluntariado para o Parque, que ofereça alimentação, transporte e hospedagem. Além da atuação no uso público, estes voluntários também podem auxiliar no manejo de espécies vegetais exóticas do Parque.

(v) *Sugestão 5 - Transporte público até o PEVV*

A melhoria no acesso ao Parque com transporte público oferece a possibilidade pública de acesso à unidade, porém que atualmente é deficiente. No caso de turistas em Curitiba, inclusive estrangeiros, quando não alugam carro, necessitam de transporte público para se deslocar até o Parque, porém não encontram horários mais flexíveis e desconhecem essa possibilidade de meio de acesso. A sugestão se refere a um melhor planejamento entre os organismos públicos que gerenciam o transporte e às empresas urbanas que oferecem serviços de transporte, o qual leve em consideração o potencial turístico do PEVV e a necessidade de acesso a essa unidade por todos.

(vi) *Sugestão 6 - Visitação na área de lazer*

A  rea de lazer do Parque, espaço gratuito ao ar livre e em contato com o ambiente preservado, oferece uma oportunidade de integra o da unidade com os moradores dos municípios próximos. Em Ponta Grossa, por exemplo, há uma carência de espaços públicos para lazer e recrea o dos moradores.

Nesse caso, propõe-se uma maior ocupa o da área de lazer do Parque, com o objetivo de atrair o público da cidade a visitarem com mais frequência o espaço. Poderiam ser promovidas atividades ao ar livre em consonância com o ambiente protegido, como práticas de alongamento (*yoga, tai chi chuan*), atividades lúdicas para crianças, dentre várias outras.

A igreja construída no interior do Parque, atualmente em estado de abandono, poderia ser restaurada para receber visitantes, os quais poderiam fazer uma pequena peregrina o, caminhando até o local, e utilizar o espaço para medita o, além de ter uma vista privilegiada do Parque.

(vii) *Sugestão 7 - Visitação à Pedra Suspensa*

A Pedra Suspensa era um sítio muito visitado antes da reestruturação do Parque, e atualmente a unidade recebe muitas críticas devido à impossibilidade de acesso ao local. O plano de manejo define um projeto específico para “monitoramento do nível de ocupação da fenda da pedra suspensa pelo Andorinhão-de-coleira-falha”:

A visitação pública à pedra suspensa foi interrompida para evitar o impacto da presença humana sobre a colônia de andorinhão-de-coleira-falha *S. biscutata* que habita o local. Essa espécie utiliza a vários anos as paredes rochosas abaixo da pedra suspensa como sítio de nidificação. Por isso, é necessário monitorar o local para verificar se ocorrerá um incremento na densidade de ninhos ou no sucesso reprodutivo em virtude da ausência de visitação. Caso os parâmetros reprodutivos se mantenham nos mesmos níveis de outrora, as visitas à pedra suspensa poderão voltar a ocorrer, pois, dessa forma ficaria comprovado que as aves não estariam sendo influenciadas pela presença dos turistas (IAP, 2004, Encarte 5, p. 102-103).

O projeto ainda prevê “definir normas de visitação à pedra suspensa caso ela venha a ser liberada” (IAP, 2004, Encarte 5, p. 103).

Sugere-se que sejam realizadas as pesquisas determinadas pelo plano de manejo. No caso de não promover impactos na espécie, considera-se que a visitação ao sítio pode servir como importante meio de interpretação ambiental. No caso, a visita deverá ser controlada, requerendo também o uso de equipamentos de segurança, como capacetes, devido ao ambiente cavernícola. Há possibilidade de acesso alternativo ao sítio da pedra suspensa, em um circuito mais extenso por outras fendas, e esse novo circuito pode, possivelmente, minimizar impacto direto nas aves. Essa possível trilha requer que seja suspensa, para evitar o pisoteio do solo. A FIGURA 51 apresenta a Pedra Suspensa e a figura de uma ave que aparece na luz que entra na fenda.



FIGURA 51 - PEDRA SUSPENSA
FOTO: O AUTOR (2015)

Atualmente, mesmo com proibição de visitação ao sítio, frequentemente se observa pisoteios na gruta dos andorinhões, bem como visitantes sujos de guano e lama ao final do passeio.

APÊNDICE 4 - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA SOBRE PERCEPÇÃO DOS PONTAGROSSENSES E MORADORES DE PONTA GROSSA

Olá!

Entre 2002 e 2004, o Parque Estadual de Vila Velha passou por reestruturação quanto ao modelo de visitação e manejo da fauna e flora. Foram definidas trilhas nos arenitos, incluídos ônibus para os passeios e condutores ambientais, ao mesmo tempo em que se proibiu práticas como churrasco, trafegar com carro e caminhar pelas rochas e fendas, dentre várias outras modificações.

Já se passaram 10 anos desde a reestruturação e queremos saber qual sua percepção sobre as mudanças.

Por favor, divulgue para outros pontagrossenses ou residentes na cidade também responderem.

*Obrigatório

1. Você é pontagrossense ou reside em Ponta Grossa? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não *Ir para "Agradecemos a sua participação!".*

2. Quando você visitou o Parque? *

Marcar apenas uma oval.

- Antes e depois da reestruturação *Ir para a pergunta 3.*
- Somente antes da reestruturação *Ir para a pergunta 18.*
- Somente depois da reestruturação *Ir para a pergunta 32.*
- Nunca visitei o Parque *Ir para a pergunta 44.*

3. Qual o bairro de residência em Ponta Grossa? *

Se o seu bairro não consta, escolher o que considera mais próximo

Marcar apenas uma oval.

4. Qual sua idade? *

Marcar apenas uma oval.

- De 0 a 6 anos
- De 7 a 14 anos
- De 15 a 25 anos
- De 26 a 40 anos
- De 41 a 59 anos
- Mais de 60 anos

5. Gênero *

Marcar apenas uma oval.

- Masculino
- Feminino

6. Escolaridade *

Marcar apenas uma oval.

- | | |
|---|---|
| <input type="radio"/> Analfabeto | <input type="radio"/> Ensino médio incompleto |
| <input type="radio"/> Lê e escreve | <input type="radio"/> Ensino médio completo |
| <input type="radio"/> Ensino fundamental incompleto | <input type="radio"/> Superior incompleto |
| <input type="radio"/> Ensino fundamental completo | <input type="radio"/> Superior completo |
| | <input type="radio"/> Pós-graduação |

7. Faixa de renda familiar (em R\$) *

Marcar apenas uma oval.

- Até 1.085,00
- 1.085,00 a 1.734,00
- 1.734,00 a 7.475,00
- 7.475,00 a 9.745,00
- Acima de 9.745,00

8. Você considera a "Taça" como o principal símbolo de Ponta Grossa? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não somente de Ponta Grossa, mas dos Campos Gerais do Paraná

9. Qual sua principal motivação para visitar o Parque ANTES da reestruturação? *

Marcar apenas uma oval.

- Para entrar em contato e contemplar a natureza, respirar ar puro
- Para fazer churrasco, utilizar pista de kart ou tomar banho na piscina
- Para ampliar conhecimento sobre a geologia, fauna e flora dos Campos Gerais
- Para momento de lazer, com família e amigos
- Para descer no elevador de fumas
- Para fazer caminhada como exercício físico

10. E DEPOIS da reestruturação, sua motivação para visitar o Parque: *

Marcar apenas uma oval.

- Aumentou, pois passei a ter mais interesse por informações ambientais e buscar maior contato e interação com a natureza
- Diminuiu, pois gostaria de poder realizar as mesmas atividades que antes eram livres, porém hoje são proibidas
- Outro: _____

11. Com relação à cidade de Ponta Grossa, na sua opinião, o sentimento de que o Parque é da cidade: *

Marcar apenas uma oval.

- Aumentou depois da reestruturação
- Diminuiu depois da reestruturação
- Não modificou
- Não sabe

12. Você sente falta de realizar atividades antes possíveis? Quais? *

Pode marcar mais de uma opção

Marque todas que se aplicam.

- Não sinto falta
- Caminhar pelo platô dos Arenitos (parte superior)
- Realizar churrasco

- Ver a pedra suspensa
- Descer no elevador de Furnas
- Acampar
- Outro: _____

13. Com relação à pergunta acima, você encontrou outro local para realizar atividade capaz de gerar em você a mesma sensação? Onde?

Discorra rapidamente sobre

14. Você acredita que a reestruturação melhorou a proteção da natureza do Parque? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

15. De maneira geral, você acredita que a reestruturação foi positiva ou negativa?

Marcar apenas uma oval.

- Positiva
- Negativa

16. Com base na pergunta acima, qual sua percepção sobre a reestruturação e sobre como se encontra o Parque hoje?

17. Como você visualiza o Parque daqui a 10 anos? E como você gostaria que ele estivesse?

Ir para "Agradecemos a sua participação!".

18. Qual o bairro de residência em Ponta Grossa? *

Se o seu bairro não consta, escolher o que considera mais próximo

Marcar apenas uma oval.

19. Qual sua idade? *

Marcar apenas uma oval.

- De 0 a 6 anos
- De 7 a 14 anos
- De 15 a 25 anos
- De 26 a 40 anos
- De 41 a 59 anos
- Mais de 60 anos

20. Gênero *

Marcar apenas uma oval.

- Masculino
- Feminino

21. Escolaridade *

Marcar apenas uma oval.

- Analfabeto
- Lê e escreve
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo

- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Superior incompleto
- Superior completo
- Pós-graduação

22. Faixa de renda familiar (em R\$) *

Marcar apenas uma oval.

- Até 1.085,00
- 1.085,00 a 1.734,00
- 1.734,00 a 7.475,00
- 7.475,00 a 9.745,00
- Acima de 9.745,00

23. Você considera a "Taça" como o principal símbolo de Ponta Grossa? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não somente de Ponta Grossa, mas dos Campos Gerais do Paraná

24. Qual foi sua principal motivação quando visitou o Parque? *

Marcar apenas uma oval.

- Para entrar em contato e contemplar a natureza, respirar ar puro
- Para fazer churrasco, utilizar pista de kart ou tomar banho na piscina
- Para ampliar conhecimento sobre a geologia, fauna e flora dos Campos Gerais
- Para momento de lazer, com família e amigos
- Para descer no elevador de fumas
- Para fazer caminhada como exercício físico

25. Com relação à Ponta Grossa, na sua opinião, o sentimento de que o Parque é da cidade: *

Marcar apenas uma oval.

- Aumentou depois da reestruturação
- Diminuiu depois da reestruturação
- Não modificou
- Não sabe

26. Você sente falta de realizar atividades antes possíveis? Quais? *

Pode marcar mais de uma opção

Marque todas que se aplicam.

- Não sinto falta
- Caminhar pelo platô dos Arenitos (parte superior)
- Realizar churrasco
- Ver a pedra suspensa
- Descer no elevador de Fumas
- Acampar
- Outro: _____

27. Com relação à pergunta acima, você encontrou outro local para realizar atividade capaz de gerar em você a mesma sensação? Onde?
Discorra rapidamente sobre
-
28. Você acredita que a reestruturação melhorou a proteção da natureza do Parque? *
Marcar apenas uma oval.
- Sim
- Não
29. De maneira geral, você acredita que a reestruturação foi positiva ou negativa? *
Marcar apenas uma oval.
- Positiva
- Negativa
30. Com base na pergunta acima, qual a sua percepção sobre a reestruturação e como se encontra o Parque hoje?
-
31. Como você visualiza o Parque daqui a 10 anos? E como você gostaria que ele estivesse?
-
32. Qual o bairro de residência em Ponta Grossa? *
Se o seu bairro não consta, escolher o que considera mais próximo
Marcar apenas uma oval.
33. Qual sua Idade? *
Marcar apenas uma oval.
- De 0 a 6 anos
- De 7 a 14 anos
- De 15 a 25 anos
- De 26 a 40 anos
- De 41 a 59 anos
- Mais de 60 anos
34. Gênero *
Marcar apenas uma oval.
- Masculino
- Feminino
35. Escolaridade *
Marcar apenas uma oval.
- Analfabeto
- Lê e escreve
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Superior incompleto
- Superior completo
- Pós-graduação

36. Faixa de renda familiar (em R\$) *

Marcar apenas uma oval.

- Até 1.085,00
- 1.085,00 a 1.734,00
- 1.734,00 a 7.475,00
- 7.475,00 a 9.745,00
- Acima de 9.745,00

37. Você considera a "Taça" como o principal símbolo de Ponta Grossa? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não somente de Ponta Grossa, mas dos Campos Gerais do Paraná

38. Qual a principal motivação para visitar o Parque? *

Marcar apenas uma oval.

- Para momento de lazer, com família e amigos
- Para entrar em contato e contemplar a natureza, respirar ar puro
- Para ampliar conhecimento sobre a geologia, fauna e flora dos Campos Gerais
- Para fazer caminhada como exercício físico

39. Com relação à Ponta Grossa, na sua opinião, o sentimento de que o Parque é da cidade: *

Marcar apenas uma oval.

- Aumentou depois da reestruturação
- Diminuiu depois da reestruturação
- Não modificou
- Não sabe

40. Você acredita que a reestruturação melhorou a proteção da natureza do Parque? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

41. De maneira geral, você acredita que a reestruturação foi positiva ou negativa? *

Marcar apenas uma oval.

- Positiva
- Negativa

42. Com base na pergunta acima, qual a sua percepção sobre a reestruturação e como se encontra o Parque hoje?

43. Como você visualiza o Parque daqui a 10 anos? E como você gostaria que ele estivesse?

Ir para "Agradecemos a sua participação!".

44. Você considera a "Taça" como o principal símbolo de Ponta Grossa? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não somente de Ponta Grossa, mas dos Campos Gerais do Paraná

45. Por que nunca visitou o Parque? *

Marcar apenas uma oval.

- Falta de oportunidade
- Falta de interesse
- Incapacidade física ou outra incapacidade
- Outro: _____

46. Com relação à Ponta Grossa, na sua opinião, existe o sentimento de que o Parque é da cidade? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

47. Por favor, comente sobre sua percepção do Parque:

Ir para "Agradecemos a sua participação!".

Powered by
 Google Forms

FIGURA 52 - PESQUISA COM MORADORES DE PONTA GROSSA E PONTAGROSSENSES
FONTE: O AUTOR (2015)

APÊNDICE 5 - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DA GERAÇÃO DE JOVENS

Perguntas Gerais:

1. Idade: _____
2. Gênero: () Masculino () Feminino
3. Nasceu na vila? () Sim () Não
4. Escolaridade: _____
5. Caso não tenha completado o Ensino Médio, porque não completou? _____

6. Local de estudo: () Vila () Ponta Grossa, Qual colégio? _____
() Não estuda
7. Tem interesse em fazer curso universitário? () sim () Não
8. Se pudesse escolher, qual curso escolheria? _____
9. Tem filho(s)? () Sim () Não. Se sim, Quantos? _____
10. Trabalha? () Sim () Não. Se sim, Onde? _____ Qual função? _____
11. Qual seu estilo musical favorito? _____
12. Você pratica alguma manifestação artística? () Sim () Não. Se sim, Qual? _____
13. Pratica esporte? () Sim () Não. Se sim, Qual? _____

Perguntas referentes à Vila:

14. Na sua opinião qual o principal problema que a Vila enfrenta hoje? _____

15. Na Vila, o que mais faz falta aqui para você? _____
16. Deseja permanecer na Vila? () Sim () Não Porque? _____

17. Como você enxerga a Vila no futuro? Como você gostaria que estivesse?

18. Participou de algum projeto da Casa Lobo Guará? () Sim () Não

Perguntas referentes ao PEVV:

19. Conhece o PEVV além de Furna e Lagoa Dourada? () Sim () Não
20. Qual é sua visão sobre o PEVV?
 - a. O Parque é um atrativo turístico;

- b. O Parque protege o Meio ambiente;
- c. O Parque poderia oferecer oportunidade de renda para a Vila;
- d. O Parque excluiu a Vila;
- e. O Parque era bom antes da reestruturação e depois piorou;
- f. Outro: _____

21. Como você enxerga a relação da vila com o Parque?

- a. O Parque excluiu a Vila;
- b. Poderia dar mais oportunidades;
- c. Oferece natureza para a Vila;
- d. Faz parte da história da Vila;
- e. É totalmente indiferente (não modifica a vila), é como se não estivesse aqui ao lado;
- f. Proíbe o acesso;
- g. Dá-nos oportunidade de entrar para caminhar;
- h. Outro: _____

22. Em que ano foi sua última visita ao Parque? _____

23. Gostaria de trabalhar no PEVV algum dia? () Sim () Não Em qual função?

ANEXOS

ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA SOBRE O PERFIL DOS MORADORES.....	202
ANEXO 2 - CADASTRO DE VISITAÇÃO UTILIZADO PARA PESQUISA DE PERFIL DE VISITANTES.....	203
ANEXO 3 - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE SATISFAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA.....	204

ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA SOBRE O PERFIL DOS MORADORES

GRUPO AGUARAGUAÇU

Levantamento Jardim Novo Vila Velha – PG/PR

01. Moradia

- Endereço: _____
- Residência: própria () alugada ()
- Casa de: alvenaria () madeira () mista ()
- Tem rede de esgoto? _____ Tem fossa? _____
- Tem água encanada até dentro da casa? _____
- Número de cômodos: _____
- Quantas pessoas moram na residência? _____

02. Telefone para contato: _____

03. Responsável pela família

n. 1:

- Nome: _____
- Local e data de nascimento: _____
- Escolaridade: _____ profissão: _____
- Assalariado () Local de trabalho: _____
- Autônomo () Desempregado ()
- Religião: _____

n. 2:

- Nome: _____
- Local e data de nascimento: _____
- Escolaridade: _____ profissão: _____
- Assalariado: () Local de trabalho: _____
- Autônomo: () Desempregado ()
- Religião: _____

04. Há quantos anos a família mora na Vila? _____

05. Integrantes da família:

Nome	Parentesco	Idade	Escol.	Trabalha? Onde?

06. Na família possui alguém com problema de saúde?

Data: _____

Responsável: _____

ANEXO 2 - CADASTRO DE VISITAÇÃO UTILIZADO PARA PESQUISA DE PERFIL DE VISITANTES



CADASTRO DE VISITAÇÃO

SEJA BEM VINDO AO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA



Data: ___/___/___

Horário: ___:___

Opções de passeios:

Arenitos

Número total de pessoas do grupo: ___

Furnas e Lagoa dourada

Nº Masculino: ___

Nº Feminino: ___

Como você chegou ao Parque:

Carro

Ônibus de Linha

Bicicleta

Motocicleta

Táxi

Outro: _____

SOMENTE 1º NOME	IDADE	CIDADE/ESTADO/PAÍS	E-MAIL

TERMO DE RESPONSABILIDADE E ASSUNÇÃO DE RISCO

Estamos cientes de que nos encontramos em uma unidade de conservação, respeitaremos a legislação vigente, as normas internas e seguiremos as orientações dadas pelos responsáveis, assumindo integralmente o risco de qualquer acidente nas trilhas, eximindo o Paraná Projetos de qualquer responsabilidade.

Fica reservado o direito do Paraná Projetos alterar, suspender ou cancelar as atividades programadas ou em curso.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL: _____

Curta nossa página no Facebook: www.facebook.com/parquevilavelha

FIGURA 54 - CADASTRO DE VISITAÇÃO
FONTE: PARANÁ PROJETOS (2015)

ANEXO 3 - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE SATISFAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA

Olá! Você visitou o Parque Estadual de Vila Velha. Para melhorar cada vez mais os nossos serviços, pedimos que responda a pesquisa de satisfação abaixo. É rápido e fácil!

Agradecemos desde já sua participação.

Equipe Paraná Projetos

*Obrigatório

1. Idade *

Marcar apenas uma oval.

- De 0 a 6 anos
- De 7 a 14 anos
- De 15 a 25 anos
- De 26 a 40 anos
- De 41 a 59 anos
- Mais de 60 anos

2. Gênero *

Marcar apenas uma oval.

- Masculino
- Feminino

3. E-mail

4. Onde resides? (cidade e estado) *

5. Data da visita *

Exemplo: 15 de dezembro de 2012

6. Sua visita foi dia de semana ou fim de semana? *

Marcar apenas uma oval.

- Dia de semana
- Fim de semana

7. Qual sua principal motivação para vir ao Parque? *

Marcar apenas uma oval.

- Para entrar em contato com a natureza, respirar ar puro e ver as formas dos arenitos
- Para fazer caminhada como exercício físico
- Para ampliar conhecimento sobre a geologia, fauna e flora dos Campos Gerais
- Estava de passagem, vi a sinalização na rodovia e resolvi conhecer

8. Como aconteceu a sua visita aos Arenitos? *

Marcar apenas uma oval.

1. Com o acompanhamento do condutor/guia durante a trilha
2. Com condutores/guias somente em alguns pontos da trilha

9. Com relação à pergunta acima, informe qual foi sua opção (1. ou 2.) e, por favor, opine rapidamente se gostaria que sua condução tivesse sido diferente ou se aprovou como foi: *

10. **Qualifique os aspectos relacionados abaixo: ***

Marcar apenas uma oval por linha.

	Ruim	Bom	Excelente	Não usou
Recepção	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atendimento e conhecimento técnico dos condutores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Preço	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tempo de espera para o passeio	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Vídeo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Transporte interno (ônibus, atendimento dos motoristas, velocidade)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sinalização e placas informativas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Informações anteriores à visita (internet, telefone)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Manutenção geral do parque (banheiros, limpeza, caminhos roçados)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Lanchonete	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Loja de Artesanato	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

11. **Forneça uma nota de 1 a 5 para os atrativos, de acordo com o seu grau de satisfação (1 para nota mais baixa e 5 para mais alta) ***

Marcar apenas uma oval por linha.

	1	2	3	4	5	Não visitou
Trilha dos Arenitos	<input type="radio"/>					
Fumas	<input type="radio"/>					
Lagoa Dourada	<input type="radio"/>					

12. **Visitaria o parque novamente? ***

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

13. **Sugestões/críticas para o parque?**

Powered by



FIGURA 55 - PESQUISA DE SATISFAÇÃO
 FONTE: PARANÁ PROJETOS (2015)